

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DE VOLTA PARA O PRESENTE

**Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas
representações acerca da democracia (1945-1947)**

Dissertação de Mestrado

Marisângela T. A. Martins

Porto Alegre
Março de 2007

MARISÂNGELA T. A. MARTINS

DE VOLTA PARA O PRESENTE

Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Professora Dr^a Carla Simone Rodeghero.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a Carla Simone Rodeghero (Orientadora)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

Prof. Dr^a Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Carla Simone Rodeghero, sou imensamente grata pela orientação atenta e cuidadosa, por toda paciência com minhas indecisões teóricas, pelo carinho e amizade com que me acolheu e, sobretudo, pela confiança que depositou em meu trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço a bolsa concedida ao longo da pesquisa aqui apresentada. Sem o financiamento, muitas das dificuldades encontradas não teriam sido transpostas. Nesse sentido, também reconheço o apoio financeiro cedido pelo Programa de Pós-Graduação em História para a realização da pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

A alguns professores que compartilharam comigo – de maneiras diversas e no tocante a vários assuntos – um pouco de seu conhecimento, erudição e experiência de pesquisa, dando idéias preciosas para o andamento dessa investigação. São eles: Anderson Zalewski Vargas, Benito Bisso Schmidt, José Rivair Macedo, Maria Luíza Martini, René Gertz, Sandra Pesavento, Susana Bleil de Souza e Temístocles César. Ao professor Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que juntamente com o professor Benito Schmidt e a professora Sandra Pesavento, compôs a banca avaliadora, meus sinceros agradecimentos.

Aos profissionais do Núcleo de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFRGS – Francisco Carvalho Jr., Lisete Kummer e Rosemari Brum – e do APERJ – Isaura, Maria Helena, Rodrigo, Moisés e Alessandra: obrigada pelo eficiente e carinhoso atendimento.

Ao jornalista e escritor João Batista Marçal, amigo e militante incansável, agradeço por manter as portas de sua casa, de seu acervo e de suas lembranças sempre abertas; por compartilhar tudo isso comigo e meus colegas de maneira tão amistosa, ato que também não deixa de ser uma forma de militância. Tens de mim profunda admiração.

Aos meus queridos, amados e necessários amigos e colegas de profissão, com os quais partilhei não apenas angústias e dúvidas teóricas, descobertas e desenganos – aspectos da vida profissional – mas também muitos de meus problemas pessoais (e existenciais). Companheiros de viagens, caríssimos colegas que leram meus textos em diversas ocasiões; trocaram idéias em conversas e discussões (em sala de aula, por telefone, pelo msn, tomando um café no “chique” ou um *chopp* na Casa de Cultura). Esses momentos foram presentes valiosos. São merecedores de minha gratidão, de modo especial, Aristeu Lopes, Cristiane Pinto Bahy, Débora Gomes, Evandro dos Santos, Igor Salomão Teixeira, Jonas Moreira Vargas, Juliano Doberstein, Luciana Lopes dos Santos, Mariana F. C. T. Flores, Michele Bonatto, Mônica Karawejczyk, Paúl Montoya, Ricardo De Lorenzo e Viviane Trindade Borges.

À Maíra Cristina Correia da Silva, que, através do Juliano, ajudou-me na paginação da versão final da dissertação. Muito obrigada!

À minha família e meus amigos por agüentarem meus instantes de mal-humor...

Ao Alexandre, meu melhor amigo, meu companheiro, presente e ausente nos momentos certos, paciente com as particularidades da profissão que escolhi, agradeço pelos indispensáveis momentos em que a dissertação não ocupou o centro de minhas atenções.

É pura é simplesmente fazer pouco dos trabalhadores e explorados falar de democracia pura, de democracia em geral, de igualdade, liberdade e direitos universais, quando os operários e todos os trabalhadores andam mal alimentados, mal vestidos, arruinados e exaustos [...].

V. I. Lenine – Moscou, 23 de dezembro de 1918.

RESUMO

A presente dissertação conta uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre no maior período de legalidade do Partido Comunista do Brasil (1945-1947). Seu objetivo é mostrar as representações que tais agentes elaboraram acerca da democracia – exaltada mundialmente – com base nos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Tribuna Gaúcha* e *Libertação*, em relatórios da Polícia Política, nalguns documentos oficiais do Partido, nos *Anais* da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, além de entrevistas e memórias. A interpretação dos testemunhos foi orientada pelos conceitos de “espaço de experiência”, “horizonte de expectativas” e “representação”, e seus resultados apresentam-se em duas partes, as quais tentam dar conta da inflexão entre euforia e decepção. Na primeira, dedicada ao ano de 1945, os significados apresentam-se motivados pelo entusiasmo desmedido causado por todas as possibilidades legais de atuação permitidas pela abertura política, sendo caracterizados por um forte viés social e por expectativas extremamente positivas. Na segunda, que abarca os dois anos seguintes, as representações defrontaram-se com questões delicadas e cruciais para o futuro da militância, sendo elaboradas concomitante à insistente retomada do passado antidemocrático e expressando-se por meio de metáforas altamente negativas, embora sem perder totalmente de vista as esperanças no futuro.

Palavras-chave: militância comunista; democracia; representação.

ABSTRACT

The dissertation presented here talks a history about the communist militants from Porto Alegre during the biggest period the Communist Brazil's Party legally acts (1945-1947). The research's aim is to show the representations those agents produced in respect of democracy – hailed all over the world – taking as reference the papers *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Tribuna Gaúcha* and *Libertação*, Political Police's reports, some Party's official documents, the Legislative Assemble of Rio Grande do Sul's accounts and, beyond these, interviews and memories. The testimony's interpretation here offered was guided by concepts like “experience space”, “horizon of expectations” and “representation” and its results are displayed into two parts that try to show the inflection between euphoria and deception. In the first part of these, dedicated entirely to the year of 1945, the representation's meanings have their origins in the unmeasured enthusiasm caused by all possibilities of legal activity allowed by political aperture, being characterized by a high social bias and by expectations too positives. In the second, concerned the following two years, the representations faced to subtle and crucial issues in respect of the activism's future, being developed at the same time with the re-emergence of an anti-democratic past and being expressed by metaphors highly negatives although the hope of a future were not lost absolutely.

Key-words: communist militancy; democracy; representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas em Porto Alegre no ano de 1945.....	p. 59
Gráfico 2 – Atividades desenvolvidas em Porto Alegre no ano de 1946.....	p. 122
Gráfico 3 – Atividades desenvolvidas em 1945 e 1946 – Quadro comparativo.....	p. 122
Gráfico 4 – Atividades desenvolvidas na conjuntura 1945-1947 – Quadro comparati- vo.....	p. 150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupação Profissional.....	p. 44
Tabela 2 – Época de Nascimento.....	p. 45
Tabela 3 – Militantes comunistas gaúchos.....	p. 46
Tabela 04 – As eleições de 1945 e a representatividade de Yeddo Fiúza no Rio Grande do Sul.....	p. 115
Tabela 05 – Os candidatos à deputação federal nas eleições de 1945 no Rio Grande do Sul.....	p. 115
Tabela 06 – Eleições para a Assembléia Legislativa em 19 de janeiro de 1947 no Rio Grande do Sul.....	p. 148

LISTA DE SIGLAS

ABAPE: Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol
ABDE: Associação Brasileira de Escritores
ADP: Aliança Democrática Popular
ALN: Aliança Libertadora Nacional
ANL: Aliança Libertadora Nacional
APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CEDEC: Centro de Estudos e Cultura Contemporânea
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
DRT: Delegacia Regional do Trabalho
EUA: Estados Unidos da América
FEB: Frente Expedicionária Brasileira
FORGS: Federação Operária do Rio Grande do Sul
GPNR: Governo Popular Nacional Revolucionário
JUC: Juventude Comunista
LEC: Liga Eleitoral Católica
MUT: Movimento Unificador dos Trabalhadores
PCB: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Constitucionalista Brasileiro
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PL: Partido Liberal
PPP: Partido Popular Progressista
PRL: Partido Republicano Liberal
PRP: Partido de Representação Popular

PRR: Partido Republicano Riograndense

PSD: Partido Social Democrata

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UDN: União Democrática Nacional

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ABREVIATURAS

CP: *Correio do Povo* (jornal)

DN: *Diário de Notícias* (jornal)

LIB: *Libertação* (revista)

TG: *Tribuna Gaúcha* (jornal)

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Parte I – Os comunistas de Porto Alegre no ocaso do Estado Novo.....	40
Capítulo 1 – Rumo à “democracia soviética”: os militantes comunistas e o centralismo democrático.....	42
1.1 – Nossos protagonistas: alguns dados quantitativos.....	42
1.2 – O PCB em Porto Alegre: estrutura, organização e funcionamento.....	48
Capítulo 2 – A democracia desponta no horizonte.....	64
2.1 – Anistia e União Nacional: os primeiros passos na marcha para a democracia.....	64
2.2 – Na luta pela Assembléia Constituinte: os comunistas rumo ao horizonte.....	76
2.3 – As eleições de 02 de dezembro: a democracia resplandece.....	105
Parte II – Os comunistas de Porto Alegre e o eclipse da legalidade.....	119
Capítulo 3 – A democracia se afasta no horizonte.....	121
3.1 – As greves e o retorno da repressão: o horizonte enevoadado.....	121
3.2 – A campanha eleitoral e os preparativos para o IV Congresso: tentando dissipar as nuvens.....	135
Capítulo 4 – A democracia se perde no horizonte.....	147
4.1 – O centenário de nascimento de Castro Alves: os comunistas como continuadores da obra dos antepassados.....	147
4.2 – O fechamento do PCB: o horizonte tem a face negra da tirania.....	160

4.3 – O imperialismo norte-americano: a ameaça iminente.....	171
4.4 – A cassação dos mandatos: o limite do horizonte.....	189
Considerações Finais.....	196
Referências Bibliográficas.....	204
Fontes.....	210
Apêndices.....	213
Apêndice A – Relação de Militantes Comunistas da cidade de Porto Alegre (1945-1947).....	214
Apêndice B – Relação de Células do Partido Comunista do Brasil em Porto Alegre (1945 e 1947).....	232
Apêndice C – Relação das Atividades Desenvolvidas pelos Militantes Comunistas (1945-1947).....	235
Anexos.....	257

INTRODUÇÃO

*Realidade concreta e viva,
submetida à irreversibilidade
de seu impulso, o tempo da
história [...] é o próprio plasma
em que se engastam os
fenômenos e como o lugar de
sua inteligibilidade.*

Marc Bloch – 1944

I

O tempo como lugar de inteligibilidade da história. À citação de Marc Bloch, ousaria acrescentar a questão do tempo também como parâmetro da escrita histórica. Tratar-se-á, nessas linhas, de um trabalho sobre teoria da história? Não exatamente. Na verdade, o que me leva a iniciar esse texto parafraseando um dos fundadores da Escola dos Annales é a validade de suas palavras para introduzir o leitor no universo de minha pesquisa. Pois, sim, a história acontece no tempo e é através dele que se torna inteligível. Mas ela não apenas “acontece”. A história é feita por homens, por homens no tempo. Ao fazer a defesa do ofício do historiador, Bloch afirmou que “por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar”.¹

Na presente dissertação, quero contar uma parte da história de alguns homens que viveram na não muito distante, cronologicamente falando, década de 1940. Através de vestígios, relatarei experiências e expectativas em relação à democracia de um grupo de brasileiros que militaram pelo comunismo na cidade de Porto Alegre durante a maior fase de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em minha narrativa, levarei em conta, sobretudo, o tempo, pois, semelhante ao historiador alemão Reinhart Koselleck, não acredito na existência de história alguma que não tenha se constituído mediante experiências e esperanças de pessoas que atuam e sofrem.²

O comunismo no Brasil – e os assuntos a ele correlatos – é um dos temas retomados pelas pesquisas históricas nos últimos anos. Após ser explicado por vieses diversos, principalmente através do marxismo e da história política, ele retorna ao palco da história iluminado por conceitos típicos da abordagem cultural, de modo a responder a perguntas que uma nova época vem colocando acerca desse que é, certamente, um dos fenômenos mais importantes da história brasileira e mundial no século XX.

Após 1989, o comunismo baseado no marxismo-leninismo deixou de ser uma alternativa real – ou uma ameaça em potencial para alguns – ao capitalismo. Novas condições tornaram possível lançar um outro olhar aos comunistas: eles não são mais nem o baluarte da revolução, nem os “filhos das trevas”, ateus e inimigos da democracia. Da idealizada

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 54.

² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1983, p. 335.

bipolaridade abriu-se um espaço para pensar nesses revolucionários como homens e mulheres concretos, com determinadas experiências de vida, preocupações cotidianas, possíveis conflitos existenciais e dramas particulares, além de perspectivas de futuro. Mas, que tipo de indagações esse novo tempo – marcado pela ânsia cada vez maior pelo lucro, pelo delírio em relação às inovações tecnológicas e pela banalização das coisas humanas – coloca aos estudos sobre o comunismo e os comunistas e como o historiador pode responder tais questões?

Meu interesse pelos militantes comunistas teve início durante a graduação – realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – quando comecei a trabalhar, como bolsista de iniciação científica, com fontes relativas à conjuntura 1945-1947.³ Minha tarefa consistiu em conhecer um pouco melhor esse importante alvo dos anticomunistas no contexto imediatamente pós-Estado Novo, os militantes do PCB. Em um primeiro momento, as atenções voltaram-se para a construção da identidade dos adeptos do comunismo, análise através da qual não somente logrei resgatar alguns elementos da sua maneira de ser como também pude perceber a forte defesa da democracia nos diversos documentos.⁴ Tal constatação levou-me a explorar a concepção de democracia entre comunistas e anticomunistas nos debates da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul durante o ano de 1947, cujos *Anais* mostraram-me que ela constituía-se num objeto de intensa disputa entre as diferentes correntes que estavam representadas no Poder Legislativo gaúcho. A oposição democracia *versus* fascismo estava presente em todas as correntes. O que as diferenciava era a maneira de caracterizar os dois termos antitéticos.⁵

Assim, o tema da democracia foi ganhando uma dimensão maior em meu olhar sobre as fontes relativas ao comunismo na capital sul-riograndense. A isso acrescentaram-se mais algumas questões, como: (1) a constatação de que o debate em torno do ideal em questão, nos últimos anos, desdobra-se em uma mescla de descrença e aposta confiante, numa série de dúvidas relacionadas à sua validade – enquanto regime baseado em princípios de soberania

³ Desenvolvi trabalho, ao longo dos anos de 2003 e 2004, junto ao projeto de pesquisa da Prof^a Dr^a Carla Rodeghero, cujo título é *A conjuntura de 1945-1947: o combate à subversão e ao comunismo na encruzilhada do autoritarismo e da democracia, em Porto Alegre*.

⁴ Essa pesquisa foi planejada e executada ao longo das cadeiras de Técnica de Pesquisa Histórica I e II, tendo como resultado a monografia intitulada *Ser pecebista em Porto Alegre: analisando a identidade dos militantes comunistas através da organização partidária e de suas posturas políticas durante o período de sua legalidade (1945 a 1947)*. O resumo desse trabalho está publicado em: MARTINS, M. T. A. *Ser pecebista em Porto Alegre entre 1945 e 1947*. In: *XV Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2003, v.01, p.937; Com alguns acréscimos em: MARTINS, M. T. A. *Organização, militância e identidade: uma reflexão sobre a atuação comunista em Porto Alegre entre 1945 e 1947* In: *VII Encontro Estadual de História - História, Memória e Testemunho: caderno de resumos*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2004, v.01, p.177-178.

⁵ MARTINS, M. T. A. *Viva à democracia: a apelo à democracia nos discursos dos comunistas e anticomunistas na Assembléia Legislativa gaúcha em 1947*. In: *XVI Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2004, v. 01, p. 755-756.

popular e distribuição eqüitativa de poder – e a incapacidade de pensar em outro regime que não seja o democrático, visto o trauma causado pela Ditadura Militar vigente entre 1964-1985 no Brasil; (2) a percepção de que as reflexões sobre o ideal em questão perpassam temas candentes e polêmicos da história e da historiografia brasileira, como os igualmente relacionados ao sistema político instaurado em 1964. Em alguns trabalhos, há o questionamento das concepções de democracia que defensores do sistema político e seus oponentes tinham, o que também se refere à avaliação do regime democrático criado pela Constituição de 1946.⁶ Enfim, em tempos de terrorismo, em que a maior potência capitalista invade países soberanos e humilha seus cidadãos em nome da democracia, é importante entender o que pessoas que dedicaram sua vida por uma alternativa ao capitalismo pensavam acerca desse ideal.

Diante desse quadro, cabe deixar claro que o objetivo da pesquisa aqui relatada foi analisar as representações que os militantes comunistas de Porto Alegre elaboraram em torno da democracia desde o ocaso do Estado Novo, quando conquistaram o direito de militarem legalmente, até 1947, ano em que o registro de seu Partido foi cancelado e o mandato dos parlamentares, eleitos ao longo da conjuntura, cassados. A pretensão de investigar tais representações vem acompanhada de uma outra intenção, a de compreender a concepção de democracia desses personagens históricos, quer dizer, vislumbrar em que medida as coisas ditas sobre ela, a cada momento baseadas em experiências e orientadas por certas expectativas, se conformavam com uma forma específica de ver a realidade. Assim, não há a pretensão de priorizar continuidades ou discontinuidades dessas representações em relação aos períodos anterior ou posterior ao recorte temporal considerado. Importa ressaltar as nuances que permanências e mudanças na forma de conceber a democracia ganharam diante das exigências que a vida legal impunha aos nossos protagonistas.

II

Depois da origem do PCB, nos anos 1920, a fase de 1945 a 1947 foi o seu maior período de legalidade, possibilitando a sua instalação em diversos estados e, na seqüência, a configuração de um conjunto de grupos bem articulados. Leandro Konder afirmou que, no imediato pós-guerra, devido à legalidade, os comunistas puderam vir “inteiramente à

⁶ Como é o caso de REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, especialmente no capítulo 4.

superfície”, revelando-se completamente aos olhos da opinião pública.⁷ Por isso, seu estudo, durante tal intervalo, ganha outra vantagem: o fato de não existirem grandes lacunas documentais como nos períodos de ilegalidade, pois tanto o número de filiados como o de publicações do Partido cresceu nesse período.

De um modo geral, a militância comunista na fase da legalidade do PCB mostra-se um campo pouco explorado pela historiografia. As durezas da clandestinidade parecem atrair mais os pesquisadores. Nos casos em que os estudiosos deram atenção à conjuntura 1945-1947 ou à relação entre democracia e comunismo, é o Partido Comunista, e não tanto seus militantes, que ganha maior visibilidade.⁸

Especificamente sobre a relação entre comunistas e democracia, o trabalho de Leandro Konder se destaca, embora seja uma reflexão incipiente.⁹ Partindo de uma perspectiva teórica marxista e de fontes predominantemente jornalísticas, o interesse maior do filósofo, ao escrever, em 1980, sobre a democracia e o comunismo no Brasil, estava em olhar para o passado a fim de entender melhor seu presente. Sua principal contribuição, ao tratar o período de 1945 a 1947, está na afirmativa de que a concepção que os comunistas tinham de democracia aparecia muito nas atividades culturais, principalmente nos trabalhos de intelectuais como Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos e Monteiro Lobato. No entanto, Konder não explora essa concepção. Como ele mesmo esclareceu nas primeiras páginas do seu trabalho, os resultados a que chegou são provisórios, limitados, “muito grudados” aos fatos e não encerram conclusões “retumbantes”, embora possam representar um “tijolo” útil na construção do conhecimento histórico sobre o tema.¹⁰

Seis anos depois, quando o Brasil já respirava ares democráticos, Marco Aurélio Garcia organizou o livro *As Esquerdas e a Democracia*, que é a transcrição de importante debate ocorrido naquele ano sobre as relações entre o pensamento de esquerda e a questão da democracia no Brasil, uma discussão motivada pela eleição da Assembléia Nacional Constituinte.¹¹ Por se tratar da transcrição de um debate, a obra carece de certos detalhes – como especificação de fontes e de referenciais teóricos – não satisfazendo uma leitura mais

⁷ KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 49.

⁸ Cabe esclarecer que as obras analisadas na seguinte revisão bibliográfica serão retomadas ao longo da dissertação, de maneira a incorporar suas contribuições à presente pesquisa. O objetivo é traçar um constante diálogo com os autores, confrontando informações e acrescentando singularidades da militância comunista de Porto Alegre.

⁹ KONDER, Leandro. Op. Cit.

¹⁰ Id. Ibidem. p. 10.

¹¹ GARCIA, Marco Aurélio (Org.) *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986. Os debatedores eram: Carlos Nelson Coutinho, Daniel Aarão Reis Filho, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Marco Aurélio Garcia, Maria Victória Benevides e Régis de Castro Andrade.

exigente. Contudo, certos aspectos levantados pelos debatedores mostram-se pertinentes, como a discussão a respeito das facetas política, econômica e social da concepção de democracia dos comunistas nas conjunturas 1945-1947 e 1960-1964, e a questão da (in)existência de democracia interna no Partido.

Em algumas abordagens dedicadas ao PCB no período em questão, certos elementos mostram-se constantes, como o processo de retorno à legalidade, a libertação de Prestes, o êxito do Partido nas eleições, a política da União Nacional e o processo de cassação do registro do PC. Muitos desses trabalhos apóiam-se apenas em documentos oficiais do Partido e analisam de modo bastante superficial tais eventos, contentando-se em citá-los simplesmente.¹²

Já na obra do norte-americano Ronald Chilcote, publicado no início da década de 1980, encontra-se um esforço maior no sentido de caracterizar o PCB desde sua fundação até 1972.¹³ O estudo desenvolvido por esse autor privilegiou, sobretudo, o Partido – trajetória, organização, estrutura, papel dos dirigentes e das massas, relação com os meios internacional, nacional e local – e não os seus militantes. Vendo-o como um “partido comunista não-governante”, Chilcote apresentou uma faceta praticamente inexistente nas demais obras: o PC inserido em uma sociedade não somente brasileira, mas também latino-americana. Como Chilcote considerava o PCB um partido personalista a partir de 1945, examinou sua história com ênfase nos pronunciamentos e nas decisões de Luiz Carlos Prestes, classificando a política assumida no período – defesa da democracia e da Constituição – de oportunista, um ponto a ser questionado nessa dissertação. Embora prejudicada pela escassez documental, a obra desse historiador foi pioneira na descrição da estrutura e do funcionamento do PCB, a partir de amplo levantamento e mapeamento da agremiação em todo o país. Nesse sentido, ela mostra-se fértil tanto para a caracterização do Partido ao qual os militantes estavam filiados quanto para a análise da relação entre ambos.

A tese de doutorado de Berenice Cavalcante, convertida em livro em 1986, deu conta da história dos comunistas durante a fase de redemocratização da sociedade brasileira após o

¹² É o caso dos livros: PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)* São Paulo: Alfa-Ômega, 1984 e SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. E também dos capítulos de livros de autoria de: GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996; RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, T. 3, v. 3, pp. 361-443; e SEGATTO, José Antônio. *PCB: a questão nacional e a democracia*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, pp. 217-240.

¹³ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

Estado Novo.¹⁴ As emoções e apreensões dos primeiros anos da década de 1980 motivaram o interesse da autora pela democracia e pelo socialismo, levando-a a investigar quatro aspectos da atuação comunista nos anos 1940: a visão de mundo que presidiu a formulação política do PCB; a relação entre o Partido e seus militantes, sobretudo os intelectuais; a proposta de ordem, bem como o posicionamento do PC acerca da questão democrática e nacional; o nascimento do prestígio. Dessa forma, a hierarquia, as oposições democracia *versus* fascismo e democracia *versus* totalitarismo, a posição dos intelectuais diante da política de União Nacional, as características da democracia na luta pela revolução democrático-burguesa, assim como as imagens elaboradas em torno da União Soviética e de Prestes são elementos importantes com os quais a presente dissertação estabelece diálogo. Um ponto a ser discutido, por exemplo, é a caracterização que a autora fez do PCB como organização totalitária porque calcada numa visão totalizante do social. É pertinente salientar, ainda, que, muito embora as reflexões de Cavalcante pretendam abarcar a realidade brasileira, elas apóiam-se em fontes que a remetem ao Partido e à militância no Rio de Janeiro.

Marco Aurélio Santana, por sua vez, dedica-se à relação do PCB com os sindicatos, mas explorando o recorte temporal que vai de 1945-1992.¹⁵ Ao abordar o período de 1945-1964, o autor apresenta dados importantes sobre a repercussão da linha política do Partido (marcada pela defesa da “ordem da tranqüilidade” para a consolidação da democracia) no meio sindical, *locus* do operariado por excelência. Nesse sentido, o trabalho de Santana colabora sobremaneira para com a pesquisa, visto, no caso de Porto Alegre, ter sido descoberto muito pouco sobre as atividades comunistas no meio sindical na fase de legalidade. Assim, a presente dissertação serve-se das reflexões realizadas pelo autor acerca do papel desempenhado pelos sindicatos na tentativa do PCB se inserir e intervir na vida política brasileira.¹⁶

O livro de Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, de 1990, apresenta informações pertinentes.¹⁷ A questão que orienta o trabalho de Aarão é a de como explicar e compreender os constantes desencontros entre os comunistas e a realidade social que pretendiam transformar, situando-se, temporalmente, nos anos 1960. Tentando dar conta da questão norteadora, o autor estudou – no quarto capítulo,

¹⁴ CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões*. Os Comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1986.

¹⁵ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

¹⁶ O estudo realizado por Santana apóia-se diversas vezes na obra de Arnaldo Spindel sobre a atuação do Partido Comunista do Brasil em relação aos organismos ligados ao Ministério do Trabalho nos anos de 1944 a 1946. Embora consultado, o livro não apresentou maiores contribuições para a presente dissertação. Ver: SPINDEL, Arnaldo. *O partido comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit.

especialmente – o que chamou de organizações comunistas como “estados-maiores revolucionários”, quer dizer, ele buscou em uma dimensão mais interna da militância respostas para entender por que determinadas carências ou desvios não foram superados e, por conseguinte, impediram o encontro entre revolucionários e revolução. O que chama a atenção é, justamente, o fato do historiador apontar postulados e mecanismos de funcionamento que davam coesão a organizações como o PCB e outros grupos comunistas que dele divergiram a partir do início dos anos 1960, como a ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Marighella. Daí tê-las como organizações de estado-maior. Nesse sentido, Aarão trabalha com a questão dessas organizações cultivarem mitos, tais como: a inevitabilidade da revolução, o papel missionário do proletariado e a posição esclarecedora e de vanguarda que os comunistas ocupavam no processo revolucionário. A questão da inevitabilidade da revolução, da missão revolucionária do proletariado, do partido como vanguarda indispensável, do complexo da dívida entre os militantes, do massacre de tarefas entre outros aspectos, estudados por Aarão, foram retomados por Jorge Ferreira, em 2002, e examinados a partir de conceitos ligados à história da cultura.

O livro de Dulce Pandolfi examinou o processo de construção da identidade do Partido Comunista desde a sua fundação até a década de 1990.¹⁸ Pandolfi baseia-se no eixo Rio de Janeiro-São Paulo talvez por seu interesse repousar nas interpretações construídas pelo Partido a respeito de alguns episódios que marcaram sua história e em como tais releituras contribuíram para a elaboração de uma dada maneira de ver a própria organização. Dessa forma, a historiadora partiu da documentação produzida pelo PCB a respeito de sua história, como jornais e revistas, artigos e livros, informes, resoluções, manifestos e teses – muitos deles de caráter sigiloso – além de autobiografias, memórias e entrevistas com alguns militantes. O uso que Pandolfi faz de tais fontes aproxima seu trabalho da presente investigação. *Camaradas e Companheiros* mostra-se relevante para a pesquisa por mais algumas razões. Ao tratar do intervalo 1945-1947, por exemplo, a autora dispensa dois capítulos, analisando como a recordação de certos aspectos desse período, realizada anos mais tarde, repercutiu na identidade comunista. Assim, a construção da figura de Prestes como “dono do Partido”, o caráter sagrado e, ao mesmo tempo, problemático da União Nacional, bem como a reinserção na clandestinidade em 1947, foram detalhados por Pandolfi, que, em seguida, compara tais acontecimentos com a retomada que dirigentes do PC fizeram deles anos depois. Ademais, as questões da defesa e da concepção de democracia dentro do Partido

¹⁸ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

– tanto na conjuntura por mim problematizada, como em outros momentos da história do PCB – permeia não somente esses dois capítulos, como é retomada no final do livro sob uma perspectiva mais ampla, observando a relação entre comunismo e democracia entre os comunistas da III Internacional, nos estudos de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo e assim por diante.

O trabalho publicado por Ferreira em 2002 é referência de uma forma de estudar a militância comunista brasileira pelo viés cultural.¹⁹ Partindo de reflexões realizadas por Berenice Cavalcante e Daniel Aarão (para mencionar autores também consultados para a pesquisa aqui narrada) e apoiando-se em um *corpus* documental vasto e diverso, como memórias, biografias, relatos de viagem, obras literárias, documentos oficiais publicados e periódicos – tanto comunistas como de grande circulação – Ferreira buscou recuperar idéias, valores e padrões de comportamento daqueles que encontraram no comunismo o projeto de sua vida e de sua identidade social, reconstituindo a cultura e o imaginário desses revolucionários. A abordagem do livro não é linear, e, sim, de acordo com a construção dos diversos “mitos” que acompanharam a trajetória do Partido e da repercussão destes na conformação da identidade e das práticas comunistas.²⁰

O trabalho que aqui se propõe, portanto, insere-se nesse contexto historiográfico marcado pela ligação entre a história política e a história cultural, com a intenção de colaborar para a construção do conhecimento histórico sobre a militância comunista em Porto Alegre. Trata-se de uma faceta da história do comunismo brasileiro ainda desconhecida e em cuja direção os aportes teórico-metodológicos da História Cultural permitem avançar em alguns aspectos.

III

Prisioneiros do Mito é particularmente importante para a presente pesquisa. Na primeira parte do livro, Ferreira mencionou a existência, entre os revolucionários, de um “conjunto coordenado de representações”, um imaginário (no sentido que o dá Pierre Ansart) através do qual eles reproduziam seus valores e normas, descreviam a sociedade, distribuíam identidades e papéis sociais, expressavam as necessidades coletivas e estabeleciam os fins que

¹⁹ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

²⁰ Permito-me fazer uma apreciação resumida da obra de Jorge Ferreira nesse momento, uma vez que ela será retomada já nos próximos parágrafos.

queriam alcançar.²¹ A esse conjunto de representações, que alimentavam nos comunistas a certeza de que a revolução aconteceria e que, em decorrência dela, a humanidade desfrutaria da “Idade do Ouro”, com fartura material e espiritual para todos, fazia parte do que esse autor chamou de “imaginação mítica”, modelo através do qual analisou o marxismo-leninismo cultivado entre os revolucionários brasileiros entre 1930 e 1956, período em que o movimento comunista foi dominado pelo stalinismo. Ferreira alertou para a existência de laços de continuidade desse imaginário com tradições mais antigas, como mitos, simbologias e hierofanias, ainda que secularizados e resignificados com base em argumentos científicos típicos do século XIX.²² De acordo com o autor, mesmo laicizados, os arquétipos e as mitologias continuaram a oferecer ao homem moderno crenças, aspirações e representações sociais.²³ No caso do marxismo-leninismo, o “Manifesto do Partido Comunista” se constituiria nas palavras fundadoras e reveladoras da “Verdade”, desvelando uma concepção messiânica do proletariado como redentor da Humanidade²⁴ e uma escatologia comunista, na medida em que a revolução seria o destino inevitável, a verdade apocalíptica, pois que havia sido revelada pelo texto fundador (prevista por Marx).²⁵

Jorge Ferreira aborda a interpretação que os militantes comunistas faziam das idéias de Marx como respostas a indagações mais antigas, normalmente, direcionadas para a religião.²⁶ As idéias concernentes ao imaginário comunista, reveladas por ele, são pertinentes para o presente trabalho por se tratarem de um primeiro passo no sentido de se preocupar em esclarecer questões relativas à forma como os militantes do PCB atribuíam sentido à sua existência. Contudo, podemos não concordar totalmente com a posição de Ferreira, que caracteriza os comunistas como “prisioneiros” do marxismo-leninismo.

Não há dúvidas de que existiram continuidades, que os pressupostos marxistas retomaram e prolongaram – embora dessacralizados – mitos escatológicos de sociedades antigas. Koselleck afirma que antes do século XVIII no Ocidente, o horizonte de expectativas da doutrina cristã era limitado de forma inalcançável, referindo-se a um outro mundo e se orientando para o além, concentrando-se no fim do mundo. No entanto, essa orientação

²¹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 22.

²² Id. Ibidem, p. 24.

²³ Id. Ibidem, p. 26.

²⁴ Id. Ibidem, p. 28.

²⁵ Id. Ibidem, p. 50.

²⁶ O historiador e sociólogo francês Bernard Pudal igualmente acredita na possibilidade de se estudar o marxismo da mesma forma que as pesquisas teológicas, numa analogia. A Igreja Católica e o movimento comunista, segundo ele, têm um conjunto de aspectos estruturais em comum, como, por exemplo, a infalibilidade tanto do Papa, para os católicos, quanto de Stálin para os comunistas. Cf. Conferência realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2006, sob o título “Sócio-história do comunismo: pesquisas recentes”.

permanecia ligada ao passado (à Bíblia). É possível percebermos, aqui, a semelhança entre a concepção de tempo cristã e aquela denominada por Jorge Ferreira como “imaginação mítica” (a revolução como destino inevitável da humanidade, a verdade apocalíptica, revelada por um texto fundador, que é o “Manifesto do Partido Comunista”).²⁷ A partir do século XVIII, contudo, a profecia religiosa foi substituída por uma mundana: a idéia de progresso. Nessa perspectiva, a história se dirige para uma transformação ativa do mundo, e não para o além. O futuro é progressista (evolui e se aperfeiçoa na medida em que isso acontece), modificando o estatuto do passado. O impacto do progresso técnico-industrial muda os ritmos da vida, produzindo aceleração e tornando o abismo entre passado e futuro cada vez maior. Ademais, o objetivo da perfeição – presente na doutrina cristã – é temporalizado e introduzido na execução do acontecer mundano. Daí, a impressão de que o futuro é diferente do passado e/ou melhor do que ele.²⁸

Trata-se de uma forma de compreender o tempo que François Hartog chama de “regime moderno de historicidade”. Por “regime de historicidade” esse historiador francês entende os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro. De acordo com o acento colocado em uma dessas dimensões, a ordem do tempo muda.²⁹ É uma ferramenta heurística que ajuda a tornar mais inteligíveis as experiências ocidentais do tempo. No regime moderno de historicidade, o ponto de vista do futuro é que domina; ele esclarece a história passada e é previsível.³⁰ Essa concepção do tempo é típica das teorias científicas do século XIX – dentre elas: marxismo e positivismo – e perpassava o discurso dos comunistas brasileiros. Toda a questão da existência, entre eles, de um conjunto de representações, seus laços profundos com antigas tradições, o processo de secularização e resignificação, enfim, a “imaginação mítica” de que fala Jorge Ferreira só tornou-se possível dentro de um contexto aberto pelo advento de uma concepção de tempo pautada pelo futuro, presente tanto na tradição judaico-cristã quanto nas teorias científicas oitocentistas.

De fato, muitas vezes o dogmatismo dos comunistas assumia feições de religiosidade. Entretanto, Jorge Ferreira parece apegar-se demasiadamente em tal aspecto, vendo as sobrevivências como novas roupagens de antigos arquétipos a ponto de atribuir aos militantes do PCB a condição de seus “prisioneiros”, o que escamoteia e, de certa forma, menospreza a

²⁷ É importante ressaltar que a inevitabilidade da revolução foi denunciada antes por Daniel Aarão, no livro *A revolução faltou ao encontro*. Ferreira partiu dessa constatação, conectando-a a outras reflexões sobre a verdade apocalíptica, texto fundador e etc..

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p. 344-347.

²⁹ HARTOG, François. Temps du monde, histoire, écriture de l’histoire. Texto apresentado pelo autor em conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 05 de outubro de 2005. p. 2.

³⁰ HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*. Porto Alegre – PPG – História – UFRGS, n. 7, julho de 1997, p. 9.

capacidade desses agentes sociais de dar novos significados à realidade social nos diferentes contextos históricos e diante de questões locais, por exemplo. A meu ver, antes de serem aprisionados pelo mito, como o próprio título da obra de Ferreira sugere, os comunistas se deixaram aprisionar, entregaram-se à causa por verem nela um sentido para a resolução de problemas econômicos e sociais que perpassavam séculos. A historiadora Eliane Garcia, por exemplo, mostrou que, no Rio Grande do Sul, alguns intelectuais optaram pelo PCB não porque o viam como o meio ideal para as mudanças sociais que almejavam, mas porque acreditavam que a organização apresentava as propostas mais acertadas para o momento, quando comparadas a outras alternativas que lhes eram oferecidas.³¹

Optei pela utilização do conceito de representação justamente para poder captar os significados construídos em torno da democracia pelos mais diversos militantes, portadores de distintas bagagens de vida e dedicados a profissões variadas, embora sem perder de vista que tais representações inseriam-se em uma rede de símbolos maior. Partilho do ponto de vista de Roger Chartier, mas realizando algumas considerações e adaptações. A frase emblemática do historiador francês, presente na maioria dos trabalhos que se rotulam culturais no âmbito da história, postula uma relação, na qual

de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.³²

Trata-se da definição da edição de 1727 do *Dictionnaire Universel*, de Furetière, a que o autor recorre para o estudo das práticas de leitura durante o Antigo Regime. Dessa forma, Chartier investe de uma “pertinência operatória” um dos conceitos centrais manipulados nas mesmas sociedades que estuda.³³

Ele já havia mencionado, na Introdução do livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, de 1988, a relevância do conceito de representação para a história cultural, a

³¹ GARCIA, Eliane. *A ação legal de um partido ilegal*. O trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960). Porto Alegre: 1999. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, p. 123.

³² CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002, p. 74. O texto em que Chartier trata da categoria de representação foi publicado pela primeira vez na revista *Annales*, sob o título “Le monde comme représentation”, no final de 1989. No Brasil, o artigo apareceu traduzido para o português em 1991, publicado pela revista *Estudos Avançados*, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Em 2002, tanto na França como no Brasil, o historiador lançou o livro *Au bord de la falaise: L’histoire entre certitudes et inquiétude (À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude)*, do qual o artigo faz parte. Atualmente, a revista *Estudos Avançados* disponibiliza “O mundo como representação” em meio digital, através do link http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext&tlng=pt#back, do qual é possível efetuar o *download* do artigo.

³³ CHARTIER, Roger. Loc. Cit.

qual teria como objeto as formas de compreensão do mundo.³⁴ Segundo ele, a pertinência operatória da concepção de Furetière seria explicada por duas ordens de razões: porque, por um lado, a representação daria a ver uma coisa ausente, supondo uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, exibindo uma presença, tal como a exibição pública de algo ou de alguém.³⁵ Ao que parece, um determinado signo, por meio de uma relação de representação, seria colocado no lugar de algo ausente, e, uma vez ocorrido dessa maneira, ele poderia acabar por ser confundido com a própria coisa representada. A fim de tornar essa relação inteligível, o historiador dedicado ao Antigo Regime estabeleceu duas condições: (1) que se conheça o signo enquanto signo, no seu distanciamento da coisa significada; (2) que se reconheça a existência de convenções partilhadas que regulam a relação do signo com a coisa.³⁶

A representação, assim, apresenta-se por meio da pintura de um objeto, de palavras e/ou de gestos. São os “dispositivos” e “mecanismos” – acrescentaria o adjetivo extrapessoais – através dos quais ela se apresenta como representando alguma coisa.³⁷ Temos a diferença entre a coisa que representa – a pintura, a palavra, o gesto – e a coisa representada – uma pessoa, um conceito, um rito, por exemplo. Se ela é a presença de uma ausência, o que é visível e o que se oculta?

Um dos aspectos marcantes da construção do conhecimento histórico das últimas décadas é a incorporação de uma postura de empatia em relação ao pretérito. Ver o passado e seus personagens como “outros” no tempo e no espaço, procurando tornar a estranheza que os envolve em familiaridade. Porém, não é adequado esquecermos de que a antropologia cultural, da qual os historiadores da cultura bebem muitas idéias, também avisa que a intimidade excessiva pode se tornar um problema para a investigação. Assim, o uso do conceito de representação deve servir para dar esse passo mais longe, para auxiliar a interpretar as fontes e revelar o que está oculto no que estranhemos e no que nos parece familiar na forma como os homens do passado davam sentido ao mundo em que viviam.

Na pesquisa aqui relatada, não apenas palavras, figuras e gestos são vistos como signos, mas também frases e/ou expressões inteiras. É uma forma de ampliar o modo de operar a categoria de representação, descobrindo o que está oculto nos distintos enunciados,

³⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Nessa obra, o historiador promoveu a reunião de algumas reflexões realizadas ao longo da década de 1980 a respeito de assuntos candentes no debate historiográfico da época, como a relação entre história e filosofia, a história da leitura e dos leitores, a apreensão da Revolução Francesa e das práticas políticas pela história cultural etc.. Na França, o livro foi publicado em 1988.

³⁵ Id. *Ibidem*, p. 20.

³⁶ Id. *Ibidem*, p. 21.

³⁷ CHARTIER, Roger (2002). *Op. Cit.*, p. 171.

nas diferentes maneiras dos militantes comunistas referirem-se à democracia que, para nós, podem parecer estranhos ou familiares, levando em conta o sujeito que representava, suas experiências e expectativas ao longo dos quase três anos de legalidade do PCB. Isso significa reconhecer que as representações não estão dadas e que minha tarefa foi justamente a de desvelá-las através da interpretação dos testemunhos que os comunistas de Porto Alegre deixaram de sua história, procedimento denominado pelo historiador François Hartog como uma “tradução”.³⁸ Através da imposição de uma grade, tentamos entender os códigos do outro – dos personagens históricos diferentes de nós porque longe no tempo e no espaço – a partir dos nossos, inscrevendo o mundo que se conta no mundo em que se conta.³⁹

Como as representações são relações simbólicas que se estabelecem ancoradas no já existente e sem perder de vista os debates que estavam ocorrendo no momento em que os comunistas viviam – e produziam os jornais, os discursos etc. através dos quais nos reportamos até seu mundo – penso que os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” são igualmente importantes. Segundo Koselleck, o espaço de experiência é “um passado presente”, quer dizer, a elaboração de acontecimentos passados e a possibilidade de tê-los presente por meio de resignificações. A experiência está reunida, formando uma totalidade.⁴⁰ Já o horizonte de expectativas é “futuro feito presente”, envolvendo vontade, inquietude, curiosidade, análise racional.⁴¹ A expectativa está voltada para o “ainda-não” experimentado, inserindo-se atrás de uma linha que remete ao desdobramento e à superação.⁴² Através do espaço de experiência e do horizonte de expectativa, passado e futuro reenviam-se mutua e constantemente, e é essa relação que dá sentido à idéia de temporalização.

Nas distintas ocasiões em que nossos protagonistas se referiram à democracia, eles sempre estiveram apoiados em uma determinada forma de pensar seu passado e de imaginar o futuro. O objetivo maior de levar tais categorias em conta no momento da interpretação das fontes é o de mostrar de que maneira, diante de cada exigência imposta pelo presente, os militantes do PCB deram significados para a democracia, resgatando o passado e projetando o futuro; como, ao ultrapassar contínuos horizontes de expectativas, eles foram construindo um dado espaço de experiência, visualizando novos horizontes e dando um lugar para a democracia nesse complexo de intersignificações que se exercia entre as expectativas

³⁸ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 260.

³⁹ Id. *Ibidem*, p. 229.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, p. 338-339.

⁴¹ KOSELLECK, Reinhart, *Loc. Cit.*

⁴² RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p. 361.

dirigidas para o futuro e as interpretações orientadas para o passado.⁴³ Já a caracterização dos militantes estudados e da forma de vê-los ao longo da pesquisa são apresentados no primeiro capítulo dessa dissertação.

IV

É o clima político da época (e a repressão) que determina a possibilidade de visibilidade da história dos comunistas no Brasil. No caso da conjuntura 1945-1947, as fontes não apresentam tantas lacunas, comparando aos períodos de atuação ilegal. Contudo, mesmo naquele contexto de abertura política e antes do cancelamento do registro do PCB, os comunistas tinham seus passos monitorados pelos funcionários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A partir da decretação da ilegalidade do Partido, uma farta e rica documentação se perdeu. Muito do que chegou até nós é fruto de um verdadeiro trabalho de garimpagem de pessoas interessadas na reconstrução da história do movimento operário, assim como de socialistas, comunistas, anarquistas e demais organizações de esquerda brasileiras.

É o caso do jornalista e escritor João Batista Marçal, cujo acervo, atualmente, conta com álbum fotográfico de personalidades ligadas à esquerda brasileira; uma coleção de mais de 50 dossiês, que é como ele chama documentos sobre a vida de diversas pessoas; textos inéditos e originais, opúsculos dos movimentos anarquista, socialista e comunista; livretos, panfletos, livros raros, além da hemeroteca, que é a parte mais consistente e valiosa do arquivo. Nele, Marçal guarda em torno de 20.000 peças, todas devidamente organizadas e catalogadas. O material disponibilizado pelo jornalista e suas publicações foram de extrema relevância para a pesquisa relatada nessa dissertação.

Por detrás de papéis um dia manipulados pelos comunistas que militaram em Porto Alegre, ou por aqueles que tinham o dever de vigiar seus passos, procurei perceber as representações que eles elaboraram em torno da democracia, extremamente valorizada no contexto pós-Estado Novo, nos diversos âmbitos da militância. Seus nomes, data e local de nascimento, alguns poucos rostos, endereços, profissões, atividades partidárias desempenhadas, discursos proferidos, reportagens publicadas, festejos e etc. – muito menos do que gostaríamos, mas talvez muito mais do que eles nos dariam a ver, caso pudessem se manifestar a respeito – encontram-se nas marcas deixadas em materiais muito diversos. Essa

⁴³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 360.

diversidade nos auxilia a chegar às distintas esferas de atuação de nossos protagonistas. Sendo assim, atas de reuniões, periódicos, *Anais* da Assembléia Legislativa gaúcha, panfletos, entrevistas, memórias e relatórios da polícia política do Rio Grande do Sul fazem parte desse grupo.

Sem dúvida, as fontes jornalísticas foram as mais ricas para o trabalho. De um modo geral, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Libertação* e *Tribuna Gaúcha* colaboraram com informações sobre o dia a dia da militância, fornecendo dados relativos aos militantes (seus nomes, profissões, cargos no Partido etc.), acerca das unidades partidárias na cidade (nomes, endereços e composições de comitês e células) e das atividades por eles levadas a efeito (reuniões, assembléias, comícios, conferências, horas de arte, programas de rádio etc.), o que ajudou a reconstruir a rede através da qual os comunistas de Porto Alegre se movimentaram durante o período de legalidade.

Segundo Francisco Rüdiger, os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* definiram um novo regime jornalístico no Rio Grande do Sul, através de uma organização empresarial.⁴⁴ O *Correio do Povo* foi fundado em 1895 pelo sergipano Caldas Júnior. Periódico ligado aos “Diários Associados”, *Diário de Notícias* apareceu em 1925, tornando-se o segundo maior jornal do Estado, com a proposta de promover campanhas de opinião pública, o que ocorreu nessa primeira fase de sua existência.⁴⁵ A preocupação em não estar ligado a nenhum órgão partidário não lhes tirou completamente o caráter político, apenas modificou-o. Caracterizado pela dissimulação, o posicionamento político sempre esteve presente em ambos. O primeiro foi usado mais intensivamente. Era nele que os militantes divulgavam com freqüência suas atividades e, casualmente, publicavam matérias pagas. O *Diário*, da mesma maneira, difundia informações sobre os comunistas, embora não de modo recorrente. Este teve uma utilização esporádica, servindo para preencher lacunas deixadas pelo *Correio*.

Antônio Albino Canelas Rubim lembrou que, com a democratização, os comunistas iniciaram uma “fantástica rede de comunicação, configurando, sem dúvida, a fase áurea de sua imprensa no Brasil”.⁴⁶ O Partido Comunista distribuiu deliberadamente oito diários e inúmeros semanários nas principais cidades brasileiras, uma cadeia articulada não apenas em torno da *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, mas da Interpress, agência de notícias que

⁴⁴ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993, p. 61.

⁴⁵ Id. *Ibidem*, p. 60.

⁴⁶ RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”. MORAES, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III: Teorias, Interpretações. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998, p. 316.

destinava o material jornalístico para as publicações do Partido e para a imprensa de pequenas cidades no interior do país.⁴⁷

A revista *Libertação* e o jornal *Tribuna Gaúcha* inseriram-se nessa rede. *Libertação* apareceu pela primeira vez em 14 de abril de 1945 sob o lema “Democratização, Progresso, pela Organização Unitária do Povo”, e seu nome fez referência ao momento de luta contra o nazifascismo e o Estado Novo. Fundada por Décio Freitas e Sibilis da Rocha Viana, foi o semanário da intelectualidade comunista, ligado ao Comitê Municipal de Porto Alegre, do qual sobreviveram nove edições. *Libertação* circulou até 1946, quando foi substituída por *Tribuna Gaúcha*. Esse diário comunista surgiu em 17 de fevereiro na capital do Rio Grande do Sul e circulou durante 10 anos (embora com nomes diferenciados, como forma de burlar a perseguição). De acordo com Marçal, seu nascimento não foi espontâneo, mas fruto de uma articulada e ambiciosa discussão, sob o comando da direção nacional do PCB, no sentido de dotar o Partido de uma rede de impressos que, sistematicamente, cobrisse a maior parte do território brasileiro possível com as idéias dos intelectuais comprometidos com o “realismo socialista”.⁴⁸ Para a presente pesquisa, foi possível contar com sete números de *Tribuna Gaúcha*, todos do ano de 1947.

A lacuna entre o último número de *Libertação* e o primeiro da *Tribuna* (praticamente todo o ano de 1946) foi preenchida, embora não com o mesmo caráter de informações, pelo jornal *Correio do Povo*. Enquanto a primeira nos leva ao ano em que nossos protagonistas retornavam à legalidade, repleta de artigos de opinião, editoriais dedicados ao momento político e notícias da reorganização do PCB na cidade, a segunda nos remete ao ano em que a militância ilegal voltou a fazer parte da vida dos comunistas. Suas reportagens igualmente dão conta da já não tão intensa movimentação dos militantes e das questões políticas nacionais e internacionais, mas por meio de um outro formato e de um tom não tão eufórico. Um detalhe faz *Libertação* mais atrativa ao presente trabalho: seu ineditismo. A revista mostra-se uma fonte praticamente inexplorada e com muito a oferecer a futuras pesquisas.

Se, para os revolucionários de Porto Alegre, *Libertação* e *Tribuna Gaúcha* faziam-se necessários na configuração da rede de comunicação partidária, conectando-os ao centro do Partido (no Rio de Janeiro) e difundindo sua linha, ao mesmo tempo que divulgando e articulando a militância em torno das várias atividades desenvolvidas no período, para a pesquisa aqui relatada, são rastros de sua história. O tempo transformou-os em vestígios por meio dos quais busco perceber os significados atribuídos à democracia.

⁴⁷ Id. Ibidem, p. 317.

⁴⁸ MARÇAL, João Batista. *A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 2004, p. 161.

Não sou a “leitora-modelo” desses periódicos. Nem seus colaboradores escreveram matérias pensando em satisfazer às perguntas colocadas por minha pesquisa. Como mencionou Cláudio Elmir, quando tomamos a imprensa como fonte histórica, somos leitores de jornais que já não mais circulam, que estão deslocados no tempo e no espaço.⁴⁹ Assim, é preciso considerar a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação à nossa própria experiência de leitura.⁵⁰ As respostas se mostraram, muitas vezes, nas entrelinhas, o que exigiu um roteiro de outras perguntas, tais como: quem (homem, mulher, intelectual, operário etc.) escreveu o artigo/reportagem/nota? Qual o contexto em que foi elaborado? De que assunto tratava? A que conferia destaque e o que omitia? Que tipo de julgamento realizava? Sobre o quê? Por detrás de questões semelhantes a essas, procurei desvendar a importância e os significados que a democracia ganhava dentro dos assuntos tratados, como nossos protagonistas a representavam diante das demandas impostas pelo momento e como, para tanto, apoiavam-se num determinado passado e presentificavam um futuro.

O material jornalístico é pensado, assim, não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações possíveis acerca da realidade, de modo geral, e da democracia, em particular. Representações que lutavam para impor-se frente a outras.⁵¹ Ao mesmo tempo em que a imprensa dava vazão a um determinado discurso criador de significados, também se encontrava atrelada ao que era possível dizer, isto é, as coisas ditas não poderiam fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornarem-se algo sem sentido.⁵² No caso dos periódicos vinculados ao PCB, havia ainda a questão de serem pautados pelo marxismo-leninismo, embora não se menospreze a existência de códigos sociais partilhados tanto pelos comunistas quanto pelos não-comunistas.

Porém, como advertiu Elmir, dificilmente se sustenta uma pesquisa maior que um ensaio com um único tipo de fonte documental. Fazem-se necessárias muitas mediações.⁵³ Dando seguimento à apresentação dos testemunhos utilizados para a pesquisa e às metodologias empregadas em sua análise, destaco os documentos referentes à polícia política. Conforme dito anteriormente, mesmo com a abertura política e a legalização do PCB, os comunistas continuaram tendo seus passos monitorados pelos funcionários do DOPS e, com o retorno à clandestinidade, em 1947, suas sedes foram invadidas e toda a documentação

⁴⁹ ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de estudos* (PPG – História UFRGS), Porto Alegre, n. 13, dez. 1995, p. 21.

⁵⁰ Id. *Ibidem*, p. 22.

⁵¹ Cf. ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, dezembro de 1998, p. 275-276.

⁵² Id. *Ibidem*, p. 277.

⁵³ ELMIR, Cláudio Pereira. *Op. Cit.*, p. 25.

existente apreendida. O acervo da polícia política, como bem lembraram Alexandre Fortes e Antônio Luigi Negro, contém fontes produzidas tanto sobre o alvo de espionagem quanto documentos produzidos pelo próprio espionado.⁵⁴

Os agentes policiais ficaram no encalço dos militantes do PCB – e/ou de indivíduos considerados tão “suspeitos” quanto – ao longo de toda a conjuntura. Após observarem seus passos, os investigadores redigiam relatórios, muitas vezes anexando notícias de jornais ou documentos produzidos pelos observados, e encaminhavam para o Rio de Janeiro, então capital federal. Foi nessa cidade que encontrei a maior parte do material relevante para a pesquisa – no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – embora já tivesse tido contato com uma pequena parcela, gentilmente cedida pela professora Me. Eliane Garcia, ainda durante a graduação. Existem testemunhos dessa natureza também no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Porém, quando foram descobertos, já não restava mais tempo para consultá-los, devido ao prazo para a realização dessa investigação. O material produzido pela polícia política é rico e nos remete a facetas inexistentes em fontes de outras naturezas. Os policiais preocupavam-se em dar os nomes de seus suspeitos, endereços, profissões e locais de trabalho. Costumavam descrever o dia-a-dia de suas atividades, desvendando a vida dos militantes, descrevendo suas vestimentas, suas falas, as relações que mantinham entre si, como se “infiltravam” entre os trabalhadores e no meio sindical, de que modo se confrontavam com a polícia e assim por diante. Já entre os documentos produzidos pelos comunistas que constam nos relatórios, estão correspondências, e protestos, por exemplo. Contudo, deve-se levar em conta alguns aspectos de ordem metodológica no momento de analisá-los.

Fortes e Negro aconselham a adoção de uma postura metodológica ciente da dinâmica em que esses testemunhos foram produzidos. Os relatos e a anexação dos documentos encerram aspectos específicos de um mundo vigiado, no qual as informações confidenciais eram um recurso para a preservação do poder do Estado e das classes dominantes e para a luta de outras forças políticas pela viabilização de suas estratégias.⁵⁵ A produção da documentação era pautada por uma lógica totalitária, que encarava qualquer dissonância, ou novidade na dinâmica da sociedade, como um desvio.⁵⁶ Logo, tudo o que restou sobre os comunistas presente nos arquivos da polícia política foi recolhido ou criado (no caso dos relatórios elaborados pelos agentes policiais) no sentido de demonstrar que os comunistas

⁵⁴ FORTES, Alexandre & NEGRO, Antônio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História social. *Métis: história & cultura*. Vol. 3, nº 5, janeiro/junho de 2004, p. 15.

⁵⁵ FORTES, Alexandre & NEGRO, Antônio Luigi. Loc. Cit.

⁵⁶ Id. *Ibidem*, p. 18.

eram culpados de tentar subverter a ordem social. O material produzido constituía-se no passo entre a suspeita e a culpa. Por isso, tal fonte, como qualquer outra, não encerra a verdade absoluta, mas aquilo que os agentes repararam – através de olhares treinados – em detrimento do que desconsideraram.

Muitas das manifestações dos comunistas de Porto Alegre aconteceram na tribuna da Assembléia Legislativa gaúcha, através dos discursos dos deputados Otto Alcides Ohlweiller, Antônio Pinheiro Machado Neto, Dyonélio Machado, Júlio Teixeira e Jover Telles – eleitos em janeiro de 1947. Seus pronunciamentos nos estão acessíveis nos *Anais* da Assembléia. Através dessa fonte, busquei as representações elaboradas acerca da democracia nos últimos meses em que nossos protagonistas militaram legalmente. Ela nos remete a um âmbito diverso daqueles de 1945 e 1946, pois os *Anais* são as transcrições de discussões realizadas entre pares, que seguiam uma lógica bastante específica.

Além de proporcionar a oportunidade de se examinar as votações dos comunistas, os *Anais* nos mostram como os deputados respondiam a indagações feitas no calor do debate parlamentar, em que o tempo de “estímulo-resposta” era bem curto; por vezes, condicionados à possibilidade do colega ceder o aparte. Para Castoriadis, falar é escolher signos, hesitar, corrigir, retificar os signos escolhidos, tudo em função de um sentido.⁵⁷ O tempo para essas escolhas e retificações no debate parlamentar parecia ser bastante limitado. O registro deixado pelos comunistas nesse âmbito de sua atuação política mostra-se diferente dos discursos proferidos nos comícios ou das matérias de opinião redigidas por eles. A título de comparação, as matérias de opinião eram escritas para um público distinto – os leitores dos periódicos vinculados ao PCB publicados à época – e seu texto possivelmente sofria cortes, substituição de palavras etc. ao longo do processo de redação. Ademais, o que os pronunciamentos na Assembléia são capazes de nos revelar passou pelo processo de transformação das falas pela taquigrafia. Isto implica considerarmos que não temos como chegar em vários aspectos importantes do modo como se dava a comunicação entre os parlamentares na tribuna, como os gestos, as possíveis piscadelas ou o ritmo e a tonalidade da voz. Algumas palavras e expressões podem ter sido perdidas pelo taquígrafo ou por ele confundidas. Muitos dos discursos não foram sequer revisados pelos deputados do Partido Comunista. Isso implica no reconhecimento de que, possivelmente, muitos significados se perderam no processo de transformação dos discursos parlamentares no material que, hoje, nos permite estudá-los.

⁵⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 167.

Distribuídos ao longo de 14 volumes, os pronunciamentos remetem às características e à importância que os deputados da bancada do PCB atribuíam à democracia, isto é, aos significados que teciam em torno dela, quando colocados diante de questões locais, estaduais e nacionais. É uma fonte importante para percebermos o sentimento dos comunistas nesse ano em que o Partido sofreu o golpe do cancelamento de seu registro e da cassação dos mandatos dos seus parlamentares, assim como seu posicionamento em relação a determinados acontecimentos, como o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.⁵⁸

Mas muitas informações relativas à militância comunista de Porto Alegre na conjuntura 1945-1947 e mesmo sobre a vida dos militantes não foram produzidas naquela época, mas décadas depois. É o caso das entrevistas e das memórias – representações trabalhadas e resignificadas pela temporalidade.⁵⁹

Não tive participação na realização de nenhuma das etapas das entrevistas utilizadas na presente pesquisa. Elas foram feitas por outros pesquisadores ao longo da década de 1990, ora tendo como objetivo reconstruir histórias de vida, ora levando em consideração temas específicos. No primeiro caso, encontra-se o depoimento da operária Julieta Batistioli, conduzido pelo historiador Francisco Carvalho Junior em 1992. No segundo, o do funcionário público Carlos Callage, do metalúrgico Eloy Martins e do jornalista João Batista Aveline. Os dois primeiros concederam entrevista para historiadora Carla Rodeghero em 1999, cujo centro da investigação pairava sobre o anticomunismo. João Aveline, por sua vez, foi entrevistado por Maria Luiza Martini, Eliane Garcia e Gustavo Coelho no mesmo ano, e seu relato foi transcrito por Rodeghero.

Os depoimentos de Julieta Batistioli e João Aveline foram os mais profícuos para responder à pergunta que norteia a pesquisa, fornecendo dados acerca do relacionamento dos militantes com o Partido Comunista e das suas expectativas em relação às orientações de Prestes. Mas, de um modo geral, tanto as coisas ditas por esses antigos militantes quanto as palavras de Carlos Callage e Eloy Martins contribuíram com dados referentes às suas bagagens de vida, profissões, local e data de nascimento etc..

⁵⁸ Cogitei a possibilidade de me amparar nas reflexões do teórico alemão Hans Ulrich Gumbrecht, sobretudo aquelas realizadas no livro *As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa* (Belo Horizonte: UFMG, 2003), para a análise dos pronunciamentos dos deputados comunistas. Entretanto, tal procedimento exigiria uma leitura exaustiva dos *Anais* – o que não seria possível, uma vez que a pesquisa apoiou-se em outros documentos – e o aprofundamento em relação aos aportes da Estética da Recepção e da Teoria das ações de linguagem, medida que não se faria possível dentro dos prazos estabelecidos para a conclusão dessa pesquisa.

⁵⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. As leituras da memória: a cidade imaginária de um cronista do sul brasileiro (Antônio Álvares Pereira Coruja e a Porto Alegre do início do século XIX). *Anos 90*, Porto Alegre, PPG – História – UFRGS, n° 14, dezembro de 2000, p. 47.

As memórias de Eloy Martins e de Dyonélio Machado, embora também sejam relatos baseados em recordações, encerram outras características. No caso do metalúrgico, o peso da idade fez com que resolvesse colocar no papel alguns episódios de sua vida. E ele assim procedeu escrevendo *Um depoimento político*, livro através do qual pretendeu expor, com seriedade e sinceridade, alguns pensamentos a respeito de questões que, por disciplina, não defendeu como deveria.⁶⁰ Em relação ao período 1945-1947, Eloy nos fornece informações preciosas sobre suas discordâncias em relação à política de União Nacional e acerca da mobilização dos comunistas de Porto Alegre em torno das eleições e das visitas de Prestes. Ele nos concede, através de suas lembranças, a oportunidade de percebermos não apenas o que nossos protagonistas pensavam de tudo o que estava acontecendo, mas também as emoções que a legalidade lhes despertava. Já o escritor gaúcho se descrevia “velho e doente” e “com o fim à vista” no momento da escrita de seu livro, embora alertasse que, a despeito disso, não estava enamorado da morte, queria viver.⁶¹ Dyonélio caracterizou suas memórias dizendo assim: “Este livro é uma conversa com o passado. Só isso.”⁶² Através dessa afirmação, o médico psiquiatra parecia mostrar ciência de que suas recordações não eram “puras”, de que dialogavam com o presente, o momento da escrita. Ele nos brinda com a narrativa de episódios relativos, sobretudo, ao ano de 1947, quando, juntamente com mais quatro companheiros, dividiu a bancada do PCB na Assembléia Legislativa gaúcha.

Todo o esforço de memorização realizado por esses antigos militantes aconteceu em um determinado presente, ao qual as lembranças responderam. A recordação de um evento passado já é completamente marcada pelo fato do indivíduo que lembra saber o que aconteceu depois. Ao longo do trabalho de interpretação desse material, não considerei as lembranças como imagens intactas, conservadas tais quais, mas como reconstruções de alguns aspectos – em detrimento de outros – do passado no presente, quer dizer, uma série de representações que ganharam novos significados no momento da recordação, que pôde ser tanto fruto da erupção como da evocação.⁶³ Os comunistas, assim, não rememoraram e narraram somente fatos, mas também significados que esses fatos tinham no calor dos acontecimentos e que

⁶⁰ MARTINS, Eloy. *Um Depoimento Político*. 55 anos de PCB. Memórias de um metalúrgico. Porto Alegre: Pallotti, 1989, p. 18.

⁶¹ MACHADO, Dyonélio. *Memórias de Um Pobre Homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990, p. 79.

⁶² Id. *Ibidem*, p. 75.

⁶³ A respeito da memória como reconstrução do passado no presente baseei-me em HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990 e em SEIXAS, Jacy. *Halbwachs e a memória – reconstrução do passado: memória coletiva e história*. *História*. São Paulo: EDUNESP, n. 20, 2002. Nas reflexões de Seixas, também encontrei subsídios para relativizar alguns detalhes valorizados pelo sociólogo francês no decorrer da constituição da memória e do processo de recordação, que são as questões referentes ao aspecto individual ou coletivo da memória e à evocação *versus* erupção das lembranças.

tiveram depois, quando submetidos a novas experiências e às demandas do momento da recordação. É também uma questão de atribuição de sentidos.

No decorrer da pesquisa, o propósito foi observar como os militantes, na época em que escreveram suas memórias, ou que foram entrevistados, vivenciaram e relembrou sua atuação entre 1945-1947, buscando informações que possibilitassem compreender as expectativas que eles alimentavam em relação à democracia nesse período, e como esses revolucionários refletiam sobre essas expectativas, que, anos mais tarde, já faziam parte de seu espaço de experiência.

Uma série de discursos de Luiz Carlos Prestes e documentos oficiais do Partido também compõem o conjunto de fontes dessa pesquisa. São pronunciamentos feitos, na maioria das vezes, em grandes comícios ou orientações publicadas e difundidas para todo o Brasil, encontrados em obra publicada por Edgar Carone ou sob a guarda do jornalista Marçal.⁶⁴ Através desses registros, é possível chegarmos aos significados que o líder comunista atribuía à democracia (ou à ditadura, etc.). Porém, tentando ir um pouco além disso, podemos contrapor suas opiniões às dos comunistas de Porto Alegre, procurando avaliar até que ponto partilhavam as mesmas concepções acerca da realidade, e da democracia, e as mesmas posições a respeito do momento político.

V

Santana mencionou, muito acertadamente, que “uma periodização, por mais tradicional, usual e funcional que seja, é sempre arbitrária e leva em conta os interesses e as preocupações da pesquisa”.⁶⁵ Ao distribuir os resultados da investigação, levei em conta a inflexão sofrida pelos militantes comunistas entre um momento de euforia (com a abertura em 1945) e outro de decepção (devido ao retorno da repressão aos movimentos populares, em 1946, e da clandestinidade em 1947). Dessa forma, são duas partes que estruturam essa dissertação.

“Os comunistas de Porto Alegre no ocaso do Estado Novo” é a primeira parte. Composta por dois capítulos, ela abrange, substancialmente, o ano de 1945, momento em que os militantes comunistas do Brasil, de um modo geral, e os de Porto Alegre, em particular, desfrutaram a imensa euforia de retornar à legalidade depois de 23 anos de atuação clandestina. Fontes – como os periódicos *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Libertação*,

⁶⁴ CARONE, Edgar. *O P. C. B. (1943-1964)*. Vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1982.

⁶⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., p. 23.

relatórios de reunião, documentos da Polícia Política, declarações oficiais do Partido, entrevistas e memórias – foram fundamentais para a construção dessa parte da narrativa.

O primeiro capítulo, “Rumo à ‘democracia soviética’: os militantes comunistas e o centralismo democrático”, traz informações diferentes dos demais. Através do uso de uma série de dados quantitativos, ele ambiciona dar uma noção de quem eram os sujeitos que militavam pelo comunismo na capital gaúcha do imediato pós-Estado Novo, informando sobre suas opções profissionais, ano e local de nascimento. Em um segundo momento, o capítulo aborda a relação entre nossos protagonistas e o PCB, desvelando como suas representações acerca da democracia apareciam no que dizia respeito à estrutura, à organização e ao funcionamento do Partido. O segundo capítulo, “A democracia desponta no horizonte”, mostra como os comunistas foram atribuindo significados à democracia na medida em que resignificavam o passado e projetavam o futuro diante das questões colocadas pelo ano de abertura, como a anistia, a tática de União Nacional, a instalação da Assembléia Constituinte e as eleições realizadas em dezembro de 1945.

“Os comunistas de Porto Alegre e o eclipse da legalidade” constitui a segunda parte do trabalho. Igualmente composta por dois capítulos, ela abarca os anos de 1946 e 1947, intervalo no qual nossos protagonistas sofreram o decepcionante impacto do retorno da repressão e os processos de cancelamento do registro do PCB e de cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Os periódicos *Correio do Povo* e *Tribuna Gaúcha*, documentos da Polícia Política, entrevistas e memórias foram as fontes que mais contribuíram para essa etapa da investigação.

O terceiro capítulo, “A democracia se afasta no horizonte”, conta de que maneira os militantes do PCB deram sentido à democracia diante da explosão de greves e da repressão a elas desencadeada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. É nessa etapa da narrativa também que o leitor saberá das expectativas desses personagens em relação às eleições que ocorreriam em 19 de janeiro de 1947 e ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil (evento que só se concretizaria oito anos depois). O quarto e último capítulo, “A democracia se perde no horizonte”, mostra como os comunistas representaram a democracia ao longo de 1947, ano em que seu Partido foi colocado de volta à clandestinidade. Com as sedes fechadas e as atividades proibidas, eles apostaram no Legislativo gaúcho como principal lugar para suas manifestações até janeiro de 1948, quando da cassação dos mandatos.

O leitor encontrará, ainda, algumas considerações finais, parte em que me proponho a retomar os principais pontos trabalhados nessa dissertação. Além da bibliografia e da lista das fontes examinadas, há também três apêndices, nos quais estão listados os militantes, as células

e as atividades desenvolvidas pelos comunistas de Porto Alegre ao longo da conjuntura em questão, dados estes encontrados na documentação consultada. Por fim, três figuras do jornal *Correio do Povo* foram reproduzidas na sessão de Anexos, de modo a auxiliar na compreensão de uma dada situação mencionada no segundo capítulo.

PARTE I

OS COMUNISTAS DE PORTO ALEGRE NO OCASO DO ESTADO NOVO

*Tuas mãos não esvoaçarão mais
como pássaros enlouquecidos
pela inutilidade e a angústia.
Não haverá mais angústia
e nada será inútil.*

*Então, nosso beijo terá
um significado universal.*

*Com a Paz ondularão os trigais
- como teu ventre branco.*

*E tuas mãos estarão calmas e serenas
- como os teus olhos.*

A Paz Virá – Fernando Melo – 1945

A primeira parte dessa dissertação trata substancialmente do ano em que os militantes comunistas de Porto Alegre experienciaram o fim do Estado Novo e o retorno à legalidade. Trata-se do relato de uma parcela da pesquisa dedicada, sobretudo, a captar as representações que os membros do PCB elaboraram em torno da democracia num momento de euforia ainda não vivida por aqueles que militavam pelo comunismo no Brasil. Fontes diversas contribuíram para essa etapa do trabalho, tais como: os periódicos *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Libertação*, relatórios de reunião, documentos da polícia política, algumas declarações oficiais do Partido, entrevistas e memórias. A partir desses testemunhos foi possível reconstruir toda a dinâmica de reorganização do Partido Comunista na capital sul-riograndense, saber as opiniões dos militantes em relação à situação política nacional e internacional, além de captar os significados atribuídos por eles à democracia diante dessas questões.

O primeiro capítulo concentra informações e discussões cujos teores são distintos dos abordados nos demais capítulos. Nele, o leitor encontrará, inicialmente, uma série de dados quantitativos a respeito dos militantes engajados na conjuntura 1945-1947. O intuito desse procedimento é tornar mais claros os sujeitos sobre os quais a investigação se debruçou, apresentando elementos sobre a ocupação profissional, o local e o ano de nascimento dos comunistas estudados. Num segundo momento, o cerne do relato passa a ser a relação entre os nossos protagonistas e o PCB, mostrando como sua caracterização da democracia acontecia no que tocava a estrutura, a organização e o funcionamento do Partido, trazendo à baila a questão do “centralismo democrático”. O segundo capítulo é aquele dispensado para o ano de 1945 e as representações que os militantes comunistas de Porto Alegre construíram acerca da democracia ao longo do trabalho de reconstrução partidária, nos preparativos para receber Luiz Carlos Prestes e na campanha para as eleições de 02 de dezembro, por exemplo. Em meio a esses acontecimentos, podemos observar de que maneira se deram os embates entre comunistas e anticomunistas, e como os primeiros permaneceram sendo continuamente vigiados pelos agentes do DOPS.

CAPÍTULO 1

RUMO À “DEMOCRACIA SOVIÉTICA”: OS MILITANTES COMUNISTAS E O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

1.1 – Nossos protagonistas: alguns dados quantitativos

Quando falo em militantes, não pretendo passar a falsa impressão de homogeneidade. Antes, quero salientar a heterogeneidade dos membros do PCB de Porto Alegre. Cada um deles tinha um nome e um rosto, havia vivido um passado, crescido em determinados meios e aprendido certos valores. Foram agentes históricos que devem ser vistos dentro da dimensão da qual fala Marco Aurélio Garcia:

os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de ‘determinações’ que incidem na forma pela qual ‘aplicarão’ a ‘linha’ do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada.⁶⁶

Entre aqueles que militavam na capital sul-riograndese nos primeiros anos após a ditadura de Vargas, existiam homens e mulheres provenientes de diversas regiões do Estado e do país, educados dentro de padrões culturais variados e dedicados a ofícios distintos. No intuito de tornar um pouco mais claro a quem estou me referindo, farei uso de uma série de informações de cunho quantitativo. Não realizarei um trabalho prosopográfico no sentido que o dá Lawrence Stone: “A prosopografia é a investigação das características comuns do

⁶⁶ GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, (8/9), 1997, p. 322.

passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas”.⁶⁷ O leitor não encontrará a trajetória de vida de todos os comunistas que militaram em Porto Alegre entre 1945 e 1947, nem de parte significativa deles, até mesmo porque os registros disponíveis e o prazo para realizar a pesquisa não permitiram um maior aprofundamento nesse sentido. O que tenho em mente é fornecer alguns dados que contribuam para a caracterização desse grupo, a fim de que vislumbremos algumas de suas particularidades, compreendamos um pouco melhor quem eram e, por fim, o que concebiam como democracia. Não é demais acrescentar que o objetivo maior da investigação que gerou a presente dissertação não foi analisar os militantes, mas um aspecto de sua forma de ver a realidade brasileira no contexto pós-Estado Novo.⁶⁸

Através de levantamento minucioso das fontes, foi possível encontrar o nome de 581 militantes.⁶⁹ Os documentos de maior auxílio foram os periódicos *Correio do Povo* e *Tribuna Gaúcha* – nos quais o PCB divulgava suas atividades e convocava seus membros para eventuais tarefas – além dos relatórios da Polícia Política do Rio Grande do Sul, elaborados com base em acompanhamento constante da atuação comunista por parte dos agentes policiais do Estado.⁷⁰ Uma das vantagens de se estudar o período de legalidade da militância comunista é, justamente, o fato de não existirem tantas lacunas documentais, como nas fases de clandestinidade. Contudo, é muito provável que o número de filiados ultrapassasse o que foi encontrado nos registros.⁷¹

A quantidade de homens e mulheres mostra-se bastante desproporcional. Dos 581 nomes relacionados, apenas 92 eram mulheres, o que equivale a 15,83%. Combinando os dados provenientes das fontes bibliográficas, foi possível obter maiores informações de 120

⁶⁷ Apud. HEINZ, Flávio M. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 9, n. 6.

⁶⁸ Optei por apresentar a proporção de homens e mulheres, além de dados relativos à profissão, ano e local de nascimento. Tais informações aparecem com mais frequência nas fontes, contribuindo para que tenhamos uma visão mais ou menos geral dos meios nos quais os militantes comunistas circulavam, do tipo de preocupações que poderiam ter e quais eventos haviam experienciado.

⁶⁹ A relação encontra-se na sessão de Apêndices.

⁷⁰ Acredito ser importante ressaltar que estive atenta para a possibilidade de indivíduos serem considerados comunistas pelos policiais sem o sê-lo. Nesse caso, dei crédito aos nomes acompanhados de ampla explicação da atuação do “suspeito”, na qual pudesse identificar lugares, atividades etc. típicos dos militantes em Porto Alegre.

⁷¹ É importante salientar que praticamente todas as fontes contribuíram com informações relevantes acerca tanto dos comunistas de Porto Alegre quanto das atividades por eles levadas a efeito, e as tabelas e os gráficos doravante apresentados foram elaborados com base nos dados delas provenientes. Os periódicos, os documentos da Polícia Política, as memórias e as entrevistas – as quais encontram-se listadas no final da dissertação – foram de grande valia nesse sentido. Destaco, ainda, algumas referências bibliográficas: MARÇAL, João Batista. *A Imprensa Operária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 2004; _____. *Comunistas Gaúchos. A vida de 31 Militantes da Classe Operária*. Porto Alegre: Tchê, 1986; TILL, Rodrigues. *Dyonélio Machado. O homem – a obra*. Porto Alegre: E.R.T. Edições, 1995. MARTINS, Eloy. *Um Depoimento Político. 55 anos de PCB. Memórias de um metalúrgico*. Porto Alegre: Pallotti, 1989.

dos 581 militantes, uma amostragem de 20,65%. A desproporção entre os sexos, nesse recorte, aumenta: são 108 homens e 12 mulheres, quer dizer, elas representam apenas 11,11%.

Se quisermos saber a profissão dos comunistas, temos ainda menos dados. Dos 120 sobre os quais conseguimos maiores informações, encontramos ofício de 87 militantes, o equivalente a 75%, e 15,49% dos 581 nomes listados. Há de se ressaltar, aqui, a questão das “múltiplas profissões”, isto é, o fato de um indivíduo dedicar-se a mais de um mister, aspecto comum entre os membros da elite brasileira, conforme o historiador Flávio Heinz.⁷² Dentre os filiados do PCB de Porto Alegre, os que tinham mais de uma ocupação eram aqueles que, por motivos quaisquer, haviam usufruído algum contato com o universo intelectual, como Dyonélio Machado (professor, médico psiquiatra e escritor). De acordo com o jornalista João Batista Marçal, Dyonélio teria crescido no meio de livros e jornais; criado e educado entre professores, jornalistas e pessoas ligadas ao teatro.⁷³ Com 11 anos de idade, o futuro autor de *Os Ratos* era dono do próprio jornal, *O Martelo* – “jornalzinho da mocidade”, segundo ele mesmo.⁷⁴ Aliás, número considerável de revolucionários dedicava-se à redação de poesias, romances, contos ou ensaios científicos. Dos 87 comunistas, cujas profissões foram descobertas, 10 deles (12,48%), também eram escritores. Em contrapartida, militantes de origens mais humildes e que não tiveram contato com a intelectualidade, possuíam apenas uma profissão. Era o caso, à guisa de exemplo, dos metalúrgicos Abílio Fernandes e Eloy Martins, do mineiro Manoel Jover Telles e da operária Julieta Batistioli.

A tabela 1 revela a distribuição de profissões entre 87 militantes dos quais obtivemos informações. Vejamos.

Tabela 1
Ocupação Profissional

Profissão	Nº	%
Advogado	09	10,34
Arquiteto	01	1,14
Artista	02	2,29
Barbeiro	02	2,29
Comerciante	01	1,14
Costureira	01	1,14
Economista	01	1,14
Eletricista	01	1,14
Engenheiro	05	5,74
Estudante	05	5,74
Fazendeiro	01	1,14
Ferrovário	04	4,49

⁷² HEINZ, Flávio M. “Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico”. _____ (Org.) Op. cit., p. 134, n. 28.

⁷³ MARÇAL, João Batista (1986). Op. Cit., p. 75.

⁷⁴ Id. Ibidem, p. 78.

Funcionário público	03	3,44
Jornalista	15	17,24
Mecânico	01	1,14
Médico	10	11,49
Metalúrgico	04	4,59
Militar	01	1,14
Mineiro	01	1,14
Operário	05	5,74
Padeiro	02	2,29
Pedreiro	01	1,14
Professor	09	10,34
Químico industrial	01	1,14
Tradutor	01	1,14
Total	87	100

Fonte: Ver nota 71.

Em torno de 52 militantes integravam categorias profissionais que exigiam significativo grau de instrução, ou seja, uma proporção de 59,77%.⁷⁵ Outros 21 ocupavam-se de ofícios que requeriam habilidades mecânicas ou manuais. Estes representavam 24,13%.⁷⁶ Mais da metade dos revolucionários, dos quais obtivemos dados sobre a vida profissional, portanto, circulava em meios intelectualizados – como universidades, empresas jornalísticas e editoras – ao passo que cerca de um quarto deles entrava em contato com pessoas economicamente desfavorecidas, em especial os próprios colegas de trabalho.

O levantamento das fontes forneceu um número ainda menor em relação ao ano de nascimento dos partidários do comunismo. Uma proporção de 6,02% em relação aos 581 nomes relacionados, e de 29,16% se relacionarmos com os 120 dos quais obtivemos maiores dados. A tabela 2 apresenta quantos militantes comunistas nasceram por década.

Tabela 2
Época de Nascimento

	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1920	1921-1930	Total
Nº	03	02	12	15	03	35
%	8,57	5,71	34,28	42,85	8,57	100

Fonte: Ver nota 71.

Alguns deles eram, em 1945, antigos militantes, havendo participado de momentos importantes da história do movimento operário e do PCB, como é o caso de Santos Soares, nascido em 1890 e um dos fundadores do Partido no Rio Grande do Sul. Já Dyonélio

⁷⁵ Inclui nessa relação advogados, arquiteto, economista, engenheiro, jornalistas, médicos, professores, tradutor e químico industrial.

⁷⁶ Refiro-me aos barbeiros, costureira, eletricitista, ferroviários, mecânico, metalúrgicos, operários, padeiros e pedreiro.

Machado, nascido em 1895, passou a militar pelo comunismo na década de 1930, beirando os 40 anos. No entanto, seus primeiros passos na política deram-se ainda em Quaraí, cidade na qual havia grande domínio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).⁷⁷ Considerável número deles nasceu na década de 1900 e a maioria entre 1911 e 1920. Quer dizer, 10 deles tinham entre quatro e trezes anos em 1924, quando foi deflagrada a Coluna Prestes, liderada pelo Juarez Távora e Luiz Carlos Prestes – que, na época, ainda não era comunista. Esses mesmos indivíduos estavam na casa dos 20 anos na década de 1930, quando da ascensão do nazifascismo e do regime ditatorial de Vargas. Eloy Martins, por exemplo, nascido em 1911, entrou para o PCB em 1933 – logo, com 22 anos de idade – tendo contato direto com Mário Couto, então secretário-geral do Partido no Estado, assassinado pela Polícia de Flores da Cunha em janeiro de 1935. Mário Couto fora um militante exemplar, sempre lembrado com admiração pelos comunistas. Eloy participou de surtos grevistas no ano do assassinato de seu colega, sofrendo violenta repressão, além de também ter sido preso durante o Estado Novo.⁷⁸

Quanto ao local de nascimento dos comunistas que militaram em Porto Alegre entre 1945 e 1947, descobrimos muito pouco. As fontes revelaram dados de 34 comunistas, o que, em relação aos 120 dos quais obtivemos maiores informações, equivale a 28,33%. Sabemos que 28 deles nasceram no Rio Grande do Sul e cinco em outros Estados brasileiros. A tabela 3 revela de qual cidade gaúcha provinham alguns dos militantes.

Tabela 3
Militantes comunistas gaúchos

Cidade	Nº
Alegrete	01
Dom Pedrito	01
Encantado	01
Herval do Sul	01
Passo Fundo	01
Pelotas	06
Porto Alegre	06
Quarai	02
Rosário do Sul	01
Santa Maria	03
Santana do Livramento	02
São Jerônimo	01
São Pedro do Sul	01
Uruguaiana	01
Total	28

Fonte: Ver nota 71.

⁷⁷ Cf. TILL, Rodrigues. Op. Cit., p. 54.

⁷⁸ Cf. MARÇAL, João Batista (1986). Op. cit., p. 89.

Dentre os 28 militantes gaúchos, sabemos que apenas seis deles eram naturais de Porto Alegre. Os demais, embora militassem na capital do Estado logo após o Estado Novo, eram provenientes do interior do Rio Grande do Sul. Outros cinco comunistas vieram de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e da Rússia.

Lamentavelmente, não é possível contar a história de todos os comunistas que se engajaram, tendo como *locus* a capital gaúcha, na luta pela democratização da sociedade brasileira na metade da década de 1940. Com base nas fontes disponíveis, o perfil do militante que se conseguiu analisar corresponde ao que Cláudio Batalha classifica como “lideranças” e “quadros intermediários”. Ele diz que

apenas uma minoria de militantes chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Outro grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria; esses seriam os quadros intermediários. O terceiro, e certamente o maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo. Nosso conhecimento sobre cada um desses tipos de militantes é inversamente proporcional ao seu peso numérico.⁷⁹

O objetivo de Batalha, no artigo citado, é discutir certos aspectos relacionados à história do movimento operário brasileiro. O autor localiza sua reflexão no Rio de Janeiro da Primeira República, atentando para diferenças e semelhanças na abordagem entre classes trabalhadoras e militantes organizados, além de proceder algumas considerações acerca da exploração de distintas fontes. Apesar de não se referir especificamente à militância comunista e de se preocupar com um outro período, a divisão sugerida por Batalha apresenta certa potencialidade explicativa, que contribuiu para a pesquisa aqui relatada.

Dos 581 nomes encontrados nas fontes – os quais, certamente, eram comunistas de alguma forma envolvidos com as atividades partidárias no período – foi possível saber as funções que alguns (não mais que 120) desempenhavam na estrutura da agremiação, as tarefas para as quais se dedicavam e, conseqüentemente, a relação que mantinham com o próprio Partido. Poderíamos aproximá-los do que Batalha classificou como “quadros intermediários”. Contudo, não restaram vestígios do que todos eles pensavam acerca da democracia. Apenas o ponto de vista dos indivíduos que mais freqüentemente apareciam nos jornais de grande circulação, que escreviam suas opiniões nos periódicos do PCB e daqueles cuja projeção política possibilitou concorrerem e serem eleitos deputados estaduais foram amplamente

⁷⁹ BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos da movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, pp. 91-99, dezembro de 1997. PPG em História da UFRGS. p. 93.

analisados. Não seria inadequado compararmos estes últimos a uma elite, visto as condições desiguais dadas aos militantes no desempenho do seu papel no interior do Partido.

A operária da fábrica Renner Julieta Batistioli, por exemplo, era uma senhora casada com o igualmente comunista Fortunato e militava na célula “Olga Benário” de Porto Alegre. Em junho de 1990, ela concedeu uma entrevista ao historiador Francisco Carvalho Júnior, na qual revelou alguns aspectos acerca da relação entre cúpula e base partidária, entre dirigentes e militantes de base. Depois de recordar que considerava errado o pouco conhecimento que o “Partido” tinha a respeito do que os membros das unidades básicas faziam pela causa, contou que, por ocasião da visita de Luiz Carlos Prestes ao Estado, em setembro de 1945, ficou claro que a cúpula não se embaralhava com a base:

JB – Ah! Eu [ia] dizer o seguinte... “o Partido também não tinha muito conhecimento de pequenas coisas, como hoje eu estou contando aqui essas pequenas coisas das fábricas, assim. Porque ele não descia nas bases.

FCJr. – Ficava só na cúpula...

JB – Só na cúpula. O Partido era na cúpula, ele não descia nas bases do Partido como eu sei, por exemplo, a nossa base era uma... eles [a base, a célula] tinham sentimento porque quando Prestes vinha aqui nunca levaram ele na base da ‘Olga Benário’, o Prestes. Eles nunca chegaram perto do Prestes. Tem comunista que nunca chegou perto do Prestes. Faziam churrasco para ele, faziam festa, tudo, mas era na cúpula.⁸⁰

Julieta referia-se às pequenas coisas que os militantes faziam pelo PCB e que o “Partido” (os dirigentes) não ficava sabendo, além de denunciar o isolacionismo da cúpula partidária. Desses revolucionários, de seus esforços pelo comunismo no dia-a-dia das células e nos locais de trabalho, as fontes nos revelaram muito pouco. Em contrapartida, o ponto de vista daqueles que dirigiam as distintas unidades comunistas é abundante.

1.2 – O PCB em Porto Alegre: estrutura, organização e funcionamento

Apesar de não estar entre os objetivos desse trabalho analisar o Partido Comunista do Brasil – mas sim os indivíduos a ele filiados – não é possível descartar informações acerca dessa agremiação política. Não seria apropriado desvinculá-los completamente do Partido, uma vez que – para ser seu membro – o sujeito tinha de se submeter aos estatutos e à

⁸⁰ CARVALHO JÚNIOR, Francisco & GARCIA, Eliane Rosa. (Org.) *Adorável Camarada*. Memórias de Julieta Batistioli. Entrevistas realizadas com Julieta Batistioli, em 29 de junho de 1990 e 22 de julho de 1992, por Francisco Carvalho Júnior. p. 34. As informações entre colchetes são de responsabilidade do entrevistador. Cabe mencionar, ainda, que as citações das fontes realizadas ao longo desse trabalho foram submetidas à atualização ortográfica.

disciplina partidária. Importa esclarecer, assim, que o militante que enfocamos é aquele indivíduo vinculado ao PCB. Logo, ciente e condizente com seus direitos e deveres.⁸¹

Segundo o artigo número seis dos *Estatutos* do PCB de 1945, era considerado membro todo aquele que aceitasse seu programa, seus estatutos e sua disciplina, que atuasse em um de seus organismos, pagasse as contribuições e que realizasse na prática a política e as resoluções do Partido.⁸² O aspecto burocrático desse tipo de fonte e o fato de sua redação ter ocorrido segundo fórmulas pré-estabelecidas não nos passam despercebidos. Contudo, os estatutos costumam conter dados importantes sobre quem poderia se filiar ao Partido, seus direitos e deveres, o funcionamento da instituição, além de suas finalidades.

Boa parte dos revolucionários que militaram no Partido Comunista durante a legalidade já se havia filiado anos antes. Contudo, a partir do ocaso do Estado Novo, número considerável de indivíduos afluíram às fileiras comunistas.⁸³ Para ingressar no PCB em 1945, o candidato afiliado deveria ser apresentado por um militante que tivesse, pelo menos, um ano de militância partidária. E, uma vez aceito, aquele que aspirava entrar no Partido era considerado membro mediante o seguinte juramento:

Prometo a mais firme lealdade e completa dedicação aos sagrados interesses da classe operária e do povo. Prometo, assim, trabalhar ativamente pela defesa da democracia e da paz, pela derrota definitiva do fascismo, pelo desaparecimento de todas as formas de opressão nacional e de exploração do homem, até o estabelecimento do socialismo. Com este objetivo, juro solenemente permanecer fiel aos princípios do Partido Comunista do Brasil; lutar, dentro do máximo de minha capacidade, que procurarei aumentar sempre, pela sua unidade e pelo seu crescimento: trabalhar, incansavelmente, no cumprimento de seu programa.⁸⁴

Em um primeiro momento, destaco elementos contextuais presentes no juramento, a saber: a incitação à defesa de democracia e da paz e à luta contra o fascismo e todas as formas de opressão nacional. Surgiam algumas diferenças em relação aos estatutos anteriores. No de 1922, por exemplo, a finalidade havia sido promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores, além da organização política do proletariado em partido de classe para a

⁸¹ É pertinente esclarecer que os comunistas alvo desse trabalho eram aqueles filiados ao PCB, pois, de acordo com Antônio Albino Canelas Rubim, o Partido Comunista teve quase o monopólio do marxismo no Brasil entre 1922 e 1956, co-existindo com outros pequenos grupos inspirados em Trotski, embora de pouca expressão. Ver: RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III – Teorias e Interpretações. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 306. O historiador Ronald Chilcote também mostra que havia mais grupos de esquerda fundados em 1945, como por exemplo: a União Socialista Popular, no Rio de Janeiro; o agrupamento trotskista Partido Socialista Revolucionário; e a União Democrática Socialista, anti-stalinista e anti-trotskista, fundada em São Paulo. CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., p. 105.

⁸² *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro – 1945. p. 10.

⁸³ Eloy Martins, no final da década de 1980, lembrou que o número de membros cresceu de 4.000 para mais de 60.000 em todo país. Cf. MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 76.

⁸⁴ Idem, p. 11.

conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista.⁸⁵ Não se falava em democracia, nem em algo relacionado à ditadura. Já em 1945, a experiência do Estado Novo e do fascismo haviam-se incorporado à história da vida do PCB e de seus militantes. Fazia-se importante garantir o aniquilamento das idéias que haviam colocado a atuação comunista na mais obscura clandestinidade. Os estatutos nos demonstram a preocupação do Partido em assegurar a lealdade e toda a capacidade de mobilização do futuro membro em relação a esse aspecto.

A partir do momento em que o indivíduo prestava o juramento, teria para com o Partido Comunista mais deveres que direitos. Quer dizer, os deveres exigiam muito mais do revolucionário em comparação aos direitos que ele poderia desfrutar. O primeiro artigo que estabelecia as normas de relacionamento entre militante e partido deixava muito claro que o engajamento deveria ser absoluto:

Art. 9 – O primeiro dever de todo membro do Partido é enquadrar todos os atos de sua vida pública e privada dentro dos princípios e do programa do Partido e ajustar estritamente sua conduta partidária à observância fiel de seus estatutos e regulamentos.⁸⁶

A esfera pública tanto quanto a privada deveriam ser orientadas de acordo com os princípios e o programa do PCB, isto é, pedia-se ao militante, no mínimo, que agisse em qualquer momento de sua vida de acordo com o que a organização partidária considerasse adequado. Nos artigos seguintes, outras obrigações eram relacionadas, tais como: zelar pela unidade da organização, pertencer ao sindicato de sua categoria profissional, votar nas legendas indicadas pelo Partido em todas as eleições que se realizassem, bem como não manter relações pessoais com trotskistas e outros inimigos reconhecidos do Partido.⁸⁷ Os membros também tinham o dever e o direito de participar da elaboração da linha política e das resoluções partidárias, poderiam eleger e ser eleitos para os órgãos dirigentes do PCB, criticar qualquer colega em reunião e participar pessoalmente das discussões, cujo foco fosse sua conduta.⁸⁸ É notável que os deveres dos militantes abarcavam dimensões muito maiores, exigindo grau considerável de desprendimento.

Para o historiador familiarizado com o tema, não é novidade a questão da entrega absoluta dos comunistas ao Partido. Algumas das mais importantes abordagens sobre o

⁸⁵ Cf. POMER, Carlos. Estatuto. A luta pelo partido leninista no Brasil. *Diário Vermelho* [online]. 13 de outubro de 2005 [citado em 26 de setembro de 2006]. Disponível na World Wide Web <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1013/1013_hist_estatutos.asp>.

⁸⁶ *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro – 1945. p. 12.

⁸⁷ Idem, p. 12-13.

⁸⁸ Idem, p. 13.

assunto estão nas obras de dois historiadores: Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira. O primeiro mostra como as organizações de esquerda – entendidas como “organizações de estado-maior” – estruturavam sua coesão interna com base em postulados e mecanismos determinados.⁸⁹ Ferreira parte das idéias de Reis Filho para demonstrar como tais estratégias moldavam uma dada forma de “ser comunista”, preocupando-se mais com os militantes.⁹⁰

O PCB trabalhava incessantemente, a fim de envolver, se possível, a própria existência de seus membros. Sua organização e funcionamento eram administrados de maneira a manter o militante atarefado o máximo possível, deixando-o permanentemente concentrado. Reis Filho refere-se a tal estratégia como “estratégia da tensão máxima”, isto é, um conjunto de responsabilidades altamente absorventes que mantinham os militantes sob constante pressão.⁹¹ Uma das explicações desse historiador para o fato dos comunistas aceitarem uma vida tensa e repleta de trabalhos excessivos é o “complexo da dívida”. O indivíduo filiado à organização sentia que devia tudo a ela – encarada como a encarnação da “vontade coletiva” – que detinha o saber verdadeiro, porque científico e social.⁹² Ferreira acrescenta que, para o militante do PCB, o revolucionário devia sua consciência política, os conhecimentos teóricos através dos quais interpretava a realidade, as experiências de luta, saberes e fundamentos na ciência, instruções para revolucionar o mundo, enfim, todo um arcabouço com base no qual considerava-se capacitado para acabar com privilégios milenares. Assim, segundo o autor, “por mais que ele se dedicasse à organização, por mais que ele se esforçasse pela causa revolucionária, um militante do Partido Comunista estaria sempre em débito”.⁹³

O indivíduo que ingressava numa organização comunista achava-se envolvido por uma dinâmica marcada por extensa gama de atividades – ou tarefas – internas e externas, um conjunto de obrigações que incluía, entre outras coisas, estudo teórico, debate político-teórico interno, trabalho de massas e de agitação e propaganda. De acordo com Aarão, tratava-se de um verdadeiro processo de saturação, que tinha como combustível o marxismo-leninismo, a certeza da revolução.⁹⁴ Jorge Ferreira incorporou algumas expressões cunhadas por Aarão – como “estratégia da tensão máxima” e “massacre de tarefas” – mostrando exemplos

⁸⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit. Capítulo 4 - “As organizações comunistas: Estados-Maiores Revolucionários”.

⁹⁰ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. Parte II – Identidades e Práticas do Militante.

⁹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 118.

⁹² Id. Ibidem, p. 119.

⁹³ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 41.

⁹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 128.

relacionados aos membros do Partido Comunista do Brasil, em especial, explicando as tarefas e quais militantes as levavam a cabo.⁹⁵

Ser membro do Partido Comunista na metade da década de 1940 era entregar-se às atividades e às responsabilidades partidárias, tanto quanto arcar com as conseqüências, caso a conduta do militante fosse reprovada pela direção. O vigésimo artigo dos *Estatutos* do PCB dava início a uma série de esclarecimentos sobre as medidas disciplinares tomadas pela agremiação. Os comunistas, teoricamente, deveriam saber que poderiam ser punidos, se infringissem os estatutos e regulamentos, transgredissem a disciplina. Havia também a possibilidade de castigo por irregularidades financeiras, conduta ou atos contra a classe operária ou que prejudicassem de alguma forma a influência do Partido no seio do operariado e do povo. As punições dependeriam da responsabilidade e da importância do militante – bem como da natureza e gravidade da falta cometida – e poderiam variar de uma censura, da remoção de postos de responsabilidade, da censura pública até a expulsão da organização.⁹⁶

A acompanhamento da conduta dos comunistas era bastante facilitado pelo esquema de organização do PCB. Os *Estatutos* de 1945 descreviam uma estrutura claramente hierarquizada e fortemente centralizada – com órgãos dirigentes nacionais, estaduais, municipais e distritais, assim como em bairros e empresas – e estabeleciam um sistema de subordinação, de responsabilidade e de apelação, que iria da unidade menor para a maior.⁹⁷ Ronald Chilcote bem assinalou o caráter piramidal da estrutura do PCB, muito semelhante à do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).⁹⁸ No topo dessa hierarquia, estava o Comitê Nacional (antigo Comitê Central), localizado no Rio de Janeiro, do qual partiam as decisões mais importantes, principalmente aquelas relacionadas à linha política que o Partido seguiria. Imediatamente abaixo dele vinham os comitês estaduais.

O Comitê do Rio Grande do Sul foi instalado no dia 30 de julho de 1945, no Cine Imperial completamente lotado. Um “a pedido” foi publicado no *Correio do Povo* de 1º de agosto, mostrando numa página inteira a suntuosidade do evento. Centenas de pessoas ocuparam as cadeiras do cinema, muitas outras ficaram de pé e uma multidão teve de se contentar em acompanhar a cerimônia do lado de fora, abaixo de chuva, através de altofalantes instalados na Praça da Alfândega.

⁹⁵ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., pp. 88-98.

⁹⁶ *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro – 1945. p. 14.

⁹⁷ Idem, p. 18.

⁹⁸ CHILCOTE, Ronald. Op. cit., p. 165.

O metalúrgico Abílio Fernandes, Secretário Geral do Comitê Estadual, fez longo discurso no palco repleto de seus camaradas e ornado com bandeiras. A reportagem publicada no *Correio do Povo* possibilita localizar, dentre elas, a do Brasil, da União Soviética e dos Estados Unidos, pelo menos.⁹⁹ Além de histórico, o momento foi caracterizado por ele como uma ocasião de festa pela conquista da liberdade. É bem provável que toda a sociedade brasileira estivesse embebida em sentimentos semelhantes. No entanto, para os comunistas – devido à escolha que haviam feito de lutar pela transformação do país e do mundo segundo o marxismo-leninismo e às conseqüências dessa opção – a solenidade tinha um significado muito particular. Um trecho do pronunciamento do metalúrgico pelotense nos revela a emoção vivida por ele:

É fácil compreender o que significa a conquista da liberdade, para nós que sofremos as duras condições da ilegalidade e da ação clandestina. Mas, há uma coisa que, neste instante solene, talvez só nós saibamos sentir com tão profunda emoção e respeito. É a saudade e a lembrança imorredoura dos destemidos camaradas que caíram lutando em meio à dura jornada.¹⁰⁰

Quantos companheiros dedicados, corajosos e honrados já não estavam mais vivos para experienciar o momento em que o Partido Comunista conquistava a legalidade. Certamente, esse era um sentimento profundamente compartilhado pelos comunistas e apenas por eles. A partir da instalação realizada naquela noite de 30 e julho de 1945, o Comitê Estadual passou a funcionar no primeiro andar do conhecido (na época) edifício Malakof, em frente ao Mercado Público da capital do Estado.

Na seqüência da pirâmide que caracterizava a estrutura do PCB, apareciam os comitês municipais, seguidos dos distritais. O Comitê Municipal de Porto Alegre funcionava em três salas de um prédio na rua Voluntários da Pátria, centro da cidade, e foi instalado solenemente no dia 10 de setembro.

A base da organização era constituída pelas células. No ano de 1945, elas espalharam-se por toda a capital sul-riograndense, recebendo as mais variadas denominações. Em Porto Alegre, as células comunistas foram designadas ou pelo nome do bairro onde se localizavam, ou pela categoria profissional que congregavam, ou ainda pela escolha de um patrono. Alguns bairros concentravam número considerável delas, como a Cidade Baixa e o Navegantes. Ao todo, foram encontradas 13 unidades nomeadas a partir desse critério. A quantidade de células denominadas por nome de patronos, contudo, parecia ser maior.¹⁰¹ Ao longo do ano de 1945,

⁹⁹ As fotografias que ilustram a matéria foram reproduzidas na sessão de Anexos.

¹⁰⁰ A pedido. O Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil, no R. G. do Sul. *Correio do Povo*, 01.08.1945, p. 6.

¹⁰¹ O levantamento realizado permitiu constatar a existência de 34 delas ao longo da conjuntura 1945-1947. No entanto, muitas eram denominadas sob mais de uma forma, por exemplo: a célula Júlio de Castilhos também era

foram encontradas informações referentes às seguintes células: dos bairros Aberta dos Morros, Azenha, Centro, Cidade Baixa, Floresta, Menino Deus, Mont' Serrat, Navegantes, Partenon, Passo da Areia e Passo da Mangueira, Rio Branco, São João e Teresópolis; células Machla Berger, Mário Couto (Carris), Moaré Martins e Olga Benário; Colégio Júlio de Castilhos, Doca Fluvial, Energia Elétrica, da Estiva, Faculdade de Direito e Viação Férrea.

As divisões do Partido Comunista do Brasil eram dinamizadas por uma equipe, na qual cada militante ficava responsável por uma área de atuação. Os membros responsáveis pelas tarefas eram, geralmente, pessoas cujo grau de engajamento mostrava-se bastante alto. Eles recebiam o cargo de “secretários”. A historiadora Berenice Cavalcante explica que, por mais que os colegas de militância se indiferenciassem – por estarem sujeitos aos mesmos princípios de disciplina – um órgão superior em relação a um inferior demonstrava que seus integrantes haviam-se mostrado mais fiéis, mais leais ou mais completamente dedicados ao cumprimento do juramento que todos realizavam ao ingressar no Partido.¹⁰² Nos comitês tanto quanto nas células existiam tais grupos, dos quais dependia o bom andamento da organização e das atividades da unidade. O Comitê Estadual, de cuja instalação falamos anteriormente, tinha como Secretário Geral Abílio Fernandes. Os demais secretários respondiam pelas seguintes áreas: professor Jorge Bahlis, Divulgação e Cultura; professor Otto Alcides Ohlweiller, Eleições; padeiro Edgar José Curvello, Massas; advogado João Alberto Schenkel Filho, Organização; e metalúrgico Eloy Martins, Sindical. A operária Julieta Batistioli era suplente.

A maioria dos militantes acumulava responsabilidades dentro do Partido. Edgar Curvello, por exemplo, também era o Secretário Geral do Comitê Municipal de Porto Alegre. Julieta também secretariava a célula “Olga Benário”, e Jorge Bahlis presidia o Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha, que funcionava na antiga Sociedade Espanhola – rua Andrade Neves, nº 85. O referido Clube era uma das entidades ligadas ao PCB em Porto Alegre, no qual se desenvolviam atividades culturais, como concertos, conferências, debates, palestras, sabatinas, horas de arte e peças teatrais. Os comunistas levaram a cabo cerca de 40 eventos ligados à cultura no ano de 1945. A Sociedade Espanhola também abrigava a Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol (ABAPE), a Liga das Donas de Casa, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), além de comissões eventuais, como a

conhecida como célula do Bom Fim (bairro). Não foi possível verificar todos os casos em que uma célula podia ser identificada por mais de um modo. A listagem completa por denominação encontra-se na sessão de Apêndices.

¹⁰² CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 150-151.

Comissão Central de Recepção a Prestes e suas respectivas sub-Comissões, no mês de setembro.

Toda estrutura orgânica do PCB baseava-se no princípio do “centralismo democrático”. De acordo com os *Estatutos* de 1945, tal postulado visava garantir o caráter eletivo de todos os órgãos do Partido, além de sua obrigação de prestar, periodicamente, informações sobre as atividades e a conduta de seus filiados. O centralismo democrático visava assegurar a subordinação da minoria à maioria e, contraditoriamente, também deveria contribuir para com o respeito e a subordinação “incondicional”, por parte dos organismos inferiores (maioria), às resoluções dos organismos superiores (minoria). Por último, cultivava-se o costume de realizarem, espaçadamente, críticas e autocríticas em todas as unidades.

Chilcote menciona que o centralismo democrático pretendia garantir o debate livre e aberto em todos os níveis do Partido. Tanto as posições políticas como as diretrizes a serem seguidas eram escolhidas pela maioria. O sistema, assim, seria centralizado, uma vez que as decisões viriam do alto, e democrático, já que tais determinações seriam tomadas apoiadas na opinião consensual da base.¹⁰³ Pelo menos teoricamente, existia a intenção de manter os comitês em contato com as células, assegurando que as deliberações realizadas no centro fossem baseadas no ponto de vista da maioria e que tais resoluções não deixassem de ser aplicadas em todos os níveis.

É importante nos determos um pouco mais nessa questão, pois, para os comunistas que militavam no PCB em Porto Alegre, a democracia existia no interior mesmo do Partido. O editorial da revista *Libertação* de 08 de setembro de 1945 foi dedicado ao Pleno Ampliado do Comitê Municipal, ocorrido nos dias 01 e 02 daquele mês. Tratou-se de uma reunião ampliada, quer dizer, não restrita apenas ao secretariado do Comitê, mas a todos os comunistas da capital. Assim como a sessão de instalação do Partido no Rio Grande do Sul, já comentada, o Ampliado também foi caracterizado como um festejo: “uma genuína e histórica festa para os comunistas porto-alegrenses, tão cheios de tradições e de sacrifícios na luta em prol do Partido do proletariado e do povo”.¹⁰⁴ Segundo o artigo que introduzia o exemplar,

Das bases, vieram os camaradas representando os trabalhadores de Porto Alegre, a fim de ouvir a prestação de contas dos camaradas dirigentes e ali, dentro daquela democracia tão característica das organizações comunistas, com aquele espírito fraternal, limpo e honesto que reina entre os comunistas no seu trabalho em comum, as tarefas cumpridas e as tarefas a cumprir foram debatidas exaustivamente, com a serenidade e o espírito de responsabilidade dos que constituem a vanguarda organizada da classe operária e do povo nesta hora tão cheia de duras responsabilidades para os comunistas brasileiros.¹⁰⁵

¹⁰³ CHILCOTE, Ronald. Op. cit., p. 172.

¹⁰⁴ O Ampliado dos Comunistas de Porto Alegre. *Libertação*, 08.09.1945, p. 1.

¹⁰⁵ Idem.

Aparentemente, o que as palavras extraídas do editorial nos fazem deduzir é que, por ocasião do Pleno Ampliado, os comunistas estavam cumprindo com a obrigação de informar periodicamente suas atividades, e o debate das tarefas realizadas, ou em vistas de o serem, constituía um sinal do caráter democrático da organização. Nas páginas seguintes do mesmo exemplar, o militante e dirigente Edgar José Curvello referiu-se ao reavivamento das forças contra o comunismo que já se fazia perceber, colocando o anticomunismo como luta contra o Partido do proletariado e do povo.¹⁰⁶ Curvello reafirmou a ligação do PCB com a classe dos proletários, dizendo que a conquista dos objetivos destes últimos, “em quaisquer circunstâncias históricas, é impossível sem um Partido coeso e disciplinado”.¹⁰⁷ Nesse sentido, explicou que

A coesão nasce da unidade de vontade, completa e absoluta de todos os seus membros. A disciplina não exclui a crítica, nem a oportunidade de defender as opiniões dentro do Partido. A disciplina tem de ser consciente e voluntária. E uma vez terminada uma discussão e assentada uma resolução, a unidade de ação de todos os membros do Partido é a condição fora da qual não pode existir um Partido coeso e disciplinado.¹⁰⁸

A fala de Edgar Curvello nos leva a pensar em como para esses comunistas a coesão e a disciplina se alinhavam com a democracia no âmbito interno da militância. A unidade, em primeiro lugar, não seria forçada, mas um resultado da vontade unânime dos militantes. Havendo um desejo em comum (talvez um pacto), não existiria espaço para discordâncias, atritos e fracionamentos no seio do Partido. Assim, o esforço no sentido de se atingir o almejado não encontraria obstáculos de ordem disciplinar, visto que todos estariam na mesma sintonia, unidos em prol de um mesmo objetivo, porque guiados pelo “espírito de responsabilidade” para com a causa. A disciplina seria consciente e voluntária. Dessa forma, fica claro o que o padeiro comunista quis dizer quando fez referência ao “espírito fraterno, limpo e honesto” que imperava entre os companheiros no trabalho em comum, pois que seria gerado pela harmonia entre as vontades. Democracia, unidade e disciplina eram elementos intimamente relacionados para aqueles que militavam pelo comunismo em Porto Alegre na metade da década de 1940.

Exaltadas por Edgar Curvello quase como um resultado natural da confluência de vontades, a coesão e a disciplina não descartavam o controle. Naquele momento em que o padeiro visualizava o anticomunismo como uma ameaça à unidade partidária, a “constante

¹⁰⁶ Os embates entre comunistas e anticomunistas serão melhor comentados no decorrer deste capítulo.

¹⁰⁷ A Influência do P.C.B. no Cenário Político Nacional. *Libertação*, 08.09.1945, p. 4.

¹⁰⁸ Idem.

vigilância de classe” foi por ele salientada como uma das melhores armas contra os oportunistas (pessoas de origem pequeno-burguesa que se infiltravam no Partido, gerando fracionalismos), com os quais os “inimigos da classe operária” (entenda-se inimigos dos comunistas) contavam em momentos críticos.¹⁰⁹

Enquanto para os comunistas, como Edgar Curvello, havia democracia no interior da vida partidária, na opinião de alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, a agremiação apresentava “matrizes totalitárias”. De acordo com Cavalcante, a imposição de uma rígida disciplina para os militantes, a impossibilidade de conviver com a diferença, a vigilância constante, além da conformação do Partido com um indivíduo (Luiz Carlos Prestes), constituíam-se elos de uma cadeia de identificações inerentes às concepções totalitárias. Toda a organização dos comunistas seria totalitária, uma vez que fruto de uma “lógica totalitária” e totalizante. A historiadora baseou-se na perspectiva de Ricardo Benzaquem de Araújo sobre totalitarismo entre os integralistas. Segundo esse autor, citado por ela, é possível identificar o totalitarismo pela totalização absoluta – homogeneizante, disposta a eliminar todas as particularidades e diferenças contidas no interior do corpo social – e pela ação de uma ideologia unificadora, capaz de fazer com que militantes revolucionários identifiquem sua vida privada, os problemas individuais e as questões morais ou intelectuais à vida pública e à defesa de suas idéias.¹¹⁰

Ao ver elementos totalitários na visão de mundo e organização partidária comunistas, Cavalcante traça uma relação delicada entre atores sociais, períodos e eventos históricos. Podemos reconhecer esse procedimento como um esforço no sentido de tornar conhecido o desconhecido para o Brasil da década de 1980. Mas considero problemática a qualificação dos comunistas brasileiros e seu Partido como totalitários, sobretudo, em época de franca defesa da democracia e em virtude da visão que se consolidou a respeito de regimes totalitários – geralmente associados à morte e ao horror, devido às brutalidades cometidas pelo nazismo e pelo stalinismo – e das tentativas de associar movimentos sociais ou tudo o que não está de acordo com uma visão específica de democracia ao totalitarismo.

De maneira inversa, opto não por afirmar que os militantes comunistas e sua agremiação política apresentavam “matrizes totalitárias”. Não seria adequado, acredito, ver e fazer ver entre os revolucionários um aspecto que eles mesmos não enxergavam. Prefiro narrar essa história, mencionando que aquilo que, *para nós*, assemelha-se a características típicas do totalitarismo, *para os comunistas*, era visto como democrático. E mais: o que os

¹⁰⁹ A Influência do P.C.B. no Cenário Político Nacional. *Libertação*, 08.09.1945, p. 4.

¹¹⁰ Apud. CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 135.

autorizava a pensar dessa maneira? Seria algo específico dos militantes do PCB, ou um elemento do contexto político-cultural da época?

Em seminário realizado em abril de 1986 pelo Grupo de Pesquisa sobre Direitos Políticos do CEDEC (Centro de Estudos e Cultura Contemporânea), Daniel Aarão mencionou que, nos anos 30 e 40 do século XX, “democracia” e “descentralização” – que, no momento do debate, tinham um sentido eminentemente popular, democrático e participativo (acredito que hoje também) – apareciam como contra-tendências ao centralismo modernizante, nacionalista e social. Para os comunistas, em especial, descentralização significava fortalecer o poder dos coronéis, quer dizer, uma forma de pensar a situação política muito calcada no passado e que ocupava lugar importante na forma como eles refletiam sobre democracia política.¹¹¹

Os comunistas viviam no ocaso do Estado Novo, regime que se intitulava democrático. Conforme Maria Helena Capelato, o Ministro da Justiça Francisco Campos definira o Brasil de Vargas, em 1940, como um Estado democrático, “porque o presidente, chefe responsável da nação, só poderia exercer suas enormes prerrogativas se contasse com o apoio e o prestígio do povo”.¹¹² Nesse sentido, vários textos foram distribuídos para a instrução das crianças e do povo em geral, expondo, de forma didática, as qualidades do regime. A autora cita o exemplo do *Catecismo Cívico do Brasil Novo*, cartilha que abordava temas relacionados aos direitos e deveres do cidadão brasileiro, na qual se ensinava que não havia incompatibilidade entre idéias de democracia e governo autoritário, através de eficazes (e autoritárias) técnicas de persuasão.¹¹³ Capelato reforçou que o varguismo, tanto quanto o peronismo, denunciava a hipocrisia do sistema democrático formal e prometia ampliar a democracia para além dos limites do usufruto de direitos individuais, incluindo direitos sociais em termos legais. Porém, Vargas não propunha, como os comunistas, uma sociedade sem propriedade privada e sem classes. Pelo contrário, ele defendia a propriedade privada e a livre iniciativa empresarial, distinguindo liberalismo político (negado) e econômico (limitado apenas em seus excessos).¹¹⁴ Saber que uma das ditaduras mais violentas da história do Brasil, como o Estado Novo, fora qualificada como democrática – e tal aspecto ensinado em tom categórico nas escolas como verdade – nos revela que a aproximação entre elementos que, para nós, encontram-se em campos opostos, para aqueles que viveram nas décadas de 1930 e

¹¹¹ GARCIA, Marco Aurélio (1986). (Org.) Op. Cit., p. 50-51.

¹¹² CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998, p. 156.

¹¹³ Id. Ibidem, p. 159.

¹¹⁴ Id. Ibidem, p. 155-156.

1940 era legítima e mostrava-se presente em correntes político-ideológicas distintas. Ademais, o regime soviético contribuía para a consolidação dessa concepção entre os comunistas, conforme veremos adiante.

Em Porto Alegre, o padeiro Edgar Curvello mostrava-se incansável na vigilância contra o que designavam oportunistas e inimigos do povo. Além de presidir o Comitê Municipal e ser Secretário de Massas do Estadual, auxiliava e controlava atividades em organismos menores, como quando esteve presente na instalação da célula do bairro Floresta, num domingo do mês de agosto, e nas assembléias gerais das unidades “Machla Berger” e São João, nos dias 07 e 08 de novembro, respectivamente. Várias reuniões e assembléias foram acompanhadas por dirigentes ligados a alguma unidade considerada superior. É possível elaborarmos uma noção do quanto os militantes estavam comprometidos com o Partido, se observarmos que muitas dessas atividades se desenrolavam nas noites dos dias de semana ou nas tardes e noites de sábados e domingos.

As atividades comunistas foram incessantes ao longo do ano de 1945, sobretudo, no segundo semestre. A representação gráfica abaixo revela que a movimentação dos militantes do PCB foi se acentuando. Tanto o número de reuniões – quanto o de assembléias, comícios e atividades culturais – aumentou nos últimos meses.

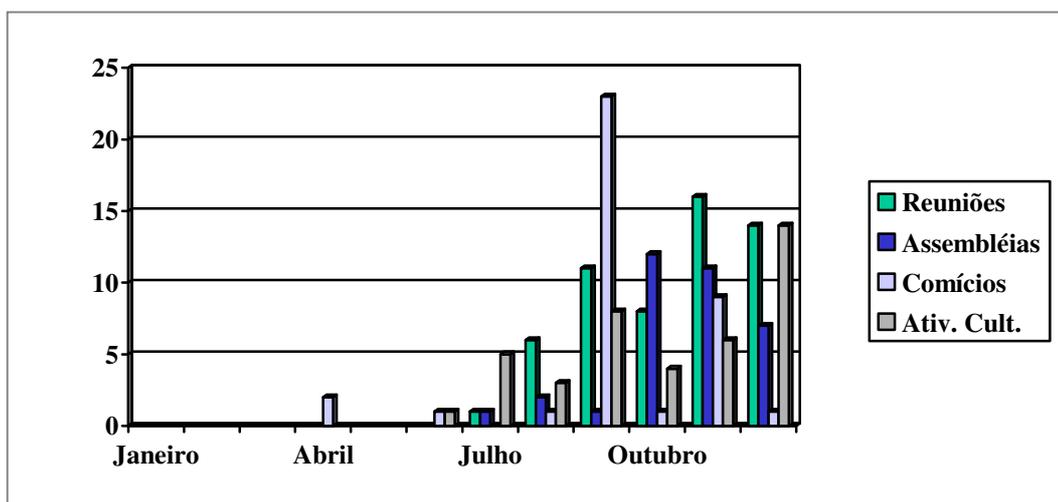


Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas em Porto Alegre no ano de 1945
Fonte: Ver nota 71.

As atividades desenvolvidas no primeiro semestre, como é possível visualizar, não tiveram a intensidade apresentada no segundo, talvez pelo retorno à legalidade estar num momento embrionário nos primeiros meses de 1945. Mas, ao longo desse ano, elas foram num crescendo. O mês de novembro, por exemplo, apresentou pico na realização de reuniões, com

instalações de células, questões sindicais, balanço das últimas atividades e estabelecimento de planos de ação para os próximos meses, alguns dos temas que motivaram tais encontros. Foi por essa época também um dos maiores índices de comícios, visto que as eleições aconteceram no dia 02 de dezembro. Contudo, a máxima das manifestações públicas foi em setembro, devido à visita de Luiz Carlos Prestes ao Estado. Só no domingo dia 16, foram realizados três comícios preparatórios à recepção do Cavaleiro da Esperança: às 10 horas da manhã no Teatro Orfeu, às 14 na Vila Niterói e às 20:30 horas no bairro Mont’Serrat. Nesse mesmo dia, também se fez um ativo político (encontro para discussão em torno de uma área específica) com o secretariado de todas as células, reunião dos estudantes da célula da Faculdade de Direito e assembléia para a estruturação da unidade de base Aberta dos Morros, além de atividades culturais, como uma sabatina, às 16 horas, na Sociedade Espanhola a respeito dos discursos de Abílio Fernandes e Prestes, uma conferência e a Hora de Arte.¹¹⁵

Os meses de outubro e novembro foram aqueles em que os militantes do PCB realizaram mais assembléias. As fontes dificilmente revelam os motivos de tais encontros. Contudo, foi possível perceber que algumas delas tiveram como motivação a discussão de assuntos relacionados ao dia-a-dia da militância no interior das células, como a apreciação das últimas atividades e a escolha de patronos. Noutras ocasiões semelhantes, os comunistas debateram a situação política nacional.

O último mês de 1945 foi repleto de atividades culturais no Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha. Foram realizadas várias conferências – algumas seguidas de sabatina – relativas à teoria marxista e a questões relacionadas à posição do PCB no momento político.¹¹⁶ Homero de Castro Jobim, por exemplo, falou sobre “Questões do Marxismo” em uma dessas palestras; Jorge Bahlis, sobre “A Marcha para a Democracia”.¹¹⁷ No final de dezembro, os comunistas deram início à “Semana Luiz Carlos Prestes”. Tratou-se de uma série de atividades em comemoração ao aniversário do líder do Partido, que se daria no dia 03 de janeiro de 1946.¹¹⁸ A Semana começou com um debate sobre o Programa Mínimo de

¹¹⁵ O levantamento das atividades desenvolvidas pelos comunistas na conjuntura 1945-1947 encontra-se na sessão de Apêndices.

¹¹⁶ As sabinas realizadas pelos comunistas no Clube de Cultura tratavam-se de perguntas que o público dirigia ao palestrante logo após sua exposição. Nessas ocasiões, dificilmente estes eram questionados ou tornados alvo de críticas mais fortes. O intuito das questões levantadas pelos expectadores era, antes de tudo, esclarecer dúvidas ou descobrir como o convidado aconselhava pensar e/ou agir em relação a determinado assunto.

¹¹⁷ *Correio do Povo*, 06.12.1945, p. 3 e 15.12.1945, p. 3, respectivamente.

¹¹⁸ No nono capítulo do livro *Prisioneiros do Mito* (Op. Cit.), Jorge Ferreira aborda a mudança ocorrida na imagem de Prestes entre os membros do PCB a partir de 1945, através de uma campanha sistemática e coordenada de enaltecimento e de culto à sua personalidade pelos comunistas (militantes, dirigentes e meios de comunicação). A democratização do país exigia a organização de um “novo tipo” de Partido, e foi nesse momento que a figura de seu líder se envolveu de uma mística de homem excepcional e insuspeitável. Ele

União Nacional, tendo, na seqüência, pronunciamentos acerca da personalidade de Prestes – por Jorge Amado – e da relação dele com os problemas de organização – por Orestes Timbaúva; o professor Jorge Bahlis falaria sobre “Como deve agir um verdadeiro revolucionário” e Dyonélio Machado acerca da personalidade de Prestes como revolucionário.¹¹⁹ Otto Alcides Ohlweiller ainda comentaria algo relativo ao Cavaleiro da Esperança e os problemas nacionais, e o metalúrgico Eloy Martins sobre “Prestes e os Sindicatos”.¹²⁰ Como podemos perceber, os militantes abordaram aspectos ligados às suas experiências individuais. Eloy, por exemplo, dedicava-se a movimento sindical. Em 1933, já havia sido eleito secretário do sindicato dos metalúrgicos e dirigente da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Em 1945, estava ligado ao MUT.

Um exemplar da revista *Libertação* do mês de outubro também divulgou aos comunistas de Porto Alegre duas programações radiofônicas diárias: a “Hora do Partido Comunista do Brasil”, com cerca de 10 minutos, irradiada pela Difusora, e o Programa Político do Comitê Municipal, veiculado pela emissora Cruzeiro.¹²¹

A estrutura orgânica e o estabelecimento de normas no interior da militância comunista tinham um modelo. Já foi mencionado que Chilcote pontuou o caráter piramidal presente na composição tanto do PCB quanto do PCUS. Acontecia que os militantes brasileiros viam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como a sociedade que deveria servir de exemplo.

Ferreira afirmou que a escolha da União Soviética como o lugar da utopia realizada ocorreu na virada da década de 1930. Enquanto o Ocidente vivia a grande crise, gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, a URSS vivia os sucessos da industrialização acelerada, embora onerosa. A capacidade industrial soviética assemelhava-se à alemã, contribuindo para o início da disseminação de sua imagem como um mundo novo, diferente

passou a ser exaltado por suas virtudes e cultuado por seu heroísmo, fenômeno que o autor encontrou manifesto em memórias de antigos militantes e nos artigos da imprensa comunista. O aniversário de Prestes e datas importantes da sua trajetória política foram lembrados e comemorados nas páginas dos periódicos do Partido e em festas populares, tais como as comemorações realizadas no Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha, em Porto Alegre. De acordo com Ferreira, o objetivo desses procedimentos dividia-se em três partes: (1) “fazer crer”, reunindo pessoas em torno de uma visão política; (2) “fazer amar”, a personalidade deveria ser respeitada e amada por suas qualidades (desprendimento, generosidade, lealdade, etc.) e realizações, sugerindo um comportamento exemplar; e (3) “fazer agir”, com base nos dois primeiros passos, o terceiro seria o de conseguir orientar ações e canalizar as energias coletivas em prol das necessidades do movimento comunista. Vale salientar que algumas das reflexões de Ferreira nesse sentido haviam sido iniciadas por Berenice Cavalcante na década de 1980. Ver: CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 180.

¹¹⁹ *Correio do Povo*, 28.12.1945, p. 10.

¹²⁰ Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 788.

¹²¹ *Libertação*, 27.10.1945, p. 3 e contra-capá.

de tudo o que já havia existido.¹²² A partir de 1945, o ritmo e a intensidade da propaganda que exaltava a vida econômica e social dos soviéticos aumentaram.¹²³ O país dos soviéticos havia saído com enorme prestígio da Segunda Guerra Mundial, uma importância reconhecida não apenas pelos comunistas, mas também por muitos daqueles que haviam preconizado o fim do nazifascismo. Apoiando-se nas idéias de Leonardo Boff, Ferreira afirmou que “o que mobiliza as pessoas não são apenas as idéias formais e eruditas, mas ‘as utopias, os sonhos, as visões, os exemplos acima de tudo’.”¹²⁴ Nesse sentido, para os comunistas brasileiros, o desejo de uma sociedade igualitária, justa, democrática e fraternal estava sendo vivido por milhões de pessoas na URSS, assim como nas chamadas democracias populares. Tal imagem gerava subsídios para que os revolucionários acreditassem que o sacrifício não estava sendo inútil, conservando-se fiéis ao Partido.¹²⁵ A historiadora Eliana Dutra, em estudo realizado na década de 1990, constatou que a promessa utópica e a democrática se confundiam no discurso comunista em meados dos anos 1930. Ambas apareciam associadas ao ideal igualitário e fraterno, ao desaparecimento do capitalismo, à presença dos trabalhadores no poder e à inexistência de um sistema partidário competitivo.¹²⁶

Os comunistas da capital do Rio Grande do Sul concebiam a URSS como o lugar em que a democracia era plenamente realizada, pois que sustentada pelo centralismo. No dia 08 de setembro de 1945, os militantes de Porto Alegre publicaram artigo na revista *Libertação*, assinado por um jurista soviético chamado I. Levin, explicando certos detalhes do que chamavam de “democracia soviética”.

Na União Soviética, a democracia era “real e praticamente realizada”.¹²⁷ Segundo o autor da matéria, tal aspecto fazia-se notável naquele país pela autonomia de seu sistema administrativo. Lá, existia a pirâmide regular dos “Soviéts”, quer dizer, a presença de um conselho em cada uma das unidades administrativas (aldeia, cidade, distrito, região, república, URSS). Os “Soviéts” eram eleitos mediante votação direta e secreta, pela totalidade de cidadãos de ambos os sexos a partir dos 18 anos, e, uma vez eleitos, escolhiam um “Comitê

¹²² De acordo com o autor, as eloqüentes descrições acerca do regime soviético só ganharam força a partir de 1930, pois, em 1918, a Rússia havia conhecido grandes sofrimentos, provocados pela guerra civil. As notícias que chegaram ao Brasil, nesse período, foram confusas e desencontradas. Na década de 1920, os comunistas brasileiros exaltaram as conquistas políticas da Revolução Soviética, pois eram sabidas, mesmo vagamente, as enormes dificuldades sociais e econômicas vividas naquela região. FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 196-197.

¹²³ Id. Ibidem, p. 200.

¹²⁴ Id. Ibidem, p. 201.

¹²⁵ Id. Ibidem, p. 202.

¹²⁶ DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 115.

¹²⁷ Na Democracia Soviética, as massas populares participam diretamente do governo. *Libertação*, 08.09.1945, p. 5.

Consultivo”, um grupo para cuidar da administração (serviços públicos etc.). Cada cidadão participava da eleição dos “Soviéts” de sua aldeia, bem como da sua cidade, do distrito, da região, da república e da União. Os deputados escolhidos deveriam prestar contas publicamente de seus trabalhos, e, caso parecessem indignos de confiança, poderiam ter seus mandatos retirados a qualquer momento. As massas populares participavam das mais diferentes maneiras na realização das tarefas do Estado, controlando os “Soviéts”, formando comitês de bairros, responsáveis pelas questões referentes à urbanização. Além do mais, segundo o artigo, o sistema soviético harmonizava democracia com centralismo, uma vez que nenhuma direção poderia se sobrepor às regras ditadas pela direção superior. Era da direção que se encontrava a “plena expressão da democratização do sistema estatal soviético”.¹²⁸

A “democracia soviética”, portanto, tratava-se de um regime bem organizado e controlado, em que todos tinham sua parcela de responsabilidade, e no qual os descontentes tinham liberdade para substituir aqueles que haviam colocado nos conselhos. Democracia e centralismo não se contradiziam, mas se completavam, na medida em que o segundo permitia a primeira. Não seria inadequado pensar o papel da URSS na forma dos comunistas verem a realidade como *topos*, o lugar que existe aqui e agora. Contudo, veremos que para esses revolucionários ela igualmente poderia corresponder a *eu-topos*, a região da felicidade e da perfeição. A democracia praticada no país dos “Soviéts” era aquela que estava no horizonte de expectativas dos militantes do PCB de Porto Alegre.

¹²⁸ Idem.

CAPÍTULO 2

A DEMOCRACIA DESPONTA NO HORIZONTE

2.1 – Anistia e União Nacional: os primeiros passos na marcha para democracia

Imaginemos um cidadão brasileiro, morador da capital gaúcha, comprando um exemplar do jornal de grande circulação na época, o *Correio do Povo*, no dia 16 de março de 1945. Ele pagou Cr\$ 0,40 (quarenta centavos de cruzeiro) para o jornaleiro e, interessado, atentou para a manchete estampada na capa: “Estabelecidas, em princípio, relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia”. Vivia num contexto em que o país dos soviets desfrutava grande prestígio internacional, pois o Exército Vermelho vinha contribuindo de maneira decisiva para a derrocada da máquina de guerra nazista. O mundo curvava-se diante do poderio soviético. Esse indivíduo também lembrou que havia muito tempo, desde 1917, quando da Revolução Russa, o Brasil suspendera suas relações com a União Soviética, parecendo ficar satisfeito com a notícia. Ora, essa e outras boas novas o faziam crer que o período de ditaduras no mundo e no Brasil estava acabando. Falava-se no retorno da Frente Expedicionária Brasileira (FEB), em eleições e anistia, na legalização dos partidos e na libertação de presos políticos. Prestes haveria de estar entre eles. Tomou o bonde, a fim de que não se atrasasse para o longo dia de trabalho que o esperava na fábrica. Mas isso não seria nada perto da euforia que começava a envolvê-lo. À noite, reunir-se-ia com os companheiros. O momento era assaz importante.

Assim como o personagem acima, todos os militantes do PCB, homens e mulheres, como vimos, dedicados às mais diversas profissões, provenientes de várias regiões do Rio Grande do Sul e do país, tiveram seus espíritos envolvidos num estado de satisfação e alegria

fora no normal e entregaram-se à militância, em 1945, de uma forma ainda não vivida. Os comunistas não haviam sentido exaltação como àquela. Alguns deles, jamais tornariam a experienciar liberdade igual. Em 23 anos de existência, o Partido ao qual se dedicavam desfrutara ínfimos períodos de legalidade. Sempre perseguidos; seguidamente presos. Nos últimos nove anos, a clandestinidade lhes reservara uma das mais duras repressões da história brasileira, a comandada por Filinto Muller, Chefe da Polícia Política de Getúlio Vargas. Mas, em 1945, os ventos pareciam soprar em outra direção.

Na década de 1940, o mundo assistiu o autoritarismo perder forças para a democracia. O final da Segunda Guerra Mundial foi rematado pela defesa incontestada desta última como regime de governo. Ela foi desejada e aclamada em diversos idiomas. Logo, aqueles que ergueram a sua bandeira, no Brasil, estavam inseridos em uma onda de proporções mundiais, embora houvesse existido, em cada lugar, um conjunto de eventos que davam subsídios para a construção de imagens carregadas de significados muito particulares em relação a ela. A experiência ditatorial promovida por Vargas entre 1937 e 1945, por exemplo – assim como os acontecimentos relacionados à Guerra – contribuiu para dar novos matizes ao que os brasileiros entendiam por democracia. Contudo, mesmo entre estes o sentido atribuído a essa última não foi unânime. Segundo a historiadora Carla Rodeghero, a caracterização de democracia e ditadura variou de acordo com os grupos, configurando uma “encruzilhada”, quer dizer, o cruzamento de experiências e expectativas conflitantes num momento em que se buscava caracterizar o novo tempo.¹²⁹

Existiam disputas simbólicas em meio aos acontecimentos que anunciavam a aurora de um tempo outro, e um dos eventos que marcou o seu despontar foi a anistia. Clamava-se por ela. Não havia palavra mais democrática e mais unitária no momento para Jorge Amado – escritor e militante comunista.¹³⁰ Outros temas vieram juntar-se a este no decorrer dos meses de março e abril de 1945, como as eleições – marcadas pelo presidente Vargas para o segundo semestre daquele ano por meio de decreto em 22 de fevereiro – e o reatamento das relações entre Brasil e União Soviética.

O que poderia ser motivo de festa para a sociedade brasileira como um todo não agradava completamente alguns comunistas. Ao psiquiatra e escritor Dyonélio Machado, por exemplo, incomodava o fato do próprio ditador conduzir o processo de democratização. Conforme publicou em artigo no *Diário Carioca* em 02 de março, desejava que os “tempos”

¹²⁹ RODEGHERO, Carla. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *Métis: História e Cultura*, n. 10, 2006. (No prelo)

¹³⁰ Luiz Carlos Prestes vai falar ao Brasil. *Correio do Povo*, 17.03.1945, p. 8.

da operação se houvessem invertido: “em lugar dum candidato para operar a democratização, uma democratização impessoal, conduzindo naturalmente à formação duma candidatura.”¹³¹ Para ele, o decreto havia sido obra refletida de Vargas, pois “Quem não diria que premido pelas circunstâncias, não deixaria na mão todos os elementos fascistas e fascistóides que sempre o acompanharam na governação do país, e *viraria* num sentido democrático?”.¹³² Dyonélio acreditava conhecer a “doutrina” que, segundo ele, o Ato Adicional encerrava – as idéias do “Partido Castilhistas” – afirmando ter Getúlio Vargas como um adversário perigoso, visto a firmeza das suas convicções.¹³³ O historiador Benito Schmidt conta que, quando preso em 1937, o escritor recebera a visita do antigo líder republicano Paim Filho. Ao comentar-lhe a situação, o autor de *Os Ratos* disse que a devia a ele, assim como a Borges de Medeiros e Protásio Alves, os quais o haviam iniciado indiretamente no socialismo. O militante comunista comentou ter aprendido com eles o socialismo de estado, positivista. Com o tempo, havia progredido para o socialismo propriamente dito, o socialismo marxista.¹³⁴

A experiência de Dyonélio Machado junto ao Partido Republicano Riograndense (PRR) de Quaraí, sua cidade natal, havia lhe concedido um arcabouço de idéias com base nas quais ele interpretava os acontecimentos de 1945. Ao longo dessa dissertação, o leitor observará o quanto a concepção de democracia dos militantes do PCB estava impregnada de elementos do passado, assim como de esperanças no futuro. Apesar de seguirem, concordando ou não, a linha fixada pelo Partido, os comunistas traziam consigo toda uma bagagem de vida que lhes dava os termos através dos quais traduziam aquela nova realidade.

A opinião do escritor de Quaraí parecia não se coadunar com a linha de apoio incondicional a Vargas, escolhida pelo PCB entre 1943 e 1944.¹³⁵ Ele não se manifestou categoricamente contra a condução do processo de democratização por Getúlio, mas externou incômodo com o fato. Outros militantes encaravam a situação de modo semelhante, porém discordando abertamente da orientação e defendendo a aproximação com as forças de

¹³¹ O Candidato-Governo. *Diário Carioca*, 02.03.1945. Página não informada.

¹³² *Idem*.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ SCHMIDT, Benito B. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. *Revista Brasileira de História* [online]. 2001, vol.21, no.41 [citado 28 de setembro de 2006], p.113-126. Disponível na World Wide Web <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188>.

¹³⁵ A historiadora Berenice Cavalcante, em obra já citada, questiona a atribuição da opção pelo apoio incondicional a Vargas à Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943. Segundo ela, na ocasião, a proposta de união nacional em torno do governo dava-se exclusivamente em relação à questão da entrada do Brasil na Guerra. Foi a partir de março de 1944 e através de um documento de Prestes, que se tornou perceptível, mas ainda de modo muito sutil, o apoio amplo à política de Getúlio (p. 130-131).

oposição ao regime. É o caso, a guisa de exemplo, de Astrojildo Pereira – um dos fundadores do Partido – e de Caio Prado Jr. – ligado ao Comitê de Ação, em São Paulo.¹³⁶

Os comunistas de Porto Alegre mobilizaram-se em torno dos acontecimentos daquele primeiro semestre de 1945. Em abril, participaram de dois comícios promovidos pelo Comitê Pró-Anistia, do qual alguns eram membros. Nesse mesmo mês, Décio Freitas e Sibilis da Rocha Viana fundaram a revista *Libertação*, um dos órgãos do Partido que exigiria dedicação, competência e responsabilidade de alguns militantes durante o período em que circulou e por meio do qual eles propalaram suas opiniões no que dizia respeito à situação política nacional e internacional.

O semanário *Libertação* foi um periódico da intelectualidade comunista, ligado ao Comitê Municipal de Porto Alegre, que se pretendia um órgão de educação democrática do povo. Ele apareceu pela primeira vez em 14 de abril de 1945, e seu nome fez referência ao contexto de luta contra o nazifascismo e o Estado Novo. Nesse primeiro número, os comunistas da capital gaúcha expuseram suas expectativas em relação ao momento histórico, transparecendo segurança em relação ao futuro, vê-se por uma das primeiras frases nela publicadas: “Surgimos, portanto, confiantes, pois nossa orientação será democrática e antifascista”.¹³⁷ Do que podemos depreender, os militantes do PCB acreditavam que, por serem guiados no sentido da democracia e do antifascismo, não tinham o que temer.

O exemplar externava a opinião de um grupo de comunistas em especial: Sibilis da Rocha Viana e Alfredo Antônio Gerhardt, diretores; Antônio Pinheiro Machado Neto e Raul Riff, redatores de política internacional; e Ramiro Fernandes, redator de assuntos literários. No momento da primeira publicação, este corpo editorial se preocupou em trazer à baila assuntos que estavam fervilhando, como a anistia e as eleições, fazendo um apelo para que “todos os riograndenses democratas” tomassem parte ativa no que consideravam um “trabalho de libertação”. Na opinião do editorial, não seria possível conceber uma eleição democrática, enquanto estavam nos cárceres e no exílio “democratas de indiscutível coerência e de cuja conduta democrática, de lutadores anti-fascistas, ninguém poderia duvidar.”¹³⁸ Os comunistas alimentavam grandes esperanças em relação à democracia. No entanto, o ambiente ainda não

¹³⁶ O exemplo de Caio Prado Jr. pode ser acompanhado pelo trabalho de Paulo Teixeira Iumatti, *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998. Iumatti afirma que, no mês de março daquele ano, Caio Prado esperava que se superasse o populismo de Vargas, que se consolidassem as instituições democráticas e que se efetivasse a emergência dos grupos excluídos da vida pública (p. 33). Nesse sentido, o intelectual ajudou a criar e foi um dos líderes da Aliança Democrática Popular (ADP), no intuito de coligar todas as esquerdas brasileiras contra o ditador (p. 40), além de ligar-se à fundação da União Democrática Nacional (UDN) (p. 50-55).

¹³⁷ *Libertação*, 14.04.1945, p. 3.

¹³⁸ Idem, p. 6.

parecia estar seguro para alguns deles. Ao mesmo tempo em que o exemplar demonstrava suas expectativas em relação às eleições presidências, considerando-as “o primeiro passo para a democratização do país”¹³⁹, Otto Alcides Ohlweiller assinava um artigo, no qual mostrava-se apreensivo.

Ohlweiller era natural de Porto Alegre e oriundo de família de classe média. Formado em química industrial, exercia profissão de professor na Faculdade de Filosofia do Estado do Rio Grande do Sul, atuando também como escritor e jornalista.¹⁴⁰ No artigo mencionado, Ohlweiller opinava que se precisava ter cautela:

No ambiente de apreensões que estamos assistindo não há nenhuma segurança de que possam processar-se eleições verdadeiramente livres. É preciso, pois, organizar o povo. Interessar os setores sociais na democratização. Unificá-los para que, em ação conjunta, pugnem por uma solução justa e pacífica à crise política, exigindo a imediata formação de um governo de coalizão para presidir, mais tarde, num clima de segurança, a realização de eleições livres, de que possam, então, sair os legítimos representantes do povo e uma Constituinte capaz de conduzir o país ao regime pleno da legalidade.¹⁴¹

Otto não respirava aliviado, acreditava na necessidade de se formar um “governo de coalizão” para presidir as eleições. Para ele, “organizar o povo” no sentido de garantir “eleições verdadeiramente livres” tinha um conteúdo impregnado de experiências passadas, e, nesse sentido, é possível perceber o quanto a impressão que tinha do presente estava repleta de julgamentos sobre o passado e de expectativas de um futuro democrático específico. Em outras passagens do mesmo artigo, explicou a razão pela qual fazia-se necessária a organização do povo, lembrando o que haviam sido os pleitos durante a Primeira República:

Organizar o povo, eis o fundamental da luta política neste momento. Não é, por certo, tarefa fácil num país de população rarefeita, de comunicações difíceis, de baixo nível cultural e de tradições caudilhescas. Tudo isso tem de ser transposto. E não há de ser através de campanhas do velho estilo eleitoral e personalistas, pois que o povo está descrente disso.¹⁴²

O Brasil da Primeira República vivia sob a égide de um liberalismo essencialmente conservador, cujo regime democrático – calcado na Constituição de 1891 – deixava de lado qualquer ação que visasse a construção de um processo de participação dos cidadãos no exercício do poder.¹⁴³ O país era permeado por tradições autoritárias, governado por chefes regionais, os coronéis – latifundiários que manipulavam a política e a justiça com o uso da

¹³⁹ Idem, p. 4-5.

¹⁴⁰ MARÇAL, João Batista (1986). Op. Cit., p. 67.

¹⁴¹ O Movimento Democrático Progressista em Face do Momento Político. *Libertação*, 14.04.1945, p. 19.

¹⁴² Idem, p. 18.

¹⁴³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico.” In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 102.

força militar, caso considerassem necessário. Esses chefes regionais, nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, restringiam certas liberdades que, com a abertura pós-Estado Novo e na opinião dos comunistas, tornavam-se imprescindíveis em uma “sã” democracia, como a liberdade de associação, de reunião, de manifestação de pensamento, freqüentemente, consideradas e tratadas como caso de polícia na República dos coronéis.

Quando Ohlweiller mencionou as “tradições caudilhescas”, referiu-se a uma época em que a democracia no Brasil era feita com base em relações clientelísticas, ligações essas descaradamente desiguais. Um dos recursos que auxiliava na manutenção de um tal regime era, justamente, a atuação política pautada pelo interesse imediato de agradar a população, fazendo propostas que não seriam, ou não poderiam ser, colocadas em prática, com o intuito de alcançar ou manter-se no poder – demagogia.

O autoritarismo representava o vínculo com um passado a ser extirpado, que não combinava com o regime democrático que estava apontando no horizonte. A República dos oligarcas não se tratava de um pretérito resgatado de forma intacta em 1945, mas impregnado pelas experiências de 1935, do Estado Novo, do fascismo e da Segunda Guerra. Os fatos relatados por Otto Ohlweiller inseriam-se em uma série de eventos que haviam acontecido ao longo da sua vida, e a importância que tomavam dependia dos significados que adquiriram em relação a esses outros eventos vividos pelo militante. As situações e os acontecimentos experienciados, no momento em que foram recordados pelo comunista e submetidos a reflexões, geraram um tipo de saber sobre o que não deveria ser a democracia ou o que não deveria nela ocorrer.

A presença da questão da organização e unificação do povo no artigo de Otto demonstra que ele estava de acordo com a tática política do PCB no momento. Alguns autores explicaram a mudança ocorrida no seio do Partido ainda no final dos anos 1930: da defesa da insurreição armada em 1935, passou-se a exaltar a União Nacional, quer dizer, a junção do proletariado, dos camponeses e da burguesia nacional em prol da democracia e do progresso, contra o fascismo, o imperialismo e a guerra.¹⁴⁴ A defesa da democracia, ao longo dessa virada tática, teve matizes diferenciados entre aqueles que militavam pelo comunismo no Brasil, percebidos na cisão ocorrida no interior do Partido em 1937. Nem todos concordavam com a União Nacional, inclusive com o governo, como estratégia de luta. Também não era

¹⁴⁴ Ver: BATTIBUGLI, Thaís. *A Solidariedade Antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004; KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003; PRESTES, Anita L. *Da insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945). A Virada Tática na Política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

unânime a concordância em torno dos novos papéis dados à burguesia e ao proletariado na revolução brasileira. Os representantes do Secretariado Nacional – no Rio de Janeiro – entraram em oposição direta com os comunistas do Comitê Regional de São Paulo, considerando a burguesia como uma das forças motrizes da revolução no Brasil, o que chocou muitos militantes.¹⁴⁵ De acordo com os estudos de Thaís Battibugli, por exemplo, é possível constatar que tais posicionamentos políticos distintos, esboçados em inúmeras disputas internas no PCB, acabaram resultando na vitória da posição dos dirigentes cariocas. O Partido, por pregar a disciplina, a abnegação e o respeito às decisões da cúpula partidária, de modo a criar e manter uma identidade única na militância, acabou – certamente de forma contrariada em alguns casos – conseguindo coesão em torno dessa decisão.¹⁴⁶

As fontes que sobreviveram e que nos auxiliam a chegar na militância comunista de Porto Alegre no primeiro semestre de 1945, mostram que os membros do PCB se manifestaram, de modo geral, favoráveis à União Nacional. Otto Ohlweiller mencionou, no artigo publicado na revista *Libertação*, a importância de arregimentar o povo para garantir o processo de democratização. A quem o professor estaria se referindo? Quais seriam os agentes que, na opinião desse comunista, teriam papel tão importante no trabalho de constituição de um regime democrático no Brasil?

A historiadora da literatura Geneviève Bollème bem lembrou a frase de La Bruyère: “Quem diz povo diz mais de uma coisa [...]”.¹⁴⁷ De acordo com Bollème, a definição de “povo” é relativa e está ligada ao que se poderia chamar de “dinâmica da reunião”. A interpretação de uma dada junção de pessoas depende do olhar que é lançado sobre ela e do corte que esse olhar opera.¹⁴⁸ Nesse caso, cada vez que se descreve ou se define o povo, “ele é instituído como povo particular em detrimento de outras reuniões ou de uma reunião que ocorre no mesmo tempo”.¹⁴⁹

O olhar que Otto, intelectual comunista, lançava sobre a realidade brasileira estava pautada pelos princípios do marxismo-leninismo. Ao descrever a situação econômica do país no mesmo artigo, ele nos deixa sugerido – embora de modo impreciso – o corte que realizava. Dizia ele:

¹⁴⁵ KAREPOVS, Dainis. Op. Cit., p. 162.

¹⁴⁶ BATTIBUGLI, Thaís. Op. Cit., p. 4. A União Nacional continuou a ser defendida na conjuntura 1945-1947. Contudo, as discordâncias ocorridas em 1937-1938 no seio do Partido Comunista do Brasil tiveram ressonâncias no contexto pós-guerra, como o caso de Caio Prado Jr., já mencionado, e de alguns militantes de Porto Alegre, conforme veremos adiante.

¹⁴⁷ BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 23.

¹⁴⁸ Id. Ibidem, p. 20.

¹⁴⁹ Id. Ibidem, p. 21.

O povo tem fome. Está doente. Não tem onde morar decentemente. Os homens morrem aos 30 anos. Os industriais não têm segurança da continuidade de suas atividades. Os fazendeiros temem dias de crise. Os trabalhadores desejam uma melhoria de suas condições de vida. E assim todos os setores têm os seus problemas.¹⁵⁰

A primeira parte do excerto nos insinua que o professor e químico industrial recortava a reunião de pessoas famintas, doentes e desabrigadas entre aqueles que configurariam o povo, pois, em seguida, colocou as dificuldades dos industriais, os fazendeiros e os trabalhadores separadamente. No entanto, no final, concluiu que “todos os setores” tinham seus problemas. Trata-se de tarefa complicada chegar a termo de como esse militante operava, quais reuniões ele considerava como constitutivas do povo. Jacques Le Goff, historiador francês dedicado ao estudo da Idade Média, comentou sobre a fluidez do termo “popular” (e daqueles a ele relacionados), afirmando que foi feito pelas camadas dominantes do passado justamente para ser fluído, para que pudesse servir como um instrumento.¹⁵¹

Do ponto de vista do professor comunista, a democracia seria a solução para o momento de crise vivida no Brasil em 1945. Era imprescindível congregar o povo, “mobilizá-lo na luta pela democracia e pelo progresso”, a fim de encontrar uma saída para os problemas dos diferentes setores sociais. Apenas uma “democracia verdadeira e popular” geraria condições para a expansão das forças produtivas e para que o povo pudesse sair do estado de miséria e atraso em que se encontrava.¹⁵² Se a agremiação do povo fazia-se necessária para o processo de democratização, esta, por sua vez, também se mostrava indispensável para a melhoria das suas condições de vida. Ao associar democracia e expansão de forças produtivas, Ohlweiller atribuiu um papel à primeira na evolução do país rumo ao socialismo.

Cinco dias depois da publicação do primeiro número da revista do Comitê Municipal de Porto Alegre, o *Correio do Povo* estampou a notícia da tão esperada decretação da anistia. Fotos dos comunistas Agildo Barata Ribeiro e Luiz Carlos Prestes, e do integralista Belmiro Valverde, ilustraram a reportagem que divulgava a libertação dos presos políticos. O delírio em torno da saída de Prestes da Casa de Correção nos salta aos olhos. Uma verdadeira multidão, entre jornalistas e população em geral, aguardava o momento em que o “Cavaleiro da Esperança” retornaria ao convívio social. Segundo o jornal, todo o povo queria detalhes da libertação de Prestes e seus companheiros. O diário relatou minuciosamente seus últimos momentos na prisão, com base em publicações de periódicos cariocas, como o *A Noite*. A hora em que o líder comunista almoçou, o cardápio, a forma como arrumou sua pequena

¹⁵⁰ O Movimento Democrático Progressista em Face do Momento Político. *Libertação*, 14.04.1945, p. 18.

¹⁵¹ LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In: BOLLÈME, Geneviève. Op. Cit., p. XI.

¹⁵² O Movimento Democrático Progressista em Face do Momento Político. *Libertação*, 14.04.1945, p. 18.

valise, a convivência com os funcionários da penitenciária e até a aproximação de um gato, como a se despedir do recém anistiado, foram acontecimentos narrados em pormenor no intuito de aplacar a curiosidade dos leitores.¹⁵³

Esse momento foi comentado por Prestes no dia 23 de maio, data de sua primeira grande aparição pública, o comício do estádio São Januário, no Rio de Janeiro. Para o líder dos comunistas, a anistia havia sido “a primeira grande vitória da democracia no Brasil”, uma “conquista do povo”.¹⁵⁴ João Batista Aveline, jornalista recentemente filiado ao PCB em Porto Alegre, esteve presente. Em entrevista concedida em 1999, lembrou que o referido estádio era o maior da época, e que se transformava em palanque de Getúlio a cada Primeiro de Maio. No entanto, naquele dia, foi o palco do Cavaleiro da Esperança, cujo discurso estava sendo alvo de grande expectativa:

Quando o Prestes saiu da cadeia, os caras, os ‘novos cristãos’ como eu, que tinham dúvidas a respeito da questão nacional, estávamos esperando, todos nós esperávamos uma definição do Prestes, esperávamos quem era aquele cara, que tinha sido da Coluna Prestes, hoje saía como comunista. Era um patriota, como é que um patriota vai se subjugar à ingerência de uma potência estrangeira.¹⁵⁵

Passados 54 anos, o jornalista recordou o quanto se esperava por uma orientação de Prestes nos assuntos ligados à relação entre o Brasil e outros países, em especial os Estados Unidos da América (EUA), potência capitalista incontestável naqueles momentos derradeiros da Segunda Guerra. E Prestes fez um longo discurso, versando sobre a anistia e a União Nacional, lembrando os acontecimentos da década de 1930 e apontando a direção para onde os comunistas deveriam se encaminhar.

O historiador João Quartim de Moraes afirmou que tanto o discurso de Prestes no estádio São Januário em 23 de maio de 1945, como sua exposição em Recife no dia 26 de novembro do mesmo ano, são referências obrigatórias de todo e qualquer exame da política comunista na conjuntura 1945-1947. De acordo com o autor, tais pronunciamentos são expressões paradigmáticas do programa de União Nacional, quer dizer, da aliança com o governo Vargas em nome da unidade de forças contra o fascismo.¹⁵⁶

Moraes salienta que foi em nome da democracia que o pronunciamento de abriu e se encerrou. Naquele contexto, o valor semântico de tal palavra se opunha a “fascismo”, uma

¹⁵³ A anistia abrange todos os culpados de crimes políticos. *Correio do Povo*, 19.04.1945, p. 8.

¹⁵⁴ PRESTES, Luiz Carlos. “União Nacional para a democracia e o progresso.” (23.05.1945) In: CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, p. 26.

¹⁵⁵ Entrevista com João Batista Aveline, realizada em 18 de fevereiro de 1999 por Maria Luiza Martini e Eliane R. Garcia, com a presença de Gustavo, na sede do Diretório do PPS em Porto Alegre. Transcrição – Carla Simone Rodeghero. 2 fitas.

¹⁵⁶ MORAES, João Quartim de. “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954)”. In: _____. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III: Teorias, Interpretações. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998, p. 162.

acepção que correspondia plenamente ao momento histórico internacional.¹⁵⁷ Sua defesa e caracterização constituíram-se na orientação pela qual Aveline dizia que todos os seus companheiros aguardavam. Logo, tanto esse discurso de Prestes, como outras de suas manifestações ao longo da legalidade do PCB, foram levados em consideração na pesquisa aqui relatada, pois que era dele que os comunistas em geral esperavam a palavra de ordem.

A posição do antigo líder da Coluna Invicta foi favorável à União Nacional, inclusive com Getúlio, colocando as questões de ordem política acima dos ódios individuais, como um bom comunista. Afirmou:

A oposição exige que o sr. Getúlio Vargas abandone o cargo, para que seja mantida a paz interna. Mas será esse realmente o caminho democrático da ordem, da paz e da união nacional? Não terá, ao contrário, razão o sr. Getúlio Vargas ao afirmar que se deve é manter a ordem para levar o país a eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da Nação? Sua saída do poder neste instante seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a União Nacional; pelo contrário, despertaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando mais ameaçador ainda o perigo de golpes de estado e de guerra civil.¹⁵⁸

Prestes sabia que os liberais temiam a permanência de Vargas no poder, uma vez que recebia o apoio dos sindicatos e das massas. Para eles, era urgente a convocação de eleições presidenciais, a fim de remover do executivo nacional aquele que não mais lhes inspirava confiança. O líder comunista apoiava-se em atitudes recentes de Getúlio para defendê-lo, como o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, a anistia e a previsão de eleições ainda para aquele ano. Enquanto algumas dessas ações possuíam caráter democrático na opinião de Prestes, para a ala liberal constituíam-se episódios preocupantes.

Definida como a união de todos os homens “honestos”, “democratas” e “progressistas sinceros”, independente de posição social e ponto de vista ideológico, filosófico e credo religioso, a “verdadeira união nacional” da qual falava Prestes, constituía-se na saída para a “grande crise”, quer dizer, para os problemas econômicos e sociais brasileiros. Nesse sentido, o pronunciamento do Secretário Geral do PCB ia ao encontro de opiniões de comunistas que militavam na capital do Rio Grande do Sul, como as do professor Otto Alcides Ohlweiller. Suas palavras fundamentavam a nova visão de revolução brasileira, a que não mais condizia com o assalto frontal ao poder de estado, mas a das reformas sociais orientadas pelo interesse convergente do povo e da nação.¹⁵⁹ Os homens “honestos”, “democratas” e “progressistas sinceros” seriam aqueles que colocassem o que convinha ao povo e à nação em primeiro

¹⁵⁷ Id. *Ibidem*, p. 162-163.

¹⁵⁸ PRESTES, Luiz Carlos. “União Nacional para a democracia e o progresso.” (23.05.1945) In: CARONE, Edgar. *Op. Cit.*, p. 36.

¹⁵⁹ MORAES, João Quartim de. *Op. Cit.*, p. 165.

lugar. Ademais, a unidade também deveria facilitar a chegada à Assembléia Constituinte, através de eleições “livres e honestas”.¹⁶⁰

A legitimação de um discurso em defesa da democracia e da ordem veio por meio do apelo ao passado. Os comunistas não queriam retornar a ele, pelo contrário, queriam enterrá-lo. O seu presente era orientado para o futuro (para o socialismo como fim último da humanidade). No entanto, o pretérito desprezado fazia parte do presente. Ao selecionar certos aspectos, Prestes tentou mostrar que os comunistas defendiam a democracia desde a década de 1930, revelando-nos que essa palavra já possuía um conteúdo de experiência para ele, isto é, que ele conseguia referir-se a ela com base em acontecimentos passados. Diria até que seria inevitável não fazer um tal uso do passado, visto que, de acordo com Henri Bergson, a percepção presente está sempre impregnada de lembranças.¹⁶¹

Prestes resgatou os eventos ocorridos no ano de 1935 quase dez anos depois, de maneira a provar que a legalidade do Partido Comunista era legítima e sua ação política tinha (ou deveria ter) lugar naquele novo contexto da história do Brasil. No comício no estádio São Januário, o Cavaleiro da Esperança explicou a razão pela qual se achava no direito de elogiar certas medidas tomadas por Vargas, que, na sua opinião, estava sabendo permanecer ao lado do povo. Como vimos, Prestes começava a definir sua posição no jogo político brasileiro, assim como nas disputas que ocorriam no seio do Partido, posicionando-se favorável ao ditador e seu governo. Ele mencionou o papel que o PCB havia desempenhado em 1935, tentando provar que os esforços realizados o autorizavam a pronunciar-se a favor de Getúlio. Relembrou os acontecimentos da metade da década de 1930, dando a entender que, finalmente, faziam sentido:

O Partido Comunista do Brasil é o meu partido. Foi ele o organizador e dirigente do glorioso movimento da Aliança Nacional Libertadora – frente única dos patriotas e democratas que em todo o Brasil se uniram para impedir a fascitização de nossa terra. Na luta cruenta e desigual caímos lutando, mas, como já prevíamos e sempre acontece quando se procede com sinceridade e honestidade, o que em 1935 parecia ser uma derrota esmagadora foi de fato a vitória que agora festejamos.¹⁶²

No discurso, o Secretário Geral do PCB demonstrou que, em 1935, os comunistas já combatiam o fascismo e lutavam pela democracia. No momento em que o regime democrático começava a se configurar, ele queria que aqueles que lutavam pelo comunismo aparecessem como os que, embora mal compreendidos na época, sabiam que a melhor

¹⁶⁰ PRESTES, Luiz Carlos. “União Nacional para a democracia e o progresso.” (23.05.1945) In: CARONE, Edgar. Op. Cit., p. 31.

¹⁶¹ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 30.

¹⁶² PRESTES, Luiz Carlos. “União nacional para a democracia e o progresso” (23.05.45). In: CARONE, Edgar. Op. Cit., p. 27.

solução para o país era a democracia e a distância em relação ao fascismo, apesar de omitir que o PC não havia estado ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL) desde sua criação.

Segundo Thaís Battibugli, “o PCB manteve uma posição de pouco entusiasmo pela ANL nos seus primeiros meses de atuação, apesar de ter contribuído para a sua fundação [...]”¹⁶³ Marly Vianna também pode afirmar o pouco interesse do Partido Comunista pela Aliança. Em entrevista realizada com uma das personalidades de maior destaque na ANL, Francisco Mangabeira, a historiadora constatou que “o papel do PCB na fundação da organização não foi sequer de importância.”¹⁶⁴ De acordo com ela, foram as lideranças tenentistas que levaram adiante a organização da ANL¹⁶⁵, e somente no início de julho de 35, quatro meses após a sua fundação, e depois que Prestes lançou a palavra de ordem por um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), que o PC passou a concentrar sua atividade na Aliança. Para aquela etapa da luta dos comunistas, a ANL tornava-se um “verdadeiro instrumento da tomada do poder”.¹⁶⁶ Battibugli ainda menciona que “o partido queria, sobretudo, uma frente popular revolucionária, e não apenas a defesa da democracia liberal, como muitos aliancistas propunham.”¹⁶⁷

Tratava-se de uma forma de lembrar a conduta dos anos 1930 completamente seletiva, recordando o que convinha e esquecendo o que não estava de acordo com a postura de defesa da ordem e de tranqüilidade que o PCB preconizava em 1945. Não seria conveniente lembrar que o Partido havia apostado na influência da Aliança para iniciar a revolução no Brasil, mas, apenas, o lado de defesa da democracia e luta contra o fascismo. Prestes estava preocupado com o momento de transição que o país atravessava. O mundo, assim como o Brasil, passava por uma revisão de conceitos, etapa extremamente frágil e que exigia firmeza. Nesse sentido, escolhia com cuidado os elementos que fariam parte do passado comunista, rerepresentando-o de acordo com as exigências do presente.

Mas não somente as demandas de 1945 se lhes impunham. As do futuro também. De acordo com o chefe comunista, fazia-se necessário analisar profundamente a situação mundial e nacional, “a fim de decidir com segurança e audácia” o caminho pelo qual o Partido seguiria no objetivo de chegar ao socialismo. Era com esse propósito que Prestes aconselhava a olhar para o presente. Isso não significava que a defesa da democracia era uma falácia e que os comunistas almejavam, na verdade, chegar ao socialismo. A democracia defendida por

¹⁶³ BATTIBUGLI, Thaís. Op. cit., p. 18.

¹⁶⁴ VIANNA, Marly. “A Aliança Nacional Libertadora”. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel. (Orgs.) *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 34.

¹⁶⁵ VIANNA, Marly. Loc. cit.

¹⁶⁶ Id. *Ibidem*, p. 46.

¹⁶⁷ BATTIBUGLI, Thaís. Op. cit., p. 21.

Prestes não estava desvinculada daquilo que era colocado como meta para os comunistas. Pelo contrário, o “mundo do porvir para todos os povos”, segundo ele, era a União Soviética, “coluna máxima da democracia”.¹⁶⁸ Tal como vimos no primeiro capítulo – quando abordamos a estrutura orgânica e o estabelecimento de normas dentro do PCB – o regime soviético mostrava-se o modelo de democracia no qual os revolucionários se inspiravam.

2.2 – Na luta pela Assembléia Constituinte: os comunistas rumo ao horizonte

No segundo semestre de 1945, a pauta dos comunistas foi preenchida pelos assuntos relacionados às eleições e à instalação da Assembléia Constituinte. Ritmados pela velocidade das atividades partidárias, em meio aos ataques anticomunistas e diante da possibilidade de deposição do presidente Vargas, os militantes do PCB expuseram suas opiniões, sobretudo, na revista *Libertação*, fonte privilegiada através da qual podemos captar algumas de suas representações acerca da democracia naqueles meses.

O interior da militância entrava num ritmo acelerado. Avisos e notícias sobre a instalação de células, reuniões e conferências eram divulgadas no jornal *Correio do Povo*, visitado por alguns comunistas na noite do dia 27 de junho de 1945. Abílio Fernandes, Orestes Timbaúva Rodrigues, Isaac Acxelrud (pseudônimo Josino Campos), José Freire e Otto Ohlweiller, todos membros do Comitê Estadual do PCB, relataram suas intenções em ampliar e aprofundar o contato com as massas, além de assumirem a adesão à União Nacional tal como definida por Prestes. Eles colocavam-se a favor da “aliança entre o proletariado, a burguesia progressista e os camponeses, única força capaz de conduzir a nossa grande pátria à sua emancipação política e econômica, sem perturbações da ordem, sem choques e sem atritos.”¹⁶⁹

Três dias depois dessa visita, os revolucionários instalaram solenemente o Comitê Estadual do PC no Rio Grande do Sul no Cinema Imperial, e, num longo discurso, reproduzido em matéria paga no *Correio do Povo*, o Secretário Geral da unidade recém instalada deu continuidade à política de União Nacional e à defesa de um processo de democratização dentro da ordem e da tranqüilidade.

¹⁶⁸ PRESTES, Luiz Carlos. “União nacional para a democracia e o progresso” (23.05.45). In: CARONE, Edgar. Op. Cit., p. 41.

¹⁶⁹ Organiza-se o Partido Comunista no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, 28.06.1945, p. 8.

O pronunciamento de Abílio Fernandes foi marcado por viva emoção. Nascido na cidade de Pelotas no ano de 1901, tornara-se metalúrgico aos 20 anos, iniciando-se em atividade sindical intensa. Na metade da década de 1930, ocupou o cargo de tesoureiro da ANL em sua cidade natal, e, no início da década de 1940, foi processado pelo Tribunal de Segurança Nacional e condenado a dois anos de prisão. De volta à legalidade, em 1945, Abílio substituiu Otto Ohlweiller na secretaria geral do Comitê Estadual, além de ser suplente no Comitê Nacional, com sede no Rio de Janeiro.

Com o Cinema Imperial completamente lotado, conforme relatado no primeiro capítulo, o metalúrgico falou em nome dos comunistas de todo o Rio Grande, manifestando a adesão ao discurso de Prestes – tal como já havia deixado claro, juntamente com os companheiros, em visita à redação ao jornal *Correio do Povo*. Afirmou que os comunistas, assim como o “guia genial” do Partido Comunista do Brasil, não guardavam ódios, nem ressentimentos, deixando para trás a página “sangrenta” e “dolorosa” em que o imperialismo havia tentado revolver suas contradições às custas dos países fracos e desarmados.¹⁷⁰ Em face daquele momento, Abílio defendeu a unificação do povo – “esteio da ordem e da tranquilidade”, bem como “instrumento de democratização e progresso” – comprometendo-se a não medir esforços nesse sentido. Para ele, o povo organizado – formando seus próprios líderes, compreendendo por si seus problemas e conquistando as reivindicações através de sua capacidade de luta – seria a verdadeira base social da democracia, tal como entendiam e desejavam os comunistas: “uma democracia de baixo para cima, do seio da massa até os postos de governo”.¹⁷¹ Na seqüência de seu discurso, ele afirmou que “enquanto a democracia não for a própria atividade das massas populares, ela não passará de uma palavra na boca dos caçadores de posições e postos representativos”.¹⁷² Abílio Fernandes defendia um governo comandado pelo povo, e, mais uma vez, assim como no artigo de Otto Ohlweiller analisado anteriormente, não nos ficam claros os segmentos sociais que comporiam essa parcela da sociedade brasileira. Podemos deduzir que, nesta etapa de seu discurso, em que usava expressões como “de baixo para cima”, estivesse se referindo aos trabalhadores, os quais comporiam a base da organização social na interpretação marxista.

Seu próximo passo foi esclarecer a relação entre o operariado e a democracia, momento no qual é possível perceber uma certa motivação de classe em suas palavras. Para o metalúrgico de Pelotas, não existiria democracia “lá onde a classe operária não tem liberdade

¹⁷⁰ A pedido. O Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil, no R. G. do Sul. *Correio do Povo*, 01.08.1945, p. 6.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

para organizar-se”. A tarefa dos comunistas, nesse caso, era concentrar esforços no fortalecimento dos sindicatos, na luta pela conquista do direito de greve e no aperfeiçoamento e cumprimento das leis sociais.¹⁷³ Abílio não descartava a luta dos trabalhadores do processo de democratização.

As questões relacionadas à classe operária, para alguns militantes, deveriam ter prioridade na luta do Partido, e as greves são um exemplo que pode nos auxiliar a entender esse aspecto. No ano de 1945, 10 movimentos grevistas foram realizados na capital gaúcha, todos no mês de abril.¹⁷⁴ Lamentavelmente, as fontes de que dispusemos não nos possibilitaram ver a posição dos comunistas a esse respeito naquele momento. Contudo, o depoimento de Eloy Martins – prestado 44 anos depois – permite compreendermos que a aceitação da política de União Nacional, quando estava em questão a luta dos trabalhadores, ocorria de forma contrariada:

Achava-me empolgado, não ouvia ninguém, os acontecimentos políticos me entusiasmavam em demasia, apesar de uma luta íntima existente dentro de mim. Meu espírito de classe entrava em choque com a orientação partidária, a qual aceitava de forma forçada. Não podia entrar na minha cabeça o apoio irrestrito a Vargas e posteriormente a política de apertar o cinto para evitar greves.¹⁷⁵

Na seqüência do depoimento, o metalúrgico catarinense lembrou que várias foram as ocasiões em que as greves estiveram em pauta e suas concepções acabaram chocando-se com as diretrizes partidárias. Nesse caso, existia uma tensão entre o que o militante considerava adequado ou justo para a classe que representava e o que o PCB decidia e impunha como a linha política a ser seguida por seus membros. O conflito de Eloy com a tática da União Nacional e o apoio a Vargas nos mostra o quanto a confluência de vontades no que se referia às questões imediatas era frágil dentro da agremiação. Ao que tudo indica, era um desejo voltado para um futuro mais longínquo o que gerava a coesão e a disciplina. Contrariado e com certa resistência, Eloy acabou cedendo diante da possibilidade de, na legalidade, o proletariado, com o Partido Comunista à frente, alcançar o poder, apoiado na democracia e na Constituição.

Outro assunto em pauta do pronunciamento de Abílio Fernandes durante a instalação do Comitê Estadual foram as eleições, que ocorreriam no mês de dezembro. Nessa ocasião, seriam escolhidos deputados federais, senadores e o presidente da república brasileira. O comunista pelotense defendeu a ordem e a tranqüilidade, a fim de que se processassem

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ PETERSEN, Aura Terezinha T. et. alli. *Movimentos grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979*. Porto Alegre: PUCRS, 1981, vol. 1 (mimeo).

¹⁷⁵ MARTIS, Eloy. Op. Cit., p. 76.

eleições “livres e honestas”. A expectativa dele para o pleito, a acontecer num futuro muito próximo, era a de que os “elementos mais reacionários” do governo fossem substituídos por cidadãos de “real prestígio popular”. Problemas, como a inflação, mereciam cuidados de um governo de ampla base social do ponto de vista do dirigente comunista gaúcho.¹⁷⁶ O que o preocupava era a possibilidade dos “angustiantes problemas” econômicos afligirem de forma crescente as “camadas mais pobres da população”, gerando condições para agitações e descontentamentos, situação da qual poderiam se aproveitar “os aventureiros golpistas”.¹⁷⁷

Na mesma ocasião, o barbeiro Geminiano Candiota Xavier também expressou o que esperava das eleições. Nascido em 1888, Geminiano era conterrâneo de Abílio Fernandes. Havia aprendido a profissão aos treze anos de idade, pouco antes de vir para Porto Alegre em 1907, momento a partir do qual se dedicou aos assuntos da sua categoria profissional – principalmente através dos sindicatos – e ao teatro popular. Em 1945, o barbeiro pelotense passou a presidir a célula “Tenente Cleto Campelo”. Na noite da instalação do PCB no Rio Grande do Sul, Xavier manifestou-se descontente com o fato de algumas camadas da população não participarem do pleito.

Partes do discurso – alvo da censura do camarada Josino Campos (Isaac Axcelrud), durante reunião da célula Mont’ Serrat feita dias antes da solenidade – foram reproduzidas nas memórias do barbeiro.¹⁷⁸ No que dizia respeito às eleições, Geminiano havia manifestado o desejo de que elas fossem “livres e honestas”, fruto de “ampla politização do povo no sentido da união nacional contra os demagogos e golpistas.”¹⁷⁹ Esse pelotense também aproveitou a ocasião para protestar contra o fato de algumas parcelas da população não terem direito ao voto, como os analfabetos. Na sua opinião, enquanto não fosse concedido tal direito a esse grupo, não se teria realizado uma “verdadeira democracia”, pois esta seria a de apenas 30% do conjunto dos cidadãos.¹⁸⁰

A referência a eleições “livres e honestas”, presentes nos discursos dos dois pelotenses, marcava a presença do passado de pleitos controlados e fraudulentos na história do Brasil – repudiados pelos comunistas – na forma como olhavam para o presente e para o futuro. Entretanto, tal alusão não era exclusiva dos militantes. Ela se fazia presente em pronunciamentos de outros indivíduos, não necessariamente membros do PCB e/ou ligados à

¹⁷⁶ A pedido. O Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil, no R. G. do Sul. *Correio do Povo*, 01.08.1945, p. 6.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ O registro da censura encontra-se no relatório da reunião, datado de 04 de agosto de 1945, e de autoria do Secretário Geral da célula Mont’ Serrat, Geminiano Xavier.

¹⁷⁹ XAVIER, Geminiano Candiota. *Memórias de um velho militante*. (Documentos para a História Operária do Rio G. do Sul). Porto Alegre: 1985.

¹⁸⁰ Idem.

capital gaúcha.¹⁸¹ Abílio e Geminiano esperavam uma maior participação popular no dia 02 de dezembro – no sentido de que cidadãos oriundos das camadas mais desfavorecidas da população tivessem como expressar suas vontades – e que seus representantes desempenhassem papel mais decisivo no futuro governo. Ademais, a preocupação com “golpistas” mostrava-se latente. O que isso significava?

Os comunistas tinham seus motivos para temerem golpes, um perigo que pairava no ar e que se concretizaria em outubro daquele ano. Enquanto a esquerda liberal e a cúpula do Exército se afastavam de Getúlio – na medida em que este não representava mais a garantia política da ordem estabelecida e dos interesses adquiridos – para os revolucionários, Vargas vinha demonstrando, desde a declaração de guerra contra a Alemanha, sinais de que estava se afastando do modelo ditatorial de governar. A possibilidade de deposição do Presidente indicava aos militantes do PC que as forças beneficiadas com o Estado Novo estavam se rearticulando para retirar do poder aquele que não mais lhes era útil.

Nesse sentido, os comunistas brasileiros deram crédito ao movimento desencadeado pelos trabalhadores receosos de perderem os direitos trabalhistas conquistados ao longo do Estado Novo: o *queremismo*. Segundo Jorge Ferreira, inicialmente, os trabalhadores projetaram na figura de Getúlio Vargas a garantia exclusiva de preservar as leis do trabalho. Num segundo momento, o *queremismo* evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte.¹⁸² Eloy Martins lembrou que o PCB acreditava que a saída de Vargas poderia proporcionar um retrocesso, o que não seria correto, “porque a conjuntura política não era favorável ao fascismo e sim à democracia”. O Partido, assim, deixou-se envolver pelos *queremistas*, apoiando a palavra de ordem “Constituinte com Getúlio”.¹⁸³ Os militantes do comunismo aderiam à campanha por concordarem que a deposição de Vargas não contribuiria para o processo de democratização brasileiro. Pelo contrário, acreditavam que o primeiro passo para a implantação do regime democrático deveria ser a instalação da Assembléia Nacional, que elaboraria a nova Constituição, com base na qual se dariam as eleições para os executivos – nacional e estaduais – e suas respectivas câmaras legislativas. Como bem avaliou Dulce Pandolfi, tratava-se de uma proposta que reservaria ainda muito tempo para Vargas na

¹⁸¹ Por exemplo, o general Mário Ramos, da cidade de Natal, recebeu uma homenagem no dia 04 de setembro, na qual manifestou esperar que no dia 02 de dezembro os brasileiros fossem escolher seu mandatário através de eleições “livres e honestas”. Contudo, o que um militar e um comunista entendiam por tais termos era certamente diferente. *Diário de Notícias*, 05.09.1945, p. 2.

¹⁸² FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento *queremista*”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 43.

¹⁸³ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 82.

presidência, o que os opositoristas, sobretudo aqueles articulados em torno da UDN, não admitiam.¹⁸⁴

No dia 07 de agosto de 1945, Luiz Carlos Prestes apresentou um documento ao Comitê Nacional, por ocasião da solenidade de sua instalação no Rio de Janeiro. O “Informe Político da Comissão Executiva” analisava a situação política nacional e internacional, os últimos acontecimentos e o papel desempenhado pelo Partido, e explicava a “crise econômica estrutural” que o mundo estava vivendo. No momento em que avaliava as “vitórias democráticas de 1945”, o Secretário Nacional do PCB colocava-se ao lado de Vargas, afirmando que seu governo continuava cedendo no caminho da democracia, estabelecendo relações com a Rússia, concedendo anistia aos presos políticos, convocando eleições, sancionando a lei eleitoral que assegurava o sufrágio direto, secreto e obrigatório, além de conceder os direitos de greve, manifestação de pensamento, reunião e associação.¹⁸⁵ Para Prestes, era porque Getúlio cedia ao povo e à democracia que se haviam iniciado os insultos e as calúnias, vindas daqueles que, antes, marchavam com ele para o fascismo.¹⁸⁶

Prestes acreditava que a posição assumida em 1945 era a mais adequada. Ao comentar os acontecimentos de novembro de 1935 no “Informe” apresentado na instalação do Comitê Nacional, não apenas presentificou um passado determinado, mas expôs um julgamento sobre ele que vinha ao encontro daquele momento de defesa da ordem, da tranqüilidade, da permanência de Vargas no poder e das eleições. O líder comunista afirmou:

Há dez anos apelava o nosso Partido para a revolução agrária antiimperialista, e mostrava ao nosso povo não haver então outro caminho para enfrentar a demagogia integralista e impedir a fascitização de nossa terra. Na luta pela democracia chegamos a empunhar armas contra o governo e caímos lutando. Não foram poucos, sem dúvida, tanto naquela época como nos anos que se seguiram até os dias de hoje, os nossos erros.¹⁸⁷

A conclusão do “Cavaleiro da Esperança” – provavelmente fruto de reflexões sobre o movimento de 1935 – foi a de que o luta armada contra o governo havia sido um erro. Dessa forma, parecia convencido de que seria por meios pacíficos que se chegaria à democracia.¹⁸⁸

¹⁸⁴ PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p. 140-141.

¹⁸⁵ PRESTES, Luiz Carlos. *Os comunistas na luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945, p. 22. Partes do Informe podem ser encontradas em: CARONE, Edgar. Op. Cit., pp. 40-57.

¹⁸⁶ Id. Ibidem, p. 23.

¹⁸⁷ Id. Ibidem, p. 5.

¹⁸⁸ Apesar de toda a construção elaborada posteriormente pelas diferentes vertentes anticomunistas no sentido de desacreditar esse lado da militância comunista, o movimento de 1935, independente de seus métodos, lutava pela democracia e contra o fascismo. Para maiores informações sobre o processo de construção de imagens negativas em torno dos acontecimentos de 27 de Novembro, ver: MOTTA, R. P. S. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, 2000. Tese de doutorado. Em livro: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Tal concepção já havia sido expressada por Bangu, em 1937, quando do início da virada do Partido para a tática da União Nacional, à qual Prestes aderira. Na época, segundo Karepovs, o então membro do Secretariado Nacional do PCB afirmara que “a ANL deveria ter optado por ampliar sua base, conquistando posições nos parlamentos, nos municípios, utilizando a fundo ‘todas as possibilidades pacíficas e esgotar todos os meios legais’, antes de enveredar pelo caminho da insurreição.”¹⁸⁹ De qualquer forma, ao afirmar que o esforço de dez anos antes havia sido realizado em prol da democracia, Prestes contribuía para a construção de uma imagem dos comunistas como democratas.

As publicações realizadas no periódico *Correio do Povo* e, principalmente, na revista *Libertação* são as únicas fontes disponíveis (até o momento) para sabermos como essas questões – relacionadas ao apoio da permanência de Getúlio na presidência, às eleições, à instalação da Assembléia Constituinte e à defesa da democratização por meios pacíficos – foram pensadas e circularam entre os militantes de Porto Alegre.

No final do mês de agosto de 1945, foi publicado um “a pedido” no *Correio do Povo*, intitulado “Manifesto do Partido Comunista do Brasil”. Nele, os membros do PCB continuaram defendendo a realização de eleições “livres e honestas”, além da convocação imediata de uma Assembléia Constituinte, considerada o “único poder realmente soberano capaz de assegurar a reconstitucionalização democrática do Brasil e facilitar uma solução unitária e pacífica para os angustiantes problemas econômicos, políticos e sociais” que os brasileiros atravessavam.¹⁹⁰

Nas semanas seguintes, vários destacados militantes manifestaram-se pela Constituinte, sobretudo no semanário do Partido em Porto Alegre. Sabemos que, pelo menos até 28 de novembro de 1945, os comunistas colocaram em circulação 38 edições da revista *Libertação*. Destas, sobreviveram oito: a primeira, de 14 de abril, três números de setembro, um de outubro e três de novembro. A publicação saía, geralmente, nos sábados, como é o caso dos exemplares sobreviventes dos meses de setembro e outubro, nos quais a defesa da Constituinte tomou proporções surpreendentes. O que nos intriga é que, ao defendê-la, os comunistas que compunham o expediente do semanário não demonstravam um apoio tão explícito ao governo, tal como se apresentava no discurso do líder do PCB. A Constituinte mostrava-se extremamente importante para a democratização do país e foi a tônica ao longo de todo o semestre. Mas o papel atribuído a Vargas nesse processo não foi enfatizado pelos

¹⁸⁹ KAREPOVS, Dainis. Op. cit., p. 216.

¹⁹⁰ A pedido – Manifesto do Partido Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 29.08.1945, p. 5.

revolucionários da capital gaúcha, aparecendo de forma mais clara apenas a partir da segunda metade do mês de outubro.

O mês de setembro foi um dos mais movimentados daquele ano, e as circunstâncias históricas generosas, no sentido de permitirem chegar até nós seus vestígios. As reuniões de células e comitês e os comícios foram as atividades que tomaram maior tempo de nossos protagonistas. No dia primeiro, eles colocaram em circulação a edição número 20 da revista do Comitê Municipal de Porto Alegre, na qual contextualizaram a necessidade de uma Assembléia Constituinte. Como a história, segundo eles, não propunha problemas que os povos não fossem capazes de resolver, ela não poderia ser aceita quando apenas despontavam as primeiras liberdades públicas e mal se divisava a polarização das forças, mas sim naquele momento em que os campos estavam definidos e que seus respectivos interesses mostravam-se claros. A Constituinte não deveria ser imposta por alguma dessas correntes, mas uma “conquista do povo”. Os comunistas afirmavam que o povo havia manifestado interesse pelo problema institucional e pelas casas legislativas; que ele reclamava a Constituinte, unido em torno de sua vanguarda política (o PCB).¹⁹¹

Dizer a palavra “povo” (ou “popular”), de acordo com Bellème, implica e institui um lugar de enunciação.¹⁹² Os revolucionários falavam da posição daqueles que guiariam o povo, visto que compunham a frente que o orientaria, e, dessa forma, faziam referência a um povo não-identificável e soberano que, ao mesmo tempo, tinha seu poder extraído. A afirmação de que a Constituinte deveria ser uma sua conquista estava sendo feita por militantes instruídos, jornalistas e escritores como Dyonélio Machado, Sibilis Viana, Décio Freitas, Pinheiro Machado Neto, Raul Riff, P. F. Gastal e Renan de Azevedo, que formavam o expediente daquela edição de *Libertação*. Dyonélio e Raul Riff haviam participado, em janeiro daquele ano, do I Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), no qual, segundo Cavalcante, teriam traçado – juntamente com intelectuais de outras regiões do país e não necessariamente comunistas – o perfil do povo brasileiro: “Privado da possibilidade de ‘construir uma visão mais clara dos problemas da nação’, o povo brasileiro, inculto e ignorante, constituía-se assim num ‘empecilho ao progresso’, ao mesmo tempo que se tornava ‘vítima fácil dos mistificadores’.”¹⁹³ Na interpretação dos congressistas, a pobreza, tanto material como espiritual, do povo era fruto da dominação, e a conquista da democracia estava inseparável da educação, quer dizer, da ampliação do acesso ao conhecimento. Nesse caso, a

¹⁹¹ A Constituinte será uma conquista do povo. *Libertação*, 01.09.1945, p. 1.

¹⁹² BOLLÈME, Geneviève. Op. Cit., p. 30.

¹⁹³ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 106.

cultura era concebida como fruto de reflexões, que não se produziam no meio popular, mas entre os intelectuais, os quais tinham o papel de conscientizar as massas no período democrático que se iniciava, visto que detinham um saber que deveria ser difundido, “popularizado através da educação”.¹⁹⁴ Daniel Aarão tocou em pontos importantes a esse respeito durante o seminário realizado em 1986. Ele referiu-se a uma profunda desconfiança da intelectualidade progressista de classe média em relação aos de baixo, uma postura que já era notória nos anos 1920 e mesmo na Coluna Prestes. A política da conjuntura 1945-1947, nesse sentido, teria sido uma retomada da tradição tenentista, com preferência pelas tratativas de cúpula e pelo diálogo com o governo, por exemplo. Esse aspecto deve ser levado em conta, salienta o autor, porque a maioria das lideranças das organizações comunistas provinha dessa intelectualidade progressista de classe média desconfiada.¹⁹⁵ Elaborada por indivíduos com alto grau de instrução, a declaração realizada na revista *Libertação* pressupunha uma diferença entre eles – pessoas cultas e esclarecidas, além de fazerem parte de uma organização que possuía as chaves para a compreensão do mundo e sua salvação – e o grupo que designavam, o povo – inculto, ignorante, vítima fácil dos mistificadores e, por isso, não confiável.

No final do editorial, os comunistas afirmaram que o povo não queria um “ato simbólico”, mas um compromisso do presidente eleito com uma constituição nova. A Constituinte, então, deveria preceder a eleição presidencial “pelas mesmas razões que os alicerces se lançam antes de erguer as paredes das casas.”¹⁹⁶ Eles lhe reservavam um papel importante no processo de democratização. Seria ela que sustentaria o novo regime, pois que elaboraria o corpo de leis sobre o qual o futuro presidente do Brasil deveria jurar. A Constituição, por sua vez, seria a “lei básica oriunda da soberania popular, democrática e progressista”, como exigiam os problemas brasileiros e as condições do mundo livre da “praga fascista”.¹⁹⁷

A Carta de 1937 era um documento antigo e vencido na opinião do advogado pelotense Júlio Teixeira, pois refletia uma época que a poeira da guerra mundial já cobria, representava um mal contra o qual os brasileiros haviam combatido. Dar continuidade a ela não seria apenas uma “condenável e nociva” tentativa de “vivificação” de um organismo morto, mas um lamentável impedimento do “invencível impulso democrático” que não se limitava ao Brasil, mas abarcava todo o mundo. Com base nessa argumentação, Teixeira

¹⁹⁴ Id. Ibidem, p. 108.

¹⁹⁵ GARCIA, Marco Aurélio (1986). Op. Cit., p. 27-28.

¹⁹⁶ A Constituinte será uma conquista do povo. *Libertação*, 01.09.1945, p. 1.

¹⁹⁷ Idem.

defendeu a convocação de uma Assembléia Constituinte como “solução específica” para aquele episódio político brasileiro.¹⁹⁸ Para esse comunista, profissional ligado às leis, a Constituição de 1937 não tinha mais lugar no novo contexto. O Brasil e o mundo marchavam inexoravelmente para a democracia.

Os militantes do PC apostavam seriamente na convocação da Assembléia Constituinte. Tal aspecto não era colocado apenas por aqueles que escreviam seus artigos na revista *Libertação*, mas fazia-se presente em outros âmbitos da militância. No final do mês de agosto e início de setembro, eles programaram uma série de comícios sobre a questão eleitoral e deram início à “campanha pró-constituente”.¹⁹⁹ Uma das ocasiões em que a convocação da Assembléia veio à baila ocorreu durante o Pleno de Porto Alegre, realizado nos dias 01 e 02 de setembro. Ao longo da reunião ampliada, na qual foram discutidos os informes dos secretários do Comitê Municipal, além dos militantes prestarem contas das tarefas cumpridas e debaterem aquelas a cumprir, a Constituinte foi colocada como o objetivo político no momento. Ela elaboraria “a carta garantidora dos direitos e das liberdades conquistados pelo povo, nestes últimos meses radiosos de ascensão da democracia e de vitórias populares contra os restos do fascismo e do capital estrangeiro colonizador.”²⁰⁰ Do padreiro Edgar Curvello os participantes do Pleno Ampliado ouviram dois informes: um que versava sobre a influência do Partido no cenário nacional e outro que mostrava a posição dos comunistas em relação aos problemas da Cidade.

O Secretário Geral do Comitê Municipal de Porto Alegre iniciou sinalizando o crescimento extraordinário e contínuo do Partido, o seu maior contato com as “amplas massas” do povo, bem como a influência entre elas. Curvello afirmou que tudo isso estava sendo possível graças ao acerto da linha política do PCB e devido à capacidade de organização dos seus membros, ao prestígio de Prestes, à clarividência dos dirigentes comunistas e à capacidade de trabalho e sacrifício de todos os militantes.²⁰¹ O aumento da influência, de acordo com o secretário, havia-se tornado mais evidente quando os revolucionários apontaram para a convocação da Assembléia Constituinte, considerada por ele como “o caminho mais justo” para dirigir o Brasil – de forma pacífica, por meio de eleições “livres e honestas” – rumo a consolidação da “Democracia” e ao processamento das medidas necessárias para o progresso do país. Nesse sentido, a carta de 10 de Novembro – um

¹⁹⁸ Afirma Júlio Teixeira: “A convocação de uma Constituinte seria a solução específica neste nosso período político”. *Libertação*, 01.09.1945, p. 1.

¹⁹⁹ Comício do Partido Comunista. *Correio do Povo*, 29.08.1945, p. 8.

²⁰⁰ O Ampliado dos Comunistas de Porto Alegre. *Libertação*, 08.09.1945, p. 1.

²⁰¹ A Influência do P.C.B. no Cenário Político Nacional (Do informe político do camarada padreiro Edgar José Curvello, secretário geral do Comitê Municipal de Porto Alegre do P.C.B.). *Libertação*, 08.09.1945, p. 4.

aspecto do passado ainda presente – mostrava-se um “empecilho” de uma estrutura política “caduca e reacionária”.²⁰²

Tudo isso colocava novas responsabilidades aos comunistas, ainda mais diante da rearticulação do que o padreiro chamou de “forças reacionárias ligadas ao capital colonizador”, as quais estavam organizando uma “verdadeira união sagrada contra o comunismo”. O reagrupamento das tais “forças” mostrava-se claro para Curvello no reavivamento do combate ao comunismo, que era o mesmo que luta contra a consolidação da democracia e a organização do povo e do proletariado.²⁰³

De fato, mesmo com todo o clima de abertura política, alguns setores já se mobilizavam contra o comunismo. A historiadora Carla Rodeghero analisou que o apoio dos comunistas a Vargas como prioridade para a eleição da Constituinte tornou-se alvo das preocupações da Igreja Católica já a partir da metade de 1945. Ela passou a elaborar manifestos, mobilizar massa e colocar em funcionamento a Liga Eleitoral Católica (LEC) para se contrapor os avanços organizativos do PCB, os quais, de acordo com o padreiro comunista, aconteciam rapidamente na capital do Rio Grande do Sul. A autora salienta que, para a instituição, a União Nacional tratava-se de “uma falsa política de mãos estendidas, pernicioso para a conjuntura vivida no Brasil e no mundo”.²⁰⁴ Assim, no dia 15 de agosto foi lançada a LEC em Porto Alegre, ocasião em que o “Manifesto do Episcopado Brasileiro” e a “Carta Coletiva” – produzida pelos bispos gaúchos – foram lidos. A campanha anticomunista teve continuidade através de irradiações diárias promovidas pela LEC e de artigos pagos no jornal *Correio do Povo*.²⁰⁵ Tanto nas eleições de 1945 quanto nos dois pleitos realizados em 1947, os quais veremos no quarto capítulo dessa dissertação, a LEC mostrou-se uma antagonista de destaque, atuando de forma insistente e sistemática, divulgando não apenas para os católicos suas desconfianças em relação à linha política adotada pelo PCB e a sua condenação total ao comunismo.²⁰⁶

No informe lido durante o Pleno Ampliado de Porto Alegre, Curvello admitiu que viviam num momento em que a luta contra o Partido era reacesa, e os comunistas deveriam estar vigilantes, pois aqueles que os atacavam o faziam tanto “de fora” como “de dentro”, infiltrando “oportunistas” no seio da organização para assaltá-los pelas costas nos momentos mais difíceis. Por isso o Partido tinha de estar coeso e seus militantes disciplinados, de acordo

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ RODEGHERO, Carla. Confrontos no pós-guerra – O anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *Revista História Hoje*. Revista Eletrônica de História. Vol. 3, nº 8, dezembro-2005.

²⁰⁵ Id. Ibidem.

²⁰⁶ Id. Ibidem.

com a “confluência de vontades”, mencionada no primeiro capítulo.²⁰⁷ As armas que o secretário acreditava serem fundamentais contra aqueles que aproveitavam oportunidades para prejudicar o Partido eram a vigilância constante, a crítica orgânica e construtiva, a ajuda e o prestígio das direções, o efetivo cumprimento das tarefas e o fortalecimento ideológico, mediante o estudo dos materiais do PCB e a leitura dos clássicos do marxismo-leninismo.²⁰⁸

No segundo informe, o Secretário Geral dedicou-se a questões de Porto Alegre. Os comunistas, segundo ele, ajudariam o povo porto-alegrense a resolver seus problemas mais sentidos através dos “comitês populares”.²⁰⁹ Berenice Cavalcante comenta que esses comitês tipificavam exemplarmente a prática do PCB como uma organização de “fachada”, reunindo pessoas das mais variadas origens sociais, dirigidas por comunistas ou simpatizantes com o objetivo de lutar pelas reivindicações mais imediatas de um bairro, uma rua ou um edifício.²¹⁰ Cabia aos comunistas, na opinião do padeiro, irem até a população e estudarem democraticamente com ela a melhor maneira de buscar soluções para suas demandas. Organizados em suas unidades de bairro, os membros do Partido Comunista haviam realizado um estudo sobre as reivindicações mais comuns, as quais Curvello comentou no informe. Seriam elas: melhoria na produção do leite e na distribuição da carne (deveria haver um racionamento e aumento da quota desse artigo destinada para a capital gaúcha); solução para a escassez de moradias; e formação de chácaras para driblar o custo das frutas e dos legumes. Os participantes dos comitês populares também haviam reclamado do pouco número de bondes e ônibus em circulação na Cidade e dos altos preços cobrados pelas passagens, além do valor da energia elétrica, que acabava entrvando a produção industrial. Essas eram as reivindicações mais gerais. Existiam também demandas muito particulares, como água para os bairros Glória e Partenon, mais leitos e água para o Sanatório Belém, refeitórios nas principais fábricas com comida sadia e barata, clínicas dentárias para operários e familiares nos bairros, maior número de escolas primárias, gratuidade do ensino secundário e superior, entre outras.²¹¹

Contudo, Curvello alertava que os comitês populares não deveriam lutar apenas pelas reivindicações econômicas. Era igualmente importante que esses pequenos organismos batalhassem pelo fortalecimento do processo democrático através de eleições “livres e

²⁰⁷ A Influência do P.C.B. no Cenário Político Nacional (Do informe político do camarada padeiro Edgar José Curvello, secretário geral do Comitê Municipal de Porto Alegre do P.C.B.). *Libertação*, 08.09.1945, p. 4.

²⁰⁸ Idem, p. 5.

²⁰⁹ Os comunistas diante dos problemas de Porto Alegre (Do Informe de Edgar José Curvello). *Libertação*, 08.09.1945, p. 5.

²¹⁰ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 146.

²¹¹ Os comunistas diante dos problemas de Porto Alegre (Do Informe de Edgar José Curvello). *Libertação*, 08.09.1945, p. 5.

honestas” e pela instalação da Assembléia Constituinte, para a qual deveriam indicar homens que melhor soubessem defender os interesses do povo. Nesse sentido, a organização dos comitês populares mostrava-se relevante, sem dúvida, mas a “espinha dorsal” da mobilização das massas estava na classe operária organizada sindicalmente, unida numa “Confederação dos Trabalhadores do Brasil”, que, por sua vez, estaria ligada ao movimento operário mundial.²¹²

O contato com os moradores dos diferentes bairros – proporcionado pelos comitês populares – dava oportunidades aos comunistas de divulgarem a linha política do Partido, arregimentar novos membros e conquistar simpatizantes. Eles empenhavam-se no intuito de entender o que mais afligia a grande população, a fim de orientá-la no sentido de buscar soluções imediatas sim, mas pacíficas, dentro da ordem. A defesa de eleições “livres e honestas” e da convocação da Assembléia Constituinte não estava desvinculada das lutas diárias. Aliás, as eleições eram apresentadas pelo secretário como o meio de selecionar indivíduos cientes dos anseios populares para compor a Constituinte, “caminho mais justo” para encaminhar o Brasil à democracia.²¹³ Segundo Curvello, as donas de casa eram as mais atingidas pela carestia de vida, logo, as que melhor poderiam participar da luta pelas reivindicações. Ele reconhecia que quase nada estava sendo feito no sentido de trazer as mulheres para o Partido e de fazê-las participar do movimento de massas dos comitês populares e dos sindicatos. Mas também estava escolhendo aquele momento para mobilizar essa parcela da sociedade.²¹⁴ Em visita realizada no final do mês de agosto ao Realengo, Prestes já havia atribuído função à mulher no processo de democratização. Elas desempenhariam papel no contato com as massas, no levantamento de suas reivindicações.²¹⁵

Na mesma edição em que foram publicados os informes de Edgar Curvello, outros dois destacados militantes expressaram suas opiniões sobre a Constituinte. Falando mais uma vez em nome do povo, Otto Ohlweiller afirmou que ela deveria ser eleita em pleito “livre e honesto”, porque o povo desejava uma carta que desse aos seus representantes e aos órgãos representativos os poderes para legislar no sentido do fortalecimento da democracia e do progresso da nação.²¹⁶ Na mesma edição em que o professor foi entrevistado, o médico César

²¹² Idem.

²¹³ A Influência do P.C.B. no Cenário Político Nacional (Do informe político do camarada padeiro Edgar José Curvello, secretário geral do Comitê Municipal de Porto Alegre do P.C.B.). *Libertação*, 08.09.1945, p. 4.

²¹⁴ Os comunistas diante dos problemas de Porto Alegre (Do Informe de Edgar José Curvello). *Libertação*, 08.09.1945, p. 5.

²¹⁵ A pedido. Luiz Carlos Prestes, em visita ao Realengo, fala ao povo, em Sabatina, na praça pública. *Correio do Povo*, 01.09.1945, p. 5. Matéria publicada no periódico comunista *Tribuna Popular* de 28 de agosto de 1945.

²¹⁶ O Problema da Democratização do País não é questão de substituição de homens no poder!. *Libertação*, 08.09.1945, p. 1.

Nani também teve oportunidade de expressar seu ponto de vista sobre a Assembléia Nacional, assunto que mais estava interessando a opinião pública de todo o país, segundo a *Libertação*. A entrevista aconteceu em seu consultório, no qual afirmou ser pela eleição imediata da Constituinte, composta por elementos credenciados pelo povo, capazes de dotar o país de uma “lei básica e progressista”, um corpo de normas que enquadrasse o Brasil no mundo livre que os povos haviam acabado de conquistar pelo “esmagamento do fascismo”.²¹⁷ Dr. Nani, médico de origem humilde, dizia ser a favor da Constituinte por entender que a “Democracia” deveria começar “de baixo para cima” e que o presidente eleito não poderia governar com base nas Constituições de 1934 ou 1937, “que estabelecia[m] como único direito ao povo, o de obedecer”. Finalizando, o entrevistado afirmou ser a Constituinte a garantia da marcha para a Democracia, para o Progresso e a União Nacional.²¹⁸

Naquele momento, os comunistas alimentavam certas expectativas em relação à instalação da Constituinte e à Constituição que ela elaboraria. Tratava-se de um momento em que alguns acontecimentos já lhes haviam conferido segurança na democracia que estava surgindo no horizonte: o Brasil tinha reatado relações diplomáticas com a União Soviética; os presos políticos estavam em liberdade desde o mês de abril; as eleições aconteceriam dali poucos meses; as liberdades de associação e de reunião retornavam ao cenário nacional, e o PCB ampliava como nunca seus quadros. Várias células estavam sendo instaladas para absorver a demanda. Enfim, uma série de eventos lhes faziam crer que a democracia era possível e que o Estado Novo e o fascismo, eventos sempre acompanhados de predicados negativos, eram coisas do passado – recente, mas em vias de desaparecer.

Cavalcante salientou que, enquanto os liberais reivindicavam para si o papel de defensores da democracia, localizando os comunistas no campo dos totalitários, os militantes do PCB inseriam-se no debate democrático de forma muito particular, organizando-se em torno da polarização democracia *versus* fascismo e ignorando a clivagem que se delineava com o término do conflito mundial, o de democracia *versus* totalitarismo.²¹⁹ Foi com base na luta contra os fascistas que nossos protagonistas presentificaram o pretérito, tentando identificar nele suas posturas democráticas. Contudo, tratava-se de um passado já em vias de extinção. Os acontecimentos dos últimos meses os autorizavam a pensar dessa forma.

A posição dos comunistas de Porto Alegre, de um modo geral, harmonizava-se com a de seu líder, embora eles não dissessem com todas as letras que estavam desejosos da

²¹⁷ Assembléia Constituinte: “Antes de Pensarmos em eleger-se um Presidente da Nação, devemos especificar seus poderes!”. *Libertação*, 08.09.1945, p. 2.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 124-125.

permanência de Vargas na presidência quando falavam nas eleições e na Constituinte. Mesmo através das fontes jornalísticas – das quais retiramos volumosas informações tanto sobre o dia a dia da militância como das opiniões comunistas em relação à situação política nacional e internacional – não obtivemos nenhum dado sobre a participação dos membros do PCB na programação de eventos queremistas. O Comitê Municipal não divulgou nada nesse sentido nas edições que sobreviveram da revista *Libertação*. No jornal *Correio do Povo*, a maior parte das notícias sobre o movimento a favor de Getúlio referiam-se ao centro do país.²²⁰ Próximo ao final do mês de agosto, o periódico divulgou informações sobre o queremismo em Gravataí e um convite para comício do Largo da Prefeitura de Porto Alegre no dia 30.²²¹ No *Diário de Notícias*, por sua vez, as informações são igualmente escassas. Por meio dele podemos saber que foi realizado um comício na cidade de Campo Bom em 18 de setembro e, no dia 03 de outubro, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas organizou outro no Largo da Prefeitura da capital gaúcha.²²² Contudo, não há nenhum dado sobre o envolvimento de nossos protagonistas nessas concentrações.

Durante o período de redemocratização, segundo Pandolfi, o antigo líder da Coluna Invicta foi o anunciador dos novos tempos, aquele em cuja pessoa comunistas e não-comunistas depositavam suas esperanças, aspecto que tivemos oportunidade de perceber pelas palavras de João Aveline sobre o comício de 23 de maio no Estádio do Vasco da Gama.²²³ No final setembro de 1945, foi a vez dos gaúchos reverem seu conterrâneo, que voltava depois de vinte anos envolvido na aura de heroísmo que o feito da Coluna, a perda da companheira Olga Benário e o martírio de nove anos nos cárceres estado-novistas lhe haviam conferido.

Os comunistas da capital do Rio Grande do Sul mobilizaram-se desde o início do mês, compondo uma comissão para cuidar de todos os detalhes da recepção de Prestes no Estado. Os encarregados foram Dyonélio Machado, Abílio Fernandes, Alfredo Felizardo, Tibúrcio Rangel, a professora Eivlis Mabilde, o médico César Ávila e o escritor Ciro Martins. Algumas subcomissões foram montadas para dar atenção a aspectos específicos da visita e do grande

²²⁰ Por exemplo: O “queremismo” toma corpo, 07.08, p. 10; “A Noite” e o “Queremismo”, 11.08, p. 8; O “queremismo” em São Paulo, 18.08, p. 4 e 19.08, p. 4; O “queremismo” em Belo Horizonte, 19.08.1945, p. 4.

²²¹ O “queremismo” em Gravataí, 29.08, p. 8; “Queremistas”. *Correio do Povo*, 29.08.1945, p. 1.

²²² *Diário de Notícias*, 19.09, p. 7 e 03.10.1945, p. 3.

²²³ PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p. 130. A autora salienta que Prestes recebia cartas de admiradores diariamente, nas quais lhe pediam conselhos sobre os mais variados assuntos, desde política até dramas pessoais, problemas sentimentais e etc.. Com a decretação de ilegalidade do PCB em 1947, essa farta documentação foi perdida. Algumas das missivas ainda podem ser vistas e servir de fonte para pesquisas no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, onde estão arquivados os documentos da Polícia Política. No dossiê “Correspondências do Partido Comunista do Brasil”, encontram-se cartas dirigidas ao líder comunista das mais diversas regiões do país, pedindo empregos mais rendosos, cura para lepra, fotos e livros autografados e oferecendo poemas ao Cavaleiro da Esperança.

comício que seria prestado a Prestes no final daquele mês. Demétrio Ribeiro e Vasco Prado, além de Luiza Ferrari Prado, Ernesto Sander, Carlos Alberto Petrucci, Eglê Malheiros, Osmar Pinto, a professora Emilce Aveline e o médico Mário Azambuja deram corpo à comissão de propaganda, enquanto Plínio Moraes, Eduardo Faraco, Anita Ávila, Alfredo Luiz Guedes, Lélia Paradedá, Osório Lopes, Isaias Lokshin, Adalgisa Machado, Tibúrcio Machado, Germano Josephson, o médico Maurício Seligman, a escritora Lila Ripoll e o advogado Deburgo de Deus Vieira dedicaram-se às finanças. A hospedagem do líder foi tarefa de Sueli Schroeder, Mário Felizardo, Alcina Rangel e o barbeiro Hibernon Machado.

Com a ajuda dos demais companheiros, esses militantes promoveram uma série de atividades relacionadas com a chegada de Prestes ao Estado, como comícios-relâmpago e conferências na Sociedade Espanhola, conforme comentado na primeira parte desse capítulo. Foram distribuídas “listas de contribuições” para os comunistas colaborarem financeiramente com a organização dos eventos destinados a homenagear o Secretário Geral do PCB; alojamentos, para acomodar as delegações que afluíam a Porto Alegre, também foram solicitadas através do *Correio do Povo*. Paralelamente a LEC promovia e divulgava no mesmo jornal concentrações católicas pelo Estado, convidando os gaúchos a repudiarem o “comunismo ateu”.²²⁴ Enquanto os militantes bolchevistas engrandeciam seu líder em suas atividades, indivíduos como o Amaro Viana Guedes pagava nota no periódico, colocando em dúvida a fidelidade de Prestes ao Brasil.²²⁵ Especialmente na semana do “Comício Rio Grande do Sul a Luiz Carlos Prestes”, a campanha contra o comunismo publicou artigos, associando-o a traições, imoralidades e crueldades.²²⁶ Os preparativos para a recepção do Cavaleiro da Esperança, assim, aconteceram em meio à intensa combatividade anticomunista católica.

Todas as atividades comunistas estavam sendo permanentemente monitoradas pelos agentes da Polícia Política do Estado. A chegada e a estadia do Secretário Geral do PCB em Porto Alegre, tanto quanto os momentos que lhes antecederam, foram contados em pormenor em extensos relatórios. Embora a ênfase dos relatos recaísse no período em que Prestes esteve em solo sul-riograndense, todo o trabalho de doutrinação e propaganda mostrava-se alvo do(s) autor(es) dos documentos. De acordo com essa fonte, antes de direcionarem as atenções para a visita de seu líder, os militantes da capital gaúcha estiveram dedicados ao *agit-prop*, realizando dezenas de comícios públicos em diferentes bairros da cidade, sessões de

²²⁴ *Correio do Povo*, 12.09, p. 1; 15.09, p. 1; 16.09, p. 22; 18.09.1945, p. 12.

²²⁵ A pedido. O Amigo e o Inimigo da Pátria. *Correio do Povo*, 22.09.1945, p. 3.

²²⁶ Cf. consta nas seguintes edições do *Correio do Povo*: A pedido. O homem, a cobra e o comunismo, 23.09, p. 5; A pedido. As belezas do comunismo ateu, 26.09, p. 3; A pedido. Alerta, com o comunismo!, 28.09.1945, p. 3.

instalação dos MUT e células, comícios-relâmpago às portas das fábricas e conferências. Segundo o relator, “para todas essas atividades foram escalados dezenas de oradores, sendo também profusamente distribuídos panfletos e impressos de todo gênero, edições do órgão oficial do P.C.B., a ‘Libertação’, distribuídos gratuitamente, ao mesmo tempo que a cidade amanhecia constantemente pichada de dizeres alusivos a PRESTES e à Constituinte”.²²⁷ Durante a propaganda, além da doutrinação – a que os policiais deveriam estar se referindo aos estudos teóricos e debates políticos internos – os comunistas frisavam a linha política traçada pelo Partido, quer dizer, a necessidade de ser convocada uma assembleia constituinte, sem eleições presidenciais, e a imprescindível necessidade da manutenção da ordem e da serenidade popular.²²⁸

Para alguns, a idéia de convocar a Assembleia Constituinte protelando as eleições presidenciais foi vista como um plano de Vargas e seus aliados de direita e esquerda. É o caso de Rafael Correa de Oliveira que publicou nota no *Diário de Notícias*, alertando para o “golpe continuísta” que os militares tinham o dever de impedir.²²⁹

A chegada de Prestes, um dia antes do comício-monstro, foi envolvida por medidas extremas de sigilo por parte dos dirigentes. Conta-nos o agente policial que, “nesse mesmo dia, sábado, a rua da Praia, a artéria principal da cidade, foi verdadeiramente inundada de papéis, de todos os tamanhos, com impressos pró-comunismo e contra essa doutrina”.²³⁰

Na manhã do dia 30 de setembro de 1945, uma reportagem de página inteira foi publicada no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias*, dando conta da vida do líder do PCB, colocando sua participação na Coluna Invicta como uma façanha e exaltando sua capacidade de superar os sofrimentos do cárcere e da perda da companheira. A professora e escritora Beatriz Bandeira agregou um poema, no qual se referia a Prestes como “heróico Capitão de Aço”.²³¹ Contudo, antes de chegar a essa página, os leitores possivelmente se depararam com outra extensa matéria, incitando a renúncia ao comunismo, na qual puderam ler declarações anticomunistas de representantes do Partido Libertador (PL), do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Republicano Liberal (PRL), entre outros. No centro das enunciações, o Arcebispo Metropolitano ordenava que se fizesse uma “Hora Santa” em todas as matrizes da capital e arredores entre 15:30 e 16:30h – logo, no mesmo momento em que estaria acontecendo o comício para Prestes – a fim de “implorar a proteção de Deus contra as

²²⁷ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00331. Documento datado de 01.10.1945.

²²⁸ Idem.

²²⁹ O Exército e os Golpistas. *Diário de Notícias*, 13.09.1945, p. 4.

²³⁰ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00336. Documento datado de 01.10.1945.

²³¹ A pedido. Luiz Carlos Prestes, hoje, falará ao povo. *Correio do Povo*, 30.09.1945, p. 12; *Diário de Notícias*, 30.09.1945, p. 10.

investidas dos inimigos da Pátria, da Religião e da família cristã”.²³² Toda essa disputa foi observada e devidamente relatada pela Polícia Política local.²³³

Às 15 horas da tarde, milhares de pessoas já se encontravam no Parque Farroupilha para ouvir o que Luiz Carlos Prestes tinha a dizer. Os comunistas, especialmente, esperavam pela “palavra patriótica, corajosa e vibrante” daquele que falaria, sem “subterfúgios” e “demagogias”, o “caminho mais seguro” que lhes conduziria às “liberdades democráticas, à grandeza da Pátria e à felicidade do povo brasileiro”.²³⁴ Para os militantes do PCB, Prestes tinha autoridade para tal por tudo que havia sofrido e superado na vida, por ter colocado os interesses da Pátria acima das questões pessoais – retornando à legalidade sem ódios, nem ressentimentos – e por comandar com “pulso firme” o movimento popular democrático, o qual tinha na luta pela Constituinte, eleita em pleito livre, a sua expressão mais alta.²³⁵

O tão aguardado líder comunista chegou de automóvel, dirigindo-se rapidamente para o palanque e agradecendo com abanos de mão as palmas recebidas.²³⁶ Pela Comissão de Recepção, o escritor Dyonélio Machado pronunciou algumas palavras, seguido por Abílio Fernandes, pelo estudante Pinheiro Machado Neto e a professora Eivlis Mabilde, em nome do Comitê Estadual, da juventude “antifascista” e da mulher gaúcha, respectivamente.²³⁷ Na qualidade de “lutador proletário” e Secretário Geral do PCB no Estado, Abílio saudou Prestes, afirmando que os comunistas gaúchos tudo fariam para cumprir as tarefas que lhes cabia naquela “hora decisiva”. Segundo o metalúrgico, uma marcha estava em curso, e, assim como a Coluna Invicta, ela tinha o mesmo “guia genial”.²³⁸

Às quatro e meia da tarde, fortemente ovacionado, Prestes tomou a palavra, reafirmando a linha política do Partido e se defendendo das acusações anticomunistas. O convidado especial enfatizou que “somente a unidade organizada do povo” poderia ser “arma eficiente contra a carestia de vida, contra o renascimento do fascismo no Brasil e para a conquista de uma Democracia efetiva”. Ele apelou para a união entre operários e patrões, católicos, protestantes, ateus, espíritas e intelectuais, comunistas e não-comunistas, enfim, pediu a colaboração de todos porque a todos, segundo seu ponto de vista, mostrava-se indispensável a conquista de um mais alto padrão de vida, única forma do Brasil entrar no

²³² A consciência política no Rio Grande repudia o comunismo. *Correio do Povo*, 30.09.1945, p. 11; *Diário de Notícias*, 30.09.1945, p. 7.

²³³ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00339. Documento datado de 01.10.1945.

²³⁴ Todos à Festa do Povo!. *Libertação*, 29.09.1945, capa.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00339. Documento datado de 01.10.1945.

²³⁷ Em seu discurso Luiz Carlos Prestes afirmou que “nenhuma nação tem o direito de interferir nos negócios de outra”. *Correio do Povo*, 01.10.1945, p. 8.

²³⁸ A Saudação dos Comunistas Gaúchos. *Libertação*, 13.10.1945, p. 1.

caminho de uma “verdadeira democracia”.²³⁹ Na seqüência, declarou que a única maneira de se abrirem possibilidades para o povo brasileiro governar-se a si mesmo seria a Constituinte. Sobre ela Prestes colocava expectativas de que os representantes do povo, “livremente eleitos pelo povo”, pudessem elaborar uma constituição que fosse o espelho das garantias democráticas de que todos precisavam. A Assembléia asseguraria a consolidação da unidade nacional e a liquidação total dos restos ainda existentes do fascismo, ao mesmo tempo em que os representantes, sobretudo os comunistas, exerceriam intensa vigilância contra a infiltração do capital estrangeiro colonizador.²⁴⁰

Através das primeiras palavras do líder, os militantes presentes no comício do Parque da Redenção puderam ouvir diretamente dele, sem intermediários, a exaltação da tática da União Nacional como a maneira mais apropriada de se conquistar um nível de vida mais alto e, por conseguinte, chegar à “verdadeira democracia”. Já tivemos oportunidade de observar, ao longo desse capítulo, o quanto os militantes de Porto Alegre mencionaram problemas de ordem sócio-econômica ao referirem-se à democracia. Tanto Otto Alcides Ohlweiller, como Edgar Curvello e Abílio Fernandes, por exemplo, enfatizaram as condições de vida e trabalho de operários e camponeses, dos pequenos agricultores e da burguesia nacional, tentando mostrar que a melhoria desses aspectos levaria à democracia e, em contrapartida, que esta última tornava-se importante para o progresso dessas camadas sociais e do país.

Ao que nos parece, alguns aspectos salientados pelos comunistas quando falavam em democracia aproximavam-se da tipologia construída por Daniel Aarão, o qual a entende em três dimensões: a social – caracterizada por proposições relativas à distribuição de riqueza, propriedade e direitos sociais em geral (educação, saúde etc.); a nacional – que dizia respeito à dependência política e econômica em relação a outros países; e a política – relacionada às propostas referentes à participação política no poder estatal e na sociedade.²⁴¹

Contudo, conforme Maria Victória Benevides assinalou no mesmo debate em que Aarão se fazia presente, parece-nos complicado fixar uma tal classificação, visto que, na época, não parecia possível destacar o político das questões nacional e social. A cientista política explica que, “o político, como nós entendemos hoje, da participação política ampliada, da cidadania, e até dessa questão maior da liberdade política, não existia com clareza para as organizações comunistas e para nenhum outro partido, talvez com exceção dos

²³⁹ Em seu discurso Luiz Carlos Prestes afirmou que “nenhuma nação tem o direito de interferir nos negócios de outra”. *Correio do Povo*, 01.10.1945, p. 8.

²⁴⁰ *Idem*.

²⁴¹ GARCIA, Marco Aurélio (1986). *Op. Cit.*, p. 17.

poucos socialistas.”²⁴² As dimensões das quais o historiador fala, assim, pareciam embaralhadas para os comunistas da metade da década de 1940. Ao apelarem para a organização do povo, a União Nacional, em prol de mudanças econômicas que amenizassem a carestia de vida e melhorassem as condições de vida e trabalho dos diferentes setores da sociedade, e ao relacionarem esse aspecto à instalação de uma Assembléia Constituinte, composta por indivíduos eleitos em pleitos livres, nossos protagonistas não desvinculavam o que hoje entendemos dentro de dimensões econômicas e políticas. De acordo com Alan Ryan, foi depois de 1945 que o contraste entre democracia social e democracia política – como diferença entre esforço por igualdade econômica e busca de igualdade política – tornou-se cada vez mais acentuado, sobretudo porque muitos países comunistas destruíram a democracia política para atingir a igualdade econômica, enquanto as democracias liberais do Ocidente nem sempre tiveram/têm a consciência tranqüila em relação à partilha da prosperidade.²⁴³

Por outro lado, um componente nacionalista mostrava-se presente na fala de Prestes para seus conterrâneos no comício de 30 de setembro em Porto Alegre. O líder comunista colocou a Constituinte como a única maneira do povo brasileiro governar-se a si mesmo, de garantir vigilância contra a infiltração do capital estrangeiro colonizador. Os comunistas, de um modo geral, mostravam-se comprometidos com a nação brasileira, o que é possível perceber pela execução de diversos ritos nacionais durante as atividades partidárias. No final do próprio comício realizado em homenagem ao Cavaleiro da Esperança, por exemplo, foi executado o Hino Nacional, conforme noticiado pelo *Correio do Povo* e observado pelos agentes policiais.²⁴⁴ O que eles entendiam por nação, nacionalidade, traição ou fidelidade à Pátria etc., porém, estava estreitamente ligado aos princípios do comunismo, pois sua forma de ver essas questões acontecia através da imposição da “grade” de conceitos marxista-leninista.

Ao defenderem a conquista da democracia e do progresso por meio da União Nacional, o nacionalismo comunista aparecia preenchendo, naquele contexto, duas funções: a de mobilização e a de legitimidade. De acordo com o historiador John Breuilly, a primeira diria respeito “ao uso das idéias nacionalistas para gerar apoio para o movimento político, por

²⁴² Id. *Ibidem*, p. 32.

²⁴³ RYAN, Alan. “Democracia Liberal ou Social”. In: DARNTON, Robert & DUHAMEL, Olivier. (Org.). *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 117.

²⁴⁴ Em seu discurso Luiz Carlos Prestes afirmou que “nenhuma nação tem o direito de interferir nos negócios de outra”. *Correio do Povo*, 01.10.1945, p. 8; Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00340.

parte de grandes grupos até então excluídos do processo político”.²⁴⁵ A segunda é definida por esse mesmo autor como “o uso de idéias nacionalistas para justificar as metas do movimento político, tanto em relação ao Estado a que ele se opõe quanto em relação a poderosos agentes externos, como Estados estrangeiros e suas correntes de opinião pública”.²⁴⁶

Presente em quase todos os discursos – mas, sobretudo, no ano de 1947, como teremos oportunidade de ver no quarto capítulo dessa dissertação – o capital estrangeiro colonizador, ou o imperialismo, aparecia como o estrangeiro que ameaçava a nação. Nesse caso, o nacionalismo dos militantes comunistas se apresentava como um sentimento de cólera causado pela violação do princípio político que defende a correspondência entre a unidade nacional e a unidade política.²⁴⁷ Isso nos remete para a interferência do estrangeiro nos negócios e problemas nacionais como uma violação da sua integridade.

Na noite daquele mesmo dia 30 de setembro – enquanto a LEC rebatia ponto a ponto, pela Rádio Difusora, o discurso proferido por Prestes no grande comício, e comunistas festejavam o sucesso da manifestação numa roda de *chopp* na Praça 15 de Novembro – o líder do PCB visitou a Sociedade Espanhola.²⁴⁸ Tanto nessa ocasião, como no dia seguinte, quando esteve na sede do Comitê Estadual, ele teria feito duas declarações aos militantes de Porto Alegre, segundo o agente da Polícia Política. O Secretário Geral do Partido teria comentado que, caso o governo se mantivesse “mudo à voz do povo” e não atendesse ao apelo para a organização da Assembléia Constituinte, o Partido Comunista lançaria um candidato próprio à presidência da República. Na seqüência, o visitante teria declarado que, caso se fizesse necessário e a calma dos comunistas estivesse esgotada, o PCB mostraria ao povo que pegaria em armas mais uma vez para defender os interesses do proletariado, para defendê-lo dos opressores e conduzi-lo à “verdadeira democracia”. Interpelado pelo estudante Pinheiro Machado a razão pela qual não havia mencionado positivamente tais possibilidades durante o comício no Parque Farroupilha, Prestes teria “retrucado” que, como chefe do Partido, “não poderia fazer tais considerações perante uma multidão que se achava repleta de reacionários”.²⁴⁹

Após a deposição de Vargas, em 29 de outubro, e diante das candidaturas dos militares Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra, o PCB lançou, realmente, a candidatura do engenheiro Yedo Fiúza para a presidência da República. Quer dizer que, em setembro, Prestes

²⁴⁵ BREUILLY, John. “Abordagens do Nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 176.

²⁴⁶ BREUILLY, John. Loc. Cit.

²⁴⁷ GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 11.

²⁴⁸ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00341.

²⁴⁹ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00342. Documento elaborado em 02.10.1945.

previa a possibilidade da Assembléia Constituinte não ser organizada antes das eleições presidenciais e temia que os eleitores fossem obrigados a decidir entre candidatos que, para ele, faziam parte da mesma face de uma moeda. Já a respeito de sua segunda declaração, os acontecimentos posteriores não nos possibilitam confirmá-la. De fato, a defesa da ordem e da tranqüilidade mostrava-se recente na história do Partido Comunista do Brasil. Ademais, a afirmação de que os comunistas pegariam novamente em armas – como em 1935 – para defender os interesses do proletariado, só foi registrada pelo agente policial. Tal opção não foi sequer sugerida em nenhuma das outras fontes do Partido. Pelo contrário, nos registros deixados e consultados para a pesquisa aqui relatada, os acontecimentos ocorridos havia 10 anos eram recordados com um certo orgulho sim – pois haviam lutado contra o fascismo – mas também acompanhados de uma reflexão de que não teriam sido conduzidos da maneira mais adequada.

As palavras que, segundo o investigador, teriam sido proferidas por Prestes diante dos militantes de Porto Alegre nos confundem. Por um lado, esse registro planta a dúvida em relação à sinceridade da defesa da ordem e da tranqüilidade por parte dos comunistas. Por outro, nos leva a considerar aspectos importantes relacionados ao uso dos documentos da Polícia Política, criticar com mais veemência essa fonte.

Os relatórios foram produzidos por agentes policiais responsabilizados por acompanhar de perto as atividades comunistas e de, se possível, encontrar provas contra eles, os quais, apesar de militarem legalmente, não deixaram de ser suspeitos. Os nomes, os acontecimentos, as coisas ditas ganhavam visibilidade, na medida em que poderiam servir para incriminar nossos protagonistas, sendo relatados em minúcias pelos investigadores. Os relatórios policiais, assim, encerram uma lógica própria, desconfiada, a lógica da repressão, e esse aspecto não deve ser desprezado no momento em que sugamos suas informações para reconstituir o passado dos militantes comunistas. Alexandre Fortes e Antônio Luigi Negro alertaram para isso, falando da necessidade de nos familiarizarmos com essa fonte para entendermos que ela nos remete à dinâmica de um mundo vigiado, em que as informações colhidas pelos agentes eram um recurso decisivo para a preservação do poder do Estado e das classes dominantes.²⁵⁰ Se o relato do investigador sobre a possibilidade dos comunistas pegarem em armas não foi inventado, por outro lado também não encontramos respaldo em outras fontes. Acredito, portanto, que, enquanto não encontrarmos outros documentos, através dos quais possamos relativizar as afirmações constantes do relatório policial, e visto que os

²⁵⁰ FORTES, Alexandre & NEGRO, Antônio Luigi. Op. Cit., p. 15.

militantes do PCB mantiveram a defesa da ordem e da tranquilidade mesmo após o cancelamento do registro do Partido e da cassação dos mandatos de seus parlamentares, em 1947, as linhas datilografadas pelo agente da Polícia Política não merecem crédito a ponto de duvidarmos da postura assumida pelo PC e seus seguidores em 1945. Elas nos revelam a dificuldade da polícia acreditar na proposta de União Nacional.

Durante o mês de outubro de 1945, os militantes de Porto Alegre deram continuidade à luta pela Constituinte, defendendo sua instalação na enquete promovida pelo jornal *Correio do Povo*, nas atividades internas e na revista do Partido. Os 518 membros do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha reuniram-se no dia sete daquele mês para debaterem a resposta que mandariam para o “plebiscito-relâmpago”. Ao final da assembléia, autorizaram o presidente Jorge Bahlis e o secretário Álvaro Caetano a declararem que eram não só favoráveis à Constituinte, mas que esta fazia parte do processo mais indicado à democratização do Brasil e do mundo. As condições do pós-guerra impunham uma carta nova – “verdadeiramente democrática” – aos países, cujas constituições não mais respondiam às necessidades do momento histórico.²⁵¹

As atividades internas naquele mês foram intensas. Além de cuidarem de questões relativas ao funcionamento do Partido na Cidade, com reuniões, assembléias e instalações de novas células, os comunistas fizeram das sedes das suas diversas unidades o espaço onde discutiram e decidiram as maneiras através das quais dariam seguimento à campanha pela convocação da Constituinte.

Em balanço de divulgação, realizado no dia 17 de outubro, os revolucionários decidiram que promoveriam debates sobre o tema e fariam comícios pró-constituinte.²⁵² Dois dias antes, haviam realizado uma assembléia geral com mais de 300 pessoas no Teatro Anchieta, a fim de debater as reivindicações dos Comitês Populares dos bairros São João e Navegantes. Na ocasião, questões políticas de âmbito nacional ocuparam o mesmo espaço que assuntos locais. Além de exporem problemas relacionados à falta de açúcar e sal, os participantes reivindicaram o fechamento de valos na rua Dona Margarida e reparos em um trecho da avenida Farrapos. No final, após vários membros do comitê usarem da palavra e do comunista Plínio Cabral falar sobre o fundamento econômico da Assembléia Constituinte, o público presente decidiu engajar-se por essa reivindicação nacional, deixando marcado um comício para o sábado seguinte, dia 20, às 20 horas na Praça Pinheiro Machado.²⁵³

²⁵¹ *Correio do Povo*, 11.10.1945, p. 4.

²⁵² *Idem*, 16.10.1945, p. 14.

²⁵³ Os Comitês Populares em Marcha. *Libertação*, 27.10.1945, p. 2.

Os comunistas lançaram a célula da Cidade Baixa no dia 17 de outubro, ocasião em que diversos deles se fizeram presentes, exaltando a Constituinte como palavra de ordem. No pronunciamento em nome do Comitê Municipal, Edgar Curvello salientou que toda as reivindicações – tanto dos operários, como dos camponeses e da burguesia progressista, por condições de vida mais dignas e pelo capitalismo nacional – conduziam para a luta em prol da Assembléia livremente eleita. Curvello depositava grandes expectativas em relação à Constituinte e à democracia, afirmando que ambas garantiriam melhores salários, abundância e a “vitória sobre a doença”. Não seria mais possível colocar um “emplastro sobre a ferida” e fazer de conta que tudo estava resolvido. Já não se poderia mais “tapar o sol com a peneira” mesmo que esta última fosse um “belo e respeitável” nome à presidência da República.²⁵⁴ Para o padeiro, as eleições presidenciais não passariam de uma solução de fachada, pois que não dariam conta dos problemas reclamados pelos vários setores da sociedade brasileira. O “remédio” seria a convocação da Constituinte, porque através dela representantes dos interesses do povo trabalhariam para encontrar soluções para suas reivindicações. Curvello era militante altamente engajado – sempre presente nas células e nos comitês populares – e atento às demandas da população, relatadas nas atividades promovidas nessas unidades.

Outro momento marcante foi a Sessão Solene de Convocação da Assembléia Constituinte, realizada dia 23 de outubro no Teatro São Pedro.²⁵⁵ O evento foi promovido pelo MUT, que tinha como presidente o comunista Sérgio Holmos. Operário em construção civil, Holmos era militante de destaque, sempre envolvido com as questões de sua classe, além de assumir responsabilidades importantes na estrutura partidária. Ele dividia com outros companheiros as tarefas do Comitê Municipal de Porto Alegre, dando atenção aos assuntos políticos.²⁵⁶ Figuras importantes, como Abílio Fernandes, Acteon Machado, o eletricitista Luiz Carlos Correa, o barbeiro Ibernnon Machado (Policarpo Hibernnon Machado), todos ligados ao PCB, também estiveram presentes e fizeram declarações a favor da Constituinte e de apoio ao Presidente Vargas.

Segundo relatado na revista *Libertação*, o povo e o proletariado começavam a assumir o papel que o momento histórico lhes exigia, isto é, organizados através dos sindicatos, dos comitês populares e do MUT, passavam a decidir seus próprios destinos e o futuro da Nação.²⁵⁷ O pronunciamento do comunista Acteon Machado a favor da convocação da

²⁵⁴ A Instalação da Célula Comunista da Cidade Baixa. *Libertação*, 13.10.1945, p. 6.

²⁵⁵ O Movimento Unificador dos Trabalhadores Luta pela Constituinte!. *Libertação*, 27.10.1945, p. 2.

²⁵⁶ Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 779; Notação 30101 – f. 22.

²⁵⁷ O Movimento Unificador dos Trabalhadores Luta pela Constituinte!. *Libertação*, 27.10.1945, p. 2.

Constituinte durante a solenidade seguiu nesse sentido, argumentando que a organização da Assembléia asseguraria as liberdades públicas, entre elas a própria liberdade sindical. Encerrando o evento, Hibernon Machado salientou a importância do MUT se lançar na luta pela Constituinte, ainda mais diante da “nulidade das duas candidaturas”, ambas afastadas do povo – referia-se às aspirações de Eduardo Gomes e Eurico Dutra à presidência da República. Na saída da Sessão Solene, foram angariadas centenas de assinaturas, a fim de compor um memorial de apoio a Getúlio Vargas, pedindo a imediata convocação da Assembléia e hipotecando-lhe solidariedade contra os “golpistas” e “desordeiros”.²⁵⁸

Nesse âmbito da militância, os comunistas enfatizaram a importância da convocação da Constituinte, conforme já vinham fazendo desde a metade do ano. No entanto, nesse momento, ela não foi relacionada diretamente à democracia. Os comunistas que proferiram algumas palavras ao longo da Sessão Solene salientaram o quanto a Assembléia mostrava-se relevante para a garantia de liberdades recentemente conquistadas, como a de organização sindical. Além do mais, o esforço para angariar assinaturas de solidariedade ao Presidente foi o primeiro apoio explícito à permanência de Vargas na presidência dado pelos membros do PCB de Porto Alegre.

Foi através da revista do Partido que os militantes continuaram expondo suas opiniões em relação aos acontecimentos políticos, sempre defendendo a instalação imediata da Assembléia. O decreto-lei nº 8.063 de 10 de outubro de 1945, que estabelecia a outorga em massa das constituições estaduais, teve um significado muito particular para eles. Os comunistas viram nesse ato uma “contra-marcha” do governo justamente no momento em que a população desbravava o caminho para a “solução popular, pacífica e unitária da Constituinte”. O acontecimento lhes passava a impressão de que as “forças reacionárias” e “ocultas” – fazendo uso de uma expressão utilizada dias antes por Vargas – estavam predominando, embora temporariamente, no âmbito dos governantes.²⁵⁹

Abílio Fernandes comentou que a outorga de constituições era “antidemocrática” e “incompatível” com as novas condições do Brasil e do mundo, pois a vitória sobre o nazifascismo havia marcado o “invencível ascenso” da democracia “em todos os quadrantes da terra”. O Brasil, assim, vivia um problema político, para o qual o metalúrgico acreditava existir uma solução: a consolidação da democracia e o esmagamento dos restos fascistas, dizendo serem estes as “forças ocultas”, às quais Getúlio teria feito referência no dia três de outubro. Somente o povo organizado daria conta da empreitada, continuando a luta em torno

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Tudo pela Constituinte. *Libertação*, 13.10.1945, p. 1.

de suas reivindicações, as quais desembocariam “invariavelmente” na mesma e unânime reivindicação geral: a Assembléia Constituinte. E, nessa tarefa, poderiam ocorrer “contra-marchas” e “retrocessos temporários”, mas ninguém poderia “torcer a direção da História”, por mais que a isso se opusesse o capital financeiro colonizador. Para o líder dos comunistas no Estado, o desfecho final encaminhava-se necessariamente para a vitória da democracia e da unidade mundial dos povos.²⁶⁰

Existia uma confiança inabalável no futuro, mesmo diante de acontecimentos destoantes, como o decreto-lei 8.063. A democracia parecia ter chegado para ficar e se consolidaria num processo irreversível. Ela estava ocupando o norte, o lugar último da trajetória da humanidade. Tanto nas palavras de Abílio Fernandes, como de outros militantes aqui apresentados, são perceptíveis elementos que compunham uma forma de ver a história – e o lugar da democracia nela – direcionada para o futuro. O evolucionismo aplicado para o estudo das sociedades esteve o tempo todo presente nas fontes. E expressões – como “marcha”, “contra-marcha”, “avanço”, “retrocesso”, “atraso”, “ainda”, “caminho”, “passo”, “destino”, “missão”, entre outras – apareceram (e continuarão a aparecer) freqüentemente nas reportagens e discursos, deixando subentendido que, para nossos protagonistas, a humanidade, de modo geral, e o Brasil, em particular, moviam-se para algo que já era sabido, processo que poderia sofrer alguns percalços, mas que fatalmente ocorreria.

De fato, Daniel Aarão registrou que a revolução sempre foi figurada como algo imanente ao processo histórico, que aconteceria independentemente da vontade dos homens, para os marxistas-leninistas. Disso decorreria a idéia de que, “apesar dos pesares, o processo revolucionário estaria, sempre, em termos históricos, avançando”. Os revezes seriam contratempos e a revolução até poderia ser retardada, mas não eliminada.²⁶¹ As organizações comunistas, de um modo geral, sempre cultivariam esse mito da revolução inevitável, uma certeza que alimentou expectativas sempre otimistas em relação ao futuro.²⁶²

A inevitabilidade da revolução – ou da democracia, para aqueles que militavam no PCB em 1945 – foi pensada dentro de uma concepção de tempo, que apontava para um futuro previsível e esclarecedor da história, o que o historiador francês François Hartog denominou “regime moderno de historicidade”.²⁶³ Tratava-se de uma temporalização típica das teorias científicas do século XIX – entre elas o marxismo e o positivismo – embora, de certa forma, também já estivesse presente na doutrina cristã. Entretanto, nesse caso, o futuro

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 107.

²⁶² Id. Ibidem, p. 108.

²⁶³ HARTOG, François (1997). Op. Cit., p. 9.

desejado se encontrava num outro mundo, e não nesse como nas teorias de Karl Marx e August Comte. O marxismo-leninismo, assim, fazia parte do conjunto de idéias surgidas nas décadas oitocentistas, direcionadas para e confiantes em um futuro mundano melhor, diferente do passado.

A democracia era uma realidade desde o começo daquele ano. Contudo, ao mesmo tempo, para os comunistas ela também estava em marcha e se consolidaria – tal como a idealizavam – num futuro certo, embora impreciso, não localizável cronologicamente. As expectativas que eles alimentavam em relação a ela comportavam previsões a curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, a Constituinte – imprescindível para o processo de democratização – apontava num horizonte muito próximo. Por meio dela os revolucionários esperavam elaborar uma carta constitucional diferente daquela de 1937, que reforçasse as garantias adquiridas naqueles primeiros meses de legalidade, concedesse subsídios para a conquista de outras, contribuísse para amenizar os problemas – mesmo os mais locais – de operários, camponeses e burguesia nacional, e assegurasse a capacidade da Nação brasileira governar-se a si própria, sem interferências estrangeiras, sem submissões.

Diante dessa possibilidade, nossos protagonistas deram seguimento à defesa da ordem e da tranqüilidade, a fim de não despertar entre seus inimigos a idéia de usar qualquer distúrbio para lhes incriminar e tomar de assalto o poder. Um apelo nesse sentido foi publicado no editorial da revista *Libertação* de 27 de outubro, cujos diretor e secretário foram Dyonélio Machado e Alfredo Antônio Gerhardt, respectivamente. Quanto mais uniforme, coesa e enérgica a pressão popular em prol da reivindicação da Assembléia Constituinte, mais intenso mostrava-se o desespero dos “reacionários e disfarçados e inconfessados antidemocratas”, que se rearticulavam no intento de desacreditar o Partido Comunista do Brasil. Seu objetivo parecia claro para os militantes: desarmar o povo politicamente, afastando-o de sua vanguarda organizada através de intrigas, ao mesmo tempo em que se apresentavam portadores de soluções salvadoras. O editorial fazia referência a alguns rumores espalhados por jornais ligados a Assis Chateaubriand – fundador dos Diários Associados – de que comunistas e quemistas fariam greve, caso conseguissem a Constituinte.²⁶⁴

Para os revolucionários, seu verdadeiro papel era o de “guardiões da ordem e da tranqüilidade”, não dando armas para que o inimigo criasse um ambiente propício ao desencadeamento de golpes contra os interesses da Nação. Os reacionários estavam ligados ao capital estrangeiro colonizador, não lhes convindo que a população conquistasse espaços

²⁶⁴ Ordem e Tranqüilidade. *Libertação*, 27.10.1945, p. 1.

importantes no cenário político, como a Constituinte. A tarefa dos militantes, assim, era lutar, dentro da máxima ordem e tranquilidade, pela Assembléia, “caminho para a solução dos grandes problemas” que afligiam o povo.²⁶⁵

Um primeiro acontecimento veio plantar o desassossego entre os comunistas nos dias que se seguiram, embora sem abalar o otimismo e a confiança que depositavam no futuro democrático e socialista. A deposição do presidente Getúlio Vargas na madrugada do dia 29 de outubro não foi bem recebida entre os militantes. No Rio de Janeiro, o Secretário Geral do Partido manifestou-se sobre o acontecido no jornal *Tribuna Popular*, caracterizando-o como um “golpe” contra o povo e a democracia, contra o proletariado e suas organizações, sobretudo o PCB.²⁶⁶ A explicação que Prestes encontrava para o evento repousava na sobrevivência do passado no presente. A existência de “restos consideráveis do fascismo” havia deposto Vargas, e tais resquícios – sobretudo o capital financeiro – tudo faria para impedir a marcha para a democracia, para o progresso e para a independência do país, visto que, quanto mais atrasadas permanecessem as colônias e as semi-colônias (categoria na qual colocava o Brasil), mais facilmente seriam exploradas.²⁶⁷ Somente o povo e o proletariado organizados poderiam lutar contra a rearticulação fascista, assim como contra a carestia de vida e a inflação, por eleições “livres e honestas” que lhes permitissem colocar no governo seus legítimos representantes.²⁶⁸

O metalúrgico Eloy Martins recordou que “a campanha por uma Assembléia Nacional Constituinte estava tomando corpo, ganhando massas, quando, quase que de surpresa” um golpe militar obrigou Getúlio Vargas a renunciar. De acordo com as lembranças do militante, o PCB foi tomado completamente desprevenido, fechando suas sedes por três dias.²⁶⁹ Chilcote nos conta que houve uma breve perseguição aos comunistas nesse momento, inclusive com a suspensão do jornal carioca *Tribuna Popular*.²⁷⁰ Em Porto Alegre, o Exército fez apreensões no Comitê Estadual do Partido, localizado na Praça 15 de Novembro, no mesmo dia da deposição de Vargas.²⁷¹

O presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a Presidência da República no dia seguinte, tomando para si o compromisso de conduzir a transição para o novo regime. Em 12 de outubro, assinou a Lei Complementar nº 13, modificando em alguns

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ PRESTES, Luiz Carlos Prestes. “A queda de Getúlio Vargas”. *Tribuna Popular*, 06.11.1945. In: CARONE, Edgar. Op. Cit., p. 61.

²⁶⁷ Idem, p. 60.

²⁶⁸ Idem, p. 63.

²⁶⁹ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 82.

²⁷⁰ CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., p. 96.

²⁷¹ Fundo – DPS – Série Dossiês – Dossiê: “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação: 30101 – f. 426.

aspectos o Ato Adicional nº 09, decretado por Vargas em fevereiro daquele ano. De acordo com a Lei, os candidatos eleitos para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal teriam poderes ilimitados para elaborar a nova Constituição, e só depois de sua promulgação passariam a funcionar como Poder Legislativo Ordinário.²⁷² Prestes viu com bons olhos a Lei Constitucional assinada por Linhares, embora insistisse na não simultaneidade das eleições para a Assembléia Constituinte e para a presidência da república.

O PCB vinha apoiando a convocação da Constituinte conduzida por Getúlio, porque a via como uma ruptura institucional em relação ao Estado Novo. O significado desse apoio, tão distorcido pelos liberais – os quais acusavam os comunistas de estarem conspirando com o ditador – era o de instaurar o regime democrático sem golpe de Estado.²⁷³ Para os militantes de Porto Alegre, os acontecimentos da madrugada do dia 29 de outubro vieram alterar a marcha do Brasil rumo à democracia, interrompendo por alguns instantes a continuidade de um processo que se desenvolvia normalmente. Ao contrário dos boatos espalhados, trataram de demonstrar que, ao invés de cederem aos apelos à greve geral, sempre atenderam às palavras de ordem do Partido, conclamando o proletariado a manter a calma justamente para não dar razões para golpes.²⁷⁴

Após o intervalo de breve perseguição, a campanha eleitoral dos comunistas continuou no mesmo ritmo em todo o país. No depoimento realizado na década de 1980, Eloy lembrou que os trabalhos em torno das eleições deram uma boa experiência de atividades concretas junto às massas para os colegas. A imprensa teve enorme penetração, e os revolucionários arrecadaram grandes quantias com festas, rifas e doações, êxitos que em sua opinião “subiram para a cabeça de muitos companheiros, inclusive dirigentes nacionais, que começaram a idealizar um caminho gradualista para a tomada do poder”, isto é, de eleição em eleição.²⁷⁵ Segundo o metalúrgico catarinense, os preparativos para as eleições de 02 de dezembro já estavam em andamento desde o primeiro semestre de 1945. Contudo, se relembrarmos o que foi relatado, até esse momento, a ênfase das manifestações recaía na eleição da Assembléia Constituinte, quase não sendo mencionada a escolha do presidente, pois os comunistas não concordavam que o chefe supremo da nação assumisse enquanto continuasse em vigor a Carta de 1937. No dia 10 de novembro, o PCB foi registrado oficialmente como partido político, e dali alguns dias indicou o engenheiro Yeddo Fiúza para a presidência da república.²⁷⁶

²⁷² PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p. 142.

²⁷³ MORAES, João Quartim de. Op. Cit., p. 171.

²⁷⁴ O proletariado como garantia da tranquilidade. *Libertação*, 17.11.1945, p. 3.

²⁷⁵ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 82.

²⁷⁶ CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., 96.

2.3 – As eleições de 02 de dezembro: a democracia resplandece

Depois de conquistada a reivindicação da Constituinte, através da Lei Complementar nº 13, chegava a hora de concentrar as atenções na candidatura à presidência da República. No dia 17 de novembro, Dyonélio Machado e Alfredo Gerhardt colocaram em circulação mais um número da revista *Libertação*, na qual apresentaram Fiúza como o candidato da “unidade” e da “confiança”.²⁷⁷

O engenheiro era a solução unificadora porque congregava todas as forças da sociedade que aspiravam por ordem, tranqüilidade e libertação das condições de atraso econômico que castigava o Brasil, isto é, trabalhadores do campo e da cidade, burguesia nacional e alguns setores da classe média. O discurso da União Nacional embasou fortemente a defesa do ex-Prefeito da cidade de Petrópolis para presidente. O editorial da revista mostrava que sua candidatura nascia da unidade de vontade da população, como é notável nessa frase: “foi a gigantesca e invencível corrente da unidade da esmagadora maioria dos brasileiros que formou a candidatura do engenheiro Yeddo Fiúza, candidato da confiança dos trabalhadores, candidato da confiança da burguesia”.²⁷⁸ Ademais, os militantes garantiam que, uma vez na presidência, Fiúza se empenharia pela união de todos os brasileiros e pela solução de seus problemas. Através dele, o que afligia os vários setores da sociedade, levando-a ao atraso econômico, seriam solucionados, pois que daria atenção para todas as camadas sociais, não se deixando levar por uma em especial, nem pela influência do capital estrangeiro colonizador.

Fiúza também foi exibido como o candidato civil, isto é, a alternativa em relação às candidaturas militares de Eduardo Gomes e Eurico Dutra. O engenheiro satisfazia comunistas e não comunistas; mostrava-se o caminho da democracia, da unidade e do progresso. Sua candidatura havia sido determinada pelo povo: “não foram os caudilhos que a escolheram sem que o povo soubesse como e porque”.²⁷⁹ Assim, ela se contrapunha a um passado antidemocrático por duas razões. Primeiramente, porque Fiúza não era militar, opondo-se aos candidatos que representavam, por suas idéias, a permanência de resquícios do passado ditatorial, tido como já vencido e acabado. Por outro lado, sua candidatura tinha sido

²⁷⁷ Candidato da Unidade e da Confiança. *Libertação*, 17.11.1945, p. 1.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem.

escolhida pelo povo unido e não por “caudilhos”, expressão usada para fazer referência aos chefes regionais que manipulavam a política com o uso da força, como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, os quais Dyonélio conhecia muito bem devido ao tempo em que militara nas fileiras do PRR. Nesse sentido, os comunistas demonstravam que existia a contraposição de uma época de desordem e descentralização – sobretudo o período em que predominara a política dos coronéis – e uma nova era, na qual as forças nacionais se congregavam em torno de um indivíduo capaz de solucionar suas mais diversas reivindicações.

As eleições tomaram tempo considerável da militância, impondo-se como pauta em diversas reuniões e assembléias e motivando comícios e conferências no Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha. Até o dia 02 de dezembro, bairros como São João, Azenha, Bom Fim, Teresópolis e Glória foram palcos onde os comunistas defenderam suas candidaturas.²⁸⁰ Como mencionado no primeiro capítulo, os militantes da capital gaúcha mantinham programas diários em duas emissoras de rádio. A “Hora do Partido Comunista do Brasil” ia ao ar sempre às 22 horas na Difusora, e foi também através dela que nossos protagonistas exaltaram seus candidatos à presidência e ao parlamento nacional.

Abílio Fernandes, candidato à deputação federal, foi um dos militantes autorizados a falar em nome do Partido no programa, e mais uma vez temos acesso a uma exposição intensa e emocionada, repleta de anseios não apenas de um homem simples, mas também de um infatigável militante. O metalúrgico falou, sobretudo, de si e da proposta do PCB, ressaltando ser a primeira vez que sua agremiação política concorria “livre e francamente” às eleições, “armas da democracia” pelas quais os comunistas tanto haviam lutado e sofrido.²⁸¹ Abílio falava do lugar de alguém com uma determinada experiência de vida e de militância, para que o ouvinte soubesse quem era e o que esperar de sua atuação como deputado federal:

Trago comigo apenas a experiência de muitos anos de luta sindical. Trago, pessoalmente, apenas a experiência de um operária [sic] habituado e treinado na luta de todos os dias pelas reivindicações de minha classe. Não posso apresentar-vos credenciais do tirocínio parlamentar, mas somente aquele senso prático do homem de fábrica que não pode admitir que os fatos sejam encobertos com palavras bonitas, somente aquela noção do concreto que faz com que o proletariado repila a demagogia e o engano. Venho das lutas por aumento de salário, pelo respeito, aplicação e aperfeiçoamento das leis sociais, venho das greves corajosas contra a exploração desumana, do combate pelas reivindicações, da luta que tornava a vida insegura, sob a ameaça constante da cadeia, das torturas físicas e morais e do Tribunal de Segurança Nacional. Venho de dentro dos sindicatos, que bradam e clamam pela mais completa liberdade e autonomia.²⁸²

²⁸⁰ Cf. *Correio do Povo*, 21.11, p. 6 e 10; 24.11, p. 4; 27.11, p. 1 e 4; 28.11, p. 5; 29.11.1945, p. 4.

²⁸¹ As palavras pronunciadas pelo camarada metalúrgico ABÍLIO FERNANDES, candidato à deputação federal pelo Rio Grande do Sul, do P.C.B., na “Hora do Partido Comunista do Brasil”. *Libertação*, 17.11.1945, p. 1.

²⁸² Idem.

O militante pelotense sabia, como poucos, levar aqueles que o escutavam aos meandros de uma vida dedicada à causa operária. Ele compôs uma “memória de si” no momento de se dirigir aos ouvintes da rádio Difusora, voltando-se para sua própria vivência e dando a ver certos aspectos dela, selecionados a fim de moldar uma certa “imagem”. Nesse sentido, a imagem que construiu para aqueles que lhe davam atenção foi a de homem de luta – provado pelas dificuldades do dia-a-dia tanto quanto pelas prisões e torturas comandadas pelo Tribunal de Segurança Nacional – indivíduo ligado às questões práticas da sobrevivência e, por isso, direto, pouco afeito aos detalhes retóricos da atividade parlamentar. Para esse comunista, que dizia trazer consigo a voz dos sindicatos, importava conquistar a mais completa liberdade e autonomia.

Como um representante da classe operária, esperava levantar as reivindicações de sua classe e reatar o caminho entre a tribuna e o operariado através da ajuda “moral e ideológica, orgânica e disciplinada” da organização mais fortemente armada nesses aspectos, o PCB.²⁸³ O “complexo da dívida” mostra-se muito claro nas palavras de Abílio. O saber e o poder do militante foram encarados como “dávivas do Partido e da vida partidária”.²⁸⁴ Mas o candidato também solicitava o auxílio do público, pedindo para que o mantivessem a par de suas aspirações e vigiando suas atividades depois de eleito. Uma tal unidade fazia-se necessária para que a ordem e a tranqüilidade permanecessem, pois, de acordo com o metalúrgico, tratava-se de uma questão de honra para ele e seus companheiros “serem os campeões” nesse sentido, pois qualquer perturbação só poderia favorecer o fascismo.²⁸⁵ Os comunistas acreditavam que a violência e a desordem favoreceriam os golpes, tal como havia ocorrido na década de 1930. Assim sendo, o militante manifestou que ao proletariado e ao povo – entenda-se aos comunistas – interessava a consolidação do atual governo, cujos atos democráticos seriam por eles apoiados.²⁸⁶

Otto Alcides Ohlweiller, da mesma forma, concorria ao parlamento federal e pronunciou-se no programa irradiado pela Difusora. Mais arrazoado que o colega pelotense, as palavras de Ohlweiller buscaram traçar um panorama da situação sócio-econômica brasileira, indicando quais as soluções que os comunistas vislumbravam e pretendiam defender na Câmara dos Deputados.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 119.

²⁸⁵ As palavras pronunciadas pelo camarada metalúrgico ABÍLIO FERNANDES, candidato à deputação federal pelo Rio Grande do Sul, do P.C.B., na “Hora do Partido Comunista do Brasil”. *Libertação*, 17.11.1945, p. 1.

²⁸⁶ Idem.

A forma como o Estado Novo havia administrado os graves problemas sociais e econômicos do país soava como um deboche para Otto que, ao falar no regime ditatorial, não mencionava a figura de Vargas. Segundo ele, o progresso e o bem estar do povo estavam justamente condicionados à liquidação disso que ele chamou de “restos do fascismo” e à consolidação da democracia.²⁸⁷ Somente um governo apoiado pelo povo organizado poderia atacar o problema fundamental do país: a questão da terra. Fazia-se necessário romper com o “atraso feudal”, com o “servilismo” e a “rotina” que reinava no campo. Uma vez no parlamento, os futuros deputados comunistas defenderiam a democracia e os interesses do povo, levantando dificuldades como essa, tarefa para a qual sempre contariam com a “orientação segura” do partido.

O nível de vida das massas trabalhadoras, de acordo com o comunista porto-alegrense, deveria ser elevado, a fim de aumentar o consumo e dinamizar a produção nacional. Esta, por sua vez, geraria mais renda nacional para atender as necessidades de ensino, saúde e obras públicas. O caminho para solucionar essa questão encontrava-se na entrega de terras em condições de exploração aos camponeses pobres, os quais trabalhariam no sentido de aumentar a produção de gêneros alimentícios, o que, conseqüentemente, elevaria a capacidade aquisitiva dessa parcela da sociedade. Essa deveria ser a perspectiva dos setores interessados no progresso, e os futuros parlamentares do PCB se comprometiam em defender leis capazes de resolver tais questões, pois tal era o sentido da revolução democrático-burguesa, a qual implicava numa substancial reestruturação da economia nacional.²⁸⁸

De posse pela primeira vez das “armas da democracia”, as eleições, os comunistas esperavam delas fazerem uso para que, ocupando postos político-institucionais legítimos, pudessem privilegiar as questões econômicas e nacionais. A revolução democrático-burguesa, ao reconhecer o desenvolvimento do capitalismo nacional – com a reforma agrária, revisão dos contratos com o capital estrangeiro, ampliação da produção e do mercado internos – parecia interessar não apenas ao PCB e seus membros, mas também às forças progressistas da Nação, os industriais. A União Nacional, assim, mostrava-se imprescindível para a democracia e o progresso do Brasil.

No exemplar de 17 de novembro, além de serem transcritos os pronunciamentos de Abílio Fernandes e Otto Alcides Ohlweiller em favor de suas candidaturas ao parlamento federal, Dyonélio Machado e Alfredo Gerhardt apresentaram pequenas biografias de alguns

²⁸⁷ O discurso pronunciado pelo camarada OTO ALCIDES OHLWEILER, candidato do P.C.B. pelo Rio Grande do Sul à Câmara Federal, quando do lançamento dos candidatos comunistas, na “Hora do Partido Comunista do Brasil”. *Libertação*, 17.11.1945, p. 2.

²⁸⁸ Idem.

dos demais candidatos – todos “democratas honestos, lutadores anti-fascistas e provados nos duros anos da reação e da guerra” – e o “Programa Mínimo de União Nacional” defendido pelos futuros deputados.²⁸⁹

No “Programa” datado de 13 de novembro, os candidatos registrados sob a legenda do PCB assumiram um compromisso duplo: lutar contra o fascismo e pela consolidação da democracia no Brasil.²⁹⁰ Apesar da anistia, da libertação dos presos políticos, da rearticulação dos partidos, do retorno das liberdades de associação e manifestação e do processo eleitoral em curso, os comunistas viam que aquele momento não estava completamente liberto do fascismo e que a democracia não havia sido consolidada. As atividades dos futuros parlamentares comunistas estariam, assim, voluntariamente subordinadas ao “Programa Mínimo de União Nacional”, um plano de ação elaborado pelo Comitê Nacional através do qual os revolucionários estabeleciam as medidas a serem tomadas pelos futuros deputados no sentido de alcançar a União Nacional. A unidade, ao contrário da descentralização, era o caminho para a democracia e para o progresso.

A Assembléia Constituinte teria papel crucial, pois seria em torno dela que aconteceria a unidade nacional. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 13, senadores e deputados se reuniriam em assembléia e, de acordo com o plano do partido bolchevique, tomariam algumas providências que se mostravam latentes.

Em um primeiro momento, eles proclamariam a caducidade da carta de 10 de novembro de 1937. Em seguida, decidiriam sobre o futuro governo. O presidente eleito em 02 de dezembro não estaria seguro de que assumiria o poder, pois estaria nas mãos da Constituinte a decisão de sua permanência ou substituição. O chefe do executivo transformar-se-ia em “mero delegado” da Assembléia, perante ela responsável por todos os seus atos. Num terceiro momento, antes de dar início às discussões sobre a futura Constituição, o parlamento elaboraria uma “declaração dos direitos e deveres do cidadão”, de modo a garantir as liberdades adquiridas e encaminhar a conquista de outras igualmente importantes, quais sejam: liberdade de consciência, de religião (de ter ou não ter), de manifestação de pensamento (pela imprensa e pelo rádio), de reunião e de associação (inclusive política). Da mesma forma, a declaração deveria assegurar a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da

²⁸⁹ Os candidatos à deputação federal pelo Partido Comunista no Rio Grande do Sul foram Abílio Fernandes, Albino Portela Fagundes, Álvaro Moreyra, Antônio Teixeira e Silva, Arlindo Ferreira de Souza, Carlos Lima Aveline, César Ávila, Deborah Souza Ribeiro, Deburgo de Deus Vieira, Dyonélio Machado, Gashipo Chagas Pereira, Júlio Teixeira, Lucas Fortes dos Santos, Luiz Carlos Prestes, Manoel Jover Telles, Nicácio Costa, Otto Alcides Ohlweiller, Percy de Abreu Lima, Ricardo Ellwanger, Santos Soares, Sérgio Homos e Trifino Correa. *Libertação*, 17.11.1945, p. 4-5.

²⁹⁰ Programa Mínimo de União Nacional que os candidatos do Partido Comunista do Brasil defenderão no futuro Parlamento. *Libertação*, 17.11.1945, p. 5.

correspondência, além de estabelecer “direitos sociais essenciais”, tais como: direito ao trabalho e ao repouso, à assistência paga pelo Estado para acidentes, doenças e invalidez, à aposentadoria digna e à mais completa igualdade de direitos para as mulheres.²⁹¹

O cronograma traçado pelo PCB fixava o próximo passo em uma série de princípios a serem considerados na elaboração da Constituição, máximas que determinavam prioridades políticas e econômicas em defesa dos interesses do país. Para começar, toda a soberania residiria na Nação e, assim, os deputados nada mais seriam que mandatários de seus eleitores, podendo ter seus mandatos cassados pelos mesmos a qualquer instante. O voto, por sua vez, foi colocado como direito inalienável e realmente democrático, desde que direto, secreto e universal. Todos os cargos administrativos importantes – desde os municípios até órgãos supremos do poder – deveriam ser ocupados por representantes escolhidos pelo povo, inclusive os juízes. Apenas o poder executivo estaria completamente subordinado à Assembléia Constituinte. Ele seria exercido por um “Conselho de ministros” escolhidos pela Assembléia de representantes do povo, ficando perante ela responsável, assim como o presidente da república. Uma vez respeitada a Constituição, municípios, estados e distrito federal teriam inteira autonomia política e administrativa. Na economia, a futura carta deveria assegurar a eliminação do “feudalismo econômico e financeiro”, nacionalizando *trusts* e providenciando que as grandes propriedades abandonadas fossem distribuídas pelo Estado aos camponeses sem terra. Por fim, seria mantida rigorosa separação entre religião e estado, assegurada a liberdade na prática de todos os cultos e a laicidade do ensino público.²⁹²

Os interesses da nação ainda exigiam a luta pela paz imediata e pelo rompimento com governos fascistas (como o da Espanha e de Portugal), pela solidariedade com as Nações Unidas e pela prática da democracia interna, através da defesa intransigente dos direitos civis dos cidadãos. Os comunistas deveriam batalhar contra a carestia de vida e em prol da aplicação da legislação trabalhista, da extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, em benefício do socorro hospitalar a todas as vítimas de doenças endêmicas – como a tuberculose – pela revisão geral do sistema de impostos, em favor da dissolução das polícias políticas e de processos criminais contra carcereiros e carrascos que tantos crimes haviam cometido ao longo do Estado Novo. Ademais, os “bandos integralistas” estariam com seus dias contados.²⁹³

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

O “Programa Mínimo de União Nacional” também foi publicado no jornal *Correio do Povo* em 21 de novembro, mesmo dia em que Yeddo Fiúza esteve presente em comício promovido no Largo da Prefeitura.²⁹⁴ Naqueles dias que antecederam as eleições, comunistas e anticomunistas intensificaram suas atividades e publicações. Frases do discurso proferido pelo engenheiro na concentração da noite do dia 21 apareceram no referido periódico: “Estamos fartos de palavras; precisamos pensar no Brasil, agindo e trabalhando”; “É fácil governar um povo quando se pratica a política do povo”; “No governo, só cuidarei das necessidades do povo”.²⁹⁵ Os militantes escolheram aquelas sentenças de Fiúza que melhor sintetizavam a linha do PCB, como a defesa de uma política voltada para o povo e a nação. No dia 27 de novembro, enquanto nossos protagonistas convidavam a população porto-alegrense para o comício-monstro de encerramento da campanha eleitoral, que ocorreria no dia seguinte, a LEC publicava imediatamente abaixo uma advertência: “nenhum católico deve votar em YEDDO FIÚZA, candidato do Partido Comunista”.²⁹⁶

A propósito, a data de 27 de novembro também passava a integrar os embates entre comunistas e anticomunistas. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta afirmou que o dia do levante foi lembrado por aqueles que se contrapunham ao comunismo já em 1936, embora sem grande empenho do governo. No ano seguinte, contudo, o Estado resolveu conferir um caráter oficial às comemorações, e o dia do movimento transformou-se em data comemorativa das Forças Armadas, bem como uma oportunidade para ato cívico, no qual compareciam personalidades civis e militares. Em 1938, o governo estado-novista resolveu investir em “monumentos aos mortos que lutaram ao lado da ordem contra os revolucionários”, inaugurando, dois anos depois, o mausoléu que reuniria os restos mortais dos oficiais e dos soldados tombados na luta contra os comunistas.²⁹⁷ As celebrações continuaram sendo realizadas ao longo das décadas seguintes, principalmente nos momentos em que as campanhas anticomunistas se fizeram mais intensas.²⁹⁸

Uma vez em liberdade, os membros do PCB também passaram a comemorar os acontecimentos de 1935. A Sociedade Espanhola abrigou a primeira homenagem realizada pelos comunistas que militavam em Porto Alegre à memória dos “heróicos filhos do povo brasileiro tombados na luta contra o nazi-integralismo” às 20 horas do dia 27 de novembro de

²⁹⁴ A pedido. O candidato de União Nacional Yedo Fiúza falará hoje ao povo gaúcho; Programa Mínimo de União Nacional a ser defendido no parlamento pelos deputados do Partido Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 21.11.1945, p. 6.

²⁹⁵ *Correio do Povo*, 25.11.1945, p. 4.

²⁹⁶ *Correio do Povo*, 27.11.1945, p. 1.

²⁹⁷ MOTTA, R. P. S. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, 2000. Tese de doutorado. p. 112.

²⁹⁸ Id. *Ibidem*, p. 113.

1945.²⁹⁹ A edição da revista *Libertação* de 28 de novembro foi a última que nos restou daquele ano e, nela, nossos protagonistas se manifestaram em relação aos acontecimentos de “35”.

Segundo a reportagem, “pela primeira vez, após dez anos de odiosas calúnias e constantes mentiras”, o povo brasileiro poderia celebrar o “verdadeiro significado do levante de 27 de novembro de 1935”.³⁰⁰ Eles esperavam mostrar o sentido real do movimento não somente rememorando-o, mas tentando tirar do próprio acontecimento e de suas conseqüências um aprendizado para aquele novo contexto, o que nos é perceptível através dessa frase que segue o título do artigo: “A lição que cabe tirar dos acontecimentos de novembro de 1935”.³⁰¹ Quer dizer, havia um reconhecimento de que a experiência vivida no passado, recordada naquele momento e submetida à crítica, gerava um conhecimento, um saber.

O fato, que os integralistas haviam tentado converter em data “antipática”, reaparecia em 1945 com seu verdadeiro sentido de luta contra o fascismo no Brasil. As medidas restritivas do governo Vargas que, na época, marchava numa política antibrasileira junto aos fascistas, tinham motivado os nacional-libertadores a empunhar armas, dando uma inexcusável prova de espírito patriótico. 27 de novembro, por isso, não lembrava uma derrota, mas a vitória da luta contra o “fascismo e o integralismo traidor, uma data de toda a nacionalidade”.³⁰² Nesse sentido, os comunistas tentavam encontrar um lugar para seus feitos de 1935 na história nacional. Diziam que o movimento havia representado um “sacrifício de sangue dos brasileiros” e que seus protagonistas teriam dado uma “insuperável demonstração de espírito democrático”, sendo “os primeiros a esquecer ódios e ressentimentos, contribuindo com ação exemplar para a unificação dos brasileiros, indispensável para a consolidação da democracia em nossa Pátria”.³⁰³ Vê-se, aí, uma referência à unidade, preconizada pelo Partido e – às vezes, a contragosto – pelos militantes de Porto Alegre. Por fim, ponderaram que, tanto os que tomaram em defesa da legalidade, pensando que defendiam a Constituição de 1934, como os que se sacrificaram para deter a marcha do fascismo, eram dignos de respeito de todos os patriotas conscientes.³⁰⁴

Ao fazer o passado presente através da memória – que resignifica, enquadrando o pretérito às exigências presentes – além da crítica, do julgamento e do posicionamento em

²⁹⁹ *Correio do Povo*, 27.11.1945, p. 14.

³⁰⁰ 27 de Novembro de 1935. *Libertação*, 28.11.45, p. 1.

³⁰¹ *Idem*.

³⁰² *Idem*.

³⁰³ *Idem*.

³⁰⁴ *Idem*.

relação a esse passado – configurando um espaço de experiência no sentido de Reinhart Koselleck – 27 de novembro de 1935 dez anos depois se convertia em “legítima vitória”. Para os revolucionários, era a data de celebração da luta contra o fascismo e em ocasião propícia para incitar a união dos brasileiros, indispensável para a consolidação da democracia no país.

A personalidade na qual os comunistas mais concentravam sua atenção naqueles dias que precediam as eleições e que confiavam a tarefa de concretizar a idéia de União Nacional também havia lutado contra o fascismo. De acordo com artigo publicado em *Libertação*, na época de ascensão do fascismo no cenário mundial, o porto-alegrense Yeddo Fiúza encontrava-se à testa da prefeitura da cidade de Petrópolis, enfrentando as “hordas de camisas verdes” ao lado do povo, atitude que lhe havia conferido o cognome de “La Guardia de Petrópolis”.³⁰⁵

Naqueles dias que antecediam o pleito, os comunistas não falavam em União Nacional, nem em democracia, sem mencionar seu candidato à presidência da República. Eles se empenharam em defendê-lo tanto na revista *Libertação* quanto nas páginas do jornal *Correio do Povo*, por meio de uma série de artigos que ressaltavam suas virtudes e atacavam aqueles que pretendiam manchar sua reputação às vésperas das eleições.

Através de uma série de depoimentos de pessoas que haviam conhecido o engenheiro porto-alegrense mais intimamente, os militantes procuraram assegurar aos leitores do *Correio* no Estado a retidão de seu caráter e seu potencial administrativo. Antigos colegas de faculdade e de trabalho, bem como amigos pessoais – muitos dos quais fizeram questão de afirmar não terem ligação alguma com o comunismo – destacaram que Fiúza havia sido bom estudante e, ao longo da sua carreira, teria mostrado conduta profícua, honesta, acatada e retilínea. Tratava-se de um profissional culto e competente, com grande capacidade administrativa, e que não merecia muitos dos ataques que sofria no momento.³⁰⁶

Contra os que tentavam atrapalhar a candidatura de Yeddo, dizendo em tom pejorativo que se tratava de um candidato comunista, os militantes de Porto Alegre explicavam que ele não assumia nenhum compromisso ideológico com o PCB e que era um representante de união nacional, sem distinção de classes sociais, de ideologias políticas, credos religiosos e pontos de vista filosóficos.³⁰⁷ Algumas reivindicações importantes dos comunistas coincidiam com as diretrizes sociais do seu futuro presidente. Ele teria declarado governar

³⁰⁵ Candidato de União Nacional. *Libertação*, 28.11.1945, p. 3.

³⁰⁶ A pedido. A Honestidade e a Capacidade Administrativa do Dr. Yeddo Fiúza. *Correio do Povo*, 29.11.1945, p. 5.

³⁰⁷ A pedido. O Partido Comunista do Brasil apresenta ao sufrágio das urnas os candidatos do proletariado e do povo brasileiro. *Correio do Povo*, 29.11.1945, p. 7.

exclusivamente com o “Parlamento Constituinte”, cujos poderes ilimitados reconhecia ao afirmar que, uma vez eleito, se submeteria à sua soberania.³⁰⁸ Fiúza comprometia-se com a liberdade de reunião, de greve e sindical, com o barateamento do custo de vida, educação, bem como com a ampliação e o aperfeiçoamento da justiça do trabalho, substituindo juízes que não haviam sido eleitos.³⁰⁹ A postura do ex-prefeito de Petrópolis, aqui, estava inteiramente de acordo com o “Programa Mínimo de União Nacional”.

Já ataques de Carlos Lacerda, por exemplo, encontraram respostas no semanário do Partido. Os militantes não chegaram a explicitar o conteúdo das agressões, mas atribuíram a atitude do udenista ao desespero frente à vitória certa de Fiúza das urnas, afirmando ser ele da mesma “fauna” que Goebbels, ministro da propaganda e figura chave do regime de Adolf Hitler, Chateaubriand e outros “espécimes” acostumados à intriga e lembrando seu passado de “traições à causa do proletariado e do povo brasileiro”.³¹⁰ O jornalista havia integrado as fileiras do PCB na metade dos anos 1930, tornando-se ferrenho anticomunista após deixar o Partido em 1939.

É possível perceber que a linguagem das respostas mudou de um periódico para outro. Enquanto no *Correio do Povo* os comunistas expressavam-se de modo mais polido – evitando grandes xingamentos – no semanário do Comitê Municipal se sentiam à vontade para associar Carlos Lacerda a expressões ofensivas como “fauna” e “espécime”, além do fato de utilizarem tais termos para compará-lo a dois indivíduos mal vistos à época, como Joseph Goebbels e Assis Chateaubriand, conhecido por sua conduta pouco ética no meio jornalístico através do uso de chantagens, mentiras e insultos. Para nossos protagonistas, de nada adiantavam os ataques, pois o país já havia traçado seu “destino, tendo como meta a democracia, base de uma pátria livre, sem fascistas, mesmo camuflados” e nada deteria a “marcha encetada”.³¹¹

De fato, os votos conquistados pelos candidatos comunistas na capital gaúcha durante o pleito de 02 de dezembro foram expressivos. Segundo Moisés Vinhas, os números alcançados pelo PCB nos mostram sua presença efetiva na vida política brasileira e detendo, pela primeira vez, uma influência decisiva sobre as grandes massas da sociedade e da própria classe operária.³¹²

³⁰⁸ A Candidatura Yedo Fiúza, *Libertação*, 28.11.1945, p. 4. A submissão de seu mandato à ratificação da Assembléia Constituinte e a percepção dela como dona dos destinos dos brasileiros foi manifestada por Fiúza em comício realizado no Largo da Carioca em 30 de novembro. Um reportagem de página inteira foi publicada no *Correio do Povo* a pedido do Comitê Pró-Candidatura Yedo Fiúza em 01.12.1945, p. 7.

³⁰⁹ Yedo Fiúza não promete senão aquilo que pode realizar!. *Libertação*, 28.11.1945, p. 6.

³¹⁰ Por tudo isso, os reacionários andam desesperados!. *Libertação*, 28.11.1945, p. 7.

³¹¹ Idem.

³¹² VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 87.

Em Porto Alegre, Yeddo Fiúza conquistou 30,62% dos votos, ficando na frente de Eduardo Gomes (com 20,77%) e perdendo apenas para Eurico Gaspar Dutra (PSD), com 48,26%.³¹³ A representatividade do candidato dos comunistas do Estado, porém, não foi tão expressiva, conforme podemos vislumbrar na tabela abaixo:

Tabela 04

As eleições de 1945 e a representatividade de Yeddo Fiúza no Rio Grande do Sul

Partido	Candidato	Nº de votos	% de votos
PSD	Eurico Gaspar Dutra	447.517	72,46
UDN-PL	Eduardo Gomes	110.444	17,89
PCB	Yeddo Fiúza	50.200	8,13
PAN	Álvaro R. Telles	341	0,05
Branços	3.880	0,63
Nulos	5.139	0,84
Total	617.512	100

Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. Op. Cit., p. 22.

Como, na época, um indivíduo poderia se candidatar a mais de um cargo e em vários estados, Luiz Carlos Prestes conseguiu a façanha de ser eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal por Pernambuco, Rio Grande do Sul e pela própria capital do país. A colocação dos representantes comunistas ao parlamento foi semelhante à do engenheiro Fiúza. Vejamos o desempenho dos candidatos para senador da república:

Tabela 05

Os candidatos à deputação federal nas eleições de 1945 no Rio Grande do Sul

Partido	Candidato	Nº de votos	% de votos
PSD	Getúlio Vargas	461.913	38,53
PSD	Ernesto Dornelles	460.113	38,38
UDN-PL	Joaquim Luiz Osório	95.794	7,99
UDN-PL	Francisco Antunes M. Jr.*	95.154	7,94
PCB	Luiz Carlos Prestes	37.033	3,09
PCB	Álvaro Moreyra*	35.033	2,92
Total de votos	1.185.040**	
Votos nominais	592.520	
Branços	8.878	1,00
Nulos	4.633	0,15
Total	617.512***	100

Fonte: NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. Op. Cit., p. 25. (* Suplente; ** Cada eleitor sufragava dois votos; *** Número de votantes.)

³¹³ Média das seis juntas de Porto Alegre, aproximadamente 75.563 votantes. Informações retiradas de NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Héglio (Org.). *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995, p. 23.

Na capital do Estado, tanto Prestes como Álvaro Moreyra ficaram atrás somente dos candidatos do PSD. A média das seis juntas da cidade – aproximadamente 143.584 votantes – demonstrou que eles obtiveram 10,65 e 10,53% dos votos respectivamente, enquanto os candidatos do PSD fizeram a maioria: 30,98 e 30,96% respectivamente. Os candidatos da UDN-PL conseguiram 8,00 e 7,98% dos sufrágios. As duas vagas designadas para o Rio Grande do Sul foram ocupadas por Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles.

Eleito senador com 157.397 pelo Distrito Federal, Prestes abriu mão do cargo na Câmara dos Deputados.³¹⁴ Sua vaga conquistada pelos sufrágios sul-riograndenses foi ocupada por Abílio Fernandes, segundo candidato do PCB mais votado no Estado. Enquanto o Cavaleiro da Esperança obteve 11.849 votos, o metalúrgico pelotense alcançou 5.947.³¹⁵ De um modo geral, o desempenho dos candidatos comunistas à deputação federal em Porto Alegre foi equivalente ao ocorrido para as vagas no senado e na presidência: o PSD ficou com a maioria dos votos, 42,16%, seguido do PCB, com 23,18%. PTB, UDN, PL e PRP ficaram respectivamente com 12,66%, 10,35%, 8,85% e 2,8%.³¹⁶ Em âmbito estadual, o Partido Comunista só ficou na frente do PRP, perdendo para as demais agremiações.³¹⁷

Em termos partidários, o PSD elegeu a maioria dos parlamentares, enquanto o PCB ganhou a maior fatia dos votos em cidades industriais e capitais de estados, como São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal e Aracaju.³¹⁸ O partido vitorioso logrou 26 cadeiras no Senado e 151 na Câmara. Os udenistas ficaram com dez senadores e 77 deputados. O PTB, expressão da política varguista dispensada aos trabalhadores, colocou dois representantes no Senado e 22 na Câmara. E o PCB fez de Prestes seu único senador, além de 14 deputados federais.³¹⁹ De acordo com Moraes, o resultado do pleito de 02 de dezembro foi encorajador para os comunistas, que não podiam dispor dos “meios de aliciamento” dos quais fazendeiros e plutocratas faziam uso – cabos eleitorais, voto de cabresto, plumitivos (escritores publicistas de aluguel) etc.³²⁰

³¹⁴ CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., 314.

³¹⁵ Os demais concorrentes sufragaram respectivamente: André Trifino Correa, 3.508; Otto Alcides Ohlweiller, 3.079; Dyonélio Machado, 2.320; Lucas Fortes dos Santos, 1.481; Deburgo de Deus Vieira, 1.432; Manoel Jover Telles, 1.206; Júlio Teixeira, 814; Gashipo Pereira, 809; Arlindo Ferreira de Souza, 807; Santos Soares, 798; Percy de Abreu Lima, 742; Antônio Teixeira e Silva, 586 votos. A obra consultada não apresenta números referentes aos comunistas Deborah Ribeiro, Albino Portela Fagundes, César Ávila, Sérgio Holmos, Carlos Aveline, Álvaro Moreyra, Richard Ellwanger e Nicácio da Costa. Id. Ibidem, p. 316.

³¹⁶ NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hélió. Op. Cit., p. 29. Média das seis juntas de Porto Alegre que totalizaram 72.564 votantes.

³¹⁷ Id. Ibidem, p. 28.

³¹⁸ CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., p. 97.

³¹⁹ MORAES, João Quartim de. Op. Cit., p. 171.

³²⁰ Id. Ibidem, p. 172.

Após as eleições, nossos protagonistas deram seguimento às tarefas partidárias, realizando reuniões e assembléias de células, balanços de comitês distritais, além de conferências e horas de arte no Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha. No dia 27 de dezembro, eles iniciaram a “Semana Luiz Carlos Prestes”, uma série de atividades, cujo foco foi o Cavaleiro da Esperança e sua maneira de lidar com diversos problemas e de agir em distintas situações, como conferências, debates e sabatinas, atividades comentadas no primeiro capítulo. Acompanhada de perto pela polícia política³²¹, a “Semana” foi encerrada em 03 de janeiro de 1946, dia do aniversário do homenageado, com a inauguração de seu retrato na sede do Comitê Municipal de Porto Alegre.³²²

A despedida do ano em que haviam conquistado a legalidade foi em grande estilo. Ao saber dos resultados das eleições, o Largo da Prefeitura foi tomado pelos comunistas às 20 horas do dia 30 de dezembro. O “Comício da Vitória” foi aberto às 21 horas pelo jornalista Josino Campos (Isaac Acxelrud), que passou a palavra imediatamente para o companheiro Sérgio Holmos.

Holmos era Secretário Político do Comitê Municipal e presidente do MUT estadual. Chegado havia pouco do Rio de Janeiro, onde participara do Pleno Ampliado do Comitê Nacional juntamente com o camarada mineiro Jover Telles, o dirigente de Porto Alegre declarou ao público presente que o Partido Comunista, depois das eleições, vinha novamente debater junto ao povo o “Programa Mínimo de União Nacional”, plano que defendia as reivindicações mais sentidas do proletariado e do povo. Holmos também fez questão de mencionar a conduta dos comunistas naquele ano, lutando contra os golpistas e procurando levar o país de forma pacífica para a democracia.³²³ Orestes Timbaúva – Secretário de organização do Comitê Estadual – além de se referir ao programa do Partido, ressaltou a importância da Constituinte para o estabelecimento de um regime de “liberdade e de progresso” no país, pois que ela não deveria se limitar a defender os interesses dos estados que lhes compuseram, mas sim de todo o povo brasileiro.³²⁴ O advogado comunista Júlio Teixeira foi o terceiro a falar, seguido do ferroviário José Viana e Silva e de Jover Telles. O mineiro natural do estado de São Paulo falou das esperanças que o povo e os trabalhadores das minas de São Jerônimo, em particular, depositavam na Constituinte. Esperava-se uma

³²¹ Cf. Fundo Delegacia Política e Social – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 788. Documento datado de 29.12.1945.

³²² *Correio do Povo*, 03.01.1946, p. 7.

³²³ Vibrando em Praça Pública. O Povo Comemora a Vitória do P.C.B.. *Libertação*, 09.01.1946, p. 2.

³²⁴ Idem.

constituição especial, de acordo com o tipo de trabalho que estes últimos desempenhavam nos jazigos de minérios.³²⁵

Após cantar o Hino Nacional, o público presente na concentração comunista foi se dispersando. Com vivas ao PCB e aos candidatos eleitos, conduzindo faixas e cartazes, eles caminharam até as sedes dos comitês e células. Em menos de um ano, coisas inacreditáveis estavam acontecendo. Prestes que, no início de 1945, encontrava-se isolado nos cárceres estado-novistas, em dezembro era eleito senador da República. Com uma confiança inabalável no futuro democrático, nossos protagonistas despediram-se daquele que vinha sendo o mais extraordinário ano para a causa que defendiam.

³²⁵ Idem.

PARTE II

OS COMUNISTAS DE PORTO ALEGRE E O ECLIPSE DA LEGALIDADE

*Aos que falam em versos cor-de-rosa,
o momento presente sentencia:
“Empacotai vossos poemas
e despachai-os
com destino ao Século XVIII”.*

*Como quereis poemas puros
quando a lama do crime
sobe até vossas mãos?
Estais cegos?
A enorme boca escancarada e faminta
do Povo
canta um poema terrível de dor!*

*Neste instante,
não podeis deixar vossos poemas
como tristes e inúteis
soldadinhos de chumbo.*

*Sentido!
Que vossos poemas
se ponham em fila de combate
- e vossos versos sejam rajadas
na face negra da tirania!*

Poema Para Hoje – Fernando Melo – 1947

Na segunda parte dessa dissertação o objetivo é dar conta do momento em que as representações que os militantes comunistas de Porto Alegre elaboravam acerca da democracia chocaram-se com a decepção em relação ao regime democrático – iniciado em 1945 e promissor de grandes mudanças. Composta por dois capítulos, as principais fontes utilizadas nessa etapa foram os jornais *Correio do Povo* e *Tribuna Gaúcha*, os relatórios da polícia política, os *Anais* da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, entrevistas e memórias. De um modo geral, os testemunhos permitiram analisar a atuação comunista em âmbitos distintos daqueles captados para o ano do ocaso do Estado Novo, como o movimento dos trabalhadores e o parlamento gaúcho.

Em 1946, ano para o qual dedico o terceiro capítulo, os membros do PCB depararam-se com o retorno da repressão, tanto às suas atividades como às manifestações populares em geral. Sérias medidas foram tomadas para podar a atuação comunista em todo o país. A atribuição de significados à democracia foi acontecendo diante de questões como as greves e o acirramento dos embates políticos – sobretudo com o pedido de cassação do registro do Partido oficializado pelo deputado federal Barreto Pinto (PTB). O ano de 1947, por sua vez, é abordado no quarto capítulo. Nele as representações sobre a democracia ocorreram no calor de acontecimentos decisivos para a militância, como o cancelamento do registro do PCB e a cassação dos mandatos de seus parlamentares, eleitos nos pleitos de dezembro de 1945 e janeiro de 1947. Foram meses em que o passado ditatorial foi insistentemente retomado por nossos protagonistas, um processo que nos tornou possível compreender a caracterização da democracia através do seu avesso.

CAPÍTULO 3

A DEMOCRACIA SE AFASTA NO HORIZONTE

3.1 – As greves e o retorno da repressão: o horizonte enevoadado

O ano de 1946 foi aquele em que a abertura democrática começou a mostrar seus limites aos militantes comunistas. Eles vinham no embalo de 1945, quando, depois de 23 anos de existência praticamente ilegal, conquistaram condições jamais vistas e desfrutadas na história da esquerda brasileira até então. Foi com o espírito de que tudo seria possível que eles adentraram 1946, festejando o aniversário de seu líder e os resultados das eleições ocorridas em dezembro. Contudo, apesar do grande entusiasmo que os envolvia, os acontecimentos lhes impuseram problemas delicados, alguns dos quais iriam lhes custar a própria legalidade.

Diferente de 1945, as atividades desenvolvidas por nossos protagonistas ao longo do ano seguinte – e que estão registradas nas fontes disponíveis – não foram tão abundantes, como bem podemos vislumbrar no gráfico abaixo:

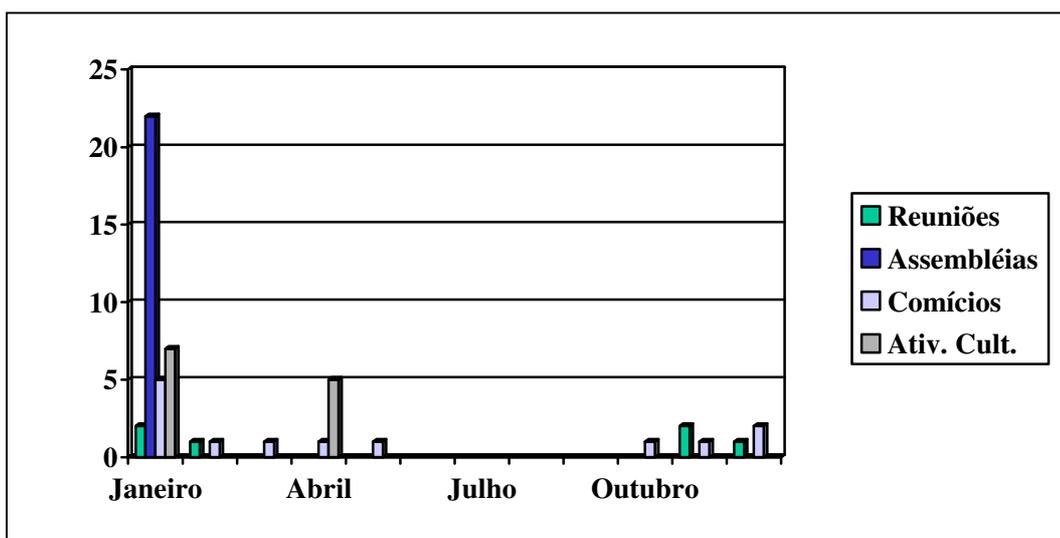


Gráfico 2 – Atividades desenvolvidas em Porto Alegre no ano de 1946
 Fonte: Ver Capítulo 1 – nota 71.

O mês de janeiro foi aquele no qual os militantes concentraram maior atividade, sobretudo com assembléias de células e conferências e com horas de arte no Centro de Cultura Popular Euclides da Cunha. Nos demais meses, o que percebemos é uma significativa diminuição. Enquanto para 1945 foi possível encontrar uma relação de aproximadamente 167 atividades, para 1946 não localizamos mais de 53, uma baixa de 68%. De um modo geral, reuniões, assembléias, comícios e atividades culturais diminuíram. Vejamos:

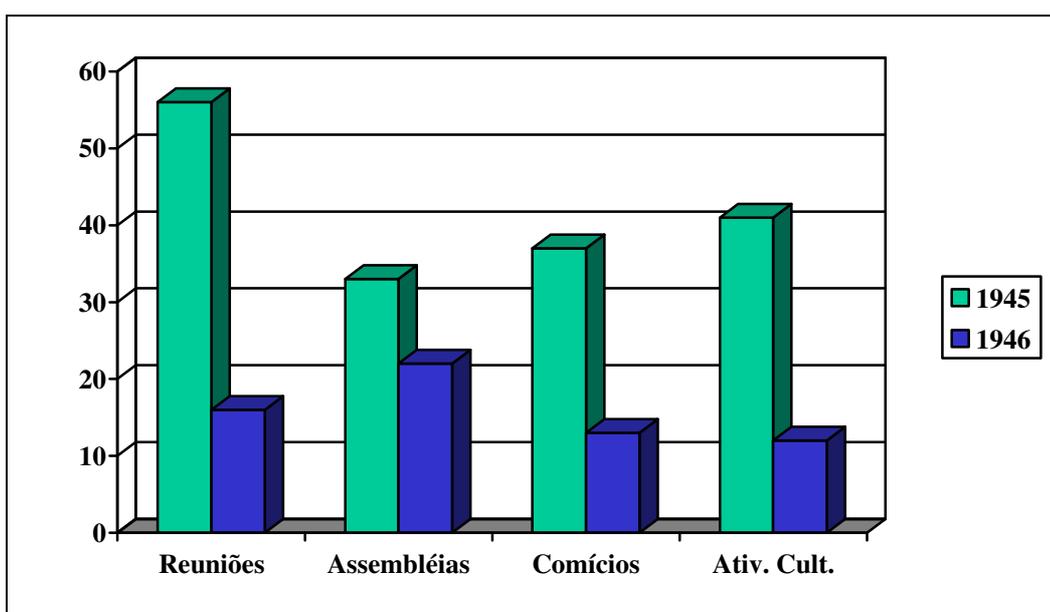


Gráfico 3 – Atividades desenvolvidas em 1945 e 1946 – Quadro comparativo.
 Fonte: Ver Capítulo 1 – nota 71.

Em questão de meses, houve queda de 71% nas reuniões, de 63% nas assembléias (mesmo com o pico atingido em janeiro de 1946), de 64% nos comícios e de 70% nas atividades culturais. É bem possível que a causa da redução nas atividades comunistas em Porto Alegre seja a repressão desencadeada já no segundo ano de legalidade. Por outro lado, também podemos apontar para as lacunas no jornal *Correio do Povo* – principal fonte dessas informações. Edições de vários meses não nos estão disponíveis, tornando difícil a reconstrução da atuação comunista na capital gaúcha de modo mais detalhado. Ademais, sobreviveram apenas dois exemplares da revista *Libertação*, que foi substituída naquele ano pelo diário *Tribuna Gaúcha*, do qual só nos chegaram números de 1947.

Depois da conquista da Assembléia Constituinte, da eleição de Prestes como senador e de mais 14 deputados federais, dentre eles o Secretário Geral do Partido no Rio Grande do Sul, Abílio Fernandes, os comunistas concentraram suas expectativas na Constituição a ser elaborada. A nova Carta constituía-se no próximo passo na marcha para a democracia, e os membros do PCB eleitos tinham um papel muito importante na sua composição.

Para os comunistas de Porto Alegre, a Constituinte deveria ser o centro das atenções de todos os democratas e amantes do progresso e da liberdade, pois se deveria manter vigilância em relação àqueles dispostos a trair o mandato, desconsiderando as reivindicações populares no momento da elaboração da Constituição.³²⁶ O momento, apesar de vir na esteira de acontecimentos tidos como democráticos, exigia cautela. A eleição de Dutra para a presidência da República não lhes deixava dúvidas das “forças reacionárias” – não democráticas – que se agrupavam em torno dele.³²⁷

A Assembléia Constituinte não adquiria importância apenas por ser um grande passo para a democracia, mas por esse passo se dar pacificamente. Através dela, problemas econômicos, políticos e sociais graves seriam solucionados dentro da ordem. Dentre as tarefas mais urgentes, encontrava-se a votação pela anulação da Carta “caduca” de 1937 e a elaboração da nova Constituição. Os comunistas reservavam-se a responsabilidade de lutar por uma declaração dos direitos do homem, proclamando a liberdade de consciência, as liberdades públicas e os direitos fundamentais (trabalho, instrução, assistência e igualdade de direitos para a mulher). Nesse processo, eles tanto se comprometiam em repudiar os possíveis “atos reacionários” de Dutra, como em apoiar seus atos democráticos.³²⁸

³²⁶ Os Comunistas e a Constituinte. *Libertação*, 09.01.1946, p. 1.

³²⁷ Informe político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional, em 04 de janeiro de 1946 (excerto). In: VINHAS, Moisés. Op. Cit., p. 120.

³²⁸ Os Comunistas e a Constituinte! Uma autêntica bancada de todo o povo brasileiro. *Libertação*, 09.01.1946, p. 4.

Conforme mencionado no capítulo anterior, ocorreram algumas greves durante o ano de 1945. Embora não tenhamos fontes que nos permitam chegar à posição dos comunistas de Porto Alegre em relação a elas, sabemos que a palavra de ordem do Partido, nesse sentido, era a de “apertar os cintos” para evitar as paralisações, diretriz com a qual muitos de seus membros não concordavam. A atitude do governo Linhares no que dizia respeito às paredes foi de tolerância. Entretanto, em 1946, o “dique” do movimento dos trabalhadores começou a transbordar, exigindo uma outra postura dos revolucionários e servindo de justificativa para a mudança nos procedimentos do governo, agora sob a tutela de Dutra. De acordo com Marco Aurélio Santana, o ascenso do operariado provocou modificações na lógica de ação dos comunistas: ao não conseguir mais evitar as greves, passaram a apoiá-las e mesmo a dirigi-las. Por outro lado, a condescendência de Linhares deu lugar à repressão desencadeada pelo presidente recentemente eleito.³²⁹

Apesar da linha de “apertar os cintos” estar mais de acordo com a defesa de ordem e tranqüilidade – necessária para a consolidação da democracia – ela apresentava um descompasso com a vida real dos trabalhadores.³³⁰ A Assembléia Constituinte, assim, deixou de ser pensada como o único e principal meio de busca de soluções para os problemas da população. O apoio às greves alcançou equivalente importância no plano de ação dos comunistas.

De acordo com levantamento realizado por um grupo de pesquisadores no início da década de 1980, ocorreram 14 greves no Rio Grande do Sul ao longo de 1946, seis delas na capital do Estado.³³¹ A maior parte concentrou-se nos dois primeiros meses, totalizando 11 paredes. Outras três foram levadas a efeito no mês de dezembro. Segundo os autores, alguns dos motivos para a convergência de movimentos grevistas em janeiro e fevereiro foi a opção de Dutra pelo *laissez-faire*, diminuindo as reservas nacionais e gerando o aumento do custo de vida e do endividamento, bem como a necessidade de um maior controle da economia por parte do Estado.³³² Contudo, a insatisfação dos trabalhadores já vinha desde o ano anterior, o que nos faz questionar o fato da política econômica (recentemente adotada no início de 1946) e suas conseqüências terem servido de motivo para o surto grevista.

Na maioria dos casos, as reivindicações dos trabalhadores que paralisaram suas atividades no começo do ano em questão giravam em torno de abonos e aumentos salariais e da não punição aos grevistas. Foi o caso, em Porto Alegre, dos portuários, dos bancários, dos

³²⁹ SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., p. 46.

³³⁰ Id. Ibidem, p. 57.

³³¹ PETERSEN, Aura Terezinha T. et. alli. Op. Cit., p. 14.

³³² Id. Ibidem, p. 27.

funcionários da indústria de alimentação (Frigoríficos Nacionais) e do entreposto de leite. A interrupção das atividades dessas duas últimas categorias iniciou e findou em janeiro. As demais adentraram fevereiro, acompanhadas dos trabalhadores de outros ramos e do interior do Rio Grande igualmente descontentes.

O envolvimento dos comunistas de Porto Alegre com as greves não se deu apenas entre aquelas ocorridas na Cidade, mas também nas do interior, sobretudo as realizadas pelos mineiros de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos. Na maioria das vezes, sabemos da preocupação dos revolucionários em relação aos grevistas por meio de outras instituições e órgãos através dos quais eles atuavam, como o MUT e o Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha.

As fontes de que dispomos, porém, não nos permitiram vislumbrar a posição comunista em todas as onze paredes realizadas no Estado durante os meses de janeiro e fevereiro de 1946. Conseguimos perceber seu envolvimento em duas greves, a dos bancários e dos mineiros, e em uma ameaça de paralisação dos funcionários da empresa Carris.

No dia 24 de janeiro, os bancários deflagraram greve em todo o país. Porto Alegre, Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Belo Horizonte e Recife foram as praças encabeçadoras da parede. A categoria protestava contra o encarecimento do custo de vida, reivindicando a fixação do salário profissional (desde a metade do ano findo), além da organização dos quadros funcionais. Aos poucos, outros municípios gaúchos aderiram à paralisação, que recebeu várias moções de solidariedade em todo o Estado sul-riograndense. Uma delas foi enviada pela direção municipal do MUT, entidade com papel importante no processo de unificação nacional na perspectiva do PCB e da qual muitos militantes participavam.

Poucos dias antes dos bancários deflagrarem a greve, os revolucionários ligados ao MUT haviam se manifestado contra a Lei da Pluralidade Sindical – ambicionada pelo então Ministro do Trabalho, Major Carneiro Mendonça. De acordo com várias opiniões publicadas em *Libertação*, os comunistas consideravam o ato do Ministro uma “condenável manobra política” com o intuito de dividir e desorganizar a massa trabalhadora para mais bem lograr submetê-la aos interesses do capital estrangeiro colonizador.³³³ Tratava-se de uma “arma” deste último, de um meio desesperado no sentido de barrar a marcha em direção à unidade da classe operária que, juntamente com a burguesia progressista, conduziria o país ao progresso. A Lei, assim, era antidemocrática, ainda mais porque não estava sendo decretada pelos meios legais dentro do novo regime, a aprovação da Assembléia Constituinte.³³⁴

³³³ A Classe Operária Repele a Pluralidade Sindical. *Libertação*, 19.01.1946, p. 6.

³³⁴ Idem.

Ao dividir os trabalhadores, a pluralidade tiraria o que lhes dava força, a coesão. O MUT era o exemplo de entidade através da qual os comunistas combatiam tentativas como essa e esperavam reformar a estrutura sindical corporativa, transformando as relações entre proletariado e patrões num debate sincero em prol de soluções para os problemas econômicos do Brasil. Dentro do espírito da União Nacional, o MUT adquiria um papel muito importante, pois conduziria o diálogo entre trabalhadores e empresários dentro da ordem e da tranqüilidade, fundamental para a consolidação da democracia.

No ofício endereçado à Comissão Coordenadora da Greve dos Bancários, o MUT manifestou apoio à causa por – depois de examiná-la minuciosamente – considerá-la justa e feita no sentido patriótico de defender os bancários do “espectro da fome, que, com seus parcos salários” rondava os lares brasileiros diariamente.³³⁵ Antes de manifestar apoio, o órgão tentou deixar claro que só o fez depois de verificar a justeza das reivindicações dos trabalhadores em greve. Quer dizer, mostrou que estava agindo com cautela e que, provavelmente, não emprestaria solidariedade para movimentos reivindicatórios sem antes atestar sua legitimidade.

É possível perceber a presença comunista na entidade tanto pelos argumentos usados para apoiar a greve dos bancários quanto pela linguagem. O MUT da Carris, que também se manifestou solidário ao movimento, publicou nota no *Correio do Povo* com os seguintes dizeres: “O M.U.T. dos empregados da Cia. Carris saúda os seus camaradas bancários e hipoteca solidariedade pelas suas justas reivindicações levantadas.”³³⁶ Uma das características da identidade dos militantes do PCB era justamente o uso de símbolos muito particulares, como a linguagem (“camaradas”).³³⁷ No início de fevereiro, o apoio do MUT aos bancários já havia se transformado em adesão com a organização de uma manifestação no Teatro São Pedro, onde angariou recursos materiais em auxílio aos grevistas.³³⁸

Alguns dias depois, o MUT de Porto Alegre publicou nova moção incitando a comunidade a apoiar moral e materialmente os bancários – que lutavam por “justas e sentidas” reivindicações – e chamando a atenção para as conseqüências do resultado da paralisação. Tratava-se, de acordo com a nota, de uma batalha não apenas da classe em greve, mas de todo o proletariado e de todo o povo que sofria com a carestia e a inflação e que lutava

³³⁵ Solidário com os grevistas. *Correio do Povo*, 27.01.1946, p. 4.

³³⁶ Moção de solidariedade. *Correio do Povo*, 29.01.1946, p. 12.

³³⁷ Cf. MARTINS, Marisângela. Ser comunista em Porto Alegre entre 1945 e 1947. *história e-hitória* – Revista eletrônica. 04 de janeiro de 2007. URL: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=47>.

³³⁸ Movimento Unificador dos Trabalhadores de Porto Alegre. *Correio do Povo*, 02.02.1946, p. 3.

por um Brasil “livre, democrático e unido”.³³⁹ A derrota, tanto quanto a vitória, não seria exclusivamente dos bancários, mas de todo o povo. A greve constituía-se em “glorioso e patriótico movimento” de amigos da ordem, pois os bancários só haviam apelado para a greve depois de esgotadas todas as demais possibilidades. Uma sua vitória forçaria os responsáveis a darem soluções aos problemas dos trabalhadores da Nação.³⁴⁰ Ao generalizar as reivindicações dos grevistas, traçando paralelos e identificando anseios, o MUT procurava unir os demais segmentos sociais em torno da classe bancária e lhe conferir legitimidade.

Da mesma forma que companheiros ligados ao MUT, a intelectualidade comunista da capital gaúcha expressou-se em favor dos bancários. O jornalista Raul Riff, juntamente com outros colegas de profissão não comunistas, assinou nota de simpatia em relação aos grevistas no *Correio do Povo* – órgão por meio do qual também se manifestaram solidários os trabalhadores da revista *Libertação* e o presidente do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha, Jorge Bahlis.³⁴¹

As paralisações vinham tomando espaço considerável na agenda dos militantes do PCB. No dia 30 de janeiro, momento em que várias categorias achavam-se em greve no Estado, os revolucionários da capital realizaram um comício no Largo da Prefeitura – evento precedido de vários comícios-relâmpago nas portas de fábricas e em pontos de grandes concentrações populares – com a finalidade de homenagear os deputados comunistas eleitos à Assembléia Constituinte. Durante a ocasião, Orestes Timbaúva, Josino Campos (Isaac Axcelrud), Sérgio Holmos, Júlio Teixeira, Dyonélio Machado e Jover Telles fizeram larga exposição do Programa Mínimo de União Nacional (a ser defendido pelos parlamentares) e dispensaram os momentos finais para que representantes ferroviários e bancários encerrassem o *meeting*.³⁴²

Já a posição dos comunistas de Porto Alegre em relação à greve dos mineiros nos é perceptível somente a partir do mês de fevereiro, embora a paralisação dessa categoria tenha iniciado quase vinte dias antes daquela dos bancários. Transcorrido um mês da interrupção dos trabalhos nas minas, o tráfego ferroviário sofria vários revezes em todo o Estado.³⁴³ O governo federal declarou a ocupação das jazidas de São Jerônimo e Butiá no dia 15 de

³³⁹ Solidariedade do MUT municipal. *Correio do Povo*, 05.02.1946, p. 3.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ Solidariedade de Jornalistas, 29.01, p. 12; Moção de Solidariedade, 02.02, p. 3; Novas moções de apoio. *Correio do Povo*, 06.02.1946, p. 4.

³⁴² Partido Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 30.01.1946, p. 5.

³⁴³ A greve dos mineiros afeta o tráfego ferroviário do Estado. *Correio do Povo*, 07.02.1946, p. 10.

fevereiro e, no dia 21, ainda não havia previsão do retorno às atividades.³⁴⁴ Ao chegar no Rio Grande do Sul no dia 22, o deputado federal comunista Abílio Fernandes entrou em contato com autoridades policiais, a fim de tratar da liberdade de vários ferroviários (também em greve desde 16 de fevereiro), detidos na Repartição Central de Polícia.³⁴⁵ Alguns dias depois, acompanhado de seu colega de bancada José Agostinho de Oliveira e do escritor Dyonélio Machado, Abílio realizou um comício em apoio aos mineiros em Arroio dos Ratos, entregando importância em dinheiro coletado em favor da classe e prometendo o envio de mantimentos de primeira necessidade nos próximos dias. A seguir, os comunistas dirigiram-se à cidade de Butiá.³⁴⁶

Embora os revolucionários se empenhassem em colaborar com os grevistas mineiros, estes não receberam bem os boatos correntes de que a paralisação da categoria havia sido inspirada pelo PCB. Segundo eles, os comunistas eram minoria nas minas, apesar do Partido Comunista estar ativo na região, exortando os operários a continuarem em greve até a vitória de suas reivindicações.³⁴⁷

Já o envolvimento comunista nas reclamações dos empregados da empresa Carris gerou maiores distúrbios. Ao mesmo tempo em que estiveram em curso as paredes dos mineiros, dos portuários e dos bancários, os funcionários da empresa de transportes coletivos Carris ameaçaram interromper suas atividades até conseguirem reajuste em seus ordenados. O procedimento foi levado adiante por uma Comissão, eleita em assembléia no dia 19 de janeiro para operar junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbano de Porto Alegre, o que causou desentendimentos junto à Diretoria da entidade.

Em carta endereçada à redação do *Correio do Povo*, o Presidente do Sindicato, Arnaldo de Souza, caracterizou a articulação como ilegal, porque pensada por uma comissão eleita em assembléia convocada à revelia da direção da associação e por estar mais preocupada em desmoralizar os feitos logrados por essa Diretoria no ano anterior.³⁴⁸ A dita Comissão – formada por Leopoldo Ketzler Filho, por Miguel Pretel Guerrero e pelo comunista João Oscar de Oliveira – reclamava da forma como os diretores vinham tratando dos interesses da classe e pedia o afastamento de todos eles junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT).³⁴⁹ Dali, João Oscar de Oliveira e seus colegas de comissão rumaram para a

³⁴⁴ Decretada pelo governo federal a ocupação das minas de São Jerônimo e Butiá, 15.02, p. 8; Impressões de nosso enviado especial a São Jerônimo. *Correio do Povo*, 21.02.1946, p. 10.

³⁴⁵ Em Porto Alegre o deputado Abílio Fernandes. *Correio do Povo*, 23.02.1946, p. 4.

³⁴⁶ Deputados comunistas visitam as minas. *Correio do Povo*, 27.02.1946, p. 8.

³⁴⁷ O Partido Comunista e a Greve. *Correio do Povo*, 28.02.1946, p. 4.

³⁴⁸ A Nota da Diretoria do Sindicato. *Correio do Povo*, 02.02.1946, p. 4.

³⁴⁹ Os trabalhadores da Carris decidirão amanhã se haverá ou não greve. *Correio do Povo*, 02.02.1946, p. 8.

Prefeitura de Porto Alegre, onde entregaram ofício de reivindicação de 50% de abono de emergência sobre os salários (até a solução do dissídio coletivo) e estabeleceram um prazo, quatro de fevereiro, para o atendimento. Caso contrário, ver-se-iam na obrigação de alterar o tráfego dos bondes.³⁵⁰ Sentindo-se ultrajada com a atitude dos empregados da Carris, a Diretoria demitiu-se coletivamente, entregou as chaves das sedes à DRT e solicitou sua imediata intervenção no sindicato para evitar maiores complicações no seio da categoria, que – segundo eles – se achava agitada com ameaças de greve.³⁵¹

A posição de nossos protagonistas deveria ser periodicamente relatada ao Comitê Nacional. Cada unidade partidária tinha o dever de emitir “informes” de tempos em tempos, atualizando as instâncias mais elevadas sobre as diversas áreas de atuação. Frequentes críticas e autocríticas também faziam parte da rotina da militância. O intuito desses procedimentos – característicos do centralismo democrático – era contornar problemas, evitar dissidências e estabelecer novas orientações.

Os dirigentes que cuidavam dos assuntos relacionados aos trabalhadores e sindicatos não ficaram satisfeitos com a atuação do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul no que dizia respeito ao “trabalho sindical”, observada através do “Informe de Massa Eleitoral” enviado pelos militantes gaúchos. Entre as críticas feitas aos comunistas do Comitê Estadual, constaram pesadas acusações. Eles foram acusados de não compreenderem sua função como organismo dirigente, estando debilmente ligados às massas e, por essa razão, não sabendo dirigir a luta do proletariado. Uma prova disso, para o secretariado nacional, foi o fato dos sul-riograndenses terem sido apanhados de surpresa pelos movimentos dos mineiros e ferroviários.³⁵² Afirmaram que se tratava de algo muito grave os comunistas andarem a reboque dos acontecimentos, ainda mais no momento em que a “reação” investia furiosamente contra o Partido. Assim, solicitavam que os dirigentes do Comitê Estadual corrigissem suas atitudes e compreendessem seu papel incorporando um verdadeiro espírito de crítica e autocrítica, apurando suas debilidades para saber melhor dirigir a luta dos trabalhadores gaúchos.³⁵³

As greves, tão custosamente evitadas em 1945, explodiram em 1946, fazendo nossos protagonistas reverem suas posições. Se antes elas não combinavam com a luta pela democracia por não se enquadrarem no espírito de ordem e tranquilidade, no segundo ano de

³⁵⁰ Ofício ao Prefeito da Capital. *Correio do Povo*, 02.02.1946, p. 8.

³⁵¹ Os trabalhadores da Carris reunir-se-ão hoje em assembléia para resolver sobre as reivindicações. *Correio do Povo*, 03.02.1946, p. 18.

³⁵² Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 453. Documento datado de 11 de maio de 1946.

³⁵³ Idem.

legalidade as paralisações dos trabalhadores passaram a ser consideradas recursos legítimos – porque pacíficos – para a solução de problemas políticos e econômicos graves que assolavam a população. Por um lado, a possibilidade de levar adiante as paredes apontava para a liberdade de manifestação, imprescindível para a democracia tanto quanto a liberdade de associação. Nesse aspecto, os comunistas afrontavam o PSD, defensor do corporativismo. Por outro, a batalha por melhores salários vinha ao encontro de outra importante faceta do esforço pela consolidação da democracia bastante comentado no capítulo anterior: o combate à carestia de vida.

A responsabilidade das greves passou a recair sobre os comunistas, acompanhada de acusações de “desordem” e “agitação”, no intuito de lhes imputar incessantemente um sentimento conspiratório.³⁵⁴ Os sindicatos permaneceram ligados ao Estado. Contudo, os comunistas continuaram tentando viabilizar suas propostas e defendendo o direito dos trabalhadores no espaço parlamentar.³⁵⁵ Foi lá que, no dia 26 de fevereiro, o deputado Damaso Rocha (PSD) afirmou que os comunistas preparavam a greve geral, o “golpe decisivo”.³⁵⁶ Ao mesmo tempo, a Assembléia Constituinte transformou-se em um novo flanco de defesa do movimento dos trabalhadores. Entretanto, de acordo com Santana, apesar de se mostrarem comprometidos com a manutenção da ordem e dos princípios democráticos, aos olhos da elite os comunistas continuavam sendo representantes do espectro do comunismo, voltado à desordem e à indisciplina.³⁵⁷

O ambiente de militância estava ganhando tons muito familiares aos comunistas. No mês de fevereiro, além das acusações que tentavam conferir uma aura conspiratória em torno deles, devido ao apoio que prestavam aos movimentos grevistas, várias atividades do PCB foram proibidas em Porto Alegre. Nossos protagonistas haviam programado um comício no Largo da Prefeitura para o dia 23 de fevereiro, ocasião em que realizariam protesto contra a “carta fascista de 37”, a carestia e a inflação.³⁵⁸ Além de ter sido proibido pelo então interventor do Estado – Cílon Rosa – trinta membros do PCB foram presos por terem feito propaganda da concentração através de letreiros nos leitos das ruas.³⁵⁹

De acordo com nota publicada no *Correio do Povo*, o motivo da interdição do comício foi a situação “anormal” pela qual passava o Estado, devido ao surto grevista em diversos

³⁵⁴ SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., p. 54.

³⁵⁵ Id. Ibidem, p. 53.

³⁵⁶ O deputado Damaso Rocha reafirma sua advertência: os comunistas preparam a greve geral. *Correio do Povo*, 27.02.1946, p. 8.

³⁵⁷ SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit., p. 51.

³⁵⁸ Todo ao grande comício do Partido Comunista. *Correio do Povo*, 23.02.1946, p. 8.

³⁵⁹ Presos, ontem à noite, trinta membros do Partido Comunista. *Correio do Povo*, 23.02.1946, p. 8.

setores de atividade.³⁶⁰ A atitude provocou uma série de manifestações de protesto por parte dos comunistas. Francisco Medeiros publicou nota – assinando pela secretaria geral do Comitê Municipal – na qual qualificou a medida do interventor como “reacionária”.³⁶¹ De acordo com Medeiros, por serem obedientes à orientação de defender a ordem e a tranquilidade, os militantes decidiram colaborar com as autoridades policiais, visto que elas só estavam cumprindo ordens superiores. Por último, o dirigente reafirmou a determinação dos comunistas de lutar “sem descanso pelo restabelecimento das liberdades democráticas” conquistadas pelo povo da cidade.³⁶²

Nos dias que se seguiram, todos os comícios, inclusive os de tipo “relâmpago”, estiveram terminantemente proibidos. Na manhã do dia 26 de fevereiro, porém, os comunistas tentaram realizar concentração na rua dos Andradas, próximo à Uruguai, causando surpresa entre as autoridades, pois tudo transcorreu normalmente durante vários minutos sem qualquer intervenção policial. Ao chegarem, os investigadores detiveram imediatamente os comunistas Marino Rodrigues dos Santos e Sarquis Goitacás, os quais foram conduzidos ao DOPS para prestarem esclarecimentos.³⁶³ Juntamente com eles foram presos os militantes Vasco Prado (escultor), Leon Treiger (engenheiro), José dos Santos, Euclides Dornelles, Pedro Weisserstein, Marat Budachesqui, Laurentino Gaspar Português, Armando Ferreira e Fernando Ferreira Vilar. Para impedir outra concentração programada para o dia 27, a polícia local contactou o governo do Estado, a fim de obter reforço do Exército.³⁶⁴

Os revolucionários de Porto Alegre e seu líder, Luiz Carlos Prestes, protestaram contra a intervenção nos comícios e as prisões. Os primeiros compareceram à redação do jornal *Correio do Povo* na noite do dia 27, repudiando as ações arbitrárias dos policiais que, segundo consta na notícia, chegaram a agredir fisicamente os militantes ao solicitarem suas identificações.³⁶⁵ Prestes, por sua vez, endereçou telegrama ao interventor do Estado, caracterizando a proibição do comício do dia 23 como “atentado às liberdades democráticas” e as prisões como “ato antidemocrático”.³⁶⁶ Para o Secretário Geral do PCB, atitudes como aquelas dificultavam a democratização do país. Ele esperava que, daquele momento em

³⁶⁰ Não foi permitida a realização do comício do Partido Comunista, anunciado para ontem. *Correio do Povo*, 24.02.1946, p. 20.

³⁶¹ A pedido. Comunicado do Comitê Municipal do P.C.B.. *Correio do Povo*, 24.02.1946, p. 10. Medeiros respondia pela secretaria geral na ausência de Edgar Curvello.

³⁶² Idem.

³⁶³ Dissolvido, ontem, nesta capital, um comício relâmpago comunista. *Correio do Povo*, 27.02.1946, p. 8.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Protestam os membros do Partido Comunista contra as últimas prisões efetuadas pela política. *Correio do Povo*, 28.02.1946, p. 3.

³⁶⁶ O telegrama do senador Luiz Carlos Prestes. *Correio do Povo*, 28.02.1946, p. 8.

diante, o governo gaúcho garantisse ao povo e aos partidos políticos a liberdade de manifestação da palavra.³⁶⁷

A partir de 1946, o termo “reacionário” passou a ser usado mais freqüentemente pelos comunistas para qualificar atos e pessoas que se opunham ao que eles consideravam importante e adequado para o momento histórico. Ao fazer uso de tal termo, os militantes davam continuidade a uma representação que, segundo o medievalista francês Jacques Le Goff, nascera com a Revolução Francesa. O par “reação” *versus* “progresso” ganhou vida nas hostilidades dos confrontos ocorridos durante o referido evento, dando origem ao que seria denominado de “reacionário” e a movimentos e grupos ideológicos ou políticos que receberiam o rótulo pejorativo e desprezível de “reação”.³⁶⁸ Aqueles que reagem contra as mudanças promovidas pela Revolução foram designados reacionários, e essa denominação passou a carregar sentidos depreciativos e juízos de valor negativos, em oposição aos significados positivos e auspiciosos que o substantivo “progresso” carregava desde o século XVI.³⁶⁹

O termo “reação” e o adjetivo que dele decorre ganharam sentido por estarem relacionados a determinadas expectativas. Conforme mencionado na Introdução desse trabalho, a ideologia do progresso substituiu a profecia religiosa. Enquanto esta orientava suas expectativas para um outro mundo, as idéias progressistas depositavam esperanças na transformação ativa do mundo, num futuro mundano que se aperfeiçoaria na medida do processo de sua constituição. Foi essa visão de um futuro perfectível que alterou de forma sensível o modo de ver o estatuto do presente e do passado. O futuro passou a ser visto como melhor que o pretérito porque diferente dele, e a “reação” deu corpo a tudo o que se opunha às expectativas de um futuro distinto do presente.

Nossos protagonistas eram orientados por uma concepção de democracia que tinha lugar num futuro específico – o socialista. Era essa a expectativa que estabelecia os critérios a partir dos quais eles explicavam e julgavam o presente e o passado. A possibilidade de realizar o comício era resultado de uma liberdade lograda com a abertura democrática e que, agora, estava sendo restringida pelo interventor do Estado. Para os membros do PCB, a proibição constituía-se decisão reacionária, na medida em que limitava direitos que faziam

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 254.

³⁶⁹ Não quer dizer que não existisse a idéia de progresso antes do século XVI. Ela existia. Contudo, na Antigüidade, por exemplo, havia uma apreciação negativa dessa idéia, pois, para a maioria dos pensadores e chefes políticos, o essencial era não mudar. Id. *Ibidem*, p. 235.

parte já de um novo tempo, através de procedimentos típicos de um passado que não tinha mais lugar.

No horizonte de expectativas dos comunistas, pairavam não só determinados elementos sobre a democracia que deveriam se realizar a curto, médio e longo prazo, mas também coisas que não deveriam mais acontecer, pois que já faziam parte de uma etapa histórica vivida e ultrapassada. Algumas projeções feitas pelos revolucionários sobre a democracia se haviam realizado, quer dizer, eles tinham conquistado a legalidade (o direito de associação, de manifestação pública etc.) e a instalação da Assembléia Constituinte; o Brasil havia passado por um processo eleitoral, no qual os militantes conquistaram cargos importantes no parlamento federal. Enfim, certos aspectos (como a proibição de manifestações públicas, por exemplo) faziam parte de um passado superado, e seu retorno foi considerado contrário ao rumo natural das coisas, da história. Nossos protagonistas esperavam jamais tornar a ver e experienciar acontecimentos como aqueles. As proibições e prisões efetuadas no início de 1946 frustravam algumas de suas expectativas em relação à democracia, embora não os desanimassem.

Aos poucos, a repressão foi se tornando mais acirrada. Em março de 1946, enquanto a Assembléia Constituinte debatia as novas leis que norteariam a nação, Dutra fazia uso da Constituição de 1937, ainda em vigor, para colocar o MUT na ilegalidade, tirando de circulação o órgão que havia rompido com o corporativismo de Estado. No dia 15, o presidente da República sancionou o decreto-lei nº 9.070, que restringia drasticamente o direito à greve. Utilizando-se da atribuição que lhe conferia o artigo 180 da carta constitucional em vigor, ele estabeleceu como fundamentais uma série de atividades e declarou que a paralisação do trabalho por parte dos empregados em tais ramos seria considerada falta grave, acarretando a rescisão do contrato de trabalho.³⁷⁰

Foi ainda em março que Prestes fez declarações que seriam deturpadas por aqueles interessados em tirar o Partido Comunista da legalidade. O líder do PCB afirmou para o *Jornal do Comércio* e a *Tribuna Popular* que, caso os EUA desencadeassem um ataque militar contra a União Soviética, os comunistas pegariam em armas para fazer resistência contra um tal governo que quisesse o retorno do fascismo, para transformar a guerra

³⁷⁰ Entre as atividades consideradas fundamentais encontravam-se as desempenhadas nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga; nos estabelecimentos de venda de utilidade ou gêneros essenciais à vida das populações; nos matadouros; na lavoura e na pecuária; nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais e serviços funerários; nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional. Ademais, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderia incluir, por portaria, outras atividades entre as fundamentais. Cf. Senado Federal – Subsecretaria de Informações – Decreto-Lei nº 9.070 – de 15 de março de 1946. Consultado no dia 05 de dezembro de 2006 através do [link http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=104515](http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=104515).

imperialista em guerra de libertação nacional.³⁷¹ No *Correio do Povo*, as afirmações de Prestes foram explicadas de modo diferente, afirmando que a posição dos comunistas, caso o Brasil acompanhasse qualquer potência que se declarasse contra a URSS, seria favorável a esta última.³⁷² No dia seguinte, noticiava-se que Prestes tentaria deflagrar uma guerra civil no Brasil, caso o governo se colocasse ao lado de qualquer país que declarasse guerra à Rússia.³⁷³ Dessa forma é que se foram generalizando versões das referidas declarações que colocavam o Cavaleiro da Esperança contra sua própria nação e a favor da URSS. Eloy Martins relembrou alguns anos depois que, na época, os membros do PC foram acusados de traidores da pátria, pois, numa guerra entre seu país e a Rússia, ficariam com os russos.³⁷⁴ E não demorou surgirem manifestações de repúdio às palavras do Secretário Geral do PCB.³⁷⁵ Esse episódio, juntamente com a Chacina no Largo da Carioca – ocorrida em 23 de maio de 1946 – e o incidente com o diplomata brasileiro na União Soviética no mês de dezembro, contribuiria para criar o clima que legitimaria a cassação do Partido no ano seguinte.³⁷⁶

No dia 26 de março, o deputado Barreto Pinto (PTB) anexou as declarações de Prestes ao pedido de cassação do registro do Partido Comunista elaborado por ele. Segundo o petebista, o pronunciamento do líder comunista provava que o PCB se tratava de uma organização internacional que respondia e seguia os “ritos” do comunismo da URSS. Barreto

³⁷¹ Apud. MORAES, João Quartim de. Op. Cit., p. 173-174. Há algumas controvérsias em torno da origem das declarações de Prestes. Segundo o do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930* (verbete Luiz Carlos Prestes), vol. 4, p. 4779, por exemplo, o líder do PCB fez tal pronunciamento durante uma sabatina com os funcionários da Justiça, no Rio de Janeiro, o qual teria sido publicado no dia 16 de março pelo jornal comunista *Tribuna Popular*.

³⁷² “Acredito que nenhum governo tentará levar o povo brasileiro contra o povo soviético”. *Correio do Povo*, 19.03.1946, p. 12.

³⁷³ Continuam a repercutir as declarações de Luiz Carlos Prestes. *Correio do Povo*, 20.03.1946, p. 8.

³⁷⁴ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 84.

³⁷⁵ A Juventude Universitária Católica de Porto Alegre, por exemplo, enviou telegrama aos deputados Otávio Mangabeira (UDN), Nereu Ramos (PSD) e Segadas Viana (PTB), solicitando que eles defendessem perante a Assembléia Nacional Constituinte a “consciência cívica” do povo brasileiro revoltado com as declarações do senador comunista. Cf. A Juventude Universitária Católica contra Luiz Carlos Prestes. *Correio do Povo*, 26.03.1946, p. 12.

³⁷⁶ Os comunistas da capital federal haviam programado comício no Largo da Carioca para o dia 23 de maio, a fim de comemorar o aniversário da legalidade do PCB. A realização do *meeting*, porém, não foi permitida pela Polícia no local indicado. Com 48 horas de antecedência, os organizadores da concentração foram avisados de que deveriam se reunir na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. Alegando ser um ponto de difícil acesso e que a medida policial visava restringir as liberdades públicas, os dirigentes comunistas resolveram fazer o comício no lugar original. O público que para o Largo da Carioca se dirigiu já desde o início da tarde do dia 23 foi recebido a tiros pela cavalaria da Polícia Militar, causando correrias e atropelos e deixando um saldo de 34 feridos e um morto. Dois dias depois, o Ministro da Guerra, Góis Monteiro, comentou que o acontecimento servia para mostrar o propósito do Partido Comunista de provocar desordens. Cf. A capital da República: teatro de graves incidentes. 24.05, p. 10; Comunicado Oficial, e Fala o ministro da Guerra. *Correio do Povo*, 25.05.1946, p. 5; A Chacina no Largo da Carioca. In: CARONE, Edgar. *A Quarta República* (1945-1964). I – Documentos. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 10-19.

Pinto queria provar que a agremiação da qual nossos protagonistas participavam era estrangeira e estava a serviço de outro país, da Rússia.³⁷⁷

3.2 – A campanha eleitoral e os preparativos para o IV Congresso: tentando dissipar as nuvens

Em meados de 1946, intensificaram-se as investidas contra o PCB. Duas emendas foram apresentadas ao projeto constitucional no intuito de fechar o Partido, uma assinada por representantes da UDN e outra por toda a bancada do PSD. De acordo com elas, passariam a existir certos requisitos para o registro e o funcionamento de partidos políticos, não sendo permitida a existência de organizações que visassem “subversivamente a destruição do regime democrático” e que tivessem por programa a “reforma violenta das instituições”.³⁷⁸ O cerco ia se fechando. Os inimigos dos comunistas estavam criando as condições por meio das quais retirariam o Partido Comunista e seus seguidores do cenário político. Enquanto isso, o processo contra o PC ganhava corpo, e muitas de suas atividades seguiam sendo proibidas.

O combate ao comunismo foi se alastrando, não se restringindo à luta pela extinção do PCB, mas aos comunistas de uma forma geral. No mês de julho, o governo federal – por meio do Ministério do Trabalho – colocou em execução uma série de medidas contra funcionários comunistas. Os trabalhadores contratados, diaristas e extranumerários seriam transferidos de sedes, tentando, assim, impedir suas atividades políticas no meio profissional. Os empregados efetivos, por sua vez, seriam submetidos a processo pelas repartições em que trabalhavam, podendo ser reabilitados ou demitidos, dependendo do resultado do inquérito.³⁷⁹

Eloy Martins recordou que ele e seus camaradas permaneciam em estado de exagerada euforia. Naquele mesmo mês de julho, realizaram a Terceira Conferência Nacional do PCB – na sede da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro – elegendo o seguinte Comitê Central: Luiz Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Pedro Carvalho Braga, Celso Cabral, Milton Cayres de Brito, Moisés Vinhas, David Capistrano, José Maria Crispim, Giocondo Dias, Agostinho Oliveira, José Francisco de Oliveira, Francisco Gomes, Maurício Gabrois, Lindolfo Hill, Sérgio Holmes, Carlos Marighela, José Martins, Estocel de Moraes, Mautílio Muraro, Pedro Pomar, João Sanches Segura, Amarílio Vasconcelos,

³⁷⁷ O deputado Barreto Pinto pediu a cassação do registro do PCB. *Correio do Povo*, 26.03.1946, p. 12.

³⁷⁸ Duas emendas à constituinte, visando ao fechamento do Partido Comunista. *Correio do Povo*, 26.06.1946, p. 10.

³⁷⁹ Serão transferidos ou demitidos funcionários comunistas. *Correio do Povo*, 19.07.1946, p. 4.

Agliberto de Azevedo, Abílio Fernandes, Lourival Vilar Costa, Domingos Marques e Jorge Helein. Além de Sérgio Holmos (também eleito para a Comissão Executiva) e Abílio Fernandes, outros dois comunistas que militavam em Porto Alegre foram eleitos como suplentes, Orestes Timbaúva e Manoel Jover Teles.³⁸⁰

Depois de sete meses de trabalho, a Carta Magna do país foi promulgada em 18 setembro de 1946. A Constituição que resultou dos debates travados pela Assembléia Constituinte – tão exaltada como triunfo da democracia no final de 1945 – teve um caráter um tanto conservador, pois manteve muito da situação precedente, como a presença marcante do Executivo (para garantir a “harmonia” dos três poderes), a restrição da participação popular na vida política (o voto não foi estendido aos analfabetos), a limitação do direito de greve e a manutenção de estrutura sindical controladora herdada do Estado Novo.³⁸¹

Algumas semanas depois, a Comissão Executiva do PCB divulgou uma nota no jornal *Correio do Povo*, manifestando sua posição em relação às questões do momento. A nova Constituição foi exaltada pelos componentes da comissão como “um duro golpe nos restos fascistas” através do qual criar-se-iam as condições para o aceleração do processo de União Nacional a favor da democracia e do progresso.³⁸² A anulação da carta de 1937 abria caminho para que os brasileiros lutassem por prerrogativas econômicas, políticas e sociais com o Partido Comunista à frente, difundindo e defendendo os dispositivos constitucionais. Problemas econômicos permaneciam, piorando as condições de vida do povo, sobretudo dos trabalhadores. Enquanto isso, o governo cedia às exigências do imperialismo.³⁸³

Mas os dirigentes viam oportunidades se abrirem às forças democráticas, de um modo geral, e ao Partido, em particular. Pensavam conquistar, através das eleições de 19 de janeiro de 1947, um “governo de confiança nacional” de acordo com o que os interesses do povo exigiam. Seria a possibilidade de consolidar a União Nacional e a democracia e, para tanto, os comitês estaduais deveriam colocar todo o peso de sua atividade na campanha eleitoral. Seria assim, agindo com prudência e serenidade, vigilantes contra as provocações, que os comunistas lutariam pela União Nacional, “cada vez mais urgente e necessária para a defesa da democracia, da independência e da paz”.³⁸⁴

As eleições tornaram-se alvo não apenas dos comunistas, mas também dos anticomunistas. Em Porto Alegre, a LEC foi reorganizada em 12 de outubro de 1946,

³⁸⁰ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 83.

³⁸¹ BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil da Década de 1940*. Autoritarismo e Democracia. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 69-70.

³⁸² A pedido. Uma Nota da Comissão Executiva do P.C.B.. *Correio do Povo*, 10.10.1946, p. 7.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

retomando suas atividades com uma grande concentração realizada no dia 27 do mesmo mês. Na ocasião, o arcebispo D. Vicente Scherer, falou do voto como arma para derrotar os inimigos da religião, da ordem, da liberdade e da dignidade, e conclamou os fiéis ao alistamento eleitoral.³⁸⁵

Os comunistas, por sua vez, tiveram mais uma oportunidade de ouvir Luiz Carlos Prestes. Em intensa atividade, várias comissões prepararam o comício de recepção ao líder do Partido, levado a efeito no Largo da Prefeitura às 20:30h do dia 11 de outubro. Desde maio daquele ano, nossos protagonistas esperavam pela visita do Cavaleiro da Esperança, desejavam ouvir sua “viva voz” e saber sua “orientação segura em relação aos destinos do Brasil”.³⁸⁶

Para receber o senador comunista, o local foi cuidadosamente ornamentado, amplamente iluminado e equipado com auto-falantes. Antes do convidado tomar a palavra, alguns militantes pronunciaram-se: Mário Azambuja – em nome da comissão de recepção – Sérgio Holmos – pelo Comitê Estadual – Brasil Silva Ilha – pelo Comitê Municipal – e a operária Julieta Batistioli.³⁸⁷ Mesmo aqueles que não compareceram à concentração puderam ouvir os pronunciamentos, pois o comício foi irradiado pela Farroupilha.

O médico porto-alegrense Mário Azambuja fez um discurso preciso e conciliador, deixando claro o lugar de onde falava e o que esperava dos próximos acontecimentos. Azambuja procurou falar para comunistas e não-comunistas, chamando atenção para um “elo” que, segundo ele, unia todos: “o amor à liberdade, aos nossos direitos, conquistados com tenacidade e com esforço, a vontade imensa de compreender a situação brasileira e de a resolver com acerto, dentro da tranqüilidade e da ordem”.³⁸⁸ Ele caracterizou o momento como de paz e de ascensão democrática em todo o mundo. A palavra de ordem que resumia esse aspecto, no Brasil, era União Nacional, pois para todos os democratas sinceros – comunistas, socialistas, conservadores liberais – não deveria interessar surtos revolucionários, nem agitações políticas, mas o entendimento. Nesse sentido, acreditava ser importante não poupar esforços para se chegar às compreensões recíprocas. Contudo, tal ponto de vista não deveria ser confundido com passividade. Fazia-se importante defender a nova Carta Constitucional, por exemplo, embora ela ainda se distanciasse muito da perfeição. Assim,

³⁸⁵ Realizou-se, domingo último, a concentração católica. *Correio do Povo*, 29.10.1946, p. 6.

³⁸⁶ Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776. Documento datado de 28.05.1946.

³⁸⁷ Comício do Partido Comunista. *Correio do Povo*, 12.10.1946, p. 8.

³⁸⁸ A pedido. “Eu que saúdo o Sr Luiz Carlos Prestes, sou espiritualista e conservador por tradição e situação”. O discurso do Dr. Mário Azambuja no comício monumental do Largo da Prefeitura. *Correio do Povo*, 20.10.1946, p. 12.

fazia-se necessário estar alerta, principalmente contra o imperialismo “sangrento e avassalador”.³⁸⁹ A hora era de cooperação para tratar de questões cruciais que diziam respeito à sobrevivência e à dignidade dos brasileiros: alimentação, moradia, roupas e educação para as crianças.

Azambuja tinha uma característica que o fazia, senão diferente, pelo menos peculiar: era espírita.³⁹⁰ Ele fez questão de manifestar sua opção religiosa no pronunciamento, alertando que não estavam reunidos ali para discutir questões filosóficas ou para resolver se Deus existia ou não. Para ele, era preferível ser um ateu devotado à causa humana, com destemor e altruísmo, que um cristão convencional de rótulo.³⁹¹ Nesse ponto, o médico fazia franca defesa de seus camaradas, comumente “acusados” de ateísmo pelos católicos.

Mário Azambuja acreditava que existiam possibilidades de colaboração. Para evitar “novos apocalipses”, faziam-se necessárias, antes de tudo, “ampla democracia, ampla discussão das idéias, a análise serena das situações, a extinção da politiquice, a interpretação sensata dos fenômenos econômico-sociais, dando-lhes resoluções apropriadas e não paliativos” que nada resolviam.³⁹² Tratava-se de aumentar a produção e libertar o Brasil dos “grilhões” do capitalismo estrangeiro; de dar terras aos que trabalhavam; de incrementar a pequena propriedade; de libertar a indústria e o comércio de alguns entraves prejudiciais; de desburocratizar o país; de dar maior autonomia aos municípios (porque cada um tinha suas necessidades próprias); além de aumentar os salários quando o governo não se mostrasse capaz de baratear o custo de vida. Tais medidas, na opinião do médico comunista, assegurariam que as classes menos favorecidas alcançassem um nível tal que lhes permitisse, ao menos, enfrentar as dificuldades da doença e da fome.³⁹³

Em estudo sobre as razões que levaram um grupo de cidadãos do Estado de Minas Gerais a se filiar ao Partido Comunista, Lucília de Almeida Neves constatou que valores como justiça social e solidariedade foram cruciais para muitos deles. Com base em depoimentos, a autora pôde perceber que o motivo mais comum de filiação ao PCB referiu-se

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Em 1946, Mário Escobar Azambuja já havia publicado dois livros sobre espiritismo: *É Inacreditável, mas é... Uma Nova Ciência – Ensaio sobre Espiritismo*, editado pela Livraria do Globo em 1942, e *O Espiritismo e a Energia Atômica*, editado pela Livraria Continente em 1946 sob o pseudônimo de Aurélio Modesto. O caso de Azambuja certamente não era uma exceção. O historiador Benito Schmidt, em artigo citado no segundo capítulo dessa dissertação, constatou que, durante a Primeira República, era possível encontrar diversos militantes seguidores ou simpatizantes do kardecismo no interior do movimento operário. As idéias de Allan Kardec, assim como as de August Comte, constituíram-se teorias científicas que circulavam naquele momento, fornecendo os critérios científicos através dos quais eles interpretavam a realidade social e justificavam suas concepções políticas. Ver: SCHMIDT, Benito. Op. Cit.

³⁹¹ Idem.

³⁹² Idem.

³⁹³ Idem.

à proposição visionária de um futuro igualitário e solidário para a sociedade, um futuro alternativo à ordem estabelecida.³⁹⁴ As motivações que aproximaram as pessoas que Almeida estudou ao PCB eram, geralmente, de natureza religiosa, fruto da leitura de textos cristãos, como a Bíblia, da influência familiar e etc. (eu acrescentaria que, no Brasil, seria quase que impossível escapar à influência do Cristianismo). Segundo a autora, mesmo por caminhos diversos, o valor da solidariedade – que motivou a adesão ao Partido – fertilizou-se nas mentes e nos corações desses comunistas, tornando-se um eixo central de sua militância. A marca fundante reproduziu-se, contribuindo para a criação de uma “cultura comunista” (no sentido de visão de mundo) e reforçando, ao longo da suas trajetórias, a convicção visionária de transformação da realidade social.³⁹⁵

Nas primeiras páginas de sua autobiografia, Eloy Martins mencionou que, desde 1928, vinha lutando pela “moral socialista”, para que desaparecesse, de uma vez por todas, a coisa que, para ele, era mais imoral: a exploração do homem pelo homem.³⁹⁶ Segundo esse antigo militante,

a verdadeira moral é aquela que parte da fraternidade, da solidariedade, passando pelo modo de produção e distribuição dos bens essenciais à vida, isto é, da produção e distribuição em função das necessidades da população e não para aumentar os lucros, cada dia maiores, dos multimilionários. A autêntica moral é a que pugna pelo bem estar do ser humano, condenando a estúpida desigualdade social, onde algumas pessoas vivem á tripa forra enquanto milhares morrem de fome.³⁹⁷

Eloy falou de uma “autêntica moral”, que deveria partir da fraternidade e da solidariedade, desde a base da produção. Ela contrapunha-se à moral burguesa, que não encerrava a preocupação com aqueles que passavam fome enquanto outros tornavam-se multimilionários. O metalúrgico havia tido contato com a doutrina católica, através de aulas de catecismo ministradas por uma professora a pedido da dona do hotel onde sua família morava e trabalhava, em Laguna.³⁹⁸ O militante afirmou, contudo, que ele e seus irmãos não eram muito crentes. Foram as durezas da vida que lhes inculcaram interrogações sobre o porquê das desigualdades sociais. Aos doze anos, teve de abandonar os estudos a contragosto para ajudar os pais (carpinteiro e costureira) nas despesas da casa, pois passavam por enormes dificuldades. Eloy reconheceu, em suas memórias, o quão prematuramente fixou as razões

³⁹⁴ ALMEIDA, Lucília Neves. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. *Locus*. Revista de História. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/UFJF, vol. 4, n. 1, 1998, p. 56.

³⁹⁵ Id. *Ibidem*, p. 57.

³⁹⁶ MARTINS, Eloy. *Op. Cit.*, p. 19.

³⁹⁷ Id. *Ibidem*, p. 18.

³⁹⁸ Id. *Ibidem*, p. 24.

para viver: não abandonar o desejo de adquirir conhecimentos e lutar por uma existência melhor para quem trabalha.³⁹⁹

Dulce Pandolfi mencionou que existem diferentes maneiras de abraçar a causa comunista (a estudada por Almeida é uma delas) e também distintos tipos de inserção na estrutura partidária. Porém, uma vez fazendo parte do PC, o indivíduo adota o “espírito do partido”, algo que pressupõe um envolvimento não apenas político, mas também existencial e “a abnegação, o sacrifício pessoal, a renúncia ao comodismo, a devoção integral à causa são sentimentos que devem nortear a vida de um comunista”.⁴⁰⁰ Ferreira explicou que a insatisfação com a ordem social somada ao conhecimento das idéias marxistas-leninistas de transformação dessa realidade eram um convite à *devoção*, à recusa de uma vida carente de significado e a adoção de uma outra, real e absolutamente verdadeira.⁴⁰¹

O comunismo, tal como o Cristianismo, solicitava que seus adeptos sobrepujassem os valores coletivos aos individuais, preconizando a solidariedade e a fraternidade e prometendo um futuro distinto do presente. Não nos foi possível encontrar exemplares das obras do militante porto-alegrense Mário Azambuja. Contudo, partindo de uma das leituras básicas do espiritismo, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, é possível compreendermos seu esforço pela colaboração e pela democracia.⁴⁰²

O Evangelho Segundo o Espiritismo (doravante, *Evangelho*) é uma coletânea de instruções, realizada por Allan Kardec, a fim de esclarecer os homens e convidá-los à prática do Evangelho (bíblico).⁴⁰³ Nesse sentido, trata-se de uma obra que dá maior enfoque a questões éticas e comportamentais. De modo bastante geral, o espiritismo prega o amor ao próximo e a caridade. Segundo as instruções do *Evangelho*, amar o próximo como a si mesmo é a expressão mais completa da caridade, pois resume todos os deveres em relação ao outro, e a prática desse ensinamento conduz à destruição do egoísmo.⁴⁰⁴ Este é a chaga da Humanidade, pois retarda o progresso moral. Se o Cristianismo ainda não cumpriu sua missão por completo, de acordo com a obra, é por causa da luta entre a caridade (moral e material) e

³⁹⁹ Id. *Ibidem*, p. 26.

⁴⁰⁰ PANDOLFI, Dulce. *Op. Cit.*, p. 36.

⁴⁰¹ FERREIRA, Jorge (2002). *Op. Cit.*, p. 68-69.

⁴⁰² Não temos como nos certificar se Azambuja realizou a leitura da obra. Contudo, sendo *O Evangelho Segundo o Espiritismo* um dos livros básicos da doutrina espírita – traduzido para o português em 1876 no Brasil – e não tendo encontrado as publicações de Azambuja sobre o assunto, faremos uso de uma publicação mais recente da obra de Allan Kardec no intuito de melhor entender como o médico interpretava a realidade social e a importância que atribuía à democracia, visto que, além de comunista, era espírita.

⁴⁰³ Allan Kardec foi o pseudônimo adotado por Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869) para a tarefa de tentar compreender a realidade a partir da integração entre os elementos filosóficos, científicos e religiosos, esforço que resultou na formulação de uma doutrina que recebeu o nome de “espiritismo”.

⁴⁰⁴ KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. São Paulo: Petit, 1997, p. 127.

o egoísmo.⁴⁰⁵ Assim, o que o espiritismo pede de seus adeptos é o sacrifício do egoísmo, do orgulho e da vaidade, para que a caridade possa triunfar.⁴⁰⁶

Levando em conta os ensinamentos básicos do espiritismo, podemos interpretar as palavras de Azambuja como um esforço motivado não por uma consciência de classe (como Eloy Martins) – uma vez que provinha de meios abastados – nem exclusivamente pelo desejo da instauração do regime socialista. O empenho pela democracia, de modo particular, e pelo socialismo, de modo geral, foi a maneira que o médico encontrou, naquele momento, para lutar pelo que pensava ser o melhor para a humanidade. Em sua perspectiva, a democracia era necessária porque garantiria – através do debate e da política generosa e desprendida – o clima em que se dariam as discussões e se tomariam providências definitivas em relação aos problemas econômico-sociais que o país atravessava. A preocupação-mor de Azambuja era com os menos favorecidos.

As atividades dos comunistas de Porto Alegre tornam a aparecer nas fontes no mês de outubro, embora em quantidade drasticamente inferior a 1945. Apesar da redução, é possível percebermos uma movimentação significativa de alguns militantes no interior do Estado. O motivo maior dos comícios e reuniões realizados (não apenas na capital sul-riograndense) nos últimos três meses de 1946 foi, sem dúvida, as eleições que ocorreriam em janeiro do ano seguinte.

No dia 1º de novembro, nossos protagonistas reuniram-se na sede da Sociedade Espanhola, dando início ao Pleno Ampliado do Comitê Estadual, ocasião em que compareceu o dirigente nacional Pedro Pomar. A motivação maior do evento, que se estendeu por mais três dias, foi a discussão dos nomes que seriam incluídos na chapa dos candidatos à deputação estadual pelo Partido Comunista e do programa mínimo que eles defenderiam na Assembléia Legislativa gaúcha.⁴⁰⁷ A sede do Comitê Estadual – naquele momento, localizada na rua dos Andradas – colocou à disposição um posto eleitoral, através do qual o público poderia obter orientações sobre transferência, alistamento e demais serviços referentes ao pleito de 19 de janeiro.⁴⁰⁸ Em nota distribuída à imprensa no dia 26 de novembro, a Comissão Executiva do PCB – da qual fazia parte o operário Sérgio Holmos – expressou sua meta por um milhão de votos nas eleições, que deveria se dar dentro da ordem e da tranqüilidade.⁴⁰⁹ No Pleno Ampliado do Comitê Nacional, realizado entre os dias 6 e 10 de dezembro, as eleições foram

⁴⁰⁵ Id. *Ibidem*, p. 132.

⁴⁰⁶ Id. *Ibidem*, p. 133.

⁴⁰⁷ Partido Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 03.11.1946, p. 22.

⁴⁰⁸ Partido Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 06.11.1946, p. 10.

⁴⁰⁹ Nota Oficial da Comissão Executiva do P.C. sobre a circular do Ministro da Justiça. *Correio do Povo*, 27.11.1946, p. 4.

colocadas como “tarefa máxima e decisiva” para o desenvolvimento da luta em prol da democracia. Por isso, eles elaboravam uma série de instruções, visando preparar os comunistas que atuariam como fiscais eleitorais. Qualquer irregularidade deveria ser imediatamente comunicada ao Partido. Tudo, porém, deveria ser feito muito cordialmente, a fim de evitar confusões.⁴¹⁰

Enquanto isso, a Polícia Política continuava espreitando a movimentação dos membros do PCB. A relação de seus candidatos à Assembléia gaúcha foi cuidadosamente anexada aos relatórios enviados à sede do DOPS, no Rio de Janeiro.⁴¹¹ Entre aqueles que disputariam as vagas no parlamento sul-riograndense, estiveram os militantes Antônio Ferreira Martins (advogado), Antônio José Duarte (metalúrgico), Brasil da Silva Ilha (ferroviário), Deburgo de Deus Vieira (advogado), Dyonélio Machado (médico psiquiatra, escritor, membro das células “dos Profissionais Liberais” e “Siqueira Campos” e diretor do jornal *Tribuna Gaúcha*), Edgar José Curvello (padeiro e Secretário de Massas do Comitê Estadual), Eduardo Barreiro (comerciante e desportista), Eloy Martins (metalúrgico, líder sindical, Secretário Político da célula “Leocádia Prestes” e Secretário Sindical do Comitê Estadual), Emilce Aveline (professora e conselheira do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha), Ernesto Bernardi (químico industrial), Fernando Silveira (médico), Isaac Axcelrud (jornalista colaborador da *Tribuna Gaúcha*), José César de Mesquita (metalúrgico), Julieta Batistioli (operária, secretária da célula “Olga Benário” e suplente do Comitê Estadual), Júlio Teixeira (advogado), Lucas Fortes dos Santos (ferroviário), Manoel Jover Teles (mineiro e suplente do Comitê Nacional), Otto Alcides Ohlweiller (professor universitário, Secretário Eleitoral do Comitê Estadual e diretor da *Tribuna Gaúcha*), Paulo Guimarães (operário), Paulo Osório de Assis Brasil (fazendeiro), Percy de Abreu Lima (advogado), Sérgio Holmos (operário em construção civil, presidente do MUT estadual, Secretário Político do Comitê Municipal de Porto Alegre e membro do Comitê Nacional), Vasco Prado (escultor), Vivaldino César (padeiro) e Walter Graeff (advogado).

Até as eleições, os candidatos comunistas participaram de comícios em Porto Alegre e no interior do Estado. Eles revezaram-se a fim de dar conta de um calendário de atividades que abrangia municípios importantes, como Alegrete, Bagé, Butiá, Cacequi, Cachoeira, Canoas, Carazinho, Caxias, Cruz Alta, Erechim, Guaíba, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande,

⁴¹⁰ *Instruções aos fiscais do Partido Comunista do Brasil*. Para as Eleições de 19 de Janeiro de 1947. Edição do C. N. do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: 1946, p. 3.

⁴¹¹ Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 779. Documento datado de 09.11.1946.

Rosário do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santa Vitória do Palmar, Santo Ângelo, São Gabriel, São Jerônimo, São Leopoldo e Uruguaiana.⁴¹²

Mas nem todas as atenções estiveram voltadas para as eleições. Alguns comunistas envolveram-se mais intimamente com questões locais, como as greves que tornaram a aparecer no final do ano de 1946. Três segmentos paralisaram suas atividades em Porto Alegre: os trabalhadores da Carris, os eletricitários e os metalúrgicos. Os primeiros reivindicaram abono de Natal, pagamento de feriados e dias de folga e não punição aos grevistas. Os trabalhadores em energia elétrica, por sua vez, entraram em greve em solidariedade aos funcionários da Carris. Já os metalúrgicos lutaram somente pelo abono de Natal.⁴¹³ O comunista João Oscar de Oliveira envolveu-se na paralisação dos trabalhadores da Carris, tal como havia feito no começo daquele ano. Os encarregados do transporte público da capital tiveram suas reivindicações atendidas parcialmente. Eles conseguiram um pagamento antecipado dos dias de descanso semanal e a garantia de que o movimento grevista não serviria de pretexto para atos de represália por parte da Empresa contra os empregados nele comprometidos.⁴¹⁴

Ao passo que o retorno dos movimentos grevistas atraía as atenções dos militantes do PCB em nível local, alguns incidentes ocorridos na União Soviética, envolvendo o diplomata João Batista Soares Pina, contribuíram tanto para que a imagem daquele país perdesse parte do prestígio pós-guerra perante os brasileiros, quanto para que a reputação dos comunistas fosse desacreditada. A agressão do segundo secretário da embaixada brasileira na Rússia por empregados de um restaurante acirrou os ânimos entre os dois países. Pina não tinha sido atendido ao reclamar que haviam lhe tomado a frente na fila do estabelecimento, passando a fazer uso de sua condição de representante diplomático do Brasil para receber um tratamento mais digno. Contudo, não obteve sucesso. Pelo contrário, segundo reportagem do *Correio do Povo*, acabou sendo insultado e espancado pelos funcionários.⁴¹⁵

O episódio repercutiu desfavoravelmente para os comunistas. O Itamarati repudiou o tratamento dispensado ao diplomata em nota oficial.⁴¹⁶ No Rio de Janeiro, o desgosto em relação ao incidente provocou a manifestação de vários grupos populares, que acabaram por

⁴¹² Partido Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 13.11, p. 4; 22.11, p. 10; 27.11, p. 4 e 28.11.1946, p. 4; Comícios do PCB. *Correio do Povo*, 06.12, p. 12; 07.12, p. 10 e 22.12.1946, p. 24; Comício comunista em Erechim. *Correio do Povo*, 24.12.1946, p. 16; Comício do PCB em Santa Vitória. *Correio do Povo*, 27.12.1946, p. 10.

⁴¹³ PETERSEN, Aura Terezinha T. et. alli. Op. Cit., Anexo I, p. 7.

⁴¹⁴ A greve na Carris e na Energia. *Correio do Povo*, 25.12.1946, p. 20.

⁴¹⁵ Grave incidente com um diplomata brasileiro na Rússia. *Correio do Povo*, 20.12.1946, p. 12.

⁴¹⁶ Nota Oficial do Itamarati. *Correio do Povo*, 20.12.1946, p. 12.

direcionar seu descontentamento para o Partido Comunista.⁴¹⁷ No Rio Grande do Sul, o diretório do PSD apressou-se em reprovar o ocorrido, afirmando que ele servia para patentear “a brutalidade e a arrogância soviéticas”.⁴¹⁸

A despeito de episódios como esse e das várias medidas desencadeadas para limitar a atuação do comunismo no Brasil ao longo de 1946, os militantes do PCB permaneceram confiantes e esperançosos. Um exemplo desse aspecto foi a preparação para o IV Congresso do Partido, previsto para 1947, mas adiado e realizado somente em 1954.

Ainda em 1946, o Comitê Nacional publicou um livreto no qual afirmou a necessidade de se realizar um congresso, expondo motivos que se baseavam tanto no que o PCB já havia conquistado como no que ainda pretendia lograr. Através dessa fonte, é possível percebermos que a confiança na forma de organização do Partido e no futuro do Brasil fazia-se presente entre os dirigentes nacionais, mesmo diante das restrições encontradas já no segundo ano de legalidade.

Para os dirigentes nacionais, o período de legalidade contava poucos meses, mas constituía-se um período de vitórias significativas (legalidade, convocação da Assembléia Constituinte, vitória na campanha eleitoral), de debilidades superadas e de crescimento espantoso da organização, que estava se tornando um Partido de “novo tipo”.⁴¹⁹ “Novo tipo” no sentido de que passava a refletir na sua política, na organização e na atividade diária junto à população a modificação na posição da classe operária, que abandonava sua postura de oposição e crítica para defender a luta pela emancipação nacional e pela democracia.⁴²⁰

A convocação do IV Congresso foi tida pelo Comitê Nacional como uma iniciativa “digna dos empreendimentos revolucionários” do passado – uma atitude audaciosa, visto o enorme crescimento dos quadros do Partido. Tal audácia não estaria sendo possível se o centralismo democrático não fosse respeitado, se a disciplina estivesse ameaçada e a aplicação dos princípios básicos de organização houvesse relaxado. Nesse caso, a convocação de um congresso seria arriscada, pois equivaleria a expor o PCB à desagregação.⁴²¹ O evento, assim, seria a oportunidade de coroar essa fase em que a agremiação transformava-se em um amplo e

⁴¹⁷ Protestos populares, no Rio, contra o incidente verificado com o secretário da nossa embaixada em Moscou. *Correio do Povo*, 20.12.1946, p. 12.

⁴¹⁸ O diretório estadual do PTB expressa profunda revolta do povo gaúcho pelos incidentes de Moscou. *Correio do Povo*, 21.12.1946, p. 5.

⁴¹⁹ Segundo Cavalcante, desde fins de 1944 e começo de 1945, a palavra-chave utilizada em abundância era o termo “novo” (“nova era”, “novo homem”, “novo intelectual”, “novo partido”), dando a tônica do advento de uma nova alvorada. Cf. CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 93.

⁴²⁰ *Em marcha para o IV Congresso do P.C.B.* Edição do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. 1946, p. 3-4.

⁴²¹ Idem, p. 4.

sólido partido, cada vez mais forte e disciplinado para cumprir sua “missão histórica de elevar o proletariado ao poder através das diversas etapas do desenvolvimento” da pátria.⁴²² Para tanto, os militantes deveriam trabalhar para esclarecer a população de que o IV Congresso não se restringia às fronteiras do PCB, constituindo-se num “novo e decisivo passo para a união de nosso povo, para a liquidação definitiva do fascismo e consolidação da democracia em nossa terra”.⁴²³

De acordo com os dirigentes comunistas, a ordem do dia a ser considerada ao longo do evento seria composta de três pontos fundamentais: o caráter da revolução no Brasil (momento em que seriam analisadas as características da revolução democrático-burguesa, etapa que implicaria uma discussão detalhada da reforma agrária, importante para o desenvolvimento do capitalismo, sem o qual não se chegaria ao socialismo), o Partido Comunista do Brasil (etapa em que seria promovido um balanço da trajetória do PCB desde o III Congresso – realizado em 1929) e a eleição dos novos membros do Comitê Nacional (ocasião da substituição dos dirigentes superados pelos acontecimentos por militantes que houvessem se mostrado mais capazes).⁴²⁴ O Congresso, assim, não deveria ser “dos comunistas para os comunistas”, mas de toda a classe operária e do povo, na defesa da paz duradoura e da unidade, através da “autocrítica bolchevique”, quer dizer, o reconhecimento aberto dos erros, de suas causas e das formas de corrigi-los, caracterizando um partido sério e cumpridor de seu dever de educar a classe e as massas.⁴²⁵

Dentro do espírito do centralismo democrático, o IV Congresso teria papel importante no fortalecimento do Partido pela prova de democracia interna que as discussões e as eleições – de baixo para cima em todos os organismos – aconteceriam.⁴²⁶ Se lembrarmos das palavras do padreiro Edgar Curvello, analisadas na primeira parte dessa dissertação, entenderemos por que um evento como o congresso mostrava-se tão relevante para os dirigentes do PCB. Ele constituir-se-ia num verdadeiro processo, com início dois meses antes de sua instalação formal, através da “Manifestação da Convocação” do Comitê Nacional, da “Ordem do Dia” e das “Teses de Discussão”, através de uma série de debates e resoluções preparatórias desde as bases até a direção máxima, isto é, desde as assembléias de células, passando pelas

⁴²² Idem, p. 5.

⁴²³ Idem, p. 17.

⁴²⁴ Idem, p. 9-10.

⁴²⁵ Idem, p. 10-12.

⁴²⁶ Idem, p. 14.

conferências distritais, municipais e estaduais etc. e chegando à reunião do Congresso propriamente dito.⁴²⁷

As questões palpitantes para a militância – desde aquelas mais próximas aos anseios populares – seriam discutidas e levadas gradualmente até os maiores escalões do Partido, a fim de que este traçasse os próximos passos a serem seguidos rumo à revolução democrático-burguesa. Tratava-se de um acontecimento que mobilizaria militantes de todos os cantos do país na construção do próprio destino do PCB e do Brasil, algo cuidadosamente planejado e que requereria disciplina e obediência. Diante de algumas dificuldades que o momento lhes impunha, a força e a coesão eram necessárias. Ao mesmo tempo em que seria democrático, devido a toda a discussão que proporcionaria dentro das unidades partidárias, o processo que levaria ao Congresso também se mostrava centralizador, exigindo a submissão dos comunistas às regras impostas pelo Comitê Nacional e obrigando-os a reconhecer a autoridade das decisões tomadas no evento. Para eles, não se tratava de autoritarismo ou algo semelhante, mas de “sadia democracia interna”.⁴²⁸

Contudo, de acordo com a publicação distribuída aos militantes, toda a preparação para o IV Congresso não deveria interromper a vida normal do Partido.⁴²⁹ As tarefas do dia-a-dia e a participação dos comunistas na vida política do país continuariam. No final daquele segundo ano de legalidade, em que os membros do PCB organizavam-se para um evento de tão grande porte e relevância para o futuro da militância (que só se concretizaria oito anos depois), nossos protagonistas trabalharam intensamente pelas eleições de 19 de janeiro. A curto prazo, era nesse acontecimento que eles depositavam suas expectativas de retomar o processo de consolidação da democracia.

⁴²⁷ Idem, p. 15.

⁴²⁸ Idem, p. 19.

⁴²⁹ Idem, p. 16.

CAPÍTULO 4

A DEMOCRACIA SE PERDE NO HORIZONTE

4.1 – O centenário de nascimento de Castro Alves: os comunistas como continuadores da obra dos antepassados

O ano de 1947 começou trazendo boas notícias para os militantes comunistas de Porto Alegre. As eleições ocorridas no dia 19 de janeiro resultaram na escolha de três candidatos do PCB à Assembléia Legislativa gaúcha. Foi Dyonélio Machado – um dos eleitos – quem transmitiu o resultado aos companheiros. Décadas depois, ao escrever suas memórias, o psiquiatra lembrou o episódio, mostrando-nos que, embora estivesse concorrendo a uma vaga no parlamento, preferia que os eleitores tivessem depositado confiança em um concorrente proveniente de sua classe:

Coube a mim levar a comunicação da Justiça Eleitoral à direção regional do Partido. Subi as escadas do velho sobrado onde tínhamos sede, acabrunhado, não com a perspectiva da responsabilidade futura que me cumpria como deputado, mas com aquela negação dialética da massa, não ter depositado uma confiança política natural, obrigatória mesmo, num elemento da sua classe.⁴³⁰

Juntamente com os colegas Otto Alcides Ohlweiller (professor universitário) e Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto (jornalista), o escritor ocuparia as vagas destinadas aos representantes do PCB na Assembléia Legislativa. Otto foi o candidato mais votado – logrando 2.327 votos – seguido de Pinheiro Machado – 2.231 – e Dyonélio, com 1.876 votos. Os comunistas Júlio Teixeira, Antônio Barros, José César de Mesquita, Manoel Jover Telles e Antônio Martins foram eleitos suplentes com 1.679, 1.413, 1.134, 1.108 e 1.068 votos,

⁴³⁰ MACHADO, Dyonélio. *Memórias de Um Pobre Homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990, p. 116.

respectivamente.⁴³¹ Em Porto Alegre, nossos protagonistas somaram 13.840 de um universo de 79.374 votos (válidos), isto é, abarcaram 17,43%, perdendo apenas para os candidatos do PTB, que obtiveram 41,17% dos sufrágios.⁴³²

Já no Estado a vantagem dos comunistas diminuiu. Vejamos como foi o desempenho dos concorrentes do PCB em relação aos candidatos dos demais partidos no Rio Grande do Sul:

Tabela 06
Eleições para a Assembléia Legislativa em 19 de janeiro de 1947 no Rio Grande do Sul

Partido	Votos	% Votos	Cadeiras
PTB	171.605	30,88	23
PSD	170.786	30,73	16
PL	54.832	9,86	5
UDN	47.280	8,50	4
PRP	46.783	8,42	4
PCB	32.005	5,76	3
PSP	2.727	0,49	-
ED	2.543	0,46	-
Branco	25.172	4,55	-
Nulos	1.876	0,35	-
Total	555.609	100	55

Fonte: NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hégio (Org.). Op. Cit., p. 44.

Enquanto, em Porto Alegre, os comunistas alcançaram quase um quarto dos sufrágios, no Estado, seu desempenho caiu para pouco mais de 5%. Contudo, eles lograram três cadeiras no parlamento gaúcho, compondo aquela que seria a menor, embora a mais combativa, bancada da Assembléia.

Naquelas eleições, o PCB não lançou nenhum candidato a governador, preferindo apoiar concorrentes que lhes parecessem menos “reacionários”. Para o governo do Rio Grande do Sul, os comunistas apoiaram a candidatura de Walter Jobim (PSD-PRP-PCB), o qual foi o vencedor, com 41,23% dos votos. Em segundo e terceiro lugares ficaram Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL-UDN), com 37,64% e 18,91% dos sufrágios, respectivamente.⁴³³ Muitos não receberam positivamente o apoio dado pelo Partido Comunista ao candidato do PSD. Por exemplo, de acordo com estudos feitos por Rodeghero sobre os embates entre comunistas e anticomunistas ao longo das eleições realizadas entre

⁴³¹ CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., p. 321.

⁴³² Média das seis juntas de Porto Alegre. Informações retiradas de NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hégio (Org.). Op. Cit., p. 45-46.

⁴³³ Id. Ibidem, p. 32. Em comício realizado no dia 16 de janeiro, no Largo da Prefeitura de Porto Alegre, Prestes esteve presente e mandou seus correligionários apoiarem a candidatura de Walter Jobim ao governo estadual. Cf. Comício comunista hoje, no Largo da Prefeitura. *Correio do Povo*, 16.01.1947, p. 8.

1945 e 1947, a atitude do PCB em relação a Jobim foi objeto de crítica de “um grupo de gaúchos independentes” que mandou publicar um texto no jornal *Correio do Povo*. Eles mostravam-se preocupados com a possível vitória do candidato do PSD, para a qual, em seu ponto de vista, o voto dos comunistas teria sido decisivo.⁴³⁴

Enquanto nossos protagonistas preocupavam-se com as eleições, seus inimigos empenhavam-se em colocar seu Partido de volta à clandestinidade, dando seguimento ao processo que visava ao cancelamento do registro do PCB. Não foram poucas as opiniões a favor da suspensão publicadas no *Correio do Povo* naqueles primeiros dias de 1947. De um modo geral, os que apoiavam o retorno do PC à ilegalidade tentavam justificá-lo afirmando que o desenvolvimento do comunismo no país resultava de influências estrangeiras; que os comunistas eram contrários aos princípios democráticos (sobretudo à pluralidade de partidos) e aos direitos fundamentais do homem; e que o bolchevismo e o fascismo eram igualmente totalitários e, desse modo, a ação do Partido Comunista – orientada pelas idéias bolchevistas – colocava em perigo as instituições democráticas brasileiras.⁴³⁵

Segundo Cavalcante, a partir de 1943, com a decisão da entrada do Brasil na guerra junto aos Aliados, a polarização democracia *versus* totalitarismo permitiu que, na sociedade brasileira, fossem inseridas todas as forças antifascistas num mesmo bloco, tanto governo como oposição. Contudo, com o término do conflito mundial (e acredito que também com o início das hostilidades entre Estados Unidos e União Soviética), a propaganda antitotalitária se atualizou, produzindo-se uma nova clivagem na qual a URSS foi colocada no campo dos regimes totalitários. Nessa perspectiva, concluiu a autora, alterou-se o quadro nacional. Os liberais reivindicaram para si o papel de defensores da democracia e situaram os comunistas no lugar diametralmente oposto.⁴³⁶

Mesmo com um processo contra o PCB em curso e diante do recrudescimento do combate ao comunismo, nossos protagonistas permaneceram confiantes. O mês de março de 1947 foi um dos mais movimentados, embora o número de atividades desenvolvidas nesse ano tenha sido bastante inferior àquele dos dois primeiros anos de legalidade. O jornal *Tribuna Gaúcha*, do qual sobreviveram sete edições de 1947, contribuiu para a reconstrução das atividades dos militantes de Porto Alegre. Ao contrário de 1946, os exemplares do

⁴³⁴ RODEGHERO, Carla Simone (2005). Op. Cit.

⁴³⁵ Declara o Ministro da Justiça. No meu modo de entender depois de promulgada a constituição o Partido Comunista é um partido ilegal, 09.01, p. 4; A situação do comunismo através de novas declarações do Ministro da Justiça, 10.01, p. 2; 48 horas tem o PCB para responder os quesitos formulados pelo procurador geral, 10.01, p. 4; Fascismo e bolchevismo, igualmente totalitários, 10.01, p. 4; O fechamento do Partido Comunista, 16.01, p. 8; A cassação do registro do P.C.B.. *Correio do Povo*, 17.01.1947, p. 6.

⁴³⁶ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 124.

Correio do Povo – fonte privilegiada para esse tipo de informação – foram abundantes em 1947. Contudo, as fontes disponíveis para a análise do ano em questão nesse capítulo não forneceram um volume de dados tal como logrado para 1945 ou mesmo para 1946. O motivo mais provável para a queda das atividades é, certamente, o cancelamento do registro do PCB e as conseqüentes medidas tomadas pelo governo no intuito de impedir definitivamente a atuação comunista, como a invasão de sedes, apreensão de documentos, proibição de comícios e etc., pontos que veremos adiante.

Ao todo, foi possível encontrar 15 atividades desenvolvidas pelos militantes do PCB na capital gaúcha em 1947: seis comícios, uma reunião, sete atividades culturais e um Pleno Ampliado do Comitê Estadual, realizado no mês de março. O gráfico abaixo ajudará na visualização da gradativa queda das atividades comunistas na Cidade ao longo da conjuntura 1945-1947:

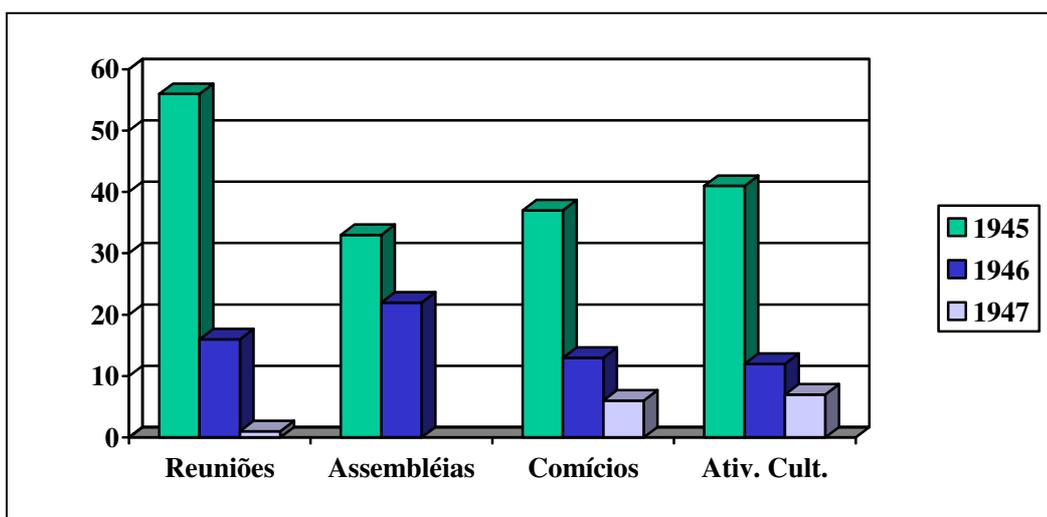


Gráfico 4: Atividades desenvolvidas na conjuntura 1945-1947 – Quadro comparativo.

Fonte: Ver Capítulo 1 – nota 71.

Assim como o número de atividades, a exaltação de nossos protagonistas foi maior em 1945 que em 1947. A euforia característica do ano do final da Guerra foi cedendo lugar – a partir da repressão aos movimentos populares e aos comunistas – ao entusiasmo comedido, embora não menos esperançoso. 1947 ainda começou dando motivos para que eles não descreditassem da democracia.

No início do mês de março, os militantes do PCB levaram a efeito mais um Pleno Ampliado do Comitê Estadual. A instalação do Pleno ocorreu no Teatro São Pedro, no dia 08, seguindo até o dia 10 com a presença de delegados da maioria dos municípios e de todo o

secretariado do Comitê Estadual. Reunidos durante três dias e dirigidos pelos camaradas Abílio Fernandes (deputado federal), Demétrio Ribeiro, Edgar José Curvello, Eloy Martins, Jover Telles, Julieta Batistioli e Rui Moreira, os dirigentes comunistas do Rio Grande do Sul examinaram a situação política e os problemas do povo sul-riograndense e traçaram a orientação a ser seguida pela militância gaúcha.⁴³⁷ O evento foi encerrado com grande comício do Largo da Prefeitura, no qual discursaram Maria Crespo, os operários Rui Moreira e Sérgio Holmes e o mineiro Jover Telles. Rui Moreira conclamou o operariado a lutar pela democracia e pelo progresso do povo. Já Maria Crespo falou em nome das mulheres, afirmando que cabia a elas combater a carestia de vida e o câmbio negro, garantindo a paz ao lutar pela vida de seus entes queridos, para que não servissem de “bala de canhão” nem de lucro para os capitalistas estrangeiros. Crespo lembrou que a população vivia mal, sem o essencial à vida, com lares na miséria, enquanto os “reacionários” procuravam criar confusões para melhor enganar o povo faminto e doente. O operário Sérgio Holmes, Secretário Político do Comitê Municipal de Porto Alegre, encerrou o *meeting* prestando homenagem ao companheiro Lucas Fortes dos Santos, ferroviário natural de Santa Maria e militante extremamente engajado, falecido no dia 04 de janeiro.⁴³⁸

Nota-se que nossos protagonistas permaneciam firmes na defesa da democracia e na batalha contra a carestia de vida, tema presente no discurso de diversos militantes desde o ocaso do Estado Novo. Através das palavras de Maria Crespo, sabemos que a mulher tinha um papel especial na luta política do momento. Após 1945, elas multiplicaram as organizações de vanguarda, fundando organismos que reuniam, sobretudo, donas-de-casa.⁴³⁹ Contudo, Jorge Ferreira menciona que as imagens da mulher revolucionária que os comunistas tentavam construir não excluía uma hierarquia entre os sexos, reproduzindo as mesmas opressões e discriminações que eles denunciavam.⁴⁴⁰

Outro assunto, citado algumas vezes nos anos anteriores, mas cada vez mais recorrente em 1947, foi a ação do capital estrangeiro. No decorrer desse capítulo, veremos o quanto o imperialismo ganhou importância na interpretação comunista sobre processo de democratização brasileira e na caracterização da democracia.

Naquela mesma edição de *Tribuna Gaúcha* – jornal de circulação diária – os militantes da capital divulgaram a instalação da Assembléia Legislativa do Estado e o início

⁴³⁷ Constituiu um grande êxito o Pleno Ampliado do C.E. do P.C.B.. *Tribuna Gaúcha*, 11.03.1947, p. 1.

⁴³⁸ Grande comício no encerramento do Pleno do P. Comunista. *Tribuna Gaúcha*, 11.03.1947, p. 1-2.

⁴³⁹ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 146.

⁴⁴⁰ FERREIRA, Jorge (2002). Op. Cit., p. 131. A historiadora Eliane Garcia também encontrou indícios de discriminação em relação ao trabalho feminino entre os comunistas do Rio Grande do Sul entre 1947 e 1960. Ver: GARCIA, Eliane Rosa. Op. Cit.

das comemorações do centenário de nascimento do poeta Castro Alves. Ao contrário da revista *Libertação*, que era editada semanalmente e difundia artigos de opinião, a *Tribuna* nos remete ao dia-a-dia da militância, ao modo como, menos espaçadamente, os comunistas se posicionavam em relação às questões que o momento se lhes impunha. Os primeiros números desse periódico foram dirigidos por Otto Alcides Ohlweiller e redigidos pelo jornalista uruguaiano José Gonçalves Thomaz.

A instalação do parlamento sul-riograndense aconteceu na tarde do dia 10 de março pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que dirigiu as eleições para a presidência da Casa. O deputado Edgar Luiz Schneider (PL) – apoiado pelo PL, PSD, PRP, PCB e pela UDN – foi eleito presidente, e o comunista Dyonélio Machado escolhido para o cargo de 3º secretário.⁴⁴¹

Como líder da bancada comunista, Dyonélio proferiu discurso na primeira sessão do parlamento estadual, salientando o compromisso que todos os deputados deveriam ter com seus eleitores:

O povo está com os olhos fitos em nós. Nesta Casa, nós vamos ter a oportunidade de mostrar a este povo que somos dignos do mandato que ele nos confiou. Devemos estar vigilantes na defesa da vontade deste eleitorado que, num pleito rigorosamente livre, presidido com superior critério pela Justiça Eleitoral do Estado, trouxe realmente, a esta Assembléia, legítimos representantes seus.⁴⁴²

O comprometimento para com o povo fazia-se essencial para a democracia, pois, na opinião do escritor e comunista, as medidas democráticas – a serem tomadas pela Assembléia – deveriam visar os interesses da população.⁴⁴³

Os militantes do PCB diziam estar junto da luta do povo brasileiro desde muito tempo, dando continuidade a esforços de antepassados notáveis da história do Brasil, como Castro Alves. Eles inseriram-se nas comemorações do 100º aniversário do nascimento do poeta (realizadas em todo o país), referindo-se a ele de muitas maneiras: “poeta do povo”, “cantor dos escravos”, “grande poeta brasileiro”, “o poeta mais popular”, “homem de luta”.⁴⁴⁴

Para nossos protagonistas, a obra do vate baiano significava todos os anseios de liberdade do povo brasileiro, que, naquele momento, lutava contra a opressão do imperialismo

⁴⁴¹ Instalada, Ontem, a Assembléia Constituinte. *Tribuna Gaúcha*, 11.03.1947, p. 1. A mesa ainda foi composta por Joaquim Duval (PSD), César José dos Santos (PTB), Hermes Pereira de Souza (PSD), Helmuth Closs (PRP) e Fernando Ferrari (PTB), como vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º, 2º e 4º secretários, respectivamente. Cf. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 1, 10.03.1947, p. 6-7.

⁴⁴² *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 1, 11.03.1947, p. 27.

⁴⁴³ *Idem*.

⁴⁴⁴ Castro Alves deve ser comemorado não só pela sua mensagem poética como pelo papel de vinculação aos problemas sociais que ele evoca, 11.03, p. 8; O significado das homenagens a Castro Alves. *Tribuna Gaúcha*, 12.03.1947, p. 3, respectivamente.

ianque e dos agentes de Walt Street. Castro Alves ainda era o “poeta da libertação”, exemplificava o artista envolvido com a coletividade, motivado por ideais de solidariedade e justiça social, com os quais os comunistas se identificavam.⁴⁴⁵

Os militantes acreditavam que Castro Alves havia compreendido como nenhum outro, em sua época, a maneira de lutar contra as forças reacionárias que queriam a permanência da escravidão. Com o empenho de pessoas como ele, a escravatura havia sido extinta no Brasil. Contudo, o povo deveria continuar lutando contra outros problemas, tendo à sua frente indivíduos igualmente inteligentes e corajosos (os comunistas), capazes de dar a vida em prol de dias melhores para a população brasileira.⁴⁴⁶

Para os comunistas, ao homenagear a memória do poeta, o Partido Comunista do Brasil provava mais uma vez ser “o herdeiro e continuador da obra dos nossos grandes antepassados”.⁴⁴⁷ Mais do que se sentirem herdeiros, eles identificavam sua luta ao lado do povo à luta do vate dos escravos, homenageando “a memória daquele que representou para sua época o que representam os comunistas para o Brasil de hoje”.⁴⁴⁸

Mas em que eles coincidem? Sobretudo, no apego ao povo, na luta pela independência do Brasil, pela democracia e pelo progresso, como bem podemos avaliar nessa passagem de Jorge Amado também publicada em *Tribuna Gaúcha*: “Castro Alves significa, no Brasil, o artista ao lado do povo, e muitas vezes à frente do povo nas suas lutas pela democracia e pelo progresso”.⁴⁴⁹ Amado associou o papel de vanguarda dos comunistas e de Castro Alves, ambos à frente do povo em suas lutas, ambos envolvidos com questões sociais.

Enquanto isso, na Assembléia Legislativa, o jornalista e deputado comunista Pinheiro Machado, convidava seus pares a prestarem homenagem ao poeta oitocentista. Em seu discurso, salientou que os colegas de Partido tinham Castro Alves – assim como Juarez Távora, Siqueira Campos, Frei Caneca e Tiradentes – em alta conta, visto que haviam sido homens que, em determinado momento político, tinham desempenhado grande papel dentro da revolução brasileira; homens que, em sua época, representaram a revolução, o progresso e a liberdade porque queriam o novo e, por isso, foram injuriados, caluniados por aqueles que não queriam a evolução, que se colocavam contra a marcha da história. Mas, felizmente, os dias tinham se passado, e a própria história mostrando quem eram os patriotas.⁴⁵⁰

⁴⁴⁵ Castro Alves deve ser comemorado não só pela sua mensagem poética como pelo papel de vinculação aos problemas sociais que ele evoca. *Tribuna Gaúcha*, 11.03.1947, p. 8.

⁴⁴⁶ O PCB comemorará o centenário de Castro Alves. *Tribuna Gaúcha*, 12.03.1947, p. 1.

⁴⁴⁷ O significado das homenagens a Castro Alves. *Tribuna Gaúcha*, 12.03.1947, p. 4.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Idem, p. 3.

⁴⁵⁰ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 1, 14.03.47, p. 89.

Pinheiro Machado traçou paralelos no intuito de identificar personagens históricos aos militantes do comunismo. Ele mencionou que Tiradentes, Juarez Távora e os outros não haviam sido compreendidos em sua época, assim como eles (os comunistas) não o estavam sendo naquele momento, pois todos, em seus respectivos tempos, lutavam pela extinção de aspectos considerados historicamente ultrapassados, embora extremamente valorizados por algumas parcelas da sociedade – sobretudo aqueles que se beneficiavam com o atual estado das coisas (os reacionários). Apesar de injustiçados e caluniados, o tempo havia mostrado, com a supressão da escravatura e a proclamação da República, que o alferes e o poeta estavam “certos”. Os comunistas também passavam por uma etapa difícil, militando sob o processo que os acusava de serem antidemocráticos e totalitários, quando, na verdade, lutavam pela “verdadeira democracia”, aquela que viria inexoravelmente com o tempo, com a instauração do regime socialista.

Dessa maneira, os militantes construíam uma tradição de homens comprometidos com o povo e com a democracia, bem como com ideais de liberdade e progresso. Mais do que isso, pareciam ser conscientes dessa construção, como podemos observar nesse outro trecho do pronunciamento de Pinheiro Machado:

Recolhemos para a história do nosso Partido aqueles feitos grandiosos da nossa história, tudo aquilo que lembra a história da libertação na nossa Pátria, porque entendemos que isto é ser patriota, é aproveitar o que de maior existe em cada feito, na atitude de cada homem, e transformar todos estes feitos e todas estas atitudes num exemplo e num sentimento para o estabelecimento de normas futuras.⁴⁵¹

Há, nessa passagem, o reconhecimento do uso de determinados aspectos da história como exemplos a serem seguidos, destacando características significativas no momento, motivando identificação e encorajando certas atitudes. Apesar dos comunistas verem a história a partir de uma visão “futurista”, quer dizer, dentro do regime moderno de historicidade do qual nos fala Hartog, eles também não abriram mão da referência ao passado.

De acordo com o historiador francês, o regime de historicidade é uma ferramenta heurística, através da qual interpretamos a formulação do tempo que modelava os modos de dizer e de viver o tempo presente de nossos personagens do pretérito.⁴⁵² Apesar de Hartog explicitar que, ao longo da história, foi possível constatar a passagem de um regime (plano de pensamento de longa duração) para outro, uma forma de reger a história jamais existe em estado puro.⁴⁵³ Isso nos leva a concluir que, numa dada época, podem coexistir mais de um regime de historicidade.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² HARTOG, François (1997). Op. Cit., p. 8.

⁴⁵³ Id. Ibidem, p. 10.

No caso de nossos protagonistas, esse dado nos fica muito claro. Ao mesmo tempo em que voltavam seus olhares para o futuro – para o regime eminentemente democrático, porque socialista – não deixavam de buscar, no passado, exemplos que esclarecessem o presente e o futuro, fazendo um uso da história como mestra da vida (*magistra vitae*).

Castro Alves transformou-se no predecessor de uma luta que os comunistas travavam nos primeiros anos após o Estado Novo, que era a tarefa de consolidar, ao lado do povo, a democracia no país. Nesse sentido, os comunistas tentavam construir a continuidade de uma “imagem de si, para si e para os outros”.⁴⁵⁴ Segundo Michel Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” pois que é um fator do sentimento de “continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”⁴⁵⁵

Nesse caso, acontecia um gerenciamento da memória – e da história – como uma maneira de gerir a própria identidade de comunistas democratas. Essa identidade foi se constituindo, na medida da própria configuração do espaço de experiência, quer dizer, a construção dessa imagem de si acontecia no momento em que o passado era feito presente, recordado e submetido à reflexão e a julgamento. Nesse processo, o democrático e o não-democrático serviram como parâmetros para a auto-afirmação da imagem de legítimos defensores da democracia que era elaborada mediante assimilação e oposição. O conhecimento adquirido proporcionou a construção dessa imagem através da qual os comunistas se viam e desejavam ser percebidos.⁴⁵⁶

Para “Pinheirinho” – como costumava ser chamado por alguns camaradas – era por não ter se espelhado em exemplos como Castro Alves que a juventude brasileira havia-se tornado “instrumento do fascismo”, o qual tentara levá-la para os “caminhos negros”, ao invés de libertá-la, tentara brutalizá-la, ensinando-lhes caminhos falsos.⁴⁵⁷

O passado foi se fazendo cada vez mais presente nas manifestações de nossos protagonistas em 1947, quer com exemplos, quer com contra-exemplos. Através desses

⁴⁵⁴ POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

⁴⁵⁵ POLLAK, Michel. Loc. cit.

⁴⁵⁶ Castro Alves não foi o único personagem a ser homenageado pelos comunistas de Porto Alegre na conjuntura 1945-1947. Em 1946, Mário Couto – militante assassinado em janeiro de 1935 pela política de Flores da Cunha – foi lembrado em reportagem na revista *Libertação*, sendo exaltado como um herói que legara aos seguidores do comunismo a lição de estar sempre ligado ao povo. A referida reportagem apresentou Couto como aquele que havia tombado ao lado do proletariado por melhores condições de vida e pela democracia. Cf. Romaria ao túmulo de Mário Couto. *Libertação*, 19.01.1946, p. 7. Outro fato relevante, nesse sentido, era o costume do PCB motivar seus membros a celebrarem datas, eventos ou pessoas que haviam se sacrificado por ideais considerados importantes, através da escolha de patronos para as células. Na sessão de apêndices o leitor encontrará a relação dessas unidades na capital gaúcha, na qual constam – dentre as várias formas de denominação – aquelas nomeadas pelos patronos. Entre eles, nossos protagonistas homenagearam Bento Gonçalves, Júlio de Castilhos, Lênin, Olga Benário e Siqueira Campos, para citar alguns.

⁴⁵⁷ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 1, 14.03.1947, p. 90.

apelos, é possível percebermos também o que eles representavam como o avesso da democracia. Sua caracterização tinha como antípoda o Estado Novo e o fascismo, eventos resgatados de forma muito negativa ao longo daquele ano.

Os comunistas de Porto Alegre preocupavam-se com os rumos que a política internacional vinha tomando e com as possíveis repercussões disso no Brasil. Mesmo satisfeitos e esperançosos em relação à instalação da Assembléia gaúcha e em meio às homenagens a Castro Alves, eles procuraram mostrar que existiam “tentativas de retorno da ditadura”.

O processo de democratização progredia. O resultado das eleições era uma prova de que eles haviam vencido o anticomunismo sistemático da LEC e as oligarquias políticas dos “coronéis”. O Partido Comunista do Brasil permanecia firme e sereno contra as provocações dos “restos fascistas” e em oposição às investidas do imperialismo americano contra a democracia no país.⁴⁵⁸

Aspectos considerados ultrapassados eram usados pelos comunistas para mensurar o quão perto (ou distante) estavam de seu objetivo. Quanto mais tais elementos mostravam-se presentes, mais obstáculos haviam de ser transpostos, distanciando o Brasil (e o mundo) do novo tempo. Os “restos fascistas” são um ponto a ser analisado. Eles eram culpados por entravar a marcha para a democracia. Digamos que esses resquícios tinham duas facetas: uma nacional e outra internacional.

No Brasil, as oligarquias latifundiárias – base da política da Primeira República e do Estado Novo – eram as grandes inimigas da democracia, os “restos fascistas” que ameaçavam a ordem constitucional. Os comunistas viam esse segmento da sociedade brasileira como um impedimento à reforma agrária, pois que defendiam o monopólio da terra – causa fundamental do atraso e da miséria. Ademais, os latifundiários eram grandes aliados do capital estrangeiro colonizador (resquício fascista em nível internacional), que vinha orientando a política de modo contrário ao desenvolvimento da indústria nacional.⁴⁵⁹ Nesse sentido, a Doutrina Truman era uma forte ameaça que se dirigia especialmente ao Brasil. Os militantes acreditavam que Truman pensava dominar o país para melhor dominar a América do Sul. Por isso nenhum acordo com o imperialismo yanque seria bom para a Nação, nem

⁴⁵⁸ União de todos os patriotas e democratas contra as TENTATIVAS de RETORNO à DITADURA. *Tribuna Gaúcha*, 12.03.1947, p. 5.

⁴⁵⁹ Idem.

poderia haver defesa nacional se se entregasse a tutela do Brasil a uma nação estrangeira e se submetesse seu controle a ela.⁴⁶⁰

Há, aqui, um componente nacionalista muito forte. O amor e respeito que devotavam ao país apresentava-se estreitamente ligado às suas concepções da organização ideal da sociedade brasileira. As condições do Brasil, naquele momento, apontavam para superação dos resquícios considerados nocivos à economia (latifúndio, indústria precária) – causa maior da miséria e da carestia de vida, do atraso – unidos em torno da democracia e da Constituição (União Nacional), passando para o capitalismo, a fim de, em seguida, avançar em direção ao fim último: o socialismo.

Os comunistas viam o imperialismo como o responsável pela guerra. Muitos deles vinham acompanhando o desenrolar dos acontecimentos desde a Primeira Guerra Mundial. Em sua interpretação, o capital estrangeiro colonizador havia-se beneficiado de países fracos economicamente impondo uma ajuda interesseira, o que teria gerado a disputa por zonas de interesse entre potências capitalistas e, por conseguinte, a guerra. Por isso, a ação do capital internacional era fascista, por querer retomar uma atitude que havia levado o mundo à mais destrutiva das guerras. Resquícios do capital financeiro também eram restos do fascismo.

Aqueles que não primavam pela Nação e que se alinhavam ao imperialismo constituíam-se “restos fascistas” por darem continuidade a um comportamento que não levava em consideração os interesses do povo e do país, mas seus próprios interesses e os das potências estrangeiras. As pessoas ligadas ao latifúndio, os não progressistas, eram fascistas porque, agindo dessa forma, davam seguimento a uma política de submissão ao capital estrangeiro, gananciosamente desenfreado; por se alinharem àqueles que não queriam o bem do povo e da Nação, mas melhor explorá-los.

O Brasil deveria se sobrepor a esses aspectos do passado que permaneciam no presente, unindo-se em torno das questões que afetavam diretamente o povo – realizando a reforma agrária, ativando a produção, gerando empregos e melhores salários, aumentando o poder de compra dos trabalhadores, acabando com a fome e a miséria e etc. – e descartando qualquer ajuda externa. Os restos fascistas eram uma ameaça à democracia no sentido de que entravavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, etapa sem a qual não se daria a revolução, evento crucial para o estabelecimento de uma nova era, democrática porque socialista, quando não mais haveria luta de classes, e a fartura material e fraterna aconteceria para todos.

⁴⁶⁰ Idem.

A democracia teria lugar no futuro, assim como já fazia parte do regime soviético. Na URSS – país em que a revolução tinha sido feita – havia democracia, bem como no interior do PCB. Dyonélio Machado defendeu fortemente esse ponto de vista durante longa discussão na Assembléia, na qual uma série de apartes colocou em questão o caráter democrático que nossos protagonistas afirmavam existir no seio de seu Partido e no país bolchevique.

A polêmica foi aberta pela discussão em torno das conversações entre um representante do PCB e os candidatos ao governo do Estado. Dyonélio Machado afirmou ter dialogado com os três concorrentes. Contudo, alguns deles negavam tal conversa, em que se teria cogitado o apoio (público ou secreto) dos comunistas. O deputado Assunção Viana (PTB) lançou uma provocação, dizendo que o Partido Comunista dava apoio secreto somente para a Rússia, sendo desafiado por Dyonélio e Pinheiro Machado a provar sua afirmação. Os deputados comunistas mencionaram considerar os demais partidos comunistas do mundo como “irmãos”, mas sem estar filiado (nem pública, nem secretamente) a nenhuma dessas organizações.⁴⁶¹ Na seqüência, o autor de *Os Ratos* dedicou-se a esclarecer os contatos estabelecidos entre seu Partido e os candidatos a governador do Rio Grande do Sul nas eleições ocorridas em janeiro.

O debate encaminhou-se para a apoio dado pelos comunistas a Getúlio Vargas em 1945, registrando-se uma série de enérgicos e simultâneos apartes – não captados integralmente pelo estenógrafo – a ponto de provocar a advertência da Mesa, que fez soar a campanha e ameaçar suspender a sessão caso o episódio se repetisse. Dyonélio Machado retomou a palavra sob acusações de que o comunismo era a maior ditadura do mundo e de que isso se refletia no Partido Comunista do Brasil.⁴⁶² Com o auxílio do jornalista e colega de bancada, o psiquiatra defendeu a posição do PCB em 1945, a democracia interna da organização em que militava e o regime soviético.

Dois anos antes, disse ele, seu Partido havia apoiado a política de Vargas – e não a sua pessoa – por ele ter-se enveredado para a reconstitucionalização e a redemocratização do país. Não seria possível retomar o processo democrático sem a instalação da Assembléia Constituinte.⁴⁶³ Pinheiro Machado esclareceu que, no momento em que falava, todas as unidades do PCB estavam realizando assembléias para o IV Congresso – programado para o mês de maio daquele ano – evento no qual se dariam as eleições dos dirigentes partidários. Ele afirmou que existia democracia interna em seu Partido, pois todos manifestavam suas

⁴⁶¹ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 2, 01.04.1947, p. 38-39.

⁴⁶² *Idem*, p. 43 e 46.

⁴⁶³ *Idem*, p. 44.

opiniões livremente, o que não ocorria em nenhuma outra agremiação no Brasil. E se, naquele momento, todo o país e o mundo poderiam desfrutar da democracia, era graças à guerra, na qual a Rússia não havia medido esforços para esmagar o fascismo.⁴⁶⁴

Em meio a cétricos e irônicos apartes do deputado Brochado da Rocha (PTB), Dyonélio Machado seguiu defendendo a Rússia, assegurando que lá não havia ditadura porque existiam eleições, com voto (secreto, universal e direto) introduzido por Stalin em 1936. Assunção Viana (PTB) protestou, dizendo que não conseguia conceber como os comunistas davam “um conceito tão elástico à democracia”.⁴⁶⁵ Para Viana, não existia democracia na União Soviética, mas “ditadura do proletariado”.⁴⁶⁶ Men de Sá (PL) reforçou as críticas, afirmando que democracia e partido único eram idéias que não se coadunavam, que se tratava de fascismo.⁴⁶⁷ Dyonélio deu continuidade à defesa do regime soviético, explicando que todo o povo russo intervinha na constituição do parlamento e do governo, sendo diferente da Alemanha nazista, a qual era uma “organização policial” que não dava o direito de ninguém discordar da palavra do “chefe nacional supremo”. Consoante o deputado comunista, isso era ditadura, e, na Rússia, ocorria de modo distinto, cada organização tinha sua vida própria, com voz e voto nas deliberações públicas.⁴⁶⁸ Em seguida, o médico concluiu:

Democracia é o governo do povo, e quem faz o governo, na Rússia, é o povo [...]. Todo ele se mobiliza nas eleições, e é muito comum terem assento no Soviet, inclusive no Soviet Supremo, membros que não são do Partido Comunista.⁴⁶⁹

O significado de palavras, frases, gestos e figuras transforma-se através dos tempos. E não somente de uma época para outra, mas para os distintos grupos sociais que compõem uma dada sociedade em um determinado momento histórico, para não falar nos diferentes sentidos que os indivíduos que formam o grupo atribuem a um signo. A cientista social Denise Jodelet, por exemplo, afirma que o lugar, a posição social que os indivíduos ocupam determinam os conteúdos representacionais e sua organização.⁴⁷⁰ Já vimos, ao longo dessa dissertação, o quanto a democracia (bem como o fascismo e outros aspectos conjunturais) ganharam significados distintos, dependendo da bagagem de vida do militante, de sua profissão e assim por diante. Agora, temos a oportunidade de perceber que comunistas e não-comunistas

⁴⁶⁴ Idem, p. 46.

⁴⁶⁵ Idem, p. 50.

⁴⁶⁶ Idem, p. 51.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Idem, p. 52.

⁴⁷⁰ JODELET, Denise. (Dir.) *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 67.

atribuíam teores distintos à democracia, à ditadura, ao fascismo etc.. A incompreensão de Assunção Viana em relação à elasticidade que os comunistas davam ao conceito de democracia nos mostra que eles lhes conferiam conteúdos diferentes e, talvez, incompatíveis. Para o deputado petebista, seus pares comunistas afirmavam serem democráticos regimes inconcebíveis como tal.

As últimas palavras do escritor comunista nos remetem para o uso de frases e idéias enraizadas na história, mas que ganham conotações diversas, dependendo do momento e do lugar. Herdamos não só a palavra, mas a própria idéia de democracia da Grécia antiga. Lá, nos séculos V e IV a.C., surgiu um regime de governo no qual as decisões políticas eram tomadas pelo conjunto dos cidadãos reunidos em assembleia. O “governo do povo” tinha, então, um sentido bastante específico: cada cidadão participava diretamente das decisões de governo. Porém, para aqueles gregos, a idéia de povo, assim como a de cidadão, diferia da nossa e daquela dos comunistas da metade da década de 1940. De lá para cá, muito se repetiu a frase “democracia é o governo do povo”. Mas o que se quis dizer com tal expressão ganhou vários sentidos.

Para Dyonélio Machado, militante comunista desde os áspersos anos 1930, democracia deveria ser o governo de um povo que ele e seus companheiros orientavam contra o imperialismo, a carestia de vida, a miséria e o atraso econômico. O povo que, há décadas, queria a libertação do país, sua emancipação política e econômica. Esse povo de que falava Dyonélio e os demais comunistas parecia ser idealizado, visto de acordo com a interpretação que faziam da realidade brasileira.

4.2 – O fechamento do PCB: o horizonte tem a face negra da tirania

O mês de abril iniciou com a renúncia de Otto Alcides Ohlweiller à deputação estadual. Na carta de desistência apresentada à Mesa, Otto mostrou desejo de que a Assembleia elaborasse uma Constituição “realmente democrática” e legislasse tendo em vista o progresso do Rio Grande do Sul. Por fim, mencionou que, mesmo afastado do parlamento, não deixaria de colaborar, prosseguindo junto com o povo e nas fileiras do Partido Comunista

na luta pela consolidação da democracia e do progresso do Brasil.⁴⁷¹ Em seu lugar assumiu o advogado pelotense Júlio Teixeira, quarto candidato comunista mais votado nas eleições.⁴⁷²

O clima em torno do processo de cancelamento do registro do PCB era de suspense. O julgamento, marcado para o dia 12 de abril, foi adiado, e a expectativa permanecia grande. Em alguns círculos já se comentava que, extinto o registro do Partido Comunista, qual seria o destino dos deputados eleitos sob sua legenda.⁴⁷³ Mas, na manhã do dia 15, os militantes sofreram um outro e inesperado golpe: a suspensão das atividades da Juventude Comunista (JUC) pelo governo federal. Por ser considerada “perigosa à ordem política e social”, a associação filiada ao PC teria seu funcionamento suspenso por, pelo menos, seis meses.⁴⁷⁴ Naquele dia, a bancada comunista ficou em silêncio, tanto na Câmara quanto no Senado.⁴⁷⁵ Dois dias depois, contudo, o deputado estadual Pinheiro Machado pronunciou veemente protesto na Assembléia Legislativa gaúcha.

Na opinião do jornalista, a JUC havia sido fechada por um Decreto-lei “muito mais nocivo, muito mais opressor e muito mais reacionário que a própria Lei de Segurança Nacional”, a qual, por algum tempo, havia “ofendido a dignidade do nosso povo”.⁴⁷⁶ Caracterizando o acontecido como um retrocesso, um “atentado contra a Democracia” e uma “afronta à Constituição da República”, Pinheiro Machado manifestou-se decepcionado, mas confiante na reversão daquele estado de coisas.⁴⁷⁷ Suas palavras, nesse sentido, são um exemplo da postura adotada pelo PCB, de defesa da ordem e da tranqüilidade, pois ele não cogitava uma forte reação dos comunistas contra a medida do governo e, sim, esperava que o futuro mostrasse quem estava certo:

O futuro, os dias que vão se suceder mostrarão, à saciedade, quais aqueles que estiveram certos nos seus caminhos, quais aqueles que colocaram o seu

⁴⁷¹ Assembléia Legislativa Estadual. Renúncia ao seu mandato o dep. Otto Alcides Ohlweiller. *Correio do Povo*, 01.04.1947, p. 14.

⁴⁷² Não encontramos, nas fontes disponíveis, as razões da renúncia de Otto. Uma hipótese que não pode ser descartada é a de imposição do Partido. Moisés Vinhas nos conta que a Comissão Executiva do Comitê Nacional costumava impor os secretários das unidades mais importantes ou a renúncia de deputados eleitos a despeito do resultado das urnas, de acordo com suas necessidades estratégicas. Vinhas cita o exemplo do ferroviário Mario Scott, eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em 1945, cujo mandato foi solicitado que renunciasse em favor do camarada Milton Cayres de Brito, suplente. Diógenes Arruma surpreendeu-se com a resistência de Scott, o qual chegou a chorar e falar em suicídio. O remanejamento, contudo, foi aprovado por unanimidade, e, anos mais tarde, Scott acabou se suicidando. Cf. VINHAS, Moisés. Op. Cit., p. 90-91.

⁴⁷³ O jornal *Correio do Povo* noticiou regularmente o processo contra o PCB, procurando mostrar, sobretudo, como estavam se dando os trâmites na capital do país. Cf. Expectativa no ambiente político nacional, 11.04, p. 10; Decide-se, hoje, a sorte do Partido Comunista do Brasil, 12.04, p. 10; Provavelmente será adiado o julgamento do processo contra o Partido Comunista, 15.04.1947, p. 14.

⁴⁷⁴ Suspensas pelo governo as atividades da Juventude Comunista do Brasil. *Correio do Povo*, 16.04.1947, p. 10.

⁴⁷⁵ O silêncio da bancada comunista. *Correio do Povo*, 16.04.1947, p. 15.

⁴⁷⁶ *Anais da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1947. Vol. 2, 17.04.1947, p. 341.*

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 342.

pensamento, todo o seu esforço, a sua inteligência, a sua mocidade, toda a sua dedicação pessoal, ao serviço da Pátria.⁴⁷⁸

E concluiu afirmando que, por mais que tentassem levar os comunistas ao desespero, seria dentro da lei, por meios pacíficos, embora enérgicos, que eles protestariam, para que se respeitasse a ordem democrática do Brasil.⁴⁷⁹

Pouco antes de Pinheiro Machado se pronunciar a respeito do fechamento da JUC, Dyonélio havia manifestado suas impressões acerca do processo que visava ao cancelamento do registro do PCB. Para o líder da bancada comunista, vivia-se um momento político de grande importância no Brasil, pois, passadas as eleições, a constitucionalização das unidades federativas brasileiras era o passo mais importante a ser dado no processo de democratização do país. E, justamente naquela hora, os “reacionários e fascistas” procuravam atingir o PCB, “mostrando seus dentes” contra todos os partidos e contra a “Democracia”.⁴⁸⁰ Dyonélio seguiu caracterizando o inimigo, sempre com epítetos muito negativos. Disse ele: “O monstro não se saciará apenas com esta vítima; veremos em todo o território brasileiro a sanha de tropelias contra a Democracia e a Constituição”.⁴⁸¹ Isso porque, na sua opinião, “a reação e o fascismo” não se dariam por satisfeitos tirando apenas o PCB de circulação. Eles só se encontrariam perfeitamente à vontade no regime que sonhavam, o da ditadura pessoal, reduzindo todos os partidos ao silêncio.⁴⁸² A sua organização, não obstante, enfrentava o momento com otimismo, pois a decisão não estava dependendo do grupo de “reacionários e fascistas”, mas da Justiça Eleitoral.

O escritor quaraiense acrescentou que ele e seus companheiros estavam opondo “um dique a todas as forças maléficas” existentes no Brasil, forças essas que tinham origem no estrangeiro, naqueles que queriam o domínio econômico e político do país e que estavam ligados à expansão imperialista na América do Sul. O processo de cancelamento, no fundo, tratava-se de uma manobra que visava não somente o PCB, mas subjugar indignamente a nação à exploração estrangeira, ao imperialismo que havia saído mais fortalecido da última guerra: o ianque. O julgamento a que o Partido Comunista estava sendo submetido era uma prova, segundo Dyonélio, de que as “forças reacionárias” não tinham descansado suas armas e tudo fariam para deter a democracia no Brasil “em sua marcha ascendente para o futuro”.⁴⁸³

⁴⁷⁸ Idem, p. 345.

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ *Anais da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 2, 17.04.1947, p. 338. Esse discurso foi publicado resumidamente no jornal *Correio do Povo* do dia 18.04.1947, p. 10.

⁴⁸¹ Idem, p. 339.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem, p. 340-341.

No terreno da “grande política”, os comunistas estavam com seus olhos voltados para a elaboração das constituições dos diversos estados brasileiros e para a possibilidade do retorno do PCB à clandestinidade. Enquanto o primeiro figurava o próximo passo em direção à consolidação da democracia, o segundo representava uma ameaça a ela. Na frente desse processo estavam aqueles que Dyonélio Machado chamou várias vezes de “reacionários e fascistas”, qualificativos que já tivemos oportunidade de compreender o significado para os militantes do PCB na conjuntura 1945-1947. Contudo, a partir desse momento e embora o escritor procurasse mostrar que os comunistas permaneciam serenos em relação ao projeto que visava retirá-los da legalidade, palavras extremamente negativas passaram a dar corpo a seus pronunciamentos. Ele não se limitou em usar expressões, como as forças “reacionárias e fascistas”, para fazer referência àqueles ligados ao capital internacional e que não queriam a mudança político-econômica por se beneficiarem do estado das coisas. Ele acrescentou-lhe outros epítetos. Os interessados em retirar o PCB do cenário político mostravam seus dentes, configuravam um monstro a espreitar suas vítimas (os partidos, a democracia e a constituição), eram maléficos. O militante evocou uma imagem do inimigo ligada a uma outra natureza que não a humana, que despertava medo e repulsa, aproximando-se inclusive do imaginário anticomunista, detalhe a ser comentado adiante.

Enquanto isso, a militância de Porto Alegre continuava a se preparar para o IV Congresso, programado para começar em 23 de maio. Na noite do quinto dia daquele mês, eles instalaram a Conferência Estadual do Partido Comunista, evento que duraria vários dias e no qual nossos protagonistas – juntamente com representantes de outras cidades gaúchas – iriam examinar os problemas partidários e a situação política nacional e internacional. Maurício Gabrois, líder da bancada comunista na Câmara dos Deputados e membro da Comissão Executiva do PCB, fez-se presente na ocasião, acompanhando os trabalhos que iniciaram com a execução do Hino Nacional e homenagem a Mário Couto e Karl Marx.⁴⁸⁴ O Congresso, entretanto, não se realizou na data prevista. No dia 07 de maio, o registro do Partido Comunista foi cassado, e nossos protagonistas retornaram à clandestinidade.

Após vários adiamentos e intensos debates, amplamente divulgados pelo jornal *Correio do Povo* em Porto Alegre, o PCB foi acusado de ter dois estatutos. No julgamento do dia 07 de maio, por três votos a dois, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu pelo seu fechamento. De acordo com Moisés Vinhas, a medida pegou os comunistas desprevenidos a ponto de não conseguirem mobilizar nenhuma reação de massa, pois eles haviam subestimado

⁴⁸⁴ Partido Comunista. *Correio do Povo*, 04.05.1947, p. 15.

tal possibilidade.⁴⁸⁵ Anos mais tarde, Eloy Martins recordou que “com a maior facilidade foi tirado da vida legal um partido com mais de 200 mil membros, sem haver a mínima reação. Até os elementos mais reacionários se surpreenderam”.⁴⁸⁶

Nos dias que se seguiram, a polícia fechou as sedes do PCB em todo o país. Na capital do Rio Grande do Sul, mais de 123 células tiveram suas portas cerradas, os documentos e objetos atinentes ao Partido apreendidos e enviados às autoridades policiais sem resistência alguma.⁴⁸⁷ Apenas dias depois, os comunistas gaúchos requereram um mandado de segurança contra a privação do uso de suas sedes e defendendo o direito de propriedade sobre seus bens.⁴⁸⁸

Para Eloy Martins, com esse fechamento silencioso, o PCB se colocou fielmente dentro da linha de paz e tranqüilidade que preconizava, numa demonstração clara e evidente do “seu absurdo direitismo”. Suas lembranças, além de nos remeterem ao julgamento realizado *a posteriori* por um dos mais importantes militantes comunistas de Porto Alegre, também podem nos mostrar algo não encontrado em outras fontes, que é como a adoção dessa linha que ele tanto criticou e o fechamento do Partido repercutiram na militância. O metalúrgico relembra que

O resultado prático dessa posição antimarxista, não foi dos melhores, mais da metade da massa partidária, iludida e inconstante, convencida de que não haveria retrocesso e não sabendo o caminho a seguir, o abandonou. Os dois anos de euforia e ilusões democráticas foram por água-abaixo. A maioria dos companheiros que haviam se desligado da produção para atuarem exclusivamente nas tarefas da organização partidária, tiveram de voltar às suas atividades anteriores, fui um deles.⁴⁸⁹

Além de voltar à ilegalidade, ter suas sedes fechadas, documentos e objetos apreendidos, atividades proibidas, o PCB ainda assistiu à diminuição vertiginosa de seus quadros. Para Eloy, tudo isso foi o resultado da adoção da uma linha que não havia sido fiel ao marxismo, iludida com a democracia e com as vias legais de acesso ao poder. Mesmo conseguindo chegar à Presidência da República por esses meios, isso não representaria o proletariado no poder. Seria, no máximo, um governo de tendência socialista, pois, para ser socialista realmente, precisaria haver a mudança paulatina da máquina estatal.⁴⁹⁰ O metalúrgico parecia não ter se deixado envolver completamente pela euforia da legalidade e

⁴⁸⁵ VINHAS, Moisés. Op. Cit., p. 94.

⁴⁸⁶ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 84.

⁴⁸⁷ Cumpre o governo as instruções do ministério da Justiça, 10.05, p. 10; Fechamento do Partido Comunista. *Correio do Povo*, 11.05.1947, p. 24.

⁴⁸⁸ Mandado de segurança do PCB contra atos do Chefe de Polícia do Estado. *Correio do Povo*, 14.05.1947, p. 10.

⁴⁸⁹ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 85.

⁴⁹⁰ Id. Ibidem, p. 83.

pelas promessas do incipiente regime democrático. Militante oriundo da convivência com Mário Couto na década de 1930, sempre ativo entre os trabalhadores, fazendo greves, atuando nos sindicatos, driblando as perseguições e resistindo às prisões, via a linha adotada pelo PCB como um sério desvio político e ideológico, com o qual ele convivia em atrito.

Mas, de um modo geral, a atitude dos membros do PCB no calor dos acontecimentos esteve conforme ao que vinha sendo pautado até o momento. No dia seguinte ao julgamento, alguns deles tiveram oportunidade de manifestar-se a respeito da extinção do registro partidário. O Secretário Político do Comitê Municipal de Porto Alegre foi procurado pelo jornal *Correio do Povo*, que queria dar a conhecer a postura que os comunistas assumiriam diante do cancelamento.

A declaração de Sérgio Holmos transpareceu confiança. Em um primeiro momento, ele protestou contra a extinção do registro do PCB, afirmando que tal medida atingia profundamente a democracia e se constituía no início de ataques ainda mais sérios à Constituição. Em seguida, revelou que seus companheiros não esmoreceriam. Eles protestariam, certamente amparados por todos os democratas, dentro da lei e da ordem, não se deixando arrastar por provocações.⁴⁹¹ Mesmo diante do retorno da clandestinidade, os militantes do comunismo deram continuidade à linha do Partido, de agir com calma, evitando atritos que pudessem ser usados contra eles pelos inimigos.

Naquele mesmo dia, a Assembléia Legislativa gaúcha reservou um momento para comemorar a passagem do segundo aniversário da vitória das Nações Unidas na última guerra mundial. O líder da bancada comunista fez longo discurso, aparteado várias vezes, no qual falou não apenas acerca da vitória sobre o nazismo, mas também da suspensão do registro de seu Partido. O escritor aproximou os dois acontecimentos, afirmando que a “consigna” do nazismo havia sido o “fantasma do comunismo”. Hitler, segundo ele, usara o anticomunismo como arma para conquistar o mundo e, da mesma forma, o PCB tinha sido fechado por meio do apelo anticomunista. Por isso, Dyonélio acreditava que a melhor maneira de se comemorar a passagem dos dois anos da vitória dos aliados na Segunda Guerra era alertando para o perigo da história se repetir. Ele apelou para que não se deixasse que a “sombra sinistra de Hitler” fechasse todos os partidos, que ela tirasse o direito da nacionalidade brasileira governar-se a si mesma. Por último, convidou todos os democratas com assento naquela Casa

⁴⁹¹ Declara o secretário do PCB no Estado: “O Partido Comunista protestará, dentro da ordem e da lei, mas não se deixará arrastar a provocações.” *Correio do Povo*, 08.05.1947, p. 12.

a resistir à luta que se travava contra a democracia, cujo fechamento do Partido Comunista era apenas o começo.⁴⁹²

O deputado comunista voltou a usar expressões assustadoras, cogitando a possibilidade do retorno de um passado recente e aterrador. A “sombra sinistra de Hitler” pairava sobre a política brasileira, e era sob sua inspiração que estavam fechando partidos e entregando o país nas mãos do imperialismo. Desde as primeiras páginas dessa dissertação, vimos acompanhando a caracterização da democracia pelos militantes do PCB, muitas vezes, através do seu avesso. Cavalcante assinalou que as interpretações políticas dos comunistas reproduziam a polaridade anterior: democracia *versus* fascismo.⁴⁹³ Assim, sempre que queriam mostrar o que ela não era ou não deveria ser, os exemplos do fascismo e do Estado Novo eram largamente usados por nossos protagonistas. Em 1945, porém, o apelo não se mostrou tão intenso como em 1947.

Em março, ao falar sobre as comemorações do centenário de nascimento do Castro Alves, Pinheiro Machado havia dito que a democracia se opunha ao fascismo, o qual tinha tentado levar nossa juventude para os “caminhos negros”; ao invés de libertá-la, “brutalizá-la”.⁴⁹⁴ Agora, seu companheiro da bancada atribuía o fechamento do PCB – e a possibilidade disso ocorrer com os demais partidos – à “sombra sinistra de Hitler”.

De um modo geral, é possível entendermos o que os parlamentares comunistas queriam dizer ao afirmar que democracia se opunha ao fascismo. No entanto, para que essa informação nos conduza a um entendimento próximo de nossos personagens históricos, é importante atentarmos para os significados dados por eles a este fenômeno. É bem provável que sua impressão sobre o fascismo tivesse tonalidades diferentes da nossa. Um exemplo é a ausência de qualquer alusão ao anti-semitismo quando tocavam nesse assunto. Eles pareciam se concentrar nos perigos dos quais recentemente haviam se libertado, os quais mostravam-se modelos potenciais das coisas que nunca deveriam ocorrer dentro de um regime de governo democrático, e expressões de impacto negativo eram usadas para qualificar o fascismo – lembrado como uma ameaça ao longo de todo o ano pelos deputados.

De acordo com Jodelet, a elaboração das representações se inscreve nos “quadros de pensamentos pré-existent” (*cadres de pensées préexistants*), quer dizer, “sont reliées à des systèmes de pensée plus larges, idéologiques ou culturels, à un état des connaissances

⁴⁹² *Anais da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 4, 08.05.1947, p. 68.

⁴⁹³ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit., p. 125.

⁴⁹⁴ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 1, 14.03.1947, p. 90.

científicas [...]”.⁴⁹⁵ Os significados atribuídos pelos militantes ao fascismo apoiavam-se em todo um conjunto de signos já existentes, os quais, por sua vez, remetiam a significados negativos. Segundo o antropólogo Clifford Geertz, os símbolos são “fontes extrínsecas de informações em termos das quais a vida humana pode ser padronizada – mecanismos extrapessoais para a percepção, compreensão, julgamento e manipulação do mundo”.⁴⁹⁶ Os símbolos, dessa forma, não são inatos, mas aprendidos e assimilados na própria vida social. Através de símbolos existentes havia séculos, o escritor e o jornalista comunistas caracterizavam aquele que seria o avesso da democracia.

Signos como “negro” e “sombra” – bem como “escuridão”, “trevas” e “noite” – têm uma longa história. Conforme estudos realizados pelo historiador Jean Delumeau, determinados perigos que apareciam e voltavam todas as noites sensibilizaram a humanidade e a ensinaram a temer as armadilhas noturnas. Com o passar do tempo, esse “medo *na* escuridão” foi se transformando em um “medo *da* escuridão”, quer dizer, os medos objetivos foram sendo povoados por uma série de medos subjetivos. Para o autor, tal evolução deveu-se a razões mais internas e que se prendiam à condição humana, pois a visão é mais aguda no homem que em outros animais. As trevas deixam-no mais desamparado que muitos mamíferos. Ademais, a privação da luz também atenua os “reduzidos” da atividade imaginativa, fazendo-a confundir real e ficção. Assim, o desaparecimento da claridade nos confina no isolamento, nos cerca de silêncio e, portanto, nos desassegura.⁴⁹⁷

Delumeau afirma que “fantasmas, tempestades, lobos e malefícios tinham muitas vezes a noite por cúmplice”. Ela era um componente considerável nos medos de outrora, um lugar onde os inimigos tramavam sua perda física e moral.⁴⁹⁸ Nos primórdios do judaísmo, muitos hebreus viam os deuses das religiões alheias como ídolos vãos. Contudo, parte deles, presa a uma idéia tribal, assimilava tais deuses aos “espíritos das trevas”.⁴⁹⁹ Quer dizer, desde antes da criação da religião judaica já se assimilava a escuridão ao que era estranho, não familiar. Com o advento do Cristianismo, a escuridão tornou-se o reduto do adversário de Deus, Satã e sua corte de demônios. Segundo o historiador Carlos Roberto Nogueira, o reino de Satã era onde predominavam as “forças das trevas”.⁵⁰⁰ Foi Paulo (o apóstolo) quem assumiu a tarefa de “abrir os olhos” das pessoas, convertendo-as das trevas à luz, do poder de

⁴⁹⁵ JODELET, Denise. Op. Cit., p. 52. Uma tradução sugerida: “são religados a sistemas de pensamentos mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos [...]”

⁴⁹⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 188.

⁴⁹⁷ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 99.

⁴⁹⁸ Id. Ibidem, p. 96.

⁴⁹⁹ NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no Imaginário Cristão*. Bauru/SP: EDUSC, 2002, p. 14.

⁵⁰⁰ Id. Ibidem, p. 26.

Satanás ao poder de Deus.⁵⁰¹ Nesse momento, todo o mal e todo o bem foram caracterizados pelo par antitético escuridão *versus* luz.

Nos incipientes séculos do Cristianismo, o poder satânico não parecia tão ameaçador. Os primeiros cristãos tinham certeza do triunfo de Cristo. Mas, por volta do século X, as pregações eclesásticas tenderam a destacar cada vez mais o Mal e suas conseqüências. Os demônios invadiram os menores espaços da vida, introduzindo-se na alma dos indivíduos, representando seus desejos inconfessáveis.⁵⁰² Por volta do XIII, o Diabo já tinha grande importância, tornando-se mais respeitado e poderoso do que nunca.⁵⁰³

Nessa época, o diabo era representado de várias formas, e quase todas elas remetiam à escuridão ou à morte, como a figura do corvo e do abutre. Nogueira salienta que não raro acreditavam que ele poderia aparecer disfarçado num mouro.⁵⁰⁴ No século XVII, dizia-se que os demônios eram mais negros que o breu.⁵⁰⁵ O elemento demoníaco apresentava-se sob a forma animal ou mesclando formas humanas e animais, salientando a sua natureza bestial. Isso se dava tanto pela orientação canônica quanto pelo costume tradicional de representar os seres sobrenaturais de modo monstruoso.⁵⁰⁶ Quando simbolizado em sua forma de anjo caído, o diabo ganhava asas, como os demais anjos. No entanto, suas asas não eram de um pássaro que voa à luz do dia, e sim as de morcego, “que ama as trevas”.⁵⁰⁷ Portanto, “na forma humana ou na forma animal Satã é freqüentemente negro ou escuro, como convinha ao Príncipe das Trevas”.⁵⁰⁸ A presença demoníaca, encarnação do mal absoluto no imaginário cristão, para não dizer Ocidental, enraizou-se firmemente na cor preta.

Como vimos, a escuridão, a noite, a cor preta etc. são signos que receberam conteúdos diferentes ao longo do tempo, embora sempre negativos.⁵⁰⁹ O sentido ganha tons novos à luz de cada contexto (tempo, lugar, grupo social etc.), desperta sentimentos diversos, assim como encoraja a atitudes distintas, e, por essa razão, precisam ser historicizados. Marshall Sahlins inclusive salienta que toda mudança também é uma reprodução cultural.⁵¹⁰

⁵⁰¹ Id. *Ibidem*, p. 27.

⁵⁰² Id. *Ibidem*, p. 49.

⁵⁰³ Id. *Ibidem*, p. 52.

⁵⁰⁴ Id. *Ibidem*, p. 53.

⁵⁰⁵ Id. *Ibidem*, p. 64.

⁵⁰⁶ Id. *Ibidem*, p. 66.

⁵⁰⁷ Id. *Ibidem*, p. 67.

⁵⁰⁸ Id. *Ibidem*, p. 69.

⁵⁰⁹ Gislene Aparecida dos Santos chamou atenção para o conteúdo exótico presente na cor escura. Contudo, esse é um aspecto que não será abordado nesse trabalho por não apresentar potencial explicativo para a questão levantada pelos deputados comunistas e sua caracterização do fascismo. SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 2, 2002, pp. 275-289. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a03v24n2.pdf>.

⁵¹⁰ SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 180.

Os significados em torno da escuridão (da sombra, da noite, das trevas, da cor negra e assim por diante) foram direcionados para temas diversos através das épocas.⁵¹¹ Nossos protagonistas retomaram esses signos já existentes, atribuindo-lhes conteúdos muito particulares, suscitados pela experiência de terem vivido as agruras da época de ascensão do fascismo e da instauração do Estado Novo.⁵¹²

O passado foi retomado pelos militantes do PCB para nomear algo estranho, mas ao mesmo tempo familiar. Estranho porque não esperado naquele momento; familiar porque possível de ser encontrado na experiência. Ao caracterizar o fascismo – e o Estado Novo – por meio de expressões como “sombra” e “caminhos negros” – ou ainda “anos negros”, como aparecerá adiante – os comunistas tentaram despertar a insegurança e o desassossego. Esse pretérito que poderia estar retornando assinalava um período em que predominara o mal, a perversidade, o inesperado, o assustador, a morte, o sofrimento, a intolerância. Tais sentidos, implícitos na forma como eles se referiam ao avesso da democracia, despertavam angústia (por não se dar a ver inteiramente), a inquietude, o medo e o pavor. Poderia-se esperar qualquer coisa. Através dessas representações, Dyonélio e Pinheiro Machado tentaram chamar a atenção para um grande perigo que rondava a democracia brasileira, uma ameaça que não se circunscrevia aos limites político-institucionais, mas que afetava profundamente a convivência social, senão a própria existência. Eles queriam que os outros sentissem o que estavam sentindo, a insegurança. O inimigo tramava contra o seu Partido e contra a democracia.

A classificação do fascismo e do Estado Novo – completamente contrários à democracia – também acontecia por meio de uma grade de conceitos carregados de juízos de valor no que se refere ao passado e ao futuro. O historiador Hilário Franco Júnior nos mostra um exemplo de como essa oposição passou a ser usada com o advento do Iluminismo para caracterizar a Idade Média como “Idade das Trevas”:

⁵¹¹ A artigo de Gislene dos Santos, recentemente mencionado, estuda justamente o peso e a influência de tais significados na ideologia racista. Há uma relação que se faz entre preto/cor e a pessoa negra, de modo que o visível defina inteiramente a concepção que temos do “ser negro”. Cf. SANTOS, Gislene Aparecida dos. Op. Cit., p. 275.

⁵¹² Não foram raros os momentos em que os comunistas aproximaram fascismo e Estado Novo. Em 1945, uma reportagem publicada na revista *Libertação*, referiu-se ao primeiro como “experiência fascitizante no Brasil” (14.04.1945, p. 6-7). Ao longo desse capítulo, veremos que os dois eventos históricos continuaram a ser associados ou caracterizados por meio dos mesmos qualificativos, como na matéria editada na *Tribuna Gaúcha* sobre a Assembléia Legislativa em março de 1947. Nela, os militantes de Porto Alegre referiram-se ao regime comandado por Vargas como “[...] negro período em que todas as liberdades estiveram cassadas, desde o simples direito de externar-se o que se pensa até aqueles que se referem à livre existência dos partidos políticos, escola de democracia.” Cf. “Manifesta-se o povo sobre a importância da Assembléia Constituinte”. *Tribuna Gaúcha*, 12.03.47, p. 8.

O século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média e um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutava.⁵¹³

O historiador suíço Jean Starobinski lembrou que as metáforas luz *versus* trevas eram antíteses já sem idade, carregadas de valor religioso havia séculos, quando impuseram-se universalmente por volta de 1789. Nessa época, a razão ganhou força de lei radiosa, e toda a relação de autoridade e obediência que não estivesse fundada nessa base foi condenada a não ser mais que trevas.⁵¹⁴

Soma-se, ainda, o evolucionismo das teorias do século XIX – dentre as quais encontra-se o marxismo – que colocou as etapas anteriores da evolução da Humanidade como inferiores, ultrapassadas. As palavras dos militantes do PCB nos revelam a presença dessa forma de classificação. Eles fizeram uso de expressões muito antigas, mas recuperadas através dos tempos, sob novos contextos, carregando conteúdos distintos. Podemos deduzir que o Estado Novo e o fascismo, retomados e reinterpretados na conjuntura 1945-1947, pelos comunistas, guiados pelas idéias marxistas, conformavam-se como períodos de atraso, de ignorância e de irracionalidade, diferente do que seria a democracia. Ela pairava no horizonte, era o destino último da humanidade, o regime ideal que seria instaurado com a revolução.

Diante do perigo, nossos protagonistas povoaram suas manifestações de aspectos subjetivos, atribuindo ao que era contrário à democracia ações irracionais, desumanizantes e cruéis, que lembravam uma época de medo, de incerteza e de angústia. Os comunistas haviam sentido na pele os resultados do abuso de autoridade, recordando esse tempo com expressões que remetiam às facetas mais baixas e vis do comportamento humano.

Os atos praticados durante o fascismo e o Estado Novo eram contrários a tudo o que se esperava de um regime “verdadeiramente democrático”. Inspirados pela ânsia do capital, os fascistas tinham o caráter corrompido moralmente, uma vez que guiados por uma lógica distinta da dos comunistas. Eles não pugnavam pelo bem estar do ser humano. Pelo contrário, pensavam em seus próprios interesses. Em 1945, Otto Alcides Ohlweiller havia se referido ao Estado Novo como “um ultraje à nacionalidade” que deveria ser apagado para que se instaurasse uma “democracia verdadeira e vigorosa”. A referida ditadura nunca havia correspondido à realidade política e econômica do país, mantendo-se sempre às custas de “manobras escusas que se fizeram acima dos interesses nacionais e das caras aspirações

⁵¹³ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média. Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 12.

⁵¹⁴ STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 38.

populares”.⁵¹⁵ Existia em suas palavras uma crítica ao regime varguista apoiada em princípios caros aos militantes comunistas vistos no terceiro capítulo, como o desprendimento e a solidariedade. Para eles, os interesses de uma pessoa ou de um grupo não poderiam estar acima dos interesses da coletividade. O Estado Novo, assim, teria sido um insulto, uma ofensa à nacionalidade brasileira por não haver levado em conta os interesses do seu povo.

4.3 – O imperialismo norte-americano: a ameaça iminente

Para nós, que vemos essa história muitas décadas depois, quando já ocorreram várias mudanças na sociedade brasileira e no mundo, o cancelamento do registro do Partido Comunista foi uma medida claramente antidemocrática. Contudo, em 1947, o comunismo era encarado como um forte perigo aos valores ocidentais, ao liberalismo, ao catolicismo etc. Vivia-se os primeiros momentos da Guerra Fria, o confronto entre Estados Unidos e União Soviética, cuja retórica – muito superior aos conflitos reais – contribuiu sobremaneira para a manutenção de um constante estado de alerta.⁵¹⁶ Conforme Rodeghero, o anticomunismo foi um componente de uma forma de ver o mundo, “de identificar-se e de diferenciar-se em relação aos *outros*, ainda que não se possa negar que tenha sido uma arma utilizada pelos Estados Unidos para manter a obediência dos países que estavam sob seu domínio, entre os quais se inclui o Brasil”.⁵¹⁷ Diante da ameaça que o comunismo representava, justificava-se o cancelamento do registro do PCB.

Os comunistas seguiram protestando pelos meios que lhes eram possíveis. O jornal *Tribuna Gaúcha* continuou circulando, sob a direção do arquiteto Demétrio Ribeiro e do jornalista José Gonçalves Thomaz.⁵¹⁸ O antigo militante Laci Osório descreveu este último como um homem sério e responsável, possuidor de uma síntese objetiva para a análise dos problemas. Em sua direção, o órgão do PCB reuniu material de denúncia, ganhando o povo pelo argumento.⁵¹⁹ No mês em que foram colocados novamente na clandestinidade, Thomaz e Demétrio reuniram várias matérias em protesto aos acontecimentos. Em uma delas, o escritor

⁵¹⁵ O Movimento Democrático Progressista em Face do Momento Político. *Libertação*, 14.04.45, p. 18.

⁵¹⁶ RODEGHERO, Carla. *O Diabo é Vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF, 2003, p. 80.

⁵¹⁷ Id. *Ibidem*, p. 82-83.

⁵¹⁸ José Gonçalves Thomaz participava do expediente da *Tribuna Gaúcha* desde 1946. Segundo João Batista Marçal, ele começou como repórter, passando para redator, secretário e redator-chefe. Em 1947, já dividia a direção com Demétrio Ribeiro. Cf. MARÇAL, João Batista (1986). *Op. Cit.*, p. 133-134.

⁵¹⁹ OSÓRIO, Laci. *Questão de Vida*. Memória em tempo de Porto Alegre. 3ª Parte. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981, p. 17.

Monteiro Lobato, entrevistado em São Paulo, acusou Dutra de ceder à pressão do imperialismo ianque ao permitir o fechamento do Partido Comunista.⁵²⁰ Em outras duas, os militantes trataram de mostrar como viam o momento político, de que maneira pretendiam agir e o que esperavam da sociedade brasileira.

Uma das matérias que figurou na primeira página foi a reprodução de uma publicação feita do jornal *Classe Operária*, um dos principais veículos do PCB em circulação desde 1925. Nela, os comunistas declararam que os ataques à democracia (repressão às greves, fechamento do PC etc.) faziam parte de um “plano sinistro dos monopolistas ianques” para implantar seu domínio absoluto sobre os povos latino-americanos. Eles estavam usando os mesmos métodos “terroristas e fascistas” de 1937, os mesmos homens, assim como medidas policiais semelhantes contra os trabalhadores e o comunismo. O cancelamento do registro havia sido a forma do imperialismo sufocar as liberdades públicas – de associação, organização, manifestação de pensamento – como constava na Constituição de 1946, e, nesse sentido, era uma mutilação da democracia. Por isso não se tratava de uma coincidência o fato de todos esses “golpes” se sucederem ao “Plano Truman” de dominação econômica e submissão militar do Hemisfério. A matéria explicou que nossas jazidas já estavam sendo visitadas por representantes dos trustes norte-americanos. No Brasil, os ministros da Justiça e do Trabalho, Costa Neto e Morvan de Figueiredo, apoiados pelo Presidente da República, eram os culpados, pois se deixavam manobrar pelo “grupo fascista” que estava entregando o Brasil ao imperialismo. Assim, os comunistas esperavam que todos os partidos e correntes de opinião, acima de quaisquer diferenças ideológicas, lutassem pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Para eles, ainda havia tempo de deter a “onda de terror e a dominação de nosso país pelo grupo fascista a serviço do imperialismo norte-americano”.⁵²¹

Nossos protagonistas tentavam mostrar que o fechamento do PCB era errado e que existiam culpados por isso: o “grupo fascista” – composto pelos mesmos que haviam ajudado a instaurar a ditadura em 1937 – alinhado ao capital norte-americano. Em outra matéria, eles revelaram o que consideravam lícito e ilícito, colocando-se entre aqueles que lutavam pelo justo.

Para os comunistas, a ilegalidade era o fechamento de sindicatos e a violação da propriedade alheia (no caso, as sedes do PCB). Dutra e seus “asseclas”, considerados agentes de propaganda “guerreira” do imperialismo – pouco preocupados se aumentavam a miséria do

⁵²⁰ Dutra obedece à pressão do imperialismo ianque ao fechar o Partido Comunista. *Tribuna Gaúcha*, 15.05.1947, p. 3.

⁵²¹ Contra a entrega do Brasil ao Imperialismo. *Tribuna Gaúcha*, 15.05.1947, p. 1.

povo brasileiro ou se traíam a Pátria – é que estavam fora da lei. Era contra essa “estupidez fascista” que a população deveria se mobilizar com todo o patriotismo, opor-se aos que se mantinham no poder e nas “gordas negociatas”. Deveria-se honrar a memória daqueles que tinham dado a vida em defesa da independência e do progresso. Os militantes desejavam o que era lícito – a organização livre dos partidos – queriam paz, ordem, lei, democracia, vergonha e lealdade do governo, que ele transmitisse confiança, tomando medidas contra a exploração, a fome, a miséria e os banqueiros imperialistas.⁵²²

Vimos no segundo capítulo o quanto o componente nacionalista permeou o discurso dos militantes comunistas em relação à União Nacional. A defesa da nação brasileira e de seu povo fez-se cada vez mais presente em 1947, visto as contínuas ameaças à sobrevivência do Partido e da própria democracia devido à interferência dos EUA, que, para nossos protagonistas, pretendiam dominar o Brasil (e a América do Sul) econômica e militarmente. Para Chilcote, o nacionalismo no interior do PCB se relacionava intimamente aos temores dessa organização diante da penetração capitalista estrangeira, e, nesse sentido, a eliminação do imperialismo representava a salvação nacional.⁵²³

O estrangeiro aparecia como o inimigo que ameaçava a integridade do país e o progresso dos brasileiros. Nesse caso, e retomando algo já mencionado para o ano de 1945, o nacionalismo dos militantes apresentava-se como um sentimento de cólera causado pela transgressão do princípio político que defende a harmonia entre a unidade nacional e a unidade política.⁵²⁴ Eles fizeram uso de idéias nacionalistas para justificar suas metas, tanto no que dizia respeito ao Estado, cujo governo eles mantinham ferrenha oposição, quanto em relação aos agentes externos, o imperialismo norte-americano. Os objetivos da nação foram associados aos objetivos do PCB. O que seus dirigentes diziam ser o melhor para o Brasil foi visto como a única saída, e os que discordassem disso eram traidores, fascistas e reacionários. Tratava-se de uma maneira de colocar a questão muito próxima do que Eric Hobsbawm afirmou ser a essência do nacionalismo de direita do final do século XIX e início do XX: a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita e a estigmatização dos demais como traidores.⁵²⁵

O componente nacionalista também se fez presente nos discursos dos parlamentares comunistas na Assembléia gaúcha, ao tentarem explicar que quem atentava contra a democracia no Brasil era o imperialismo, novamente ligado ao fascismo. Dyonélio Machado

⁵²² Para meditar. A luta pela liberdade democrática. *Tribuna Gaúcha*, 15.05.1947, p. 3.

⁵²³ CHILCOTE, Ronald. Op. Cit., p. 160.

⁵²⁴ GELLNER, Ernest. Op. Cit., p. 11.

⁵²⁵ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 204.

esgotou a “Hora do Expediente” do dia 27 de maio de 1947, pronunciando-se em relação à visita do Presidente da República a Porto Alegre, motivo inicial de suas colocações, as quais puderam ser completadas após a “Ordem do Dia” – quando o escritor retornou à tribuna para finalizar seu pronunciamento.

Nesse momento, o líder da bancada comunista deu novo rumo às palavras que havia proferido na primeira parte de sua explanação, dedicando-se a atacar o imperialismo norte-americano, que, segundo ele, era quem estava norteando a política brasileira. Para Dyonélio, o Brasil não estava fazendo senão obedecer aos planos do Departamento de Estado dos EUA, ao “Plano Truman”, que renovava “o sonho criminoso do nazi-fascismo”: “apropriar-se de todo o mundo”.⁵²⁶ O imperialismo influenciava o país na medida em que controlava todas as suas atividades – militar, política e econômica – para melhor sujeitá-lo, e quem mais se opunha a essa “escravização” do povo brasileiro eram os comunistas, os quais lutavam contra os fascistas “quaisquer que sejam as cores com que se apresentam num dado momento histórico”.⁵²⁷ Por isso, a democracia era “clima inferno” ao imperialismo, porque dava condições legais para que os comunistas lhe combatessem. Logo, os interessados em atingir a democracia no Brasil era ele, o imperialismo ianque.⁵²⁸

O deputado comunista colocou os EUA como o maior inimigo da democracia brasileira. A fim de mostrar o quanto esse adversário era perigoso, Dyonélio aproximou-o do nazi-fascismo – o qual já tivemos oportunidade de ver o quão negativo era apresentado pelos militantes – tentando provar que eles não se diferenciavam na sede de dominar o mundo. O imperialismo retomava esse “sonho criminoso do nazi-fascismo”, aspecto que trataremos com mais vagar ainda neste capítulo.

A estrangeiridade, assim como as trevas e os seres monstruosos, também eram elementos importantes do imaginário anticomunista. Rodrigo Patto Sá Motta nos revela que, dentre as imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo ao longo de boa parte do século XX no Brasil, destacavam-se os demônios, os agentes patológicos, a ameaça estrangeira, o desafio à moral e o inferno soviético. Apresentada como um corpo estranho proveniente do exterior, a ameaça estrangeira guardava ligações com temas como “doença”, por exemplo. Os comunistas seriam inimigos externos infiltrados na organização social brasileira tal como agentes patológicos, colocando em risco a integridade da nação. No

⁵²⁶ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 4, 27.05.1947, p. 513.

⁵²⁷ *Idem*, p. 514.

⁵²⁸ *Idem*.

período da Guerra Fria, a denúncia de que o comunismo estava servindo de cobertura para o imperialismo soviético foi intensa.⁵²⁹

Alguns anos antes de Motta defender sua tese, Eliana Dutra havia prestado atenção ao modo como comunistas e anticomunistas caracterizavam seus inimigos na metade da década de 1930. Ela reparou que, de um modo geral, ambos serviram-se de pares antitéticos como recursos imagéticos para representar o adversário como a encarnação do mal.⁵³⁰ Tanto um como outro se colocavam ao lado do bem, da luz e da nação. O oponente, por sua vez, era expressão do infernal e da morte. O sangue e o fogo eram seus anunciadores fundamentais. Ele ocupava lugar nas sombras, era terrível e perigoso porque vinha de fora – era estranho. O fato de não se dar a conhecer inteiramente tornava-o ameaçador, despertando insegurança e o medo da escravidão material e moral.⁵³¹ Segundo a autora, esse maniqueísmo rígido – próprio das elaborações ideológicas de nosso tempo – é responsável pela perspectiva imobilizadora das oposições, fazendo com que as essências do bem e do mal, do opressor e do oprimido, estejam encarnadas em alguém, sendo o mal e o opressor sempre “o outro”, o inimigo.⁵³²

Ainda que em campos opostos, comunistas e anticomunistas brasileiros bebiam de um mesmo caldo cultural, enredavam-se na mesma teia de significados (como diria Max Weber), servindo-se de signos aprendidos e assimilados ao longo da vida dentro dessa sociedade para caracterizar o adversário. Foi através de símbolos coletivamente disponíveis que ambos – ironicamente – qualificaram o inimigo, fundamentados num imaginário e numa lógica comuns, embora com visões muito distintas acerca da realidade brasileira e de aspectos como trabalho, pátria ou moral.

Nossos protagonistas seguiram acusando ora Eurico Dutra, ora o imperialismo norte-americano, ora ambos de inimigos da democracia. Para o deputado estadual Júlio Teixeira, o Presidente e seus desmandos constituíam-se nos principais adversários, pois, “a troco de democracia”, a pretexto de se fazer cumprir a lei, praticavam toda sorte de arbitrariedades, atacando os seus “fundamentos basilares”, que eram os direitos e garantias individuais.⁵³³ Ao defender os direitos e as garantias individuais, Teixeira estava, certamente, preocupado com a situação dos comunistas após o cancelamento do registro partidário e diante da possibilidade da cassação dos mandatos dos parlamentares. Um regime democrático pautado em todas as liberdades asseguraria, para eles, o ambiente propício para continuarem militando. Enquanto

⁵²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 80.

⁵³⁰ DUTRA, Eliana. Op. Cit., p. 36.

⁵³¹ Id. Ibidem. Passim.

⁵³² Id. Ibidem, p. 89.

⁵³³ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 5, 12.06.1947, p. 430-432.

profissional ligado às leis, o comunista realçava o aspecto da democracia relacionado a elas – aos direitos. A posição do mineiro Jover Telles, que tinha assumido uma cadeira no parlamento gaúcho em substituição a Dyonélio Machado (em licença médica) dias antes, ia ao encontro da de seus colegas. Por trás dessas arbitrariedades de que havia falado Júlio Teixeira, Jover acreditava existirem “interesses estranhos”, empenhados em ver o Brasil definitivamente colonizado.⁵³⁴ Logo, vemos que existia um consenso entre os militantes comunistas de Porto Alegre em torno da caracterização daqueles que faziam rivalidade, ao mesmo tempo, a eles, ao seu Partido e à democracia brasileira.

Segundo Moraes, a cassação dos mandatos, de competência do Legislativo, ficou bastante facilitada com o cancelamento do registro do PCB decidido pelo Judiciário.⁵³⁵ Enquanto Prestes tentava fundar outro partido, os militantes protestavam contra a decisão que lhes havia tirado a legalidade e as tentativas de suspender os mandatos dos parlamentares eleitos sob a legenda pecebista. De acordo com estudo organizado pelo historiador Flávio Heinz, tais problemas foram insistentemente lembrados pelos deputados comunistas na Assembléia Legislativa do Estado, mas sem conseguirem sensibilizar consistentemente os representantes das demais correntes partidárias a respeito. Poucas vezes seus pares se levantaram contra a arbitrariedade da cassação.⁵³⁶ Nossos protagonistas também se manifestaram em outros âmbitos, como fez Júlio Teixeira, por exemplo, que ministrou uma conferência na Associação Riograndense de Imprensa sobre o cancelamento de registro de partidos políticos no dia 05 de junho (uma das poucas atividades realizadas em 1947 que conseguimos encontrar nas fontes).⁵³⁷

Até janeiro de 1948, a suspensão dos mandatos dos parlamentares eleitos sob a legenda do PCB foi um tema recorrente na imprensa. Em Porto Alegre, o jornal *Correio do Povo* divulgou o processo pormenorizadamente. De um modo geral, muitos entendiam que a cassação deveria ser uma conseqüência natural da ilegalidade do Partido Comunista, pensando que seu senador e seus deputados eram antes representantes do Partido, e não do povo. Mas, para captar as representações que nossos protagonistas elaboraram em torno da democracia (ou do seu avesso) na medida em que se posicionavam diante das questões colocadas no período entre o cancelamento do registro do Partido e a cassação dos mandatos, os *Anais* da Assembléia gaúcha são os canais através dos quais obtemos mais informações.

⁵³⁴ Idem. Vol. 5, 06.06.1947, p. 115.

⁵³⁵ MORAES, João Quartim de. Op. Cit., p. 177.

⁵³⁶ HEINZ, Flávio (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes*. Breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 24.

⁵³⁷ Conferência do Deputado Júlio Teixeira. *Correio do Povo*, 05.06.1947, p. 12.

Na sessão do dia 16 de junho, Pinheiro Machado subiu à tribuna para discursar, sobretudo, acerca da interferência nas organizações de trabalhadores e da Lei de Segurança Nacional, momento em que a defesa da democracia e o ataque aos inimigos fizeram-se presenças constantes. Seu protesto foi motivado pela intervenção federal realizada em alguns sindicatos na cidade de Santana do Livramento. Para ele, os “inimigos da democracia” sabiam o que significava, naqueles tempos, a liberdade de associação e de organização dos trabalhadores (certamente, referia-se aos sindicatos e à capacidade de mobilização que estes últimos vinham demonstrando através das greves): “Sabemos que, nos dias de hoje, para se estrangular a democracia, é preciso, antes de mais nada, que se estrangule a voz da classe operária”.⁵³⁸ Em seguida, Pinheiro Machado falou da “afronta” à Constituição e à democracia, que era o afastamento de militares com idéias extremistas do Exército Brasileiro. Na verdade, o que se pretendia era retirar do Exército aqueles que estavam defendendo a democracia, sufocando suas vozes, exatamente como havia ocorrido em 1937, quando vários indivíduos – envolvidos no levante de 1935 ou contrários ao golpe de 10 de Novembro – foram afastados do conjunto de tropas da nação.⁵³⁹ O deputado comunista, contudo, dizia não ter motivos para desacreditar da democracia, pois a correlação de forças no país era favorável a ela. Os “crimes” que se estavam cometendo não ficariam impunes. Os comunistas, segundo ele, não perderiam a fé, pois sabiam que o povo, organizado em vigorosos protestos, mostraria aos “inimigos da Nação qual o verdadeiro caminho da democracia, do patriotismo e da liberdade”.⁵⁴⁰

Embora os tempos fossem outros, as autoridades não abriram mão dos dispositivos legais da época da ditadura, ainda em vigor, para reprimir manifestações populares e/ou quaisquer expressões que associassem ao comunismo. Pinheiro Machado caracterizou-os como uma “afronta” à Constituição e à democracia, quer dizer, como atos arbitrários que desconsideravam completamente a existência de novas diretrizes, insultando e ferindo a lei fundamental que regulava os direitos e os deveres dos cidadãos brasileiros no começo desse novo tempo, aberto com a queda do Estado Novo, que se queria democrático.

No dia 20 de junho, foi apresentada uma moção, subscrita por deputados comunistas, trabalhistas, libertadores e udenistas, manifestando-se contra a cassação dos mandatos. Apenas a bancada pessedista não aprovou a proposta. Essa informação, somada a algumas manifestações de repúdio à possível medida por parte de representantes de outros partidos,

⁵³⁸ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 5, 16.06.1947, p. 590.

⁵³⁹ *Idem*, p. 592.

⁵⁴⁰ *Idem*, p. 591.

leva-nos a colocar em questão a afirmação de que os parlamentares das demais correntes partidárias não haviam se sensibilizado com a situação dos membros do PCB, presente no estudo organizado por Heinz recentemente mencionado.

Um exemplo é o aparte do deputado Fonseca de Araújo (PL) ao discurso proferido pelo comunista Júlio Teixeira na sessão do dia 24 de junho. O colega libertador afirmou que, permitindo que se arrancassem dos parlamentos deputados eleitos pelo povo, estar-se-ia enveredando para o totalitarismo.⁵⁴¹ As palavras de Araújo interromperam o pronunciamento do representante do PCB, cujo cerne vinha sendo a possibilidade da cassação. Teixeira acusava os interessados em cassar os mandatos como “malfeitores”, mais preocupados em barrar conquistas democráticas que com os “supremos interesses do povo”. Diante daquela situação, não se poderia calar, pois isso encorajaria as “forças reacionárias” que se voltavam contra o povo, parcela que tinha a frente o “Ditador” (Dutra) e seu partido (PSD). Para o advogado, eles haviam descoberto o Tribunal Eleitoral como um caminho para alcançarem seus “desígnios antidemocráticos”. As acusações não ficaram sem resposta da bancada pessedista. Oscar Fontoura levantou-se contra os ataques de Teixeira, embora sem conseguir contê-lo.⁵⁴² Na seqüência, Jover Telles e Pinheiro Machado colaboraram com o orador. O primeiro afirmou que o Brasil encaminhava-se para uma “ditadura terrorista”, visto as reiteradas repressões ao proletariado, que, numa democracia, deveria ter seus direitos assegurados.⁵⁴³ O segundo lembrou que os comunistas estavam podendo falar apenas nas assembleias, pois a liberdade de reunião em praça pública havia sido proibida.⁵⁴⁴ Júlio Teixeira acrescentou que, cassados os mandatos, iria-se até o fechamento daquela casa legislativa. Ele e seus companheiros, porém, não temiam a ilegalidade.⁵⁴⁵

Alguns elementos novos apareceram na fala do advogado. Foi a primeira vez que um comunista desacreditou um órgão ligado à Justiça naquele ano em que o processo de cancelamento do PCB havia sido aprovado e que os mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda corriam o risco de serem cassados. Ao afirmar que Dutra e seus aliados estavam usando o Tribunal Eleitoral como um meio para atingir seus objetivos antidemocráticos, Júlio Teixeira atacou a imparcialidade e a retidão daquela instituição. E as pessoas que faziam tal uso foram caracterizadas por ele como “malfeitores”, quer dizer, indivíduos que cometiam erros condenáveis não apenas legalmente, mas moralmente, pois que estavam mais

⁵⁴¹ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 6, 24.06.1947, p. 277.

⁵⁴² *Idem*, p. 272.

⁵⁴³ *Idem*, p. 275.

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 277.

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 278.

preocupadas em barrar os avanços democráticos do que resolver os problemas do povo, cujos interesses deveriam estar acima de quaisquer outros.

Vimos que Dyonélio Machado já havia se referido ao “Plano Truman” como a retomada de um “sonho criminoso”, e Pinheiro Machado tinha qualificado as intervenções federais nos sindicatos e o afastamento de alguns militares do Exército como “crimes”. Talvez o sentido dessas palavras não se limitasse ao campo jurídico, mas fossem além, dizendo respeito ao que os comunistas acreditavam ser lícito, certo e justo, concepções pautadas, sobretudo, pela forma como viam a realidade brasileira dentro da evolução do mundo para o socialismo. Essa visão era sustentada não apenas por preceitos científicos, mas também por uma moral. Os militantes consideravam o Brasil um país economicamente atrasado. Fazia-se necessário impulsionar sua economia, resolvendo a questão agrária, ativando a produção nacional, gerando empregos e aumentando o poder aquisitivo da população. Lícito era colocar os interesses do Brasil e de seu povo – acima de tudo os trabalhadores – em primeiro lugar. Iam de encontro a tudo isso os que levavam em conta suas próprias preocupações e as do capital estrangeiro, e por essa razão eram criminosos, por cometerem o erro (moralmente) condenável de não primar pelos anseios da nação e de seu povo.

Os comunistas acreditavam ocupar uma posição singular na marcha para a revolução. Segundo Daniel Aarão, eles consideravam-se a vanguarda porque dominavam a teoria capaz de esclarecer a marcha do processo revolucionário, tendo o domínio também do futuro.⁵⁴⁶ Jorge Ferreira afirma que foi Lênin o fundador do modelo exemplar do partido, uma forma de ver a organização que tomou formas do sagrado, devido ao sentimento de superioridade que o arsenal teórico e prático – com os quais os militantes eram agraciados – lhe conferia.⁵⁴⁷ O Partido constituía-se na segunda pilastra que sustentava o marxismo-leninismo. A primeira, e sem a qual a agremiação não existiria, era o proletariado, o sujeito histórico que desencadeava a revolução.⁵⁴⁸

Para nossos protagonistas, atingir o PCB e/ou seus militantes equivalia a tocar diretamente o povo (que, nesse momento da história do comunismo no Brasil, confundia-se com proletariado), pois eram eles que se organizavam em torno dos anseios populares, dando voz à população e lhes orientando na luta por suas reivindicações. Cancelar o registro do Partido Comunista e tentar cassar os mandatos de seus parlamentares consistia em retirar de cena aqueles com os quais o povo poderia contar, deixando-o desamparado.

⁵⁴⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 113.

⁵⁴⁷ FERREIRA, Jorge (2002). Op. Cit., p. 38-41.

⁵⁴⁸ Id. Ibidem, p. 26.

No mês de julho de 1947, a cassação dos mandatos era dada como certa e esperada a todo momento.⁵⁴⁹ Na tarde do dia 04, o deputado Pinheiro Machado subiu à tribuna, dizendo ter o intuito de defender a democracia, porque, segundo ele, tudo levava a crer que, dentro de alguns dias, mais um novo “golpe” seria desferido contra a democracia no Brasil.⁵⁵⁰ O jornalista mostrava-se escandalizado com a postura do PSD, preocupado em ocupar as vagas a serem deixadas pelos comunistas no Senado e na Câmara Federal. E declarou que lhe parecia que a justiça eleitoral havia sido o “caminho fácil” escolhido por aqueles desejosos de instaurar a ditadura no país.⁵⁵¹ O momento que vivia com seus companheiros motivou Pinheiro Machado a encerrar o discurso alertando seus pares e o público presente na galeria sobre o retorno do passado antidemocrático:

É por todas formas, sr. Presidente e srs. Representantes, que se procura atentar contra a democracia. Tudo aquilo que faz lembrar a Alemanha, a Itália, a Espanha e os negros dias do Estado Novo, tudo isto está sendo restaurado nesta hora para ameaçar e calar a voz do povo brasileiro.⁵⁵²

A cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas seria um “golpe”, no sentido de que se constituiria um corte, uma brusca interrupção na marcha rumo à democracia. Tal rompimento tornava-se possível porque a história não estava seguindo seu curso e os aspectos mais amedrontadores do passado estavam sendo restaurados, ameaçando o povo (praticamente todos os segmentos da sociedade brasileira que, unidos, levariam a revolução adiante) e fazendo-o calar. E o judiciário estava tendo um papel importante nesse processo, pois através dele os interessados em restabelecer o pretérito encontravam subsídios legais para seus desmandos. Júlio Teixeira via a justiça eleitoral da mesma forma, como “o mais eficiente instrumento da ditadura no Brasil”.⁵⁵³

O filósofo Ronald Dworkin sustenta que o constitucionalismo – aspecto presente na democracia moderna – frequentemente divide as opiniões. Alguns o consideram extremamente antidemocrático, na medida em que subordina os cidadãos comuns a uma elite de juízes não eleitos. Por outro lado, outros argumentam que ele protege os direitos humanos, que são a alma da democracia.⁵⁵⁴ Diante das medidas tomadas contra o PCB e seus parlamentares, parecia haver esse primeiro aspecto entre os comunistas, quer dizer, uma tendência a duvidar do compromisso social do poder judiciário, que deveria estar isento de

⁵⁴⁹ Cf. Esperada a cassação dos mandatos dos comunistas, 09.06, p. 4; A cassação dos mandatos dos representantes comunistas. *Correio do Povo*, 04.07.1947, p. 4.

⁵⁵⁰ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 6, 04.07.1947, p. 653.

⁵⁵¹ *Idem*.

⁵⁵² *Idem*, p. 656.

⁵⁵³ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 6, 07.07.1947, p. 687.

⁵⁵⁴ DWORKIN, Ronald. “A democracia e os direitos do homem”. In: DARNTON, Robert & DUHAMEL, Olivier. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 157.

qualquer ligação com determinadas parcelas da população. O que os militantes colocavam em questão era o caráter democrático da justiça eleitoral.

Os juristas do PSD elaboravam um projeto de lei com o qual pretendiam conseguir a “extinção” (passou-se a evitar a palavra “cassação”) dos mandatos comunistas. Apesar de algumas personalidades de vulto na política brasileira considerarem o intento inconstitucional, ele seria apresentado no Senado em poucos dias.⁵⁵⁵ Era esperada para qualquer momento também a apresentação de uma emenda que regularizasse a perda dos mandatos, uma medida que o vespertino *Folha Carioca* chamou de “solução atômica” para o caso dos comunistas diante da possibilidade de fracasso do plano elaborado pelos pessedistas – que tinha no senador Ivo de Aquino um dos seus autores.⁵⁵⁶

Enquanto isso, as manifestações comunistas eram reprimidas no país.⁵⁵⁷ No Rio Grande do Sul, a Assembléia Legislativa reclamou junto ao governador a respeito das limitações ao exercício dos direitos de reunião, assegurados pela Constituição. O chefe de polícia, Dagoberto Gonçalves, respondeu que apenas as atividades de caráter comunista estavam proibidas, devido ao aresto judicial que as havia suspenso em todo o território nacional.⁵⁵⁸ O deputado Pinheiro Machado limitou-se a afirmar que tal procedimento enfraquecia a democracia, pois a troca de idéias era o que mais a fortalecia.⁵⁵⁹

Uma vez na clandestinidade, os comunistas de todo o Brasil foram chamados a voltarem seus olhares para as eleições municipais – que ocorreriam em 15 de novembro – como forma de lutarem pelo Partido. O líder do PCB pronunciou longo discurso no Rio de Janeiro, mandado publicar no jornal *Correio do Povo*, no qual caracterizou o momento político nacional e estabeleceu a tarefa que cabia aos militantes do comunismo.

Depois de grandes vitórias democráticas, que haviam sido as eleições de 02 de dezembro de 1945 e 19 de janeiro de 1947, bem como a promulgação da Constituição Federal em 18 de outubro de 1946, Prestes acreditava que a força de seu Partido crescia enormemente e aumentava a organização do povo. No entanto, às vésperas da promulgação das constituições estaduais, a “contra-ofensiva da reação” – sempre ansiosa em servir ao imperialismo (aos planos de Truman) e em barrar a marcha da democracia no Brasil – tinha

⁵⁵⁵ Cf. O projeto de extinção dos mandatos. *Correio do Povo*, 12.08.1947, p. 16.

⁵⁵⁶ Cf. “Solução atômica” para o caso dos representantes comunistas. *Correio do Povo*, 29.08.1947, p. 12.

⁵⁵⁷ Na então capital federal, a polícia investiu violentamente contra manifestantes no intuito de “manter a ordem” durante as comemorações do quinto aniversário da entrada do Brasil na Segunda Guerra. A atitude repercutiu na imprensa e foi condenada por várias entidades, como a União Nacional dos Estudantes. Cf. Atos de verdadeira selvageria foram praticados pela polícia especial, no Rio, ontem, durante um comício, 23.08, p. 10; Protestos contra as violências policiais. *Correio do Povo*, 28.08.1947, p. 6.

⁵⁵⁸ O exercício do direito de reunião. *Correio do Povo*, 20.08.1947, p. 10.

⁵⁵⁹ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 8, 21.08.1947, p. 554.

tomado vulto.⁵⁶⁰ As intervenções às organizações dos trabalhadores, o cancelamento do registro do PCB, as medidas contra o direito de reunião e a tentativa de expulsar parlamentares das assembleias estavam a provar isso. Ele acreditava que o pleito municipal, pelo interesse que gerava na população, naturalmente obrigaria os indivíduos e os partidos a esclarecerem e definirem suas posições políticas, colaborando para com a polarização das forças e servindo para acelerar o processo de união nacional no país. Diante de tudo o que vinha acontecendo, as eleições ganhavam uma importância decisiva na luta democrática, e o dever dos comunistas era participarem delas sem poupar esforços, pois a livre escolha do governo dos municípios constituía-se na base da democracia. Do sucesso nas urnas dependia a consolidação desta última e a destruição da base política das velhas oligarquias locais e regionais, as quais sustentavam a “reação” e sua política a favor do capital estrangeiro e dos grandes proprietários e banqueiros nacionais. Para Prestes, a vitória popular em cada município criaria condições novas para o início de “um novo impulso na luta pelo progresso e a democracia”. Conseguir essa vitória era tarefa e dever de todos os comunistas, e também uma das maneiras práticas de lutar pela legalidade do PC.⁵⁶¹

Mesmo diante da suspensão do registro partidário, da repressão desencadeada contra os comunistas e os trabalhadores, das intervenções em várias entidades (civis, políticas, militares etc.) no rastro de algo “suspeito”, o líder do comunismo no Brasil permanecia confiante nas instituições democráticas, nas eleições. E suas palavras seguiram sendo como um trilho através do qual os militantes esperavam reconquistar a legalidade e consolidar a democracia. Agora, as expectativas voltavam-se para as eleições municipais, embora a possibilidade de cassação dos mandatos pairasse como uma nuvem escura no horizonte.

Ao passo que os militantes mobilizavam-se para o pleito de 15 de novembro, a direção nacional do PCB tentava restabelecer a legalidade da militância através do registro do Partido Popular Progressista (PPP) e do Partido Constitucionalista Brasileiro (PCB). Em julho daquele ano, o manifesto-programa do primeiro já tinha vindo a público, incorporando as teses centrais do Partido Comunista (definindo-se como uma organização de massas, que lutava pela democracia e contra o latifúndio e o imperialismo).⁵⁶² A tentativa, porém, foi rapidamente frustrada, pois o TSE negou o registro para o funcionamento do PPP. Em setembro, Prestes e o deputado federal João Amazonas entraram com o pedido de registro da sociedade civil sob a sigla PCB, em cujos estatutos propunham a defesa do regime

⁵⁶⁰ A pedido. Participemos ativamente das eleições municipais. *Correio do Povo*, 07.09.1947, p. 13.

⁵⁶¹ Idem.

⁵⁶² PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p. 168.

democrático baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.⁵⁶³ Tentativa igualmente malograda.

O dia 18 de setembro de 1947 foi motivo de comemoração no Brasil, pois a promulgação da Constituição Federal completava um ano de vida. Em Porto Alegre, vultuosa massa popular dirigiu-se ao Largo da Prefeitura, local onde os representantes da Assembléia Legislativa realizaram grande comício comemorativo. Do palanque, no qual também estiveram o governador do Estado e o delegado regional do Trabalho, vários oradores manifestaram-se em relação ao significado daquele dia, entre eles o mineiro Jover Telles.

O deputado comunista ressaltou o caráter democrático da Carta Magna assinada em 1946, porque elaborada por representantes escolhidos pelo povo. Dentre artigos que lhes pareciam mais importantes, citou aqueles que diziam respeito à liberdade de reunião, ao salário mínimo, ao repouso semanal remunerado e ao direito de greve, sendo fortemente aplaudido. Jover Telles provinha de família de mineiros. Era operário das minas de carvão desde os doze anos de idade e atuava nos sindicatos de sua classe havia bastante tempo. Nada prendia mais sua atenção que os trabalhadores e seus direitos. Por isso, nem todo seu discurso foi voltado à celebração da Constituição. Telles também se preocupou em protestar contra as intervenções nos sindicatos e os espancamentos policiais verificados nas reuniões e comícios, afirmando que era assim que se comportava o grupo acostumado às épocas de arbitrariedades, que, na democracia, sentia-se como “peixe fora d’água”. Ao finalizar seu pronunciamento, o representante comunista saudou todos os partidos, com exceção do PRP.⁵⁶⁴

Se o clima já não estava dos mais amistosos para a militância comunista, o rompimento das relações diplomáticas com a Rússia em 21 de outubro de 1947 tornaria ainda mais delicado. Segundo reportagem do *Correio do Povo*, o governo brasileiro já vinha reclamando do tratamento restritivo que os brasileiros recebiam na embaixada do Brasil em Moscou. Não obstante, o estopim para a ruptura foi o artigo publicado na *Gazeta Literária*, editada na capital soviética, cujo teor diziam ser ultrajante ao Presidente Dutra e às Forças Armadas.⁵⁶⁵ Diante da falta de resposta ao pedido de satisfações que o Ministro do Exterior enviou ao Ministério Soviético dos Negócios Estrangeiros, decidiu-se romper as relações entre os dois países.

⁵⁶³ Luiz Carlos Prestes pede o registro do Partido Constitucionalista Brasileiro. *Correio do Povo*, 26.09.1947, p. 12.

⁵⁶⁴ O aniversário da Constituição. *Correio do Povo*, 19.09.1947, p. 12.

⁵⁶⁵ Decidiu o governo brasileiro ontem romper relações diplomáticas com a União Soviética. *Correio do Povo*, 22.10.1947, p. 10.

De um modo geral, não se noticiou nenhum registro de manifestação pública perante o evento em Porto Alegre.⁵⁶⁶ Já na capital federal foram apedrejados os edifícios da embaixada soviética e do jornal comunista *Tribuna Popular*.⁵⁶⁷ Tanto no Congresso Nacional como na Assembléia Legislativa gaúcha, externou-se satisfação com a atitude do governo brasileiro, com exceção dos representantes do PCB.⁵⁶⁸

Os comunistas de Porto Alegre que atuavam no parlamento estadual não assinaram a moção apresentada pelo deputado Luiz Compagnoni (PRP) e outros em regozijo à atitude do governo brasileiro no tocante à União Soviética. A manifestação foi aprovada contra o voto da bancada comunista, que, na pessoa de Júlio Teixeira, lamentou o rompimento, considerando-o um erro político. Para ele, agindo dessa forma, o governo dificultava o entendimento entre os povos. O advogado também caracterizou o acontecido como uma medida que visava desviar a atenção do povo dos problemas que o afligiam e para os quais o poder Executivo e seus ministérios não estavam buscando soluções.⁵⁶⁹ Dois dias depois, Teixeira manifestou repúdio em relação ao empastelamento do jornal *Tribuna Popular*, caracterizando-o como um “atentado brutal à ordem democrática consagrada na Constituição Federal”.⁵⁷⁰ Em sua opinião, democracia não compreendia depredações como aquelas ocorridas com o periódico carioca.⁵⁷¹

Nos dias que se seguiram, o deputado comunista continuou protestando contra as arbitrariedades policiais em relação aos comícios, aos direitos dos cidadãos manifestarem livremente suas idéias. O debate envolveu também Godoy Ilha e Oscar Fontoura (ambos do PSD), cujo ponto central girou em torno do caráter das concentrações, que, segundo os pessedistas, vinham defendendo o Partido Comunista (que não mais existia) e a Rússia soviética. Daí toda a razão da polícia em reprimi-los. Ilha e Fontoura referiam-se, sobretudo, a alguns comícios realizados em Porto Alegre, nos quais os candidatos à vereança da cidade haviam vivido o PCB e a URSS, esquecendo-se de viver o Brasil.⁵⁷²

De fato, no dia 25 de outubro, o Chefe de Polícia, Ten. Cel. Dagoberto Gonçalves, tinha enviado ofício ao Secretário do Interior, Otacílio Moraes, no qual referiu-se a concentrações realizadas nos dias 11 e 12 daquele mês, ocasiões em que Eloy Martins (um

⁵⁶⁶ A repercussão nesta capital. *Correio do Povo*, 22.10.1947, p. 10.

⁵⁶⁷ Apedrejados os edifícios da embaixada russa e do jornal “*Tribuna Popular*”. *Correio do Povo*, 22.10.1947, p. 10.

⁵⁶⁸ Como repercutiu a medida no Congresso Nacional. *Correio do Povo*, 22.10.1947, p. 10.

⁵⁶⁹ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1947. Vol. 11, 22.10.1947, p. 128.* Também publicado no jornal *Correio do Povo*, 23.10.1947, p. 4.

⁵⁷⁰ O empastelamento do jornal “*A Tribuna Popular*”. *Correio do Povo*, 25.10.1947, p. 5.

⁵⁷¹ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1947. Vol. 11, 24.10.1947, p. 282.*

⁵⁷² *Idem. Vol. 11, 27.10.1947, p. 324.*

dos candidatos comunistas à vereança de Porto Alegre inscritos sob a legenda do Partido Social Progressista – PSP) vivara Luiz Carlos Prestes (“nosso guia”), o PCB e a Rússia.⁵⁷³ Para Júlio Teixeira, não se tratavam de comícios promovidos pelo Partido Comunista, mas por cidadãos, que tinham seus direitos assegurados na Constituição.⁵⁷⁴ Por último, o advogado retomou o argumento usado para o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, declarando que as autoridades estavam desviando seus olhares das questões que realmente preocupavam o povo, como o problema de abastecimento da carne e o leite, o preço da banha e do arroz.⁵⁷⁵

Mesmo com os seguidos protestos dos comunistas, sobretudo daqueles que atuavam nos parlamentos, o mês de outubro encerrou com a aprovação do projeto Ivo de Aquino no Senado Federal. Depois de ferrenhas discussões, a iniciativa de cassar os mandatos do senador e dos deputados do PCB contou com 35 votos a favor e 19 contra. Surgiram várias especulações, como o que Prestes faria caso tivesse, juntamente com outros comunistas, seu mandato cassado.

Enquanto isso, em Porto Alegre, os militantes empenhavam-se na campanha eleitoral. No comício comentado no ofício do Ten. Cel. Dagoberto Gonçalves, Eloy Martins afirmou que seria conquistando o maior número possível de representantes na Câmara de Vereadores que o PCB voltaria à legalidade e poderia tomar conta do governo “fascista” e “reacionário” que infelicitava o Brasil.⁵⁷⁶ Mesmo não concordando com a linha política do Partido, o metalúrgico a seguia à risca, incitando o público presente na concentração a acreditar nas vias legais como forma de retornar à legalidade.

A polícia acompanhou de perto a movimentação dos candidatos comunistas durante todo o período de campanha eleitoral. É graças a essa vigilância que temos como saber quem foram os militantes que se candidataram a uma vaga no legislativo de Porto Alegre. No final do mês de outubro, o Gal. Lima Câmara, Chefe de Polícia do Distrito Federal, recebeu a relação dos comunistas que concorriam ao parlamento municipal pela legenda do PSP. Ao todo, doze de nossos protagonistas pleitearam fazer parte do corpo de vereadores da Cidade: Álvaro Ósimo Caetano (funcionário público), Arthur Nunes Garcia, Eloy Martins, João Oscar de Oliveira, José César de Mesquita, José Roberto Garcia, Julieta Batistioli (operária), Luiz Carlos Pinheiro Machado (estudante irmão do deputado estadual Antônio Pinheiro Machado), Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Marino Rodrigues dos Santos (médico), Mário Escobar

⁵⁷³ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502-00503. Documento datado de 25 de outubro de 1947.

⁵⁷⁴ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 11, 27.10.1947, p. 326.

⁵⁷⁵ *Idem*, p. 331-332.

⁵⁷⁶ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502-00503. Documento datado de 25 de outubro de 1947.

Azambuja (médico) e Sadi da Costa e Silva.⁵⁷⁷ Alguns deles eram jovens militantes, responsáveis por tarefas consideradas iniciais dentro da militância, como o envolvimento no movimento estudantil e a pichação de ruas. Era o caso de Sadi da Costa e Silva, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Eduardo de Oliveira Santos. Já Eloy Martins, João Oscar de Oliveira, José César de Mesquita e Julieta Batistioli atuavam no Partido havia anos, dedicando-se, sobretudo, à ação junto aos trabalhadores.

O metalúrgico Eloy Martins nos conta que foi convocado para uma reunião, na qual lhe pediram mais tempo para a atividade partidária. Com a ilegalidade do PCB, ele havia deixado de se dedicar exclusivamente ao Partido para atuar novamente “na produção”. Tal procedimento mostrou-se um equívoco, pois Eloy foi comunicado que participaria das próximas eleições. Ele tentou argumentar que lhe faltavam certas aptidões para o cargo: “Apresentei minhas limitações intelectuais para enfrentar tal incumbência, se por acaso fosse eleito”. Contudo, depois de muita discussão, deu-se por vencido, “sempre na esperança e confiante que o partido, com os erros cometidos, experiências e lições adquiridas, seria levado a adotar uma posição mais de acordo com a ideologia da classe operária”.⁵⁷⁸ Eloy, então, abandonou mais um vez o emprego e voltou-se para a campanha eleitoral.

É possível perceber que o lançamento dos nomes desses comunistas não decorria de sua candidatura espontânea e/ou de deliberações. Os dirigentes do PCB decidiam e lhes comunicavam. Se Eloy, mesmo com restrições, acabou aceitando a vontade do Partido e se empenhando na campanha eleitoral, Julieta Batistioli ficou extremamente desapontada. Ao lembrar o episódio 45 anos depois, em entrevista concedida ao historiador Francisco de Carvalho Júnior, essa antiga militante relatou como recebeu a notícia:

FCJr. – E sobre a vereança?

JB – AH! A vereança! ... (*JB pronuncia longamente a palavra “vereança”, pondo a mão no rosto*)

FCJr. – Quando a senhora assumia, era o Partido quem ditava a linha de atuação a senhora levava para lá as reivindicações, como era? ou a senhora tinha mobilidade para ...

JB – Não ... o Partido dava como tarefa, compreendeu? Era tarefa. Então, quando eu ... até foi a Maria Crespo que foi me levar a notícia: “Tu sabes que tu vais ser candidata a vereadora!?”. Digo: “Não! Mas pelo amor de Deus, essa não! Essa agora é demais, eu não vou aceitar”. E a Maria Crespo: “Não, tu vais ter que aceitar; não tem tu dizeres não, tu vais, tu não vais poder dizer não”. Digo: “Mas, Maria!, é a pior coisa pra mim, que me fizeram.” ... foi eu ser vereadora, compreendeu? Porque olha, eu não tive estudo, saber ler, eu sabia ... meu tio, que era analfabeto, ... a tarefa que eu tinha todos os domingos era ler o “Correio” [do Povo] para ele, não é? e ... ser vereadora com a educação, com a cultura que eu tinha, para mim foi uma coisa assim que ... olha! eu nem sei te dizer, eu andei nervosa, eu fiquei nervosa, eu andei sem dormir, eu andei ... meu marido é que ficava bravo: “Mas o que é isso! Mas que mulher medonha essa ...”. Digo: “Não,

⁵⁷⁷ Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00504-00509. Documento datado de 27 de outubro de 1947.

⁵⁷⁸ MARTINS, Eloy. Op. Cit., p. 89.

mas eu não quero, não quero, não quero e proibo que tu ou vocês façam um comitê para mim. Eu não quero”. Então comitê eu não tinha; meu velho trabalhou com o Eloy, eu trabalhei com o Eloy, mas para mim eu não fiz um comício, para a minha candidatura não trabalhei uma vez, não, porque foi uma tarefa que impuseram, não me consultaram ...⁵⁷⁹

A preciosidade do relato de Julieta Batistioli justifica a extensão da citação. Não é a primeira vez que se nos apresenta, nessa dissertação, uma situação em que o Partido impunha suas decisões à revelia da vontade dos militantes. As palavras da operária da fábrica Renner e o modo como Carvalho mostrou que ela acentuou a palavra “vereança”, quando ele tocou no assunto, no entanto, nos revelam o quanto essas atitudes completamente arbitrárias afetavam a vida dos comunistas e como tais episódios ficaram gravados em sua memória. Assim como Eloy, ela também não acreditava ter o nível de instrução adequado para a incumbência que lhe era imposta. A determinação, porém, afetou-a mais profundamente, abalando seus nervos e lhe fazendo perder noites de sono. Tratava-se de algo irrecusável, de uma “tarefa”. Ferreira esclarece-nos que os encargos da militância eram tão absorventes que a expressão “tarefa” entranhou-se na cultura comunista e na linguagem revolucionária – invadindo inclusive o ambiente familiar e privado – exigindo excelência daqueles para os quais era imposta, e, muitas vezes, assumindo feições de “verdadeira missão”.⁵⁸⁰ A própria reputação do militante perante o Partido e seus companheiros, nesse caso, dependia de sua obediência, da confiança que demonstrava depositar nas decisões partidárias e do sucesso alcançado na execução da tarefa recebida. Julieta Batistioli, como uma boa comunista, não se negou a concorrer à vereança da capital gaúcha, embora tenha cogitado tal possibilidade no momento em que a camarada Maria Crespo lhe deu a notícia. Contudo, ela também não se esmerou em sua campanha, preferindo trabalhar em prol da candidatura do colega Eloy.⁵⁸¹

De acordo com Rodeghero, e como já tivemos oportunidade de ver ligeiramente, na campanha para as eleições de novembro de 1947, a repressão policial fez-se mais insistente que a tentativa de convencimento dos eleitores a partir de argumentos anticomunistas.⁵⁸² Os

⁵⁷⁹ CARVALHO JÚNIOR, Francisco & GARCIA, Eliane Rosa. (Org.) *Adorável Camarada*. Memórias de Julieta Batistioli. Entrevistas realizadas com Julieta Batistioli, em 29 de junho de 1990 e 22 de julho de 1992, por Francisco Carvalho Júnior. p. 56-57. As informações entre colchetes, em itálico e sublinhadas são de responsabilidade do entrevistador.

⁵⁸⁰ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 91-92.

⁵⁸¹ Podemos, ainda, mencionar um paradoxo: enquanto Julieta Batistioli – operária – acreditava não ter instrução para representar seu Partido no parlamento municipal, Dyonélio Machado – psiquiatra e escritor – não se considerava digno de ocupar uma das cadeiras no Legislativo estadual, conforme mencionado no início deste capítulo. A primeira pensava que tal “tarefa” deveria ficar a cargo dos camaradas mais “cultos”, ao passo que o segundo havia ficado aborrecido pelos eleitores não terem depositado uma confiança dialética (e, por isso, natural) nos candidatos de sua classe, do proletariado.

⁵⁸² RODEGHERO, Carla (2005). Op. Cit.

esforços da LEC deram lugar à proibição de comícios, medida que contou com o cancelamento do registro do PCB como principal justificativa. O jornal *Correio do Povo* noticiou a dissolução de concentrações nos dias 07, 10 e 22 de novembro, ocasiões em que as ações policiais – incluindo a tropa de choque – resultaram em correrias e ferimentos, principalmente na movimentada Rua dos Andradas.⁵⁸³

Tais arbitrariedades – ocorridas não somente em Porto Alegre – foram objeto das explanações do deputado Júlio Teixeira na Assembléia Legislativa do Estado, em alguns casos contando com apartes de apoio. Seus ataques foram direcionados ao governador Walter Jobim, acusado de ser o responsável pelos atos violentos praticados no Rio Grande do Sul contra os comunistas. Para o advogado, ao permitir que a polícia gaúcha agisse daquela forma, Jobim estava mostrando que ainda não havia compreendido o que era democracia.⁵⁸⁴ O mais importante naquele momento era consolidá-la, tirar o Brasil da miserável condição econômica e resolver seus graves problemas internos, tarefa que Teixeira afirmava não ser compatível com o apoio às autoridades que consentiam com “quebras-quebras”, que cassavam mandatos e prendiam comunistas.⁵⁸⁵ Em sua opinião, a ação policial não fazia senão revelar a situação de desespero do “grupo fascista nacional que, incapaz de conquistar o povo, quer[ia] dominá-lo pela força”.⁵⁸⁶

Dyonélio Machado, de modo semelhante, responsabilizou Walter Jobim e caracterizou a atitude da polícia do Estado em relação aos candidatos comunistas à vereança dos diversos municípios gaúchos como um “ato selvagem” que lembrava os “negros tempos” em que predominava a arbitrariedade.⁵⁸⁷ O escritor não mediu palavras e acusou o governador do Rio Grande do Sul de ser um agente da ditadura que Eurico Gaspar Dutra pretendia instaurar no Brasil, arrancando aplausos da galeria.⁵⁸⁸ Era intimidando o público que os “fascistas brasileiros” estavam preparando o “reino do terror”, pois a ditadura ansiava “por aqueles tempos de unanimidade cômoda, [...] pelo pântano, pelo charco em que consciências estão amordaçadas, em que o cidadão não pode defender seus direitos, porque esse direito quase que importa em jogar a própria vida e a liberdade”.⁵⁸⁹

O escritor quaraiense retomou expressões extremamente negativas para mostrar que o passado ditatorial não somente sobrevivia – por meio dos “fascistas” – mas que se preparava

⁵⁸³ Tumulto na Praça Parobé, 08.11, p. 12; Em plena rua dos Andradas, 11.11, p. 16; Desistiram os comunistas do comício de ontem. *Correio do Povo*, 22.11.1947, p. 28.

⁵⁸⁴ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1947. Vol. 12, 04.11.1947, p. 126.

⁵⁸⁵ *Idem*, 07.11.1947, p. 343-344.

⁵⁸⁶ *Idem*, 04.11.1947, p. 122.

⁵⁸⁷ *Idem*, 10.11.1947, p. 357.

⁵⁸⁸ *Idem*, p. 358.

⁵⁸⁹ *Idem*, p. 362-363.

para se sobrepor ao futuro. De acordo com Reinhard Koselleck, desejos e medos, bem como anseios, receios, planos racionais, cálculos e previsões, são classes de expectativas que se correspondem com a experiência.⁵⁹⁰ Comparando os acontecimentos do seu presente com o pretérito (encontrado na experiência, quer dizer, possível de ser reconstruído pela memória e submetido à reflexão e julgamento), Dyonélio projetou um futuro não-democrático para o Brasil, um tempo em que vingaria a ditadura ao invés da democracia. As expectativas do deputado comunista carregavam termos alusivos a ambientes fétidos, sujos, escorregadios, geralmente mal iluminados e inertes. Suas palavras procuravam chamar a atenção de seus pares e da galeria para o risco que todos os brasileiros (sob o comando de Dutra) corriam, o perigo de estarem se encaminhando para um futuro dominado pela insegurança e pelo medo na política e pela estagnação na economia.

Em meio a tantos acontecimentos que lhes desagradavam, uma novidade veio serenar o clima sombrio que envolvia nossos protagonistas: a eleição de Marino Rodrigues dos Santos e Eloy Martins para a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Julieta Batistioli foi eleita segunda suplente. Pouco antes das posses, realizadas no dia 04 de dezembro, Marino e Eloy – assim como os representantes dos demais partidos – foram procurados pelo jornal *Correio do Povo*, para que antecipassem sua futura conduta no legislativo municipal. O médico comunista afirmou que levaria à prática os pontos do programa com o qual seu partido sempre havia se apresentado ao eleitorado, quer dizer, a união de esforços para resolver os problemas do povo.⁵⁹¹ Notemos que, apesar de disputar as eleições pelo PSP e de ser um seu representante no parlamento da Cidade, Marino reproduziu o discurso da União Nacional, característico do PCB nos últimos anos. O metalúrgico, por sua vez, comprometeu-se em continuar lutando pelo respeito às leis que protegiam os trabalhadores, por melhores salários, moradia e transporte, por mais leitos e carne, bem como pela diminuição das filas.⁵⁹² Eloy manteve-se fiel em seu comprometimento com a classe operária e suas reivindicações. Ambos vereadores, contudo, não mencionaram a democracia. Nenhum dos vereadores comunistas colocou a defesa ou a consolidação dela em nível local como uma de suas metas.

4.4 – A cassação dos mandatos: o limite do horizonte

⁵⁹⁰ KOSELLECK, Reinhard. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pre-Textos, 2003, p. 76.

⁵⁹¹ Uma enquete do Correio do Povo. *Correio do Povo*, 04.12.1947, p. 10.

⁵⁹² Idem.

Do final do mês de novembro até o dia 10 de janeiro de 1948, quando os mandatos foram cassados, assistiu-se a uma verdadeira batalha em torno do projeto Ivo de Aquino, que – após ser aprovado no Senado – encontrava-se em discussão na Câmara Federal. Os comunistas – em todos os âmbitos possíveis da militância, mas principalmente nos parlamentos – protestaram contra a cassação. Alguns deputados federais, representantes de várias correntes partidárias, organizaram um movimento contra a extinção dos mandatos.⁵⁹³ Por outro lado, espalhavam-se rumores de que, face à aprovação do projeto, os militantes do comunismo preparavam-se para perturbar a ordem do país.⁵⁹⁴

Em Porto Alegre, Dyonélio Machado, Júlio Teixeira e Jover Telles (que, agora, substituía Pinheiro Machado) colocaram o projeto que visava tirar-lhes o mandato no centro de seus pronunciamentos, os quais estiveram carregados, ao mesmo tempo, de pessimismo e de esperança no futuro. No dia 21 de novembro, o escritor comunista ocupou a tribuna por não mais de dez minutos, proferindo, porém, veemente protesto contra cassação. Disse ele estar ali mais uma vez para alertar seus pares em relação à “ameaça” que pairava sobre a democracia, a Constituição e o direito de representação popular no Brasil, pois estavam à beira da consumação de um “crime”. Nos últimos meses, o país vinha assistindo a uma série de “atentados” contra a democracia, e a extinção dos mandatos dos parlamentares ligados ao comunismo seria um último “assalto”. A invalidação do sufrágio do povo por meio da aprovação do projeto Ivo de Aquino visava colocar a nação brasileira à margem da ditadura “pura e simples”, constituía-se em mais um degrau através do qual os “reacionários” buscavam atingir o clima próprio aos “vendilhões da Pátria”. Contudo, Dyonélio afirmou não ter dúvidas de que a tentativa representava “apenas um retrocesso na marcha ascensional da democracia”. Vencido este “tropeço”, ela iria retomar “seus agigantescos passos”, mesmo porque já era vitoriosa, e acabaria com as “tropelias” (atos prejudiciais) contra as leis e os direitos legítimos do povo. A cassação em nada influiria sobre a “vitória final da democracia no Brasil, como consequência da marcha ascensional da democracia em todo o mundo”.⁵⁹⁵ O líder da bancada do PCB na Assembléia esperava que seus colegas concentrassem todos os seus esforços para que o “ato criminoso” não se consumasse.⁵⁹⁶

⁵⁹³ Organiza-se um movimento parlamentar, à margem dos partidos, contra a cassação dos mandatos, 25.11, p. 12; A batalha dos mandatos. *Correio do Povo*, 26.11.1947, p. 10. Alguns deputados envolvidos: Café Filho, Lino Machado, José Cândido Ferraz, Osmar Aquino, Rui Almeida, Antônio Maria Correa, Antenor Bogea e Nelson Carneiro.

⁵⁹⁴ Em consequência da cassação. *Correio do Povo*, 27.11.1947, p. 8.

⁵⁹⁵ *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1947. Vol. 13, 21.11.1947, p. 175.*

⁵⁹⁶ *Idem*, p. 176.

O mineiro Jover Telles, quatro dias depois, chamou atenção para o paradoxo que se apresentava no país: em nome da democracia e da defesa das instituições democráticas, aniquilavam-nas e implantavam a “tirania e a ditadura”.⁵⁹⁷ A cassação dos mandatos, para Telles, tratava-se de mais um passo no sentido de fechar os parlamentos e restaurar os “negros dias de Hitler e Mussolini”.⁵⁹⁸

Ao longo desse capítulo, acompanhamos diversas expressões de teor negativo usadas pelos comunistas de Porto Alegre, seja para caracterizar o avesso da noção que nos preocupa nesse trabalho (representado pelo fascismo e pelo Estado Novo), seja para qualificar os acontecimentos que visavam restringir sua participação legal no cenário político brasileiro e, por conseguinte, abalar a democracia. Todavia, quando Dyonélio Machado pronunciou palavras ligadas a crime para defender a democracia, torna-se necessário levarmos em conta um aspecto muito particular: a abordagem que esse militante realizava acerca do delito em sua vida profissional, como médico psiquiatra.

No discurso recentemente descrito, o autor de *Os Ratos* usou pelo menos quatro palavras relacionadas às pesquisas que desenvolvia na área de psiquiatria: “crime”, “atentado”, “assalto” e “ato criminoso”. Por essa razão, tais expressões, pronunciadas por Dyonélio, carregavam significados que certamente diferiam – em maior ou menor grau – daqueles dados por seus companheiros de militância às mesmas palavras.

Em sua tese de doutorado, defendida no início da década de 1930, Dyonélio Machado abordou a questão do crime – sobretudo do homicídio – por um viés biológico, quer dizer, ele procurou provar a sua natureza biológica. Consoante o autor, o que faz o homem matar – cometer um ato criminoso – é a “concorrência vital”: a conquista da fêmea (para perpetuar a espécie), a ambição política (o desejo veemente pelo comando do grupo), as paixões, os instintos sociais (amor, afeto materno etc.).⁵⁹⁹ Para ele, existiam raças mais inclinadas que outras ao crime, assim como indivíduos mais perversos que outros. Não obstante, era a concorrência vital que conduzia o homem à prática da violência.⁶⁰⁰ O delito constituía-se num modo excessivo com que o ser procurava realizar a luta pela vida, um excesso condicionado por um “exagero de personalidade”. Na base do ato criminal, existia sempre uma necessidade que o justificava, o qual se caracterizava enquanto crime, muitas vezes, diante dos olhos de

⁵⁹⁷ Idem, 25.11.1947, p. 318.

⁵⁹⁸ Idem, p. 323.

⁵⁹⁹ MACHADO, Dyonélio. *Uma Definição Biológica do Crime*. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1933, p. 12.

⁶⁰⁰ Id. Ibidem, p. 13-15.

quem contemplava, mas não para o criminoso.⁶⁰¹ Devido a um exagero psíquico – o egoísmo – o delinqüente jamais via a figura daquele contra quem atentava, mas tão somente a sua própria imagem, o seu benefício.⁶⁰² A punição e a noção de criminalidade, segundo o psiquiatra gaúcho, resultaram de uma lenta e penosa evolução, na qual a solidariedade desempenhou um papel crucial.⁶⁰³ No homem primitivo, a idéia fundamental, como em todo o animal, era a do egoísmo enérgico e fechado resultante do dever de prover a sua própria conservação. O altruísmo, nessa etapa, constituía-se imoralidade e antinaturalidade, pois atentava contra a defesa de si, uma forma de encarar a abnegação que, para ele, ainda persistia em seu tempo, em algumas nações civilizadas, que aplicavam no interesse da coletividade as mesmas conclusões a que chegara o homem primitivo em seu próprio interesse, “não recuando diante de crimes mesmo os mais monstruosos, praticados no decurso de guerras que se caracterizaram precisamente pela sua grande potência destrutiva”, e punindo com todo o rigor aqueles, mesmo os compatriotas, que insistissem em ser solidários com o inimigo.⁶⁰⁴ A qualidade específica do delinqüente, assim, era o exagero de personalidade, a exacerbação do amor-próprio e da vaidade, um egoísmo todo particular, do qual o indivíduo tirava sua linha de conduta.⁶⁰⁵ O crime nunca deveria ser visto como resultado de uma situação social. O papel da sociedade na gênese do pensamento criminoso não seria outro senão o de dar consciência.⁶⁰⁶

Quando Dyonélio caracterizou a tentativa de cassação dos mandatos como um “crime” contra a democracia, não se orientou apenas por preceitos legais e/ou morais, mas por um conjunto de saberes que fazia parte de sua vida profissional e que em muito se relacionavam com os princípios comunistas de solidariedade e justiça social – vistos no terceiro capítulo. Em sua concepção, o delito não se apresentava apenas como aquilo que contrariava as leis, mas como o que ia de encontro à própria natureza. O que fazia um determinado ato criminoso era sua “antinaturalidade”, o fato de prejudicar outro que é da mesma espécie, agindo destituído de solidariedade. A cassação dos mandatos constituía-se num crime, porque motivado por um “exagero psicológico”: o egoísmo daqueles que queriam restaurar o estado de coisas que beneficiava a eles mesmos e aos que faziam parte de seu grupo de interesses. Entre estes, estava o capital estrangeiro, totalmente despreocupado com as questões nacionais, com os problemas que afligiam os brasileiros. O natural seria o governo – sobretudo o

⁶⁰¹ Id. Ibidem, p. 18-19.

⁶⁰² Id. Ibidem, p. 21.

⁶⁰³ Id. Ibidem, p. 78.

⁶⁰⁴ Id. Ibidem, p. 79.

⁶⁰⁵ Id. Ibidem, p. 190-191.

⁶⁰⁶ Id. Ibidem, p. 225-226.

presidente Dutra – ficar ao lado do seu povo, inclusive respeitando suas escolhas nas últimas eleições, nas quais os representantes do PCB haviam recebido o voto de confiança dos eleitores. Aqueles interessados na extinção dos mandatos, porém, não viam o quão criminoso era o seu ato, apenas o benefício que teriam com os comunistas fora do caminho. Era dessa forma que pretendiam instaurar a ditadura, os “negros dias de Hitler e Mussolini” cujo retorno Jover Telles também temia.

Aos poucos o capital estrangeiro estava tomando conta do Brasil, protegido que estava justamente pelos “cassadores de mandatos”.⁶⁰⁷ Na reportagem que nossos protagonistas publicaram no jornal *Tribuna Gaúcha* – sob a direção de Demétrio Ribeiro Neto, George Pires Chaves e José Gonçalves Thomaz – o imperialismo foi responsabilizado por aniquilar a economia brasileira auxiliado por nossos governantes. O capital norte-americano despejava sua produção no Brasil, atravancando a capacidade produtiva do país, como no caso das olarias, a nova ofensiva que visava acabar com a fabricação de telhas no Brasil. Peças de alumínio chegariam em breve em Santa Maria, desbancando o produto nacional.⁶⁰⁸ Os comunistas estavam denunciando isso na Câmara Federal. Contudo, encontravam-se ameaçados pelo projeto Ivo de Aquino, através do qual – uma vez aprovado – Dutra pretendia agir mais à vontade, sem a oposição dos deputados do PCB no parlamento federal.⁶⁰⁹ Enquanto isso, os comunistas eram acusados de articular uma greve geral no Brasil, seus comícios seguiam interditados e os funcionários públicos – suspeitos de envolvimento com o comunismo – estavam sendo afastados de seus cargos. Continuavam os protestos contra o projeto Ivo de Aquino, que, a despeito das reclamações, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, responsável por debater mais profundamente a proposta, no dia 06 de dezembro.

Os militantes de Porto Alegre fizeram da *Tribuna Gaúcha* o veículo de seus protestos contra a extinção dos mandatos. Eles divulgaram que, ao passo que alguns integrantes do governo davam seguimento ao projeto de cassação, os comunistas continuavam defendendo as reivindicações do povo, como na atuação de Dyonélio Machado, Pinheiro Machado, Júlio Teixeira e Jover Telles no parlamento gaúcho. Estes deputados haviam apresentado as emendas mais democráticas, as que trariam “incontáveis benefícios” para o Estado. E por defender o povo e condenar a ação do capital internacional, eles se haviam tornado um “entrave natural” aos planos do “grupo fascista” com o qual o governador Walter Jobim

⁶⁰⁷ Mais um setor da economia nacional será aniquilado pelo imperialismo. *Tribuna Gaúcha*, 19.12.1947, p. 4.

⁶⁰⁸ Idem, p. 2.

⁶⁰⁹ Idem.

estava aliado. Não obstante, eles mantinham a esperança de que os sul-riograndenses não permitiriam que o ato se consumasse, os “herdeiros das tradições dos bravos farroupilhas” saberiam defender a dignidade do Poder Legislativo e se opor à “fúria dos cassadores de mandatos”.⁶¹⁰

A cassação, no entanto, concretizou-se no dia 10 de janeiro de 1948. O projeto Ivo de Aquino foi aprovado na Câmara Federal por uma tranqüila maioria de 179 votos contra 74. De acordo com Bercito, o posicionamento favorável à extinção dos deputados do PSD, que eram a maioria, foi decisivo, sendo que os udenistas votaram divididos e os petebistas inclinaram-se contra a medida.⁶¹¹ De nada adiantou o manifesto exigindo a derrubada imediata do governo Dutra, lançado ainda naquele mês. Os comunistas passaram, então, a reorganizar suas fileiras. A imprensa permaneceu em circulação, embora sofresse a pressão policial. Os jornais mudaram de nome e continuaram funcionando.⁶¹² Difundi-se entre os militantes “o amargo sentimento de que haviam superestimado a liberal democracia”.⁶¹³ Aos poucos, eles foram abandonando o sonho da construção de um partido de massas e voltaram a se organizar em quadros. A linha da União Nacional foi cedendo lugar para uma postura esquerdista – iniciada em 1948, mas com expressão modelar no Manifesto de Agosto de 1950.⁶¹⁴

Mesmo que nossos protagonistas não acreditassem que de fato os mandatos seriam cassados ou que dissessem não temer a ilegalidade, o retorno a ela depois de uma fase que tanto lhes prometia abalou sensivelmente a militância. Alguns deles carregaram essa frustração para o resto de suas vidas, como o escritor Dyonélio Machado, que, em suas memórias, escritas aproximadamente 30 anos após a última sessão na Assembléia Legislativa, incluiu o episódio entre aqueles pelos quais tinha motivos para se lamentar:

Nessa altura da minha narrativa fico com a impressão de me haver lamentado mais do que devia. Logo, me lamentado sem motivo. Porque tive sonhos frustrados? liberdade de locomoção tolhida? mandato de representação cassado? livros recusados pelas editoras? Porque vi aumentar em torno de mim a área de solidão? Necessita primeiro saber o efeito que semelhantes ocorrências produziram na minha pessoa.⁶¹⁵

O ato que colocou fim à fase áurea da militância comunista – a cassação dos mandatos – ficou gravado na memória desse antigo militante, como um desengano. Ninguém

⁶¹⁰ Estes são os homens que os cassadores querem arrancar da Assembléia. *Tribuna Gaúcha*, 23.12.1947, p. 1-2.

⁶¹¹ BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. Op. Cit., p. 72-73.

⁶¹² VINHAS, Moisés. Op. Cit., p. 94.

⁶¹³ KONDER, Leandro. Op. Cit., p. 72.

⁶¹⁴ VINHAS, Moisés. Op. Cit., p. 95.

⁶¹⁵ MACHADO, Dyonélio. *Memórias de Um Pobre Homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990, p. 128.

mais que ele e seus camaradas haviam apostado tanto no regime democrático que iniciara em 1945. Mais uma vez a clandestinidade voltou a fazer parte da rotina de nossos protagonistas. Mais uma vez suas expectativas perderam-se no horizonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.”

Marc Bloch – 1944

I

O objetivo da pesquisa que deu corpo à história narrada nessa dissertação foi resgatar as representações que os militantes comunistas de Porto Alegre elaboraram em torno da democracia logo após o Estado Novo. Nesse momento, o mundo clamava pelo fim dos regimes ditatoriais e pelo retorno das instituições democráticas. No Brasil, a abertura política trouxe novo alento aos membros do PCB que, depois de 23 anos de atuação clandestina, conquistaram a legalidade.

A busca dos significados atribuídos por eles à democracia levou em conta, sobretudo, o tempo, procedimento teórico-metodológico que me inspirou a nomear esse trabalho *De volta para o presente*. Não um tempo contínuo, uniforme e linear; sem presente, passado ou futuro. Mas um tempo relativizado, cujos sucessivos presentes constituem-se mediante a tensão entre experiências e esperanças, entre as interpretações feitas sobre o passado e as previsões orientadas para o futuro. A reconstrução da história dos membros do PCB da capital gaúcha considerou que as suas representações em torno da democracia estiveram, a cada momento, baseadas em experiências e orientadas por expectativas, num esforço de dar o tom dos posicionamentos que os consecutivos presentes lhes impuseram.

A intenção de conduzir a investigação através de conceitos como “espaço de experiência”, “horizonte de expectativas” e “representação” foi tentar mostrar que a interpretação dos comunistas de Porto Alegre acerca da realidade na conjuntura 1945-1947 – mais especificamente, no que dizia respeito à democracia – ia além daquilo que poderíamos explicar por meio dos conceitos típicos da história das idéias, por exemplo. As representações por eles elaboradas nos permitiram entender o sentido que davam às liberdades – de consciência, de religião (de ter ou não ter), de associação e organização (dos trabalhadores, principalmente), de manifestação e de reunião – e aos direitos, preceitos através dos quais nos esforçaríamos para classificar suas opiniões dentro do que se costuma conceber como democracia direta ou indireta, liberal ou social e assim por diante. A análise dos significados produzidos nos contínuos cruzamentos de experiências e expectativas possibilitou-nos perceber que a democracia defendida pelos militantes ganhava sentidos que ultrapassavam os aspectos social, político e econômico, demonstrando uma faceta subjetiva dotada de impressões sensíveis a respeito do que seria/deveria ser, ou não, democracia para nossos protagonistas naqueles anos de legalidade.

Vimos que os principais personagens da história narrada nessa dissertação eram militantes comunistas, em sua maioria homens, portadores de uma série de valores éticos, bem como de convicções políticas e influências religiosas, e dedicados às mais variadas profissões. Boa parte deles havia nascido entre 1900 e 1920 e, embora houvessem escolhido a capital gaúcha como *lócus* de sua atividade política naquele momento, muitos deles provinham de cidades do interior do Rio Grande do Sul, quando não de outras unidades federais. Tais aspectos determinaram os conteúdos representacionais que eles atribuíram à democracia.

Conseguimos captar as representações principalmente daqueles militantes que apareciam com mais frequência nos jornais de grande circulação, como o *Correio do Povo*, dos que escreviam suas opiniões nos periódicos do Partido – no caso, a revista *Libertação* e o jornal *Tribuna Gaúcha* – ou daqueles com projeção política tal que lhes possibilitou lograr uma cadeira no parlamento gaúcho. Alguns nomes destacaram-se ao longo da narrativa, como os de Abílio Fernandes, César Nani, Dyonélio Machado, Edgar José Curvello, Eloy Martins, Geminiano Candiota Xavier, João Aveline, Jover Telles, Julieta Batistioli, Júlio Teixeira, Maria Crespo, Mário Escobar Azambuja, Otto Alcides Ohlweiller, Pinheiro Machado, Rui Moreira e Sérgio Holmos. Comunistas comprometidos não apenas com os estatutos do Partido, mas com a causa do comunismo, cuja certeza de realização convencia-os da legitimidade de se submeter à forte estrutura partidária, com suas constantes e absorventes exigências, características do centralismo democrático.

Esse foi um dos vieses através do qual os significados que a democracia adquiria para os comunistas de Porto Alegre foram resgatados, pois eles acreditavam que ela existia no interior mesmo da organização. Coesão – nascida da “unidade de vontade” dos membros – e disciplina – não necessariamente desprovida de crítica – pautavam uma forma de ver o Partido e a democracia existente em seu interior que se opunha à descentralização, tão característica do domínio dos coronéis. Toda a estrutura orgânica e o estabelecimento de normas nesse âmbito da militância tinham um modelo: a URSS, sociedade igualitária, justa e fraternal – e por isso democrática – do porvir. A Rússia era o lugar da utopia realizada, no qual nossos protagonistas se inspiravam. Lá, a democracia era plenamente executada porque sustentada no centralismo.

Foi tendo a União Soviética como o exemplo de regime democrático a ser alcançado (uma expectativa a longo prazo) que nossos protagonistas adentraram 1945, conduzidos pela euforia da conquista da legalidade. Ao longo dos anos de 1946 e 1947, o entusiasmo desmedido foi cedendo lugar à desilusão, muito embora não tenha podado completamente a

esperança na democracia, que deveria vir com a vitória da revolução democrático-burguesa. Alguns eventos, porém, foram apontando em horizontes mais próximos, como a anistia, a instalação da Assembléia Constituinte, as eleições de 02 de dezembro de 1945, as greves, o IV Congresso, o pleito de 19 de janeiro de 1947, o fechamento do PCB e a cassação dos mandatos. No decurso desses acontecimentos – tendo no anticomunismo da LEC um dos principais inimigos e nos agentes da Polícia Política companhias inseparáveis, ainda que indesejadas – os militantes fizeram do Centro de Cultura Popular Euclides da Cunha, bem como das células e comitês espalhados pelas ruas porto-alegrenses, cenários de sua luta, alimentando esperanças e tecendo representações ligadas à democracia pautadas por uma moral muito particular e por uma visão da história orientada para o futuro.

Ao longo da conjuntura, o PCB defendeu intransigentemente a ordem e a tranqüilidade, propondo a União Nacional como a forma pacífica e segura através da qual a democracia seria consolidada e o progresso finalmente alcançado. Tática política preconizada desde os anos 1930 e aceita de forma contrariada por muitos militantes em 1945, a União Nacional defendia a junção entre o proletariado, os camponeses e a burguesia nacional (independente de pontos de vista ideológicos e filosóficos ou de credos religiosos) em prol da emancipação político-econômica do Brasil, realizando a reforma agrária, revendo os contratos com o capital estrangeiro e ampliando a produção e o mercado internos. As sedes do MUT e os Comitês Populares foram instrumentos usados por nossos protagonistas no intuito de lograr a unidade preconizada, embora alguns deles não concordassem com o papel atribuído a Getúlio Vargas nesse processo por Luiz Carlos Prestes. Diferente do líder do Partido, os comunistas de Porto Alegre enfatizavam o povo como principal agente da União Nacional, jogando com a fluidez desse termo a fim de fixar as necessidades da sociedade brasileira, bem como sua importância e responsabilidade naquele momento histórico. A democracia deveria visar os interesses da população e, nesse sentido, o mais importante era lutar pela União Nacional, reunião de todos os segmentos da sociedade brasileira que geraria o clima de colaboração e entendimento, sem os quais o combate aos “restos fascistas” se tornaria ainda mais difícil.

Não se tratava, porém, de oportunismo, de apelo ao povo com vistas a atingir um objetivo independente dos anseios populares. Na conjuntura 1945-1947, o povo (ora os trabalhadores, ora todos aqueles que sofriam com determinadas necessidades – industriais, camponeses e proletariado) e a Nação brasileira permearam os discursos e reportagens dos comunistas de Porto Alegre, ocupando o cerne de suas preocupações. Guiados pela “autêntica moral” (a moral socialista), eles faziam da solidariedade o eixo de sua luta, colocando o

coletivo acima do individual, condenando a desigualdade social e se opondo a qualquer tipo de egoísmo. O futuro igualitário que começava naquele presente teria a fraternidade em sua base. Tanto a produção quanto a distribuição aconteceriam em função das necessidades da população. Era defendendo o bem-estar do ser humano que os militantes interpretavam o passado e o presente e projetavam o futuro democrático.

Para os comunistas, a humanidade evoluía num determinado sentido. O decurso que levaria à revolução avançava, e com ele também a democracia, cuja marcha ninguém mais poderia deter. A anistia, a Assembléia Constituinte e as eleições ocorridas na conjuntura, por exemplo, foram consideradas etapas/passos importantes desse implacável processo. Outros eventos, contudo, apareceram como obstáculos à marcha, como o retorno da repressão (com a proibição de comícios comunistas, as restrições aos grevistas, a prisão de membros do PCB, as medidas contra funcionários ligados ao comunismo, o fechamento da JUC e assim por diante), o cancelamento do registro do Partido e a cassação do mandato de seus parlamentares. Tais casos foram qualificados pelos militantes como “reacionários”, termo pejorativo e impregnado de juízo de valor que servia para fazerem referência a todas as pessoas e procedimentos que se opunham às expectativas de um futuro distinto do presente.

Contudo, mesmo tendo os olhos voltados para o porvir, os militantes não desprezaram o pretérito, resgatando de forma seletiva eventos passados e submetendo-os à crítica e julgamento no intuito de atender as exigências que o presente lhes impunha: a necessidade de legitimar seu lugar no novo cenário político. A violência, as fraudes e os desmandos típicos dos coronéis, tanto quanto a atuação da Aliança Nacional Libertadora e o levante de novembro de 1935, foram retomados a fim de demonstrar que eles defendiam a democracia desde a década anterior, combatendo o domínio dos chefes regionais, lutando contra o nazifascismo e pela verdadeira democracia.

Nesse sentido, existiram momentos de euforia e confiança no futuro, sobretudo no primeiro ano de nosso recorte, nos quais o uso da memória (e da história) pelos comunistas visou enfatizar que a história do Brasil, de um modo geral, e a dos comunistas, em particular, estavam entrando em uma nova e diferente etapa de sua evolução. Todavia, a partir de 1946 e, sobretudo, em 1947, as razões pelas quais os seguidores do comunismo, em Porto Alegre, retomaram experiências passadas sofreram o decepcionante impacto do retorno da repressão e dos processos de cancelamento do registro do PCB e da cassação dos mandatos. Para os militantes, tais aspectos significavam um retrocesso, e suas recordações retomaram o passado em tom de alerta e de protesto, como forma de frisar que a marcha em direção à democracia estava diante de um tropeço.

O Estado Novo e o fascismo foram os principais eventos resgatados pelos militantes do PCB no intuito de mostrar que aspectos do passado permaneciam no presente, configurando tudo aquilo que seria o avesso da democracia. “Restos fascistas” constituiu-se na expressão mais usada por eles para caracterizar determinados grupos e acontecimentos que, em sua opinião, davam continuidade a uma política ultrapassada. As oligarquias latifundiárias ligadas ao capital estrangeiro colonizador (especialmente o ianque) retomavam atitudes que haviam levado o mundo à guerra; procedimentos que entravavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, etapa sem a qual não se daria a revolução, configurando-se em verdadeiros obstáculos para a consolidação da democracia. Uma vez guiados pelos seus próprios interesses (e os de seus aliados), e não pelo desejo de solucionar os problemas do povo brasileiro, os “restos fascistas” eram moralmente corrompidos, indo às últimas conseqüências para retirar de seu caminho aqueles que primavam pelo povo e a Nação: os comunistas.

Assim, diante dos processos de cancelamento do registro do PCB e da cassação dos mandatos, tais inimigos adquiriram qualidades extremamente negativas aos olhos de nossos protagonistas. Muitos epítetos escolhidos por eles para qualificá-los pouco se diferenciavam daqueles usados pelos anticomunistas. Os militantes caracterizaram os adversários com expressões assustadoras, as quais evocavam imagens que despertavam medo e pavor. Ao utilizar símbolos existentes havia séculos (monstro, negro, sombra, escuridão, trevas, noite etc.) – provocadores de sensações como angústia e inquietude – aprendidos e assimilados na própria vida social, os comunistas de Porto Alegre procuraram mostrar o quão perigoso era o oponente e o quanto a democracia estava ameaçada. Diante desses momentos cruciais para o futuro da militância, eles retomaram o passado ditatorial no intuito de demonstrar que resquícios daquele tempo em que predominara o mal, a perversidade, a ignorância, a irracionalidade, o sofrimento, a intolerância e a morte estavam presentes, colocando em risco todas as vitórias democráticas alcançadas desde os primeiros meses de 1945.

Dessa forma, o ato de lembrar o passado sofreu modificações ao longo da conjuntura, de acordo com as demandas do presente e com as impressões que os comunistas tinham em relação ao futuro. Já as predições, desde as mais imediatas até aquelas que saltavam em direção a um futuro longínquo – todas alimentadas pelo intenso desejo de um regime verdadeiramente democrático, o socialista – dialogavam com a memória no sentido de calcular as possibilidades do desejado se realizar. Os prognósticos constituíam-se em maneiras de antecipar o que viria, de se adiantar aos acontecimentos, projetar ações, tudo com o escopo de chegar ao futuro almejado.

Os comunistas usavam a memória de um passado não-democrático para mensurar o quão distante estavam de alcançar a democracia. Quanto mais aspectos do pretérito viam no presente – repressão às manifestações populares, cancelamento do registro do Partido, cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas e assim por diante – mais longe a democracia parecia estar, pois tais resquícios eram considerados obstáculos a serem ultrapassados. Tal aspecto apareceu, sobretudo, em 1947. Em 1945, esses resíduos do pretérito pareciam dar seus últimos suspiros, e o futuro democrático pairava num horizonte não muito distante.

II

Essa dissertação apresentou parte do caminho trilhado para responder à pergunta: que representações os militantes comunistas de Porto Alegre elaboraram sobre a democracia na conjuntura 1945-1947? Outras reflexões a subjazem sem terem sido mencionadas em momento algum da narrativa, meditações realizadas ao longo da análise dos documentos, da leitura dos textos e das discussões travadas – ora nas reuniões de orientação, ora em sala de aula, ora ainda em conversas informais – ou delas decorrentes.

Os conceitos de “representação” e “imaginário” (este também cogitado, inicialmente, como instrumento de interpretação das fontes), além da relação entre as noções de “memória” e “espaço de experiência”, transformaram-se em objeto de intensa reflexão, tendo como suporte empírico o caso dos militantes comunistas da capital gaúcha da metade da década de 1940. Nesses momentos, preocupou-me descobrir o potencial explicativo dessas categorias para responder ao problema de pesquisa. Para além das necessidades específicas dessa investigação, contudo, tais ponderações renderam-me um rico aprendizado, que certamente me acompanhará por toda a vida.

Obras literárias de autoria de alguns dos comunistas estudados faziam parte da relação de fontes presente no projeto de pesquisa. Um exemplo é o livro *Deixemos as rosas para amanhã*, de Fernando Melo, do qual retirei os poemas que servem de epígrafe às partes I e II dessa dissertação. Além dele, outras tantas poesias, bem como novelas, romances e peças teatrais foram selecionadas. No entanto, os demais testemunhos contribuíram com um volume de informações tal que acabei descartando a necessidade de cruzá-los com a literatura, embora já tivesse começado a estudar acerca do uso desses textos como fonte histórica, sobre o realismo socialista etc. Até o momento, não conheço nenhuma pesquisa – no âmbito da

Historia – cujo cerne seja a produção literária dos comunistas gaúchos. Aqueles que se dedicarem a essa tarefa, entrarão em terreno praticamente inexplorado e extremamente fértil.

Apesar de atrair poucas atenções, o período da legalidade apresenta vários aspectos a serem desvendados. No Rio Grande do Sul, especialmente, há toda uma reconstrução de fatos locais e levantamento de pessoas envolvidas a ser realizado. Acredito também que a tensão entre a vontade dos militantes e sua submissão às imposições da agremiação requer um olhar mais apurado. Há detalhes referentes à organização partidária igualmente inexplorados, como a escolha dos patronos das células. Eles seriam eleitos pelo conjunto de militantes, ou impostos pela direção do Partido? Quais os objetivos e o significado desse procedimento? Quem eram os personagens considerados dignos de servirem de exemplo? Com base em quais critérios acontecia a escolha? Que passado eles reconstruíam nesse processo? Quais as repercussões disso na militância? A referida conjuntura apresenta uma vantagem para aqueles que se aventurarem na busca de respostas para essas indagações (muito embora elas não se restrinjam a esse recorte temporal): o fato da documentação sobrevivente não apresentar tantas lacunas como nos períodos de ilegalidade.

Os pontos mencionados são exemplos de como um problema de pesquisa pode desdobrar-se em outros tantos. Espero que o estudo aqui relatado tenha contribuído para preencher a contento algumas lacunas e colaborado com dados e discussões no sentido de amparar trabalhos futuros. Faço de minhas últimas palavras, portanto, um convite. Há muito a ser feito pela história (e pela memória) da esquerda brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves et. all. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Lucília Neves. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. *Lócus*. Revista de História. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/UFJF, vol. 4, n. 1, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos da movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, pp. 91-99, dezembro de 1997. PPG em História da UFRGS.

BATTIBUGLI, Thaís. *A Solidariedade Antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil da Década de 1940*. Autoritarismo e Democracia. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BREUILLY, John. "Abordagens do Nacionalismo". In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões*. Os Comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1986.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À Beira da Falésia*. A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

DWORKIN, Ronald. “A democracia e os direitos do homem”. In: DARNTON, Robert & DUHAMEL, Olivier. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de estudos* (PPG – História UFRGS), Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, dezembro de 1998.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Alexandre & NEGRO, Antônio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História social. *Métis: história & cultura*. Vol. 3, nº 5, janeiro/junho de 2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média. Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GARCIA, Eliane. *A ação legal de um partido ilegal*. O trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960). Porto Alegre: 1999. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

GARCIA, Marco Aurélio (Org.) *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

_____. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, (8/9), 1997.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*. Porto Alegre – PPG – História – UFRGS, n. 7, julho de 1997.

_____. *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Temps du monde, histoire, écriture de l’histoire. Texto apresentado pelo autor em conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 05 de outubro de 2005.

HEINZ, Flávio (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes*. Breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005.

_____. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JODELET, Denise. (Dir.) *Les Representations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. São Paulo: Petit, 1997.

KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1983.

_____. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pre-Textos, 2003.

- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LENINE, V. I. *Democracia socialista*. Lisboa: Edições Avante!, 1975.
- MACHADO, Dyonélio. *Uma Definição Biológica do Crime*. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1933.
- MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos*. A vida de 31 Militantes da Classe Operária. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- _____. *A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 2004.
- MARTINS, Marisângela. Ser comunista em Porto Alegre entre 1945 e 1947. *história e-história* – Revista eletrônica. 04 de janeiro de 2007. URL: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=47> .
- MELO, Fernando. *Deixemos as rosas para amanhã*. Porto Alegre: Cadernos da Horizontes, 1953.
- MORAES, João Quartim de. “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crisações (1944-1954)”. In: _____. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III: Teorias, Interpretações. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- MOTTA, Rodrigo. P. S. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, 2000. Tese de doutorado.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no Imaginário Cristão*. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hélio (Org.). *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)* São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. As leituras da memória: a cidade imaginária de um cronista do sul brasileiro (Antônio Álvares Pereira Coruja e a Porto Alegre do início do século XIX). *Anos 90*, Porto Alegre, PPG – História – UFRGS, nº 14, dezembro de 2000.
- PETERSEN, Aura Terezinha T. et. alli. *Movimentos grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979*. Porto Alegre: PUCRS, 1981, vol. 1 (mimeo).
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992.

POMER, Carlos. Estatuto. A luta pelo partido leninista no Brasil. *Diário Vermelho* [online]. 13 de outubro de 2005 [citado em 26 de setembro de 2006]. Disponível na World Wide Web < http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1013/1013_hist_estatutos.asp>.

PRESTES, Anita L. *Da insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945). A Virada Tática na Política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico.” In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RODEGHERO, Carla. Confrontos no pós-guerra – O anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *Revista História Hoje*. Revista Eletrônica de História. Vol. 3, nº 8, dezembro-2005.

_____. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *Métis: História e Cultura*, n. 10, 2006. (No prelo)

_____. *O Diabo é Vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, T. 3, v. 3, pp. 361-443.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”. MORAES, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III: Teorias, Interpretações. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

RYAN, Alan. “Democracia Liberal ou Social”. In: DARNTON, Robert & DUHAMEL, Olivier. (Org.) *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 2, 2002, pp. 275-289. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n2/a03v24n2.pdf> .

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *PCB: a questão nacional e a democracia*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, pp. 217-240.

SEIXAS, Jacy. Halbwachs e a memória – reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*. São Paulo: EDUNESP, n. 20, 2002.

SCHMIDT, Benito B. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. *Revista Brasileira de História* [online]. 2001, vol.21, no.41 [citado 28 de setembro de 2006], p.113-126. Disponível na World Wide Web <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188>.

SPINDEL, Arnaldo. *O partido comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TILL, Rodrigues. *Dyonélio Machado. O homem – a obra*. Porto Alegre: E.R.T. Edições, 1995.

VIANNA, Marly. “A Aliança Nacional Libertadora”. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Orgs.) *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003.

VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

FONTES

* Esse sinal indica que os documentos contribuíram de diversas maneiras para a pesquisa, tanto com informações sobre a opinião dos militantes comunistas de Porto Alegre a respeito das questões que se lhes impunham na conjuntura 1945-1947, como com dados para a elaboração das tabelas e gráficos que tomam parte no conjunto da dissertação ou ainda para a confecção das listagens que compõem a sessão de apêndices.

I – Periódicos

Jornal *Diário Carioca*, exemplar de 02 de março de 1945 (Acervo Literário Érico Veríssimo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

Jornal *Correio do Povo* (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).*

Exemplares de 1945, 1946 e 1947.

Jornal *Diário de Notícias* (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).*

Exemplares de 1945.

Revista *Libertação* (Originais do Arquivo João Batista Marçal e cópias micro-filmadas do Núcleo de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFRGS).*

Ano I, números 20, 21, 25, 27, 29, 30, 32 e 38 de 1945 e n° ? de 1946.

Jornal *Tribuna Gaúcha* (Originais do Arquivo João Batista Marçal e cópias micro-filmadas do Núcleo de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFRGS).*

Ano I – n° 265 e 266 de março de 1947

Ano I – n° 282 de maio de 1947.

Ano I – n° 436 de novembro de 1947.

Ano I – n° 455, 558 e 461 de dezembro de 1947.

Ano I – n° 466, 467, 468, 469, 470, 473, 475, 478, 479, 480, ? de janeiro de 1948.

II – Relatórios DOPS-RS (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ).*

III – Carteira de comunista (Arquivo João Batista Marçal).*

IV - *Relatório* de reunião, ocorrida em 27 de julho de 1945, datado de 04 de agosto de 1945. (Arquivo João Batista Marçal).*

V – Documentos oficiais do Partido Comunista do Brasil publicados:

CARONE, Edgar. *A Quarta República* (1945-1964). I – Documentos. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

PRESTES, Luiz Carlos. *Os comunistas na luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945. (Fotocópia de Original pertencente ao Arquivo João Batista Marçal)

VINHAS, Moisés. *O Partidão*. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

Em marcha para o IV Congresso do P.C.B. Edição do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, 1946. (Fotocópia de Original pertencente ao Arquivo João Batista Marçal)

Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro – 1945. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ).

Instruções aos fiscais do Partido Comunista do Brasil. Para as Eleições de 19 de Janeiro de 1947. Edição do C. N. do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: 1946. (Fotocópia de Original pertencente ao Arquivo João Batista Marçal).

VI – *Anais* da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul. (Biblioteca Borges de Medeiros – Solar dos Câmara).

VII – Entrevistas:

Entrevista com Carlos Callage, realizada em 17 de junho de 1999, em Porto Alegre, por Carla Simone Rodeghero.*

Entrevista com Eloy Martins e sua esposa Angelina, realizada por Carla Rodeghero no dia 15 de junho de 1999, em Porto Alegre.*

Entrevista com João Batista Aveline, realizada em 18 de fevereiro de 1999 por Maria Luiza Martini e Eliane R. Garcia, com a presença de Gustavo, na sede do Diretório do PPS em Porto Alegre. Transcrição – Carla Simone Rodeghero.*

Entrevista com Serafina, filha de Julieta Batistioli, realizada por Maria Luiza Martini em Porto Alegre.*

CARVALHO JÚNIOR, Francisco & GARCIA, Eliane Rosa. (Org.) *Adorável Camarada*. Memórias de Julieta Batistioli. Entrevistas realizadas com Julieta Batistioli, em 29 de junho de 1990 e 22 de julho de 1992, por Francisco Carvalho Júnior. (Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).*

VIII – Memórias:

MACHADO, Dyonélio. *Memórias de Um Pobre Homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.*

MARTINS, Eloy. *Um Depoimento Político*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989.*

OSÓRIO, Laci. *Questão de Vida*. Memória em tempo de Porto Alegre. 3ª Parte. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.*

XAVIER, Geminiano Candiota. *Memórias de um velho militante*. (Documentos para a História Operária do Rio G. do Sul). Porto Alegre: 1985. (Fotocópia de original pertencente ao Arquivo João Batista Marçal).*

APÊNDICES

Apêndice A
Lista de Militantes

A

Militante	Fonte
Abdias Silva	CP24.11.1945p4
Abílio Fernandes	CP06.09.1945p8
Abraão Akxelrud	CP14.11.1945p4
Acélio Daudt	CP29.09.1945p3
Acteon Valle Machado	CP19.09.1945p8
Adail Borges Fortes	CP24.11.1945p4
Adalberto Silva	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Adalgisa Machado	CP06.09.1945p8
Adão Correa da Silva	CP25.11.1945p4
Adão José Barbosa	CP29.09.1945p3
Adão Rosa Vilanova	CP29.09.1945p3
Ademar Delurki	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Ademar Pinto	CP18.09.1945p12
Adolfo Gruenes	CP27.11.1945p4
Adroaldo Germano Scholtz	CP30.11.1945p4
Afonso Gresler	LIB08.09.1945p4e5
Afonso Teixeira Novo	CP27.11.1945p4
Agenor Alves	CP01.12.1945p4
Agenor Moreira Ereias	CP01.12.1945p4
Agostinho Antônio Espíndola	CP01.12.1945p4
Agripino Vasconcelos	CP29.09.1945p3
Alberto Prado	TG26.11.1947p2
Alberto V. Rosa	LIB27.10.1945contra
Albino Mendes da Silva	CP25.11.1945p4
Albino Portela Fagundes	CP29.11.1945p7
Alcebíades da Silva Ramiro	CP27.11.1945p4
Alcides Gomes dos Santos	CP29.09.1945p3
Alcina Rangel	CP06.09.1945p8
Alcindo Martins da Silva	CP01.12.1945p4
Alda Maria Marchioni	CP25.12.1945p24
Aldenor Tedesco	CP14.11.1945p4
Aldo O. Carvalho	CP27.09.1945p2
Alexandre Morena	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Alfredo Bonacci Fialho	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335

Alfredo Felizardo	CP06.09.1945p8
Alfredo Gerhardt	CP19.09.1945p8 / CP27.11.1945p4
ou Alfredo Antônio Gerhardt	
Alfredo Jaques	CP30.09.1945p12
Alfredo Lebouté	CP25.11.1945p4
Alfredo Luiz Guedes	CP06.09.1945p8
Alice Meireles de Medeiros	CP27.11.1945p4
Almir Bitencourt	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Álvaro Caetano	CP11.10.1945p4 / CP23.04.1946p3
ou Álvaro Ósimo Caetano	
Álvaro Moreyra	CP29.09.1945p3
Amantina Schmidt Tolotti	CP27.11.1945p4
Américo Ayala	CP08.11.1945p8 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
ou Américo Ayala	
André Viafore	CP30.11.1945p4
Ângelo Francisco	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Anita Ávila	CP06.09.1945p8
Anselmo Amaral	CP14.11.1945p4
Antônio Acelino Lucas	CP27.11.1945p4
Antônio Bernardes	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Antônio Campos	CP29.09.1945p3
Antônio Carlos Oliveira	TG26.11.1947p2
Antônio Carlos Ribeiro	CP29.09.1945p3
Antônio Cerqueira	CP29.09.1945p3
Antônio Crispim Canabarro Cerqueira	CP01.12.1945p4
Antônio de Oliveira	CP01.12.1945p4
Antonio Del Arroio	TG26.11.1947p1
Antonio Dias	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Antônio Ferreira Martins	CP22.11.1946p10
Antônio Guerra Acanan	TG26.11.1947p2
Antônio José Duarte	CP27.11.1946p4
Antônio Narciso Goulart	CP27.11.1945p4
Antônio Nascimento	CP27.11.1945p4
Antonio Pinheiro Machado Neto	CP15.09.1945p4
Antônio Salatino Netto	TG26.11.1947p2
Antônio Teixeira e Silva	CP29.11.1945p7
Antônio Tergolina	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Araci Gomes Gonçalves	CP01.12.1945p4

Ari Albino Rocha	CP16.01.1946p.4
Ari Borges da Costa	CP29.09.1945p3
Aristóteles Ortiz	CP07.11.1945p10
Arlindo Nunes	CP27.11.1945p4
Arlindo Souza	CP07.11.1945p10 / CP29.11.1945p7
ou Arlindo Ferreira de Souza	
Armando da Silva Gonçalves	CP27.11.1945p4
Armando Ferreira	CP28.02.1946p3
Armando Leão	CP30.09.1945p12
Armando Pacheco de Souza	CP30.09.1945p12
Armindo B. Schmidt	CP01.12.1945p4
Armindo Krucirinski	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Arthur Nunes Garcia	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502
Artur César Sperry	CP29.09.1945p3
Artur Travassos	CP29.09.1945p3
Ary Steimer	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Astor Rocca Barcelos	CP30.11.1945p4
Augusto L. dos Santos	CP29.09.1945p3
Augusto Paiva Neto	CP29.09.1945p3
Áurea de Almeida Barros	CP27.11.1945p4
Aurélio Limeira Tejo	CP25.11.1945p4
Aurélio Quinquilhano dos Santos	CP29.09.1945p3

B

Militante	Fonte
Baimman Thonsem	CP27.11.1945p4
Beatriz Acosta	CP01.12.1945p4
Beatriz Bandeira	
Beatriz Piccardo Galinacci	CP27.11.1945p4
Beatriz Regina	CP29.09.1945p3
Benedito Soares Pires	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Bento Siqueira Dias	CP30.11.1945p4
Benzion Kuperschmidt	CP01.12.1945p4
Brasil da Silva Ilha	CP30.09.1945p12
Bruno Serafini	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334

C

Militante	Fonte
-----------	-------

Candido Simas	LIB08.09.1945p4e5
Carlos Alberto Fernandes	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Carlos Alberto Petrucci	CP06.09.1945p8
Carlos Bonhome ou Carlos Bonhamme	CP18.04.1946p3 / CP23.04.1946p3
Carlos Brandão Birnfeld	CP29.09.1945p3
Carlos Calage	CP18.09.1945p12
Carlos Correa	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Carlos Gonzaga	CP27.11.1945p4
Carlos Lima Aveline	CP29.11.1945p7
Carlos Nicolawoski	CP27.11.1945p4
Carlos Saraiva	CP25.12.1945p24
Carlos Scliar	CP24.11.1945p4
Carlos Sena Navarro	CP27.11.1945p4
Carmem Xavier Alves	CP27.11.1945p4
Célio Bahlis	CP27.11.1945p4
César Cardoso Nani ou Cesare Cardoso Nanni	CP15.09.1945p4 / TG23.12.1947p3
César Ávila	CP06.09.1945p8
Cesário Coimbra	LIB27.10.1945contra
Cid Pinheiro Cabral	CP29.09.1945p3
Cineras de Carvalho ou Cisneiro de Carvalho	CP08.11.1945p8 / CP06.09.1945p8
Ciro Martins	CP06.09.1945p8
Claudino Nemmen	CP27.11.1945p4
Conceição dos Santos Izaguires	CP01.12.1945p4
Constantino Miranda	CP01.12.1945p4
Consuelo Rolde Xavier	Carteira de militante digitalizada

D

Militante	Fonte
Dali Garcia	CP27.11.1945p4
Dalila Nunes de Almeida	CP01.12.1945p4
Dalila Oliveira Thonsem	CP27.11.1945p4
Danilo Luz Krause	CP01.12.1945p4
Darci Paiva	CP24.11.1945p4
Darci Teixeira	CP25.11.1945p4
Dario Silveira de Azevedo	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
David Cunha	CP18.09.1945p12
Deborah Souza Ribeiro	CP29.11.1945p7

Deburgo de Deus Vieira	CP06.09.1945p8
Décio de Souza ou Décio Soares de Souza	CP27.11.1945p4 / CP01.12.1945p4
Décio Floriano ou Décio Nunes Floriano	CP15.09.1945p4 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Décio Freitas	CP15.09.1945p4
Demétrio Ribeiro ou Demétrio Ribeiro Neto	CP06.09.1945p8 / CP25.11.1945p4
Democrata Soares	CP18.09.1945p12
Diana Nunes Godoi	CP27.11.1945p4
Dilermando Martins	CP30.09.1945p12
Dilon Schirman	CP27.11.1945p4
Dirceu Alves	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Domingos Correa Coutinho	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Donato Torres	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Doralino Gonçalves	CP27.11.1945p4
Dorival Domingos de Lima	CP27.11.1945p4
Dulfe P. Machado ou Dulphe Pinheiro Machado	CP18.09.1945p12 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Dyonélio Machado	

E

Militante	Fonte
Edgar Alabarce	CP25.11.1945p4
Edgar Curvello	CP06.09.1945p8
Edgar Hippen	CP01.12.1945p4
Edite Jardim	CP27.11.1945p4
Édolo Piatelli	CP27.09.1945p2
Edu Flores da Veiga	CP01.12.1945p4
Eduardo Barreiro	CP22.11.1946p10
Eduardo Faraco	CP06.09.1945p8
Eduardo Vitória Bukasku	CP16.01.1946p.4
Edvaldo Pereira Paiva ou Edwardo Paiva	CP25.11.1945p4 / CP29.09.1946p24
Eglê Malheiros	CP06.09.1945p8
Eivlis Mabilde	CP06.09.1945p8
Elbi Martins	CP22.11.1946p10
Eleodoro dos Santos	CP25.11.1945p4
Eloá Guimarães Torres	CP27.11.1945p4
Eloá Krause	CP27.11.1945p4

Eloar Guazelli	TG26.11.1947p2
Eloy Martins	CP15.09.1945p4
Elsa Lüks	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Elvira Keller	CP27.11.1945p4
Emilce Aveline	CP06.09.1945p8 / CP30.09.1945p12
ou Emilce de Lima Aveline	
Emílio Gulskov	CP18.09.1945p12
Emma Nectoux Araujo	CP01.12.1945p4
Enea Alabarce	CP25.11.1945p4
Enedir Coelho Ferreira	CP01.12.1945p4
Enio Castilhos	CP27.09.1945p8
Enio Mailander	CP30.11.1945p4
Enulce Lima de Oliveira	CP27.09.1945p2
Erasmio Torres de Carvalho	TG23.12.1947p3
Ernani Correa	CP29.09.1945p3
Ernani Gonçalves Pereira	CP07.11.1945p10
Ernesto Guilloux	CP27.11.1945p4
Ernesto Sander	CP06.09.1945p8
Esa Laks	CP18.09.1945p12
Estácio Luz	CP30.11.1945p4
Estela Bethiol Pianta	CP30.11.1945p4
Euclides Dorneles	CP28.02.1946p3
Euclides Silva Garcia	CP30.11.1945p4
Eufrásio Bezerra Medeiros	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Eugênia Salgado Gomes	CP27.11.1945p4
Eugênio Botto Aguiar	CP28.11.1945p5
Eugênio de Aguiar	CP08.11.1945p8
Eugênio Gualdi	CP27.11.1945p4

F

Militante	Fonte
Favorino Soares	CP19.09.1945p8
Felix Gamboa	CP18.09.1945p12
Fernando Ferreira Vilar	CP28.02.1946p3
Fernando Guedes	CP29.09.1945p3
Fernando Melo	
Fernando Pereira de Arruda	CP01.12.1945p4
Fernando Pereira Gomes	CP27.11.1945p4
Fernando Silveira	CP22.11.1946p10
Fidêncio R. da Silva	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335

Fioralba de Camilis	CP01.12.1945p4
Flávio Argolo	CP06.09.1945p8 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00332
Flávio Franco	CP30.09.1945p12
Flávio Soares	CP14.11.1945p4
Fleuri Esteves	CP19.09.1945p8
Francelina Teixeira	CP27.11.1945p4
Francelino Ricardo	CP12.01.1946p4
Francisca Rosa da Silva	CP25.11.1945p4
Francisco Albuquerque	LIB08.09.1945p4e5
Francisco Assis Leal	CP01.12.1945p4
Francisco Dias	CP14.12.1945p3
Francisco Lacerda	CP28.11.1945p5
Francisco Mazzei	CP12.01.1946p4
Francisco Medeiros	CP24.02.1946p10
Francisco P. das Neves	CP29.09.1945p3
Frederico B. Barreto Viana	CP01.12.1945p4

G

Militante	Fonte
Gabriel Doly Oliveira	CP29.09.1945p3
Gabriel Pedro Martins	CP25.11.1945p4
Gasigo Chagas Pereira ou Gashipo Chagas Pereira	CP27.11.1945p4 / CP29.11.1945p7
Gaspar Escobar	CP08.11.1945p8
Geni Kerschner	CP01.12.1945p4
George Muller Mendes	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00336
George Pires Chaves	TG26.11.1947p2
Geraldo Cozbec	CP25.12.1945p24
Germano Bonow Filho	TG26.11.1947p2
Germano Jesephson	CP06.09.1945p8
Geminiano Candiota Xavier	CP15.09.1945p4
Gibram Bahlis	CP14.11.1945p4
Gilda Marinho	CP29.09.1945p3
Gino Ario Alves da Silva	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Gomercindo Alves Coelho	LIB08.09.1945p4e5
Gonçalo Guimarães e Viterbo	CP27.09.1945p8
Gonçalves Dias	CP18.09.1945p12
Graciano Lemos Oliveira	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776

Gregório Malheiros	CP01.12.1945p4
Guaíba Correia da Silva	CP28.11.1945p5
Guilherme A. Wentzel	CP01.12.1945p4

H

Militante	Fonte
Heidée Dalila Schmidt Hippen	CP01.12.1945p4
Heitor Martins de Souza	CP01.12.1945p4
Heitor Paulo Lahm	CP29.09.1945p3
Heitor Viterbo de Oliveira	CP18.09.1945p12
Hélio Vizzi	CP01.12.1945p4
Hemógenes Bacelar	CP12.01.1946p4
Herberto Siegfrefed Kaldeich	CP01.12.1945p4
Herculano Bertê	CP30.09.1945p12
Herculano Rodrigues	LIB08.09.1945p4e5
Hermelino Martins da Rosa	CP27.11.1945p4
Hermínio Pereira	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Hermógenes Machado Salles	CP01.12.1945p4
Herta Alves Neuman ou Herta Alma Neumann	CP27.11.1945p4 / CP01.12.1945p4
Hespéria Gomes	CP01.12.1945p4
Higino Correa	CP29.09.1945p3
Hilda de Castro Jobim	CP29.09.1945p3
Hilda Fetter Alamo	CP30.11.1945p4
Homero de Castro Jobim	CP06.12.1945p3
Homero Oliveira	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Honorina de Oliveira	CP25.11.1945p4
Honório da Silva	CP01.12.1945p4
Horizontalina Gonçalves	CP27.11.1945p4
Hugo Grivichiche	CP09.11.1945p7
Hugo Portinho	TG26.11.1947p2
Humberto Foli	CP14.11.1945p4

I

Militante	Fonte
Ib Barros Kern	CP19.09.1945p8
Ilse Kieper Weber	CP01.12.1945p4
Inácio Broca	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00333

Irineu Jardim	CP27.11.1945p4
Íris J. Caetano	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00509
Isabel Cruz Jesus	CP27.11.1945p4
Isaac Acxelrud (Pseudônimo: Josino Campos)	CP27.09.1945p8
Isaias Lokshin	CP06.09.1945p8
Ítalo da Prata ou Ítalo Del Prati	LIB08.09.1945p4e5 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Ivar Feijó	TG26.11.1947p2
Ivo José Diniz	CP29.09.1945p3
Ivone Veigas Erich	CP01.12.1945p4
Izula Villanova Gerhardt	CP29.09.1945p3

J

Militante	Fonte
J. P. Bitencourt	CP11.11.1945p4
Jacinta Passos	CP20.10.1945p8
Jacob Koutzii (Pseudônimo: Plínio Moraes)	CP06.09.1945p8 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00332
Jaime Garcia	CP27.11.1945p4
Janete Macline	TG26.11.1947p2
Japir do Carmo	CP29.09.1945p3
Jarbas S. Pereira	CP27.09.1945p2
João Alberto Schenkel Filho	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00333
João Antônio da Silva	CP01.12.1945p4
João Antônio de Assis Brasil	CP29.09.1945p3
João Aveline	
João Baptista	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
João Cacildo Pinto	CP01.12.1945p4
João da Rosa Goulart	CP27.11.1945p4
João de Oliveira	CP29.09.1945p3
João Dilorenzi	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
João dos Santos	CP25.11.1945p4
João Felisberto da Silva	CP25.11.1945p4
João Fidelis Stamb	CP01.12.1945p4
João Francisco de Azevedo	CP01.12.1945p4
João Francisco Goulart	CP27.11.1945p4
João G. Torres	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
João Gomes da Silveira	CP25.11.1945p4
João Lyra	CP30.11.1945p4

João Nunes Clos	CP01.12.1945p4
João Oscar de Oliveira	CP19.09.1945p8
João Pereira Nunes	CP27.11.1945p4
João Santana	TG26.11.1947p1
João Schenkel Filho	CP19.09.1945p8
João Tabajara	TG26.11.1947p2
Joaquim Furtado Silveira	CP01.12.1945p4
Joaquim Torres	CP27.11.1945p4
Joaquina Belmont Goulart	CP27.11.1945p4
Jofre Magalhães Rodrigues	CP01.12.1945p4
Jorge Bahlis	CP11.10.1945p4
Jorge Muller Mendes	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Jorge Neves	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Jorge Vitorino	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00336
José Amádio	CP29.09.1945p3
José Amaro Krafuni	TG26.11.1947p2
José C. de Carvalho	CP01.12.1945p4
José Carlos da Costa	CP29.09.1945p3
José César Mesquita	CP27.11.1946p4
José Correa da Silva	CP25.11.1945p4
José dos Santos	CP28.02.1946p3
José Evaristo Nunes	CP27.11.1945p4
José Francisco Marques Conceição	CP01.12.1945p4
José Freire	CP29.09.1945p3
José Gonçalves Thomaz	CP14.11.1945p4 / TG26.11.1947p2
José Homenhuck	CP30.09.1945p12
José Iuchno	CP01.12.1945p4
José Lopes Gonçalves	CP27.11.1945p4
José Luiz Barradas	CP14.11.1945p4
José Luiz Gaston	CP27.11.1945p4
José Maciel Braga	CP27.11.1945p4
José Montserat	CP29.09.1945p3
José Nelson Gonzalez	TG26.11.1947p2
José P. Sampaio	TG26.11.1947p2
José Pereira da Silva Netto	CP01.12.1945p4
José Pessoa Mendes	CP29.09.1945p3
José Roberto Garcia	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502
José Rodrigues da Silva	CP30.09.1945p12
José Viana e Silva	CP18.09.1945p12
Josué Guimarães	CP29.09.1945p3

Jovino Francisco Gomes	CP27.11.1945p4
Julião Vilodre	CP29.09.1945p3
Julieta Batistioli	CP07.11.1945p10
Julieta Leite	CP27.11.1945p4
Júlio Bizello	CP29.09.1945p3
Júlio Gonçalves Nunes	CP27.11.1945p4
Júlio M. Gomes	CP01.12.1945p4
Júlio Teixeira	
Juvenal Jacinto (de Souza)	CP27.09.1945p2
Juvenil Cruz	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498

L

Militante	Fonte
Larangeiras Martins	CP24.11.1945p4
Laura Niluk	CP24.11.1945p4
Laurentino Gaspar Português	CP28.02.1946p3
Laurindo Lopes	LIB08.09.1945p4e5
Lauro A. Reis	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Lauro P. dos Santos ou Lauro Pedroso dos Santos	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 30101 – f. 26 / Dossiê “Correspondências do Partido Comunista do Brasil” – f. 210
Lélia Paradedda	CP06.09.1945p8
Lenine Nequete	CP30.11.1945p4
Leon Treiger	CP28.02.1946p3
Leonel Valdemar Sasse	CP29.09.1945p3
Leonor Sokoloski	CP29.09.1945p3
Lídia Vieira Nunes	CP27.11.1945p4
Liege Costa	CP27.09.1945p2
Lígia Fioravanti Goulart	CP27.11.1945p4
Lila Ripoll Guedes	CP06.09.1945p8
Lindolfo G. de Oliveira	CP14.11. 1945p4
Lourival M. Rosa	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Lourival Ribeiro de Souza	CP25.11. 1945p4
Lucas Fortes dos Santos	CP29.11. 1945p7
Lucas G. Mateus	CP30.09. 1945p12
Lúcia Dias Queiroga	CP27.11. 1945p4
Lúcio Rochadel	CP19.09. 1945p8
Lúcio Soares Netto	CP06.12. 1946p12
Luis Dariano	CP30.11. 1945p4

Luisa Ferrati	CP27.09. 1945p8
Luiz Barradas	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Luiz Carlos Correa	CP29.09. 1945p3
Luiz Carlos Pinheiro Machado	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502
Luiz Carlos Reis	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Luiz Dionísio Ghis	CP27.11. 1945p4
Luiz Eduardo de Oliveira Santos	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502
Luiz Fragoso	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Luiz Goulart	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00577
Luiz José Granella	CP27.11. 1945p4
Luiz Luz da Silva	CP01.12. 1945p4
Luiza Ferrari Prado	CP06.09. 1945p8

M

Militante	Fonte
Manoel Barcelos	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Manoel Caetano	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Manoel Castilhos	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Manoel Jover Telles	CP29.11.1945p7
Manoel Luiz	TG26.11. 1947p2
Manuel Nunes	CP27.11. 1945p4
Manuel Palmeiro da Costa	CP29.09. 1945p3
Marat Rudacheski ou Marat Budachevski	CP18.09. 1945p12 / LIB08.09. 1945p4e5
Marciano Borges	CP18.09. 1945p12
Marcos Iolovitch	TG23.12. 1947p3
Marcos Kruter	CP29.09. 1945p3
Margarida Pereira	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Maria Cidade Allfrey	CP01.12. 1945p4
Maria da Glória Haetinger	CP27.11. 1945p4
Maria de Loudes Godinho	CP30.11. 1945p4
Maria Otélia Erich	CP01.12. 1945p4
Marília Rute Nicolaiewski	CP27.11. 1945p4
Marina Rocha das Neves	CP27.11. 1945p4
Marino R. dos Santos ou Marino Rodrigues dos Santos	CP15.09. 1945p4 / TG26.11. 1947p2
Mário Bastos Lagos	CP29.09. 1945p3
Mario C. da Silva	CP01.12. 1945p4
Mário Gonzáles	CP08.11. 1945p8

Mário José Correa	CP29.09. 1945p3
Mário Escobar Azambuja	CP06.09. 1945p8 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00502
Mário Felizardo	CP06.09. 1945p8
Mário Pacheco de Souza	CP30.09. 1945p12
Mário Vieira	CP16.01. 1946p4
Matilde Castiel Bas	CP25.11. 1945p4
Maurício Seligman	CP06.09. 1945p8
Maximo Correa da Costa	CP01.12. 1945p4
Medeiros Dantas	CP29.09. 1945p3
Mercedes Cardoso da Silva	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Miguel Griva	CP25.11. 1945p4
Milton Tavares	CP27.11. 1945p4
Miron Moraes	CP01.12. 1945p4
Moacir Barcelos	CP25.11. 1945p4
Morel Muniz de Oliveira	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Mozart Moreira de Oliveira	CP30.09. 1945p12
Muller Mendes	CP08.11. 1945p8

N

Militante	Fonte
Nadir França	CP07.11.1945p10
Nair Alves dos Santos	CP01.12. 1945p4
Naldi Gamboa	CP27.11. 1945p4
Natalino Pires	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Nei Cruz Neto	CP15.09. 1945p4
Neli Faria Correa ou Nely Faria Correa	CP06.09. 1945p8 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Nelson de Assis	CP29.09. 1945p3
Nelson Vargas da Silveira	TG26.11. 1947p2
Néri Zamora	CP27.09. 1945p8
Nestor Rodrigues de Melo	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f.00498
Nestor Vargas	CP18.10. 1945p4
Newton Aguiar	CP01.12. 1945p4
Ney dos Santos	CP29.09. 1945p3 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00331
Nicácio Costa	CP29.11. 1945p7
Nilo Azambuja	CP29.09. 1945p3
Nilo Bothomé	CP30.11. 1945p4

Nilo Spier	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Nilton P. Lemos	CP29.09. 1945p3
Noá Moura	CP29.09. 1945p3
Noé Nunes	CP27.11. 1945p4
Noemia de Campos Jacinto	CP27.11. 1945p4
Norberto Dick	CP29.09. 1945p3
Norberto Guimarães	CP01.12. 1945p4

O

Militante	Fonte
O. Correa	CP22.01.1946p3
O. P. de Azevedo	CP30.11. 1945p4
Odete Pena Fantin	CP30.11. 1945p4
Odira Gallinati	CP27.11. 1945p4
Ofélia Pereira Borges	CP27.11. 1945p4
Olavo Lima	CP27.09. 1945p8 / LIB08.09. 1945p4e5
ou Olavo Lima da Silva	
Olavo Lina dos Santos	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Olga Cúrcio	CP27.09. 1945p2 / LIB29.09. 1945p7
ou Olga M. Cúrcio	
Olinto Antônio da Silva	CP25.11. 1945p4
Omar V. dos Santos	CP01.12. 1945p4
Orestes Laranjeiras Martins	CP25.11. 1945p4
Orestes Timbaúva	CP12.09. 1945p8
Ortilão Pires Schmidt	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00344
Oscar Hugo Lorenz	CP27.11. 1945p4
Oscar Silva	CP29.09. 1945p3 / CP30.09. 1945p12
ou Oscar Viana e Silva	
Osmar Darci dos Santos	CP01.12. 1945p4
Osmar Pinto	CP06.09. 1945p8
Osmar Vitória	CP12.01. 1946p4
Osório Lopes	CP06.09. 1945p8
Osva Alves da Rocha	CP29.09. 1945p3
Oswaldo Fernandes Guerra	CP27.11. 1945p4
Oswaldo José da Silva	CP25.11. 1945p4
Otacílio Enrique dos Santos	CP01.12. 1945p4
Otacílio Francisco Nunes	CP27.11. 1945p4
Otávio Figueira	CP18.09. 1945p12
Otávio Fortes da Silva	CP27.09. 1945p2
Otávio Silveira	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335

Oto Veríssimo Gomes	CP27.11. 1945p4
Otto Alcides Ohlweiller	CP09.09. 1945p3
Otto Alfredo Hentschke	CP27.11. 1945p4

P

Militante	Fonte
P. F. Gastal ou Paulo Fontoura Gastal	TG26.11.1947p2
Panvel Bazik	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Paulo Gerchman	CP27.11. 1945p4
Paulo Guimarães	CP22.11. 1946p10
Paulo João Luz Amodeo	CP30.11. 1945p4
Paulo Kritchmann ou Paulo Kreitchmann	CP18.09. 1945p12 / CP14.11. 1945p4
Paulo Manchão	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Paulo Medeiros	CP19.09. 1945p8
Paulo Osório de Assis Brasil	CP22.11. 1946p10
Pedro Carvalho Braga	CP02.06. 1946p22
Pedro Dias Silveira	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Pedro Eugênio Elias	CP16.01. 1946p4
Pedro Galdino Jacobsen	CP27.11. 1945p4
Pedro Luiz Costa	CP15.09. 1945p4
Pedro Paulo Scheunemann	CP25.11. 1945p4
Pedro Ramos Marques	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Pedro Weisserstein	CP28.02. 1946p3
Pedro Zanenga	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Perci de Abreu Lima ou Percy de Abreu Lima	CP29.11. 1945p7 / Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 779
Plínio Cabral	CP27.09. 1945p8
Policarpo Hibernon Machado ou Hibernon Machado	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335 / CP06.09. 1945p8
Policarpo Pereira da Costa	CP01.12. 1945p4

R

Militante	Fonte
Radir Zaniratti	CP01.12.1945p4
Rafael Zouvi	CP29.09. 1945p3
Raimundo A. dos Santos	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335

Raul da Silva Braga	CP25.11. 1945p4
Raul Duarte Gonzalez	CP27.11. 1945p4
Raul Nequeraurt ou Raul Nequesaut	CP27.11. 1945p4 / CP01.12. 1945p4
Raul Riff	CP27.09. 1945p8
Renan Falcão de Azevedo	CP14.11. 1945p4
Ricardo Elwanger	CP30.09. 1945p12
Rita Macedo Naconecy	CP27.11. 1945p4
Rita Rodrigues	LIB13.10. 1945p6
Rodolfo Carvalho	CP29.09. 1945p3
Rodolfo Gloguer	CP27.11. 1945p4
Rosa Cleci B. Goulart ou Rosa C. Belmonte Goulart	CP27.11. 1945p4 / CP01.12. 1945p4
Rubem Nascimento	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Rubens Araújo ou Rubens V. Araújo	CP15.09. 1945p4 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Rubens Teixeira	CP29.09. 1945p3
Rui Bacelar	CP25.11. 1945p4
Rui Correa	CP29.09. 1945p3
Rui Dias de Castro	CP29.09. 1945p3
Ruy Moreira	TG11.03. 1947p1

S

Militante	Fonte
Sady da Costa e Silva	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00502
Salus Laks	CP18.09.1945p12
Salustiano Oliveira	CP29.09.1945p3
Samuel Siqueira ou Samuel Castro Siqueira	CP27.11.1945p4 / CP28.11. 1945p8
Santos Soares	CP07.11.1945p10
Sarquis Goitacás	CP27.02.1946p8
Saturnino Francisco Teixeira Nunes	CP27.11.1945p4
Sebastião Fialho	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
Sebastião Leite Torres	CP25.11.1945p4
Serafim Rodrigues Bareira	CP25.11.1945p4
Sergio Holmos ou Sérgio Alves Holmos	CP03.02. 1946p18 / Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00331
Several Souza	LIB13.10.1945p6
Sibilis da Rocha Viana	CP29.09.1945p3

Sílvia Carvalho	CP18.09.1945p12
Silvio Castilhos Carrion	CP25.11.1945p4
Silvio F. Pereira	CP27.09. 1945p2
Sírio Tolloti	CP27.11.1945p4
Sofia Aguiniski	LIB08.09. 1945p4e5
Solon Slavuski	CP29.09.1945p3
Sólón Machado ou Solon Soares Machado	CP19.09.1945p8 / CP30.09. 1945p12
Sueli Gomes	CP27.11.1945p4
Sueli Schroeder	CP06.09.1945p8

T

Militante	Fonte
Telmo Marco Antônio da Cunha	CP25.11.1945p4
Teodoro Santos	CP04.04. 1947p15
Teodósio Silva	CP30.11. 1945p4
Teófilo Barbosa de Mattos	CP29.09. 1945p3
Teófilo Matos	CP25.11. 1945p4
Tibúrcio Machado	CP06.09. 1945p8
Tibúrcio Rangel	CP06.09. 1945p8
Tito Paraguassu	CP29.09. 1945p3
Trajano Beheregaray	TG26.11. 1947p2
Trifino Correa	CP07.11. 1945p10
Túlia C. Pires de Jesus	CP27.11. 1945p4

U

Militante	Fonte
Ugolino Uflaker	TG26.11.1947p1
Universina Torres	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 30101 – f. 22
Utaliz F. Lopes	CP29.09.1945p3

V

Militante	Fonte
Vasco Prado	CP06.09.1945p8
Valter Gonzalez	CP12.01. 1946p4
Valter Graeff	CP22.11. 1946p10
Valter Hugo	CP27.11. 1945p4
Valter Simms	CP27.09. 1945p8

Vergílio A. Gireli	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Vespasiano Correa	CP22.11. 1946p10
Vicente de Assis Garcia	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 776
Vital M. Marcolino	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Vivaldino Pereira César	CP06.12. 1946p12
Vinício Tabajara	TG26.11. 1947p2
Vinicius Carvalho	CP29.11. 1945p4
Volfang Kolbe	CP01.12. 1945p4

W

Militante	Fonte
Waldir Morozzoli	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Walter J. Siqueira	CP27.09.1945p2
Willy Fucks	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00335
Wilson Pereira	CP29.09.1945p3

Y/Z

Militante	Fonte
Yolanda Mendonça	CP30.08.1945p3
Zeno Martins	CP14.11.1945p4
Zeferino Ney de Meyer	CP29.09.1945p3
Zil Cosmo da Silva	CP29.09.1945p3
Zilda Pereira Nogueira	CP27.11.1945p4
Zulmira B. S. Gamboa	CP27.11.1945p4

Apêndice B

Relação de Células do Partido Comunista do Brasil em Porto Alegre (1945 e 1947)

Por Patrono

Nº	Nome	Localização	Obs.
01	9 de Março		
02	25 de Março	Sertório, nº 681	Bairro Navegantes
03	ANL	R. Xavier da Silveira, nº 99	Residência de Álvaro Moreyra
04	André Rebouças	Portugal, nº 382	
05	Aníbal Benévolo	São Joaquim, s/nº	
06	Aníbal Guedes		
07	Antônio João	Joaquim Nabuco, nº 131	
08	Antônio Oliveira	Visconde do Inhaúma, nº 125	
09	Aparício Cora de Almeida	Sertório, nº 861	
10	Arma		
11	Bento Gonçalves	Edifício Malakoff	
12	Castro Alves		
13	Farrapos	Andradas, 1737 General Câmara, 381	Bairro Centro
14	Giácómo Mateotti	General Portinho, nº 359	
15	Hermenegildo de Assis Brasil	Gal. Nascimento Vargas, 392	
16	João Cândido	Lucas de Oliveira, nº 255	Bairro Mont'Serrat
17	José Anastácio	Bairro Mont'Serrat	
18	Júlio de Castilhos	Sarmento Leite, nº 1073	Bairro Bom Fim
19	La Passionaria	Costa, 129 José de Alencar, 201	
20	Lênin	Sertório, nº 681	
21	Leocádia Prestes	Gal. Salustiano, nº 194	Célula dos Trabalhadores em Energia Elétrica
22	Lygia Quintana		
23	Machla Berger	João Pessoa, nº 1.003 Alberto Torres, nº 68 Joaquim Nabuco, nº 261	Bairro Cidade Baixa
24	Manoel Rabelo		
25	Marcílio Dias		
26	Mário Couto	Alberto Torres, nº 68	Célula da empresa Carris. Maior célula do Partido em Porto Alegre.

27	Moaré Martins	Benjamin Constant, nº 444 General Nascimento Vargas, nº 392	Bairro São João
28	Olga Benário Prestes	Agostinho, nº 73	Residência do militante “Modesto”
29	Siqueira Campos	Alberto Torres, nº 68	Bairro Cidade Baixa
30	Tenente Cleto Campelo	Silva Jardim, nº 719	
31	Vanguarda do Trabalhador		
32	Venâncio Zamora	Portugal, nº 382	
33	Zenon de Almeida		

Por Empresa/Instituição

Nº	Nome	Localização
01	Cipriano Micheletto & Cia (metalúrgica)	
02	DAER	Andradas, nº 1737
03	Doca Fluvial	
04	Faculdade de Direito	Voluntários da Pátria, nº 311 – 2º andar
05	Faculdade de Direito (estudantes da)	Andradas, nº 1737
06	Faculdade de Filosofia	Andradas, nº 1737
07	Gasômetro, do	Duque de Caxias, nº 307
08	Globo, da (trabalhadores)	
09	Hospital São Pedro	
10	Júlio de Castilhos (colégio)	Andradas, nº 1737 – 1º andar
11	Porto, do (servidores)	
12	Prefeitura, da	Andradas, nº 1737
13	Prefeitura, da (servidores)	Andrade Neves, nº 85
14	Taurus	Andradas, nº 1737
15	Viação Férrea	Andradas, nº 1737

Por Bairro

Nº	Nome	Localização
01	Aberta dos Morros	
02	Azenha	
03	Floresta	Felix da Cunha, nº 337
04	Glória	São Joaquim, nº 201
05	Guaíba	Diogo Feijó, nº 102
06	João Pessoa	

07	Menino Deus	Praia de Belas (na antiga Fábrica de Vidros)
08	Mont'Serrat	Eudoro Berlink, 988 Mariland, nº 1071
09	Partenon	
10	Passo da Mangueira	Itapeva, nº 100
11	Rio Branco – Bom Fim	Ramiro Barcelos, nº 1539
12	São João – Navegantes	São Pedro, nº 3611
13	São José	
14	Teresópolis	Quarai (rua) Cangussu

Por Ocupação Profissional

Nº	Nome	Localização
01	Estivadores (da Estiva)	Andradas, nº 1737
02	Funcionários Públicos Estaduais	Andrade Neves, nº 85
03	Professoras públicas	
04	Profissionais Liberais	
05	Tecelões	

Apêndice C
Relação das Atividades Desenvolvidas pelos Militantes Comunistas (1945-1947)

Data	Local	Horário	Tipo	Fonte	Observações
04/04/1945 (quarta-feira)	Largo da Prefeitura	20h	Comício (pró-anistia)	CP03.04.1945p12	Alfredo Antônio Gerhard falaria em nome da União Estadual dos Estudantes.
21/04/1945 (sábado)		20h	Comício (em regozijo à anistia)	CP19.04.1945p8	Promovido pelo Comitê Pró-Anistia do qual alguns comunistas participavam.
20/05/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Fundação do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha.	CP22.05.1945p5	A proposta era difundir a cultura popular em várias modalidades, como política, economia, arte e ciência.
17/06/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP17.06.1945p7	O presidente do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha, professor Jorge Bahlis, versaria sobre “Como seria o mundo se triunfasse o nazi-nipofascismo”. Entrada franca.
01/07/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Eleição da diretoria do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha	CP01.07.1945p6	
16/07/1945 (sábado)	Clube Esportivo Marques do Alegrete – rua Severo, nº 36	noite	Instalação das células dos bairros São João, Passo da Areia e Passo da Mangueira	CP17.07.1945p4	
22/07/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Atuação do conjunto da Sociedade Eslava de Porto Alegre	CP21.07.1945p3 CP25.07.1945p3	
22/07/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP21.07.1945p3	Com o capitão Gay Cunha, comandante da Brigada Internacional “Lincoln”. Título da palestra: “Os espanhóis nos campos de concentração da França.”
27/07/1945 (sexta-feira)	“Arrebaldes proletários”	tarde	Comícios-relâmpagos	CP27.07.1945p8	Discursos de cinco minutos.
28/07/1945 (sábado)	Sociedade Espanhola	20:30	Encenação da peça “Deus Ihe Pague”	CP25.07.1945p3 CP27.07.1945p3	Peça de Joraçy Carmargo.
29/07/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP25.07.1945p3 CP27.07.1945p3 CP31.07.1945p3	Medeiros Dantas falara sobre “A lepra – problema social econômico”. Casa cheia.
29/07/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP25.07.1945p3 CP27.07.1945p3 CP31.07.1945p3	Ciro Martins falara sobre Euclides da Cunha – sua vida e sua

30/07/1945 (segunda-feira)	Cinema Imperial	20h	Instalação do Comitê Estadual	CP22.07.1945p4 CP31.07.1945p12	obra. Casa cheia. Presença de uma delegação do Comitê Central (Comitê Nacional). Foram colocados altofalantes na Praça da Alfândega.
30/07/1945 (segunda-feira)	Andradas, 1737 – 1º andar		Instalação do primeiro centro de alistamento eleitoral do PCB em POA	CP24.07.1945p4 CP27.07.1945p8	Também se noticia como o lançamento do Partido Comunista do Brasil em POA. Entrada franca.
31/07/1945 (terça-feira)			Reunião Plena do Comitê Estadual	CP27.07.1945p8	Com assistência de Maurício Gabrois.
1º/08/1945 (quarta-feira)			Reunião Plena do Comitê Estadual	CP27.07.1945p8	Com assistência de Maurício Gabrois.
03/08/1945 (sexta-feira)	Clube Esportivo Marques do Alegrete – rua Severo, nº 36	20h	Assembléia Geral dos partidários do PC filiados à célula São João	CP02.08.1945p8	
04/08/1945 (sábado)		noite	Instalação da célula de Mont' Serrat	CP05.08.1945p3	
05/08/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP31.07.1945p3 CP01.08.1945p3	Otto Alcides Ohlweiller falaria sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. Entrada franca.
05/08/1945 (domingo)	Cinema Castelo	10h	Instalação da célula do bairro Azenha	CP05.08.1945p3	
12/08/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP10.08.1945p3	Jorge Bahlis falaria sobre “A evolução da sociedade humana”. Entrada franca.
19/08/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	08h	Reunião do Comitê Municipal com os membros da célula Mário Couto (Carris)	CP18.08.1945p8	
19/08/1945 (domingo)	Sede do Erechim F. B. C.	09h	Instalação da célula do Bairro Teresópolis	LIB01.09.1945p6 CP18.08.1945p8	
19/08/1945 (domingo)	Cinema Orfeu	10h	Instalação da célula do Bairro Floresta	LIB01.09.1945p6 CP14.08.1945p4 CP18.08.1945p8	Presença de Edgar Curvello (CM).
19/08/1945 (domingo)	Andradas, 1737 – 1º andar	14h	Assembléia da célula Viação Férrea	CP18.08.1945p8	
20/08/1945 (segunda-feira)	Salão Modesto – rua Esperança esquina Casemiro de Abreu	20:30h	Reunião preparatória para o lançamento da célula Rio Branco	CP18.08.1945p8	

22/08/1945 (quarta-feira)			Reunião da célula do Menino Deus	LIB01.09.1945p6	
23/08/1945 (quinta-feira)	Andradas, 1545 – 1º andar		Reunião entre todos os encarregados dos postos eleitorais do PC	CP21.08.1945p10	
26/08/1945 (domingo)	Praia de Belas, 1576	09:30h	Reunião preparatória para a instalação oficial da célula do Menino Deus	CP25.08.1945p8	
26/08/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP25.08.1945p3	João Alberto Schenkel Filho falaria sobre a necessidade de uma assembléia constituinte.
27/08/1945 (segunda-feira)			Instalação da célula da Doca Fluvial	LIB01.09.1945p6	
30/08/1945 (quinta-feira)	Bairro Teresópolis	20h	Comício Pró-Constituinte	LIB01.09.1945p6 CP29.08.1945p8 CP30.08.1945p8	Promovido pelo CM
30/08/1945 (quinta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Instalação do primeiro MUT de POA	CP30.08.1945p8	Congregaria a classe bancária.
1º/09/1945 (sexta-feira)	Voluntários da Pátria, 311		Pleno do Comitê Municipal	CP29.08.1945p8	
02/09/1945 (domingo)	Voluntários da Pátria, 311		Pleno do Comitê Municipal	CP29.08.1945p8	
02/09/1945 (domingo)	Praia de Belas, 1576	09h	Reunião preparatória para o lançamento solene da célula Menino Deus	CP30.08.1945p8	
02/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP28.08.1945p3 CP30.08.1945p3	Yolanda Mendonça falaria sobre “Assistência às famílias dos detentos”.
05/09/1945 (quarta-feira)	Sociedade Gaúcho Carnavalesco (Praça Garibaldi)	20h	Lançamento da célula comunista do Menino Deus	CP05.09.1945p8 CP06.09.1945p8 CP30.08.1945p8	
07/09/1945 (sexta-feira)			Sessão Cívica em comemoração à Independência da Pátria	LIB01.09.1945p6	
09/09/1945	Sociedade		Conferência	DN11.09.1945p4	O professor

(domingo)	Espanhola					Antonópolis falaria sobre “A Grécia através dos tempos”. Com Lupicínio Rodrigues, Jeca Tatu e o Regional.
09/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Hora de Arte	DN11.09.1945p4		
10/09/1945 (segunda-feira)			Instalação Solene do Comitê Municipal de POA	LIB01.09.1945p6 CP29.08.1945p8		
13/09/1945 (quinta-feira)	Andradas, 1737	18h	Reunião Célula Faculdade de Filosofia	CP12.09.1945p12		
14/09/1945 (sexta-feira)	Largo próximo ao Cine Teatro Castelo (Azenha)	20h	Comício Pró-Constituinte	CP11.09.1945p12		
15/09/1945 (sábado)	Andradas, 1737	20h	Ativo Sindical	CP11.09.1945p12		
15/09/1945 (sábado)	Sociedade Espanhola	11h	Reunião com os estudantes de Direito interessados em ajudar a Comissão Central de recepção a Prestes.	CP15.09.1945p4		
15/09/1945 (sábado)	Praça Pinheiro Machado (Navegantes e São João)		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP15.09.1945p4		
15/09/1945 (sábado)	Sociedade Espanhola	16h	Reunião dos responsáveis pela divulgação do Comício a Prestes	CP15.09.1945p4		
16/09/1945 (domingo)	Teatro Orfeu	10h	Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP15.09.1945p4 CP16.09.1945p22		
16/09/1945 (domingo)	Vila Niterói	14h	Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP16.09.1945p22		
16/09/1945 (domingo)	Mont’ Serrat	20:30h	Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP15.09.1945p4		
16/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	10h	Ativo Político do secretariado geral das células	CP15.09.1945p8		
16/09/1945 (domingo)	Andradas, 1737	20h	Reunião dos Estudantes comunistas da Célula Faculdade de Direito	CP11.09.1945p12		
16/09/1945 (domingo)		9h	Assembléia para estruturação da célula Aberta dos Morros	CP16.09.1945p22		
16/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	10h	Reunião dos secretários políticos das células dos bairros e empresas	CP16.09.1945p22		
16/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	16h	Sabatina sobre os discursos de Prestes e Abílio Fernandes	CP16.09.1945p22		As perguntas seriam respondidas pelos integrantes do Comitê Municipal e Estadual, além dos srs. Amarílio Vasconcelos e Pedro

16/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	DN11.09.1945p4	Pomar, do Comitê Nacional. Jorge Bahlis falaria sobre “Alguns aspectos interessantes da revolução mexicana”. Entrada franca.
16/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Hora de Arte	DN11.09.1945p4	Dirceu Alves e seu conjunto apresentariam a comédia de Artur Azevedo “Amores por Provérbios”. Entrada franca.
17/09/1945 (segunda-feira)	Andradas, 1737	20h	Ativo de Organização do secretariado de organização de todas as células	CP12.09.1945p12 CP15.09.1945p8	
17/09/1945 (segunda-feira)	Cais do Porto	18h	Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP16.09.1945p22	
17/09/1945 (segunda-feira)	Fábrica Fiaterci	16:30h	Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP16.09.1945p22	
17/09/1945 (segunda-feira)		17h	Reunião da comissão estudantil ao Comício a Prestes	CP16.09.1945p22 CP19.09.1945p8	
17/09/1945 (segunda-feira)	Cidade Baixa	20:30h	Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP16.09.1945p22	
17/09/1945 (segunda-feira)	Sociedade Espanhola	20:30h	Conferência	CP16.09.1945p22 CP18.09.1945p12	Dyonélio Machado abordaria aspectos do “chefe comunista”.
18/09/1945 (terça-feira)	Glória		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP18.09.1945p12	
18/09/1945 (terça-feira)	Estação Diretor Pestana (Navegantes)		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP18.09.1945p12	
18/09/1945 (terça-feira)	Bar Turubi (Cristóvão Colombo)	19:30h	Reunião da sub-comissão do bairro Floresta (para a recepção a Prestes)	CP18.09.1945p12	
19/09/1945 (quarta-feira)	Sociedade Espanhola	20:30h	Audição musical Festival	CP16.09.1945p22 CP18.09.1945p12	A renda do festival seria destinada à organização da recepção a Prestes.
19/09/1945 (quarta-feira)	Praça Menino Deus		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP19.09.1945p8	
19/09/1945 (quarta-feira)	Ipanema Hidráulica		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP19.09.1945p8	
19/09/1945 (quarta-feira)	Fábrica de Vidros (Navegantes)		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP19.09.1945p8	
19/09/1945 (quarta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Reunião da Comissão Central com os moradores do 1º distrito	CP19.09.1945p8	

19/09/1945 (quarta-feira)	Sociedade Espanhola	20:30h	Conferência	CP19.09.1945p8	Amarílio Vasconcelos falaria sobre “Prestes e os Comitês Populares”.
20/09/1945 (quinta-feira)	Sociedade Espanhola	15h	Conferência	CP19.09.1945p8	Pedro Pomar falaria sobre “Prestes e a situação política”.
22/09/1945 (sábado)	Sacada Livraria Celso Freire (Andradas)	Dia inteiro	Comício Continuado (preparatório)	CP18.09.1945p12	Os oradores se revezavam sem parar até a noite.
22/09/1945 (sábado)	Praça Montevideo	20h	‘grande comício de encerramento da quinzena pró-Constituinte e preparatório à recepção de Prestes’	Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334	Oradores discursavam e exemplares de “Libertação” circulavam.
26/09/1945 (quarta-feira)	Praça Teles Jaime		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	Os comícios preparatórios eram assistidos por Amarílio Vasconcelos e Pedro Pomar. Cf. Fundo Polícia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00334
26/09/1945 (quarta-feira)	Praça Dalto Filho		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
26/09/1945 (quarta-feira)	Tristeza (bairro)		Comício preparatório para a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
26/09/1945 (quarta-feira)	Renner (empresa)		Comício relâmpago em preparação a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
26/09/1945 (quarta-feira)	Senai		Comício relâmpago em preparação a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
26/09/1945 (quarta-feira)	Wallig		Comício relâmpago em preparação a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
26/09/1945 (quarta-feira)	Fábrica de Meias		Comício relâmpago em preparação a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
26/09/1945 (quarta-feira)	Neugebauer		Comício relâmpago em preparação a recepção de Prestes	CP27.09.1945p8	
27/09/1945 (quinta-feira)	Teatro São Pedro	À noite	Conferência	CP26.09.1945p4 CP29.09.1945p8	Álvaro Moreira falaria sobre o “Partido Comunista e os Intelectuais”.
27/09/1945 (quinta-feira)	Andradas, 1737	21h	Reunião com as “senhoras e senhoritas” inscritas no Partido	CP27.09.1945p8	
28/09/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Reunião de jovens	CP27.09.1945p8	
30/09/1945 (domingo)	Parque Farroupilha	15h	Comício Rio Grande do Sul a Luiz Carlos Prestes		
30/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	Depois do	Visita de Prestes Reunião de estudantes	Fundo Policia Política – Estados –	

		comício	e membros do PCB	Pasta 19b – f. 00341-00342 – 02.10.1945	
30/09/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Apresentação da peça “O Homem Bom”, de Silvino Lopes	XAVIER, Geminiano Candiota. Memórias de um velho militante. (Documentos para a História Operária do Rio G. do Sul). Porto Alegre: 1985.	
01/10/1945 (segunda-feira)	Comitê Estadual Edifício Malakoff	À tarde	Visita de Prestes. Reunião com os dirigentes estaduais.	Fundo Policia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00342 – 02.10.1945	Prestes haveria dito a Pinheiro Machado que, caso a estratégia não desse certo, mudaria os métodos e partiria para a revolução.
01/10/1945 (segunda-feira)	Comitê Municipal Andradas, 1737	À tarde	Visita de Prestes	Fundo Policia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00342 – 02.10.1945	
01/10/1945 (segunda-feira)	Cine-teatro Orfeu (bairro Floresta)	20h	Sabatina com Prestes	Fundo Policia Política – Estados – Pasta 19b – f. 00342 – 02.10.1945	Várias interpelações do ministro da Igreja Metodista do Brasil, Derly Chaves.
07/10/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Assembléia dos membros do Clube de Cultura Popular “Euclides da Cunha”	CP11.10.1945p4	Eram 518 membros.
07/10/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	DN03.10.1945p4	Dr. Rui Vieira da Rocha falaria sobre a Penicilina. Entrada franca.
07/10;1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Hora de Arte	DN03.10.1945p4	Com o grupo teatral Euclides da Cunha. Entrada franca.
12/10/1945 (sexta-feira)	Andradas, 1737	20h	Reunião dos secretários eleitorais de todas as células	CP12.10.1945p5	
16/10/1945 (terça-feira)	São Manoel, 2096		Assembléia para preparar a organização da célula do bairro		
16/10/1945 (terça-feira)	Andradas, 1737	20h	Balanço de divulgação	CP16.10.1945p14 CP18.10.1945p4	Decisões: as células promoveriam debates em torno da Constituinte e fariam comícios pró-constituente.
17/10/1945 (quarta-feira)	Andradas, 1737	20h	Balanço do Comitê Distrital 1	CP16.10.1945p14	Deveriam participar do balanço os secretários de todas as células que faziam parte do C. Distrital 1 (4º distrito).
17/10/1945 (quarta-feira)	Avenida Agostinho, 73	20h	Assembléia da célula dos Navegantes	CP16.10.1945p14	Secretário Político: Nestor Vargas.
17/10/1945 (quarta-feira)	Sociedade Gaúchos Carnavalescos	20h	Instalação da célula da Cidade Baixa	LIB13.10.1945p6	
18/10/1945 (quinta-)	Quaraí	20:30h	Assembléia da célula Teresópolis	CP18.10.1945p4	

feira)						
18/10/1945 (quinta-feira)	Andradas, 1737	20h	Assembléia Coletiva das células Estudantis	CP18.10.1945p4		
18/10/1945 (quinta-feira)	Andradas, 1737		Reunião do secretariado do Comitê Municipal de POA	CP18.10.1945p4		
19/10/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Sessão Solene em Homenagem à Olga Benário Prestes	CP16.10.1945p14 CP18.10.1945p4 CP20.10.1945p8	Promovida pelo Comitê Municipal de POA. Salão ornamentado com fotos da Olga, da Leocádia e da Anita.	
20/10/1945 (sábado)	Gal. Salustiano, 194	20h	Instalação da Célula dos trabalhadores da Energia Elétrica	CP20.10.1945p8 CP21.10.1945p10		
20/10/1945 (sábado)	Praça Pinheiro Machado	20h	Comício pela Assembléia Constituinte	LIB27.10.1945p2	Promovido pelo Comitê Popular dos bairros São João e Navegantes.	
21/10/1945 (domingo)	Ramiro Barcelos, 1539	20h	Assembléia da célula Rio Branco-Bom Fim	CP20.10.1945p8		
23/10/1945 (terça-feira)	Teatro São Pedro		Sessão Solene de Convocação da Assembléia Constituinte	LIB27.10.1945p2	Promovido pelo MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores). Presença de Abílio Fernandes e Sérgio Holmos (presidente do MUT estadual).	
24/10/1945 (quarta-feira)	Sede dos Gaúchos Carnavalesco	20:30h	Debates públicos sobre a Constituinte	CP21.10.1945p10	Presença dos dirigentes do Comitê Estadual.	
24/10/1945 (quarta-feira)	Felix da Cunha, 337	20h	Reunião do Comitê Distrital 1	CP24.10.1945p4		
24/10/1945 (quarta-feira)	São Joaquim, 201	20:30h	Assembléia da célula Glória	CP24.10.1945p4		
25/10/1945 (quinta-feira)	José de Alencar - Menino Deus (Sede da célula La Passionaria)		Organização do C. D. nº 4 Reunião Distrital nº 4	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 30101 – f. 26	Assistência de Francisco Medeiros, do CM, que indicou Flávio Argolo para o cargo de Secretário Político do CD4.	
26/10/1945 (sexta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	20:30h	Assembléia Extraordinária da célula Rio Branco- Bom Fim	CP24.10.1945p4 CP24.10.1945p4 CP25.10.1945p4		
26/10/1945 (sexta-feira)	Andradas, 1737	20h	Reunião da célula da Estiva	CP25.10.1945p4		
26/10/1945 (sexta-feira)	Sede do Comitê Estadual (Edifício Malakoff)	20h	Reunião sindical	CP25.10.1945p4		

27/10/1945 (sábado)	Andradas, 1737	20h	Fundação do Comitê Distrital nº 2	CP27.10.1945p8	
27/10/1945 (sábado)	São Pedro, 3611	20h	Reunião da célula São João-Navegantes	CP27.10.1945p8	
28/10/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	09h	Balanço Eleitoral	CP25.10.1945p4 CP27.10.1945p8	
28/10/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Palestra	CP27.10.1945p3	Promovida pelo Centro de Cultura Popular Euclides da Cunha. Palestra com Jorge Bahlis sobre “Aspectos Impressionantes da Revolução Agrária Mexicana”. Entrada franca.
30/10/1945 (terça-feira)		20h	Assembléia Geral da célula Partenon	CP28.10.1945p5	
30/10/1945 (terça-feira)	Benjamin Constant, 444	20h	Assembléia da célula São João	CP28.10.1945p5 CP30.10.1945p4	
30/10/1945 (terça-feira)	Andradas, 1737		Reunião entre o Comitê municipal e os representantes das células de empresas e de bairros	CP28.10.1945p5	
30/10/1945 (terça-feira)	Andradas, 1737	20h	Assembléia geral da célula do Centro	CP30.10.1945p4	
31/10/1945 (quarta- feira)		20:30h	Assembléia da célula da Glória	CP30.10.1945p4	
31/10/1945 (quarta- feira)	Felix da Cunha, 337	20h	Reunião do Comitê Distrital nº 1	CP30.10.1945p4	
04/11/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Hora de Arte	CP02.11.1945p5	
04/11/1945 (domingo)			Reunião do secretariado da célula São João	CP06.11.1945p12	
06/11/1945 (terça-feira)	Ramiro Barcelos, 1539		Assembléia geral da célula Bom fim-Rio Branco	CP07.11.1945p10 CP08.11.1945p8	
06/11/1945 (terça-feira)			Reunião da célula da Faculdade de Direito	CP07.11.1945p10	
06/11/1945 (terça-feira)	João Pessoa, 1.003		Assembléia Geral da célula Machla Berger (Cidade Baixa)	CP08.11.1945p8	Assunto: questão sindical. Presença de Edgar Curvello (CM).
06/11/1945 (terça-feira)			Reunião da célula Mário Couto	CP08.11.1945p8	
06/11/1945 (terça-feira)			Reunião da célula Menino Deus	CP08.11.1945p8	Balanço das últimas atividades.
07/11/1945 (quarta- feira)		20h	Assembléia geral da célula São João	CP06.11.1945p12	Assuntos tratados: possível criação de uma biblioteca, escolha do nome da célula (patrono).
07/11/1945 (quarta- feira)	Andradas, 1737	14h	Reunião do secretariado do Comitê Distrital nº 2	CP07.11.1945p10	
07/11/1945 (quarta- feira)		20h	Assembléia Geral da célula do bairro São	CP07.11.1945p10	Presença de Edgar Curvello (CM) e J. P.

feira)			João		de Bitencourt (secretário político do Comitê Distrital nº 1). Escolha do nome da célula: Moaré Martins.
08/11/1945 (quinta- feira)	Farrapos, 2.813	20h	Reunião do Comitê Distrital nº 1	CP08.11.1945p8	
09/11/1945 (sexta-feira)	Andradas, 1737		Assembléia Geral da célula da Viação Férrea	CP08.11.1945p8 CP10.11.1945p8	Presença de Francisco Medeiros e Décio Freitas (CM).
09/11/1945 (sexta-feira)	João Pessoa, 1.003	08h	Reunião do Secretariado Sindical da célula Cidade baixa e seus membros operários	CP08.11.1945p8	
11/11/1945 (domingo)		09h	Assembléia Geral da célula Olga Benário Prestes	CP08.11.1945p8	Presença dos representantes do CM.
11/11/1945 (domingo)	Ramiro Barcelos, 1539	14h	Reunião do secretariado do Comitê Municipal	CP09.11.1945p7 CP10.11.1945p8 CP11.11.1945p4	Assunto: análise das últimas atividades do Partido em POA. Estabelecimento do plano de ação para os próximos dois meses.
11/11/1945 (domingo)		14h	Assembléia da célula Moaré Martins (São João)	CP11.11.1945p4 CP14.11.1945p4	Assunto: apreciação das últimas atividades do Partido, situação política nacional. Presença de J. P. Bitencourt (C. D. 1) Durou 03 horas.
11/11/1945 (domingo)		09:30h	Reunião do Secretariado do Comitê Distrital 2	CP09.11.1945p7	
11/11/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP06.11.1945p6	César Ávila falaria sobre “Tuberculose e Tuberculosos”. Entrada Franca.
12/11/1945 (segunda- feira)	Ramiro Barcelos, 1539	20h	Instalação do Comitê Distrital nº 3	CP11.11.1945p4	Presença dos representantes do CM.
13/11/1945 (terça-feira)	Sociedade Espanhola		Assembléia do Comitê Distrital 2	CP09.11.1945p7 CP14.11.1945p4	Deveriam comparecer todas as células sob sua jurisdição. Presença de representantes do CM e CE.
14/11/1945 (quarta- feira)	Felix da Cunha, 337	20h	Reunião da célula Floresta	CP11.11.1945p4 CP14.11.1945p4	
15/11/1945 (quinta- feira)	Largo da Prefeitura		Comício de apresentação dos candidatos à deputação federal	CP14.11.1945p4 CP15.11.1945p12	Marcaria o início da campanha eleitoral do PCB em POA e no Estado. Seria irradiado um programa especial pela rádio Difusora.
15/11/1945 (quinta- feira)	Andradas, 1737 – 1º	14:30h	Assembléia Plenária da célula Colégio Júlio	CP14.11.1945p4	

feira)	andar		de Castilhos			
15/11/1945 (quinta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	16h	Reunião do Comitê Distrital nº 3	CP15.11.1945p12		
16/11/1945 (sexta-feira)	Felix Cunha, 337	da 20h	Reunião da célula Floresta	CP15.11.1945p12		
18/11/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP13.11.1945p6		Com Raul Riff. Entrada franca.
21/11/1945 (quarta-feira)	Largo Prefeitura	da 20h	Comício de apresentação de Yedo Fiúza	CP21.11.1945p6 CP21.11.1945p10		Comício em torno das eleições presidenciais. Realizaram-se vários comícios-relâmpago em preparação.
24/11/1945 (sábado)	Praça Pinheiro Machado (bairro São João)	20h	Comício*	CP24.11.1945p4 CP27.11.1945p4		Pela candidatura de Fiúza.
24/11/1945 (sábado)	Largo Castelo	do 20h	Comício	CP24.11.1945p4		Pela candidatura de Fiúza.
24/11/1945 (sábado)	Campo Pólo (bairro Bom Fim-Rio Branco)	de 20h	Comício	CP24.11.1945p4 CP25.11.1945p4		Pela candidatura de Fiúza.
25/11/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP24.11.1945p3		Medeiros Dantas falaria sobre “Alimentação Popular”.
25/11/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Hora de Arte e Hora Literária	CP24.11.1945p3 CP27.11.1945p6		Iria acontecer após a conferência de Dantas. Entrada franca. Célio Bahlis cantara vários sambas e marchas.
25/11/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	17h	Constituição da comissão de Engenheiros e Arquitetos	CP25.11.1945p4		Pró-candidatura Yedo Fiúza.
25/11/1945 (domingo)	Farrapos esquina 7 de Abril		Comício	CP27.11.1945p4		Promovido pela Comissão Central Pró-Candidatura Yedo Fiúza.
26/11/1945 (segunda-feira)	Bairro Teresópolis	20h	Comício	CP27.11.1945p4		Promovido pela Comissão Central Pró-Candidatura Yedo Fiúza.
26/11/1945 (segunda-feira)	João Pessoa, 1.003	20h	Reunião da célula Machla Berger			
27/11/1945 (terça-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Homenagem à memória dos que morreram no movimento de 35.	CP27.11.1945p14		Homenagem à memória dos “Heróicos filhos do povo brasileiro tombados na luta contra o nazi-integralismo”.
27/11/1945 (terça-feira)	Bairro Glória		Comício	CP28.11.1945p5		Pela candidatura de Fiúza.
28/11/1945 (quarta-feira)	Sociedade Espanhola	18h	Reunião	CP28.11.1945p8		A Comissão Organizadora estava convocando todos os que simpatizavam com

					a candidatura de Fiúza.
28/11/1945 (quarta-feira)	Largo da Prefeitura	20h	Comício-monstro de encerramento da campanha eleitoral	CP27.11.1945p1	
28/11/1945 (quarta-feira)	General Câmara, 381 – sala 4		Reunião do secretariado do Comitê Distrital nº 2	CP29.11.1945p8	
29/11/1945 (quinta-feira)	Sertório, 861	20:30h	Assembléia Geral da célula Navegantes	CP29.11.1945p8	Presença do Comitê Distrital nº 1. Escolha do nome da célula. Informe das últimas atividades da unidade. Leitura e discussão de um trecho do “Manifesto Comunista”.
29/11/1945 (quinta-feira)	Itapeva, 100	20:30h	Assembléia Geral da célula Passo da Mangueira	CP29.11.1945p8	Essa célula era uma sessão da célula São João. Escolha do secretariado. Presença do Comitê Distrital nº 1. Pró-candidatura Yedo Fiúza.
29/11/1945 (quinta-feira)	Praça Pinheiro Machado (bairro São João)	20h	Comício	CP29.11.1945p4	
29/11/1945 (quinta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Conferência e lançamento oficial da célula Mário Couto	CP29.11.1945p8	Otto Alcides Ohlweiller falaria sobre “Luiz Carlos Prestes e os problemas nacionais”.
30/11/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	09h	Reunião com todos os militantes que atuariam como fiscais nas eleições	CP29.11.1945p8	Também estavam convocados todos os secretários eleitorais, de massas e de células.
30/11/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência	CP29.11.1945p3	Jorge Bahlis falaria sobre “Como deve agir um verdadeiro revolucionário”. Entrada franca.
30/11/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	14h	Semana em revista	CP29.11.1945p3	Entrada franca.
30/11/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	14h	“Semana Luiz Carlos Prestes”	CP29.11.1945p3	Orestes Timbaúva falaria sobre a personalidade do “Cavaleiro da Esperança”. Entrada franca.
30/11/1945 (sexta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	17h	Reunião dos secretariados das células Bom Fim e Rio Branco	CP29.11.1945p8	
1º/12/1945 (sábado)	Sociedade Espanhola	20h	Reunião com todos os militantes que atuariam como fiscais nas eleições	CP30.11.1945p4	
05/12/1945 (quarta-feira)	Andradas, 1737	20h	Reunião de todas as “senhoras e	CP05.12.1945p8	

feira)			senhoritas” inscritas no Partido		
07/12/1945 (sexta-feira)	Duque de Caxias, 307	20:30h	Reunião do secretariado de organização da célula do Gasômetro	CP05.12.1945p8	
09/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência e sabatina Semana em revista	CP04.12.1945p5 CP06.12.1945p3	Homero de Castro Jobim falaria sobre “Questões do Marxismo”. Entrada franca.
09/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Apresentação da peça “Graças a Deus”, de Armando Gonzaga	XAVIER, Geminiano Candiota. Memórias de um velho militante. (Documentos para a História Operária do Rio G. do Sul). Porto Alegre: 1985.	
09/12/1945 (domingo)			Reunião do Comitê municipal com todos os comitês distritais	CP11.12.1945p14	
11/12/1945 (terça-feira)	Gal. Salustinao, 192	20h	Reunião com os secretários políticos do Comitê Distrital nº 3	CP11.12.1945p14	
11/12/1945 (terça-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Assembléia Geral com todos os estudantes	CP11.12.1945p14	
12/12/1945 (quarta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	20:30h	Assembléia Geral da célula Rio Branco-Bom Fim.	CP11.12.1945p14	
16/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Conferência e sabatina	CP14.12.1945p3 CP15.12.1945p3	Jorge Bahlis falaria sobre “Marcha para a Democracia” (primeira aula sobre luta de classes). Entrada franca.
16/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	14h	Hora de Arte	CP14.12.1945p3 CP15.12.1945p3	Com Francisco Dias. Ocorreria após a conferência e a sabatina. Entrada franca.
16/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	noite	Reprise da peça teatral “Graças a Deus”	CP14.12.1945p3 CP15.12.1945p3	Reprise em benefício da “Tribuna Popular”.
16/12/1945 (domingo)	Sertório, 681		Reunião da célula Navegantes	CP18.12.1945p4	Assunto: organização e finanças.
17/12/1945 (segunda-feira)	General Câmara, 381		Assembléia Geral da célula do Centro	CP18.12.1945p4	Assunto: organização e divulgação. Presença de Francisco Medeiros, secretário do CM.
19/12/1945 (quarta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539		Assembléia da célula Rio Branco – Bom Fim	CP18.12.1945p4	O secretariado informaria sobre as últimas atividades da unidade.
19/12/1945 (quarta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Reunião da célula dos Funcionários Públicos Estaduais	CP18.12.1945p4	
19/12/1945 (quarta-feira)	Voluntários da Pátria, 311	20:30h	Reunião da Comissão de Finanças do Comitê Municipal	CP18.12.1945p4	

20/12/1945 (quinta-feira)	Sede Gaúchos Carnavalescos (Praça Garibaldi)	20:30h	Assembléia Geral da célula da Cidade Baixa	CP20.12.1945p4	
21/12/1945 (sexta-feira)	Marques do Herval, 1203	20h	Balanco de organização do Comitê Distrital 4	CP18.12.1945p4 CP20.12.1945p4	
21/12/1945 (sexta-feira)	Sertório, 861	20h	Reunião dos secretários do Comitê Distrital 1	CP20.12.1945p4 CP25.12.1945p24	
22/12/1945 (sábado)	Sertório, 681	20:30h	Assembléia da célula Navegantes	CP18.12.1945p4 CP20.12.1945p4 CP25.12.1945p24	Eleição do secretariado. Construiria-se uma biblioteca com a ajuda dos membros.
22/12/1945 (sábado)	Alberto Torres, 68	20h	Reunião da célula Mário Couto	CP22.12.1945p8	
22/12/1945 (sábado)	Marques do Herval, 1203	14h	Reunião do Comitê Municipal com os militantes que trabalhavam no Hospital São Pedro.	CP22.12.1945p8	
23/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	08:30h	Assembléia Geral da célula dos servidores da Prefeitura Municipal.	CP23.12.1945p24 CP23.12.1945p24	Assunto: organização e divulgação das últimas atividades da unidade. Presença de Raul Riff (CM).
23/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	16h	Conferência Semana em Revista Hora de Arte	CP22.12.1945p3	Entrada franca.
23/12/1945 (domingo)	Felix da Cunha, 337		Reunião do secretariado da célula Manoel Rabelo	CP23.12.1945p24	
24/12/1945 (segunda-feira)	Sertório, 681		Reunião com todos os secretariados das células pertencentes ao Comitê Distrital 1	CP20.12.1945p4	
24/12/1945 (segunda-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Reunião com todos os secretários de células.	CP23.12.1945p24	
27/12/1945 (quinta-feira)			Início da Semana Luiz Carlos Prestes	CP28.12.1945p10	Debate sobre o Programa Mínimo de União Nacional.
28/12/1945 (sexta-feira)			Semana Luiz Carlos Prestes Conferência	CP28.12.1945p10	Jorge Amado falaria sobre a personalidade de Prestes. Entrada <u>não</u> seria franca.
28/12/1945 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola		Conferência Sabatina sobre literatura e política	CP23.12.1945p24 CP25.12.1945p24 CP29.12.1945p8	Conferencista: Jorge Amado. A entrada <u>não</u> era franca, e a renda seria revertida em benefício do Partido Comunista. Promoção e patrocínio do Comitê Municipal.
29/12/1945 (sábado)	Sociedade Espanhola	20h	Lançamento solene da célula Mário Couto (Carris) com conferência.	CP28.12.1945p10 CP29.12.1945p8	Otto Alcides Ohlweiller falaria sobre a União Nacional. Dyonélio falaria do

						papel de Prestes como comandante da Coluna Invicta. Entrada franca. Orestes Timbaúva falará sobre “Prestes e os problemas de organização”. Jorge Bahlis também falará. Entrada franca.
30/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Semana Luiz Carlos Prestes Sessão Solene de Homenagens	CP28.12.1945p10		Entrada franca. Com Homero de Castro Jobim.
30/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola		Semana em Revista	CP30.12.1945p7		Entrada franca. Jorge Bahlis falará sobre “Como deve agir um verdadeiro revolucionário”. Entrada franca. Com Homero de Castro Jobim. Entrada franca.
30/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	16h	Conferência e sabatina	CP25.12.1945p6 CP29.12.1945p8		
30/12/1945 (domingo)	Sociedade Espanhola	16h	Hora de Arte	CP25.12.1945p6		
30/12/1945 (domingo)	Largo da Prefeitura	20h	Comício da Vitória	LIB09.01.1946p2		
02/01/1946 (quarta-feira)			Reunião da célula do Hospital São Pedro	CP03.01.1946p7		
02/01/1946 (quarta-feira)	Sertório, 861	20h	Reunião do Comitê Distrital 1	CP03.01.1946p7		
02/01/1946 (quarta-feira)			Semana Luiz Carlos Prestes Conferência	CP28.12.1945p10 CP03.01.1946p7		Dyonélio Machado falará sobre “A personalidade de Prestes como revolucionário”.
02/01/1946 (quarta-feira)			Conferência	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 788		Otto Alcides Ohlweiller falará sobre “Prestes e os problemas nacionais”.
02/01/1946 (quarta-feira)			Conferência	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 160 – f. 788		Eloy Martins falará sobre “Prestes e os Sindicatos”.
03/01/1946 (quinta-feira)			Semana Luiz Carlos Prestes Inauguração de um retrato de Prestes na sede do CM	CP28.12.1945p10 CP03.01.1946p7		Encerramento da Semana.
03/01/1946 (quinta-feira)	Sociedade Espanhola	noite	Semana Luiz Carlos Prestes Conferência	CP28.12.1945p10		Encerramento da Semana. Eloy Martins falará sobre “Prestes e os Sindicatos”.
04/01/1946 (sexta-feira)			Reunião do Comitê Distrital 2 com os secretários das células	CP03.01.1946p7		

04/01/1946 (sexta-feira)	Felix da Cunha, 337		que pertencem a ele Reestruturação da célula Manoel Rabelo	CP06.01.1946p5	Presença de Lauro dos Santos (CD1) e Plínio Cabral.
05/01/1946 (sábado)	Sertório, 861		Assembléia da célula Navegantes	CP06.01.1946p5	Sorteio de livro adquirido pelos membros da célula. Leitura e debate de um trecho do “Manifesto Comunista”.
05/01/1946 (sábado)			Assembléia da célula Moaré Martins	CP08.01.1946p4	
05/01/1946 (sábado)			Reunião do secretariado do Comitê Municipal	CP08.01.1946p4	Revisão da situação e das atividades do Partido em POA.
06/01/1946 (domingo)			Reunião do secretariado do Comitê Municipal	CP08.01.1946p4	Revisão da situação e das atividades do Partido em POA.
06/01/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola		Assembléia da célula do Centro	CP08.01.1946p4	
06/01/1946 (domingo)	Edifício Malakoff		Assembléia da célula da Cidade Baixa	CP08.01.1946p4	
06/01/1946 (domingo)	Edifício Malakoff		Assembléia da célula dos Trabalhadores da Globo	CP08.01.1946p4	
07/01/1946 (segunda- feira)	Sertório, 861	20:30h	Ativo de finanças do Comitê Distrital 1	CP06.01.1946p5	
08/01/1946 (terça-feira)			Assembléia da célula da Estiva	CP08.01.1946p4	Assuntos sindicais.
08/01/1946 (terça-feira)	Felix da Cunha, 337	20:30h	Assembléia da célula Manoel Rabelo (Floresta)	CP08.01.1946p4	
08/01/1946 (terça-feira)	Sertório, 861	20h	Ativo eleitoral e de massa do Comitê Distrital 1	CP08.01.1946p4	
08/01/1946 (terça-feira)	Sociedade Espanhola		Assembléia Geral da célula dos servidores do Porto	CP08.01.1946p4	
09/01/1946 (quarta- feira)			Ativo de divulgação do Comitê Distrital 2	CP09.01.1946p4	Deveriam comparecer os secretários de divulgação das células pertencentes a esse CD.
10/01/1946 (quinta- feira)			Ativo Eleitoral e de Massa do Comitê Distrital 2	CP09.01.1946p4	
10/01/1946 (quinta- feira)			Reunião do secretariado da célula Lênin (Navegantes)	CP12.01.1946p4	Informe das últimas atividades da célula.
11/01/1946 (sexta-feira)	Sertório, 861	20:30h	Reunião de todas as células de tecelões	CP12.01.1946p4	
11/01/1946 (sexta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	20:30h	Assembléia da célula do bairro Rio Branco	CP12.01.1946p4	
11/01/1946 (sexta-feira)	José de Alencar, 201	20:30h	Assembléia da célula La Passionaria	CP12.01.1946p4 CP15.01.1946p4	Presença de Décio Freitas, secretário de divulgação do CM.
12/01/1946 (sábado)	Felix da Cunha, 337	17h	Assembléia da célula Arma	CP12.01.1946p4	
12/01/1946 (sábado)			Assembléia Geral da célula Lênin	CP16.01.1946p4	Leitura de trecho do “Manifesto

14/01/1946 (segunda-feira)	Felix da Cunha, 337		Assembléia da célula Arma	CP15.01.1946p4	Comunista”. Sorteio de livros marxistas-leninistas. Presença de membros do CD1.
15/01/1946 (terça-feira)			Assembléia preparatória da célula da Cidade Baixa	CP16.01.1946p4	Assunto: divisão do organismo.
15/01/1946 (terça-feira)		20:30h	Reunião do Comitê Distrital 1	CP16.01.1946p4	Presença de Edgar Curvello.
16/01/1946 (quarta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	20:30h	Assembléia da célula do bairro Rio Branco	CP16.01.1946p4	
16/01/1946 (quarta-feira)	José de Alencar, 1631	20:30h	Assembléia da célula Antônio João (Menino Deus)	CP16.01.1946p4	
16/01/1946 (quarta-feira)	Joaquim Nabuco, 131	20:30h	Assembléia Extraordinária da célula Machla Berger	CP16.01.1946p4	
17/01/1946 (quinta-feira)			Assembléia Geral da célula do bairro Rio Branco	CP15.01.1946p4	
20/01/1946 (domingo)			Lançamento oficial do Comitê Distrital 4	CP23.01.1946p5	Esse CD supervisionaria 27 células.
22/01/1946 (terça-feira)	Sertório, 861		Assembléia Geral da célula Aparício Cora de Almeida	CP23.01.1946p5	
22/01/1946 (terça-feira)	Pernambuco, 2481	20:30h	Assembléia Geral da célula Hermenegildo de Assis Brasil	CP23.01.1946p5	
22/01/1946 (terça-feira)	Portugal, 93		Assembléia Geral da célula André Rebouças	CP23.01.1946p5	
23/01/1946 (quarta-feira)			Ativo do secretariado do Comitê Distrital 2	CP23.01.1946p5	
23/01/1946 (quarta-feira)			Ativo sindical do Comitê Distrital 3	CP23.01.1946p5	
23/01/1946 (quarta-feira)		20:30h	Reunião do secretariado da célula Farrapos	CP23.01.1946p5	
23/01/1946 (quarta-feira)	Ramiro Barcelos, 1539	20:30h	Assembléia da célula Rio Branco	CP23.01.1946p5	
23/01/1946 (quarta-feira)			Ativo dos secretários políticos do Comitê Distrital 1	CP23.01.1946p5	Assuntos: Tribuna Gaúcha; festa de confraternização aos correligionários que foram ao RJ.
26/01/1946 (sábado)	Eudoro Berlinck, 988		Show-conferência ao ar livre	CP16.01.1946p4	Apoio de artistas populares. Debate do programa mínimo de União Nacional.
27/01/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola	16h	Conferência	CP22.01.1946p3	Carlos Bronhomme falaria sobre “Os Sindicatos e o Partido Comunista”.

27/01/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola	16h	Hora de Arte	CP22.01.1946p3	Entrada franca. Com O. Correa. Ocorreria depois da conferência. Entrada franca.
29/01/1946 (terça-feira)			Reunião da célula Lígia Quintana	CP30.01.1946p5	
29/01/1946 (terça-feira)			Reunião do secretariado da célula Rio Branco com o secretariado do CD3	CP30.01.1946p5	
29/01/1946 (terça-feira)	Largo do Cinema Castelo		Comício –relâmpago em preparação ao comício do dia 30	CP30.01.1946p5	
29/01/1946 (terça-feira)	Campo de Polo		Comício –relâmpago em preparação ao comício do dia 30	CP30.01.1946p5	
29/01/1946 (terça-feira)	Praça do Capitólio		Comício –relâmpago em preparação ao comício do dia 30	CP30.01.1946p5	
29/01/1946 (terça-feira)	Praça Pinheiro Machado		Comício –relâmpago em preparação ao comício do dia 30	CP30.01.1946p5	
30/01/1946 (quarta- feira)	Largo da Prefeitura	20h	Comício em homenagem aos candidatos comunistas eleitos à Assembléia Constituinte	CP30.01.1946p5	Falariam sobre o Programa Mínimo de União Nacional a ser defendido pelos deputados comunistas.
31/01/1946 (quinta- feira)			Reunião do secretariado da célula Lênin	CP30.01.1946p5	
02/02/1946 (sábado)	General Câmara, 381		Reunião do secretariado da célula Farrapos	CP30.01.1946p5	
23/02/1946 (sábado)	Largo da Prefeitura	16:30h	Comício	CP23.02.1946p8 CP24.02.1946p20	Comício “Contra a Carta fascista de 37! Contra a carestia e a inflação!”. Comício não autorizado!
25/02/1946 (segunda- feira)			1º Pleno Ampliado do Comitê Distrital nº 4	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 30101 – f. 26	Presença de Abílio Fernandes, Josino Campos e Lauro P. dos Santos, na qualidade de Séc. de Org. do CM.
09/03/1946 (sábado)			Pleno Ampliado do CM	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Comitê Estadual do Rio Grande do Sul” – Notação 30101 – f. 26	Objetivo: fazer balanço auto-crítico do trabalho do Partido em Porto Alegre. Presença de Décio Freitas.
15/03/1946 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Ato público	CP15.03.1946p3	Ato público de repúdio ao regime de Franco.
29/03/1946 (sexta-feira)	Praça Garibaldi		Comício	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507- 00508	Orador: José Roberto Garcia
07/04/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP10.04.1946p3	De Arapey (poeta) falara sobre a

					personalidade do poeta uruguaio Milans Martinez.
14/04/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola	15h	Conferência Hora de Arte	CP10.04.1946p3 CP13.04.1946p3 CP18.04.1946p3	Beatriz Bandeira falaria sobre "Problemas Educacionais". Entrada franca.
21/04/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP18.04.1946p3 CP23.04.1946p3	César Ávila falaria sobre os fundamentos da Dialética, sob o título "As Bases da Dialética".
28/04/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola	15h	Conferência	CP18.04.1946p3 CP27.04.1946p3	Homero de Castro Jobim falaria sobre a dialética. Entrada franca.
28/04/1946 (domingo)	Sociedade Espanhola		Hora de Arte	CP27.04.1946p3	Organizada por Beatriz Bandeira. Ocorreria após a conferência. Entrada franca.
05/05/1946 (domingo)	Cine-Teatro Castelo (Azenha)		Comício	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507-00508	Orador: José Roberto Garcia.
14/08/1946 (quarta-feira)	Argentina		XI Congresso do Partido Comunista	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507-00508	Presença de José Roberto Garcia
15/08/1946 (quinta-feira)	Argentina		XI Congresso do Partido Comunista	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507-00508	Presença de José Roberto Garcia
16/08/1946 (sexta-feira)	Argentina		XI Congresso do Partido Comunista	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507-00508	Presença de José Roberto Garcia
17/08/1946 (sábado)	Argentina		XI Congresso do Partido Comunista	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507-00508	Presença de José Roberto Garcia
18/08/1946 (domingo)	Argentina		XI Congresso do Partido Comunista	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00507-00508	Presença de José Roberto Garcia
11/10/1946 (sexta-feira)	Largo da Prefeitura	da 20:30h	Comício em recepção a Luiz Carlos Prestes	CP10.10.1946p10 CP29.09.1946p24 CP12.10.1946p8	Seria irradiado pela Rádio Farroupilha. Os militantes estavam em intensa atividade, preparando cartazes, faixas, etc., para homenagear Prestes. O discurso de Mário Azambuja encontra-se em CP20.10.46p12(a mão).
1º/11/1946 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	14h	Início do Pleno Ampliado do Comitê Estadual	CP03.11.1946p22	Presença de Pedro Pomar (CE). Discutidos os nomes que disputariam a

					deputação estadual pelo PCB.
04/11/1946 (segunda-feira)		15h	Encerramento do Pleno Ampliado do Comitê Estadual	CP05.11.1946p14	
23/11/1946 (sábado)			Reunião dos candidatos do PCB à Assembléia Legislativa do RS	CP22.11.1946p10	
24/11/1946 (domingo)			Reunião dos candidatos do PCB à Assembléia Legislativa do RS	CP22.11.1946p10	
24/11/1946 (domingo)	Dona Eugênia, 1230		Churrasco popular em homenagem aos candidatos do PCB	CP22.11.1946p10	
30/11/1946 (sábado)	Largo da Prefeitura	20h	Comício de propaganda eleitoral	CP27.11.1946p4	
12/12/1946 (quinta-feira)	Largo da Prefeitura	20h	Comício de propaganda eleitoral	CP07.12.1946p10 CP11.12.1946p10 CP12.12.1946p12 CP13.12.1946p10	Promovido pelo Comitê Municipal. Presença de Diógenes Arruda (CE). Ornamentação de Vasco Prado.
15/12/1946 (domingo)		15:30	Reunião entre os dirigentes estaduais, municipais, distritais e de células	CP17.12.1946p18	Presença de Diógenes Arruda Câmara, secretário nacional de organização.
20/12/1946 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola	20h	Encerramento do Pleno Ampliado do Comitê Estadual	CP19.12.1946p4	
28/12/1946 (sábado)	Largo da Prefeitura	20h	Comício	CP22.12.1946p24 CP28.12.1946p12	
02/01/1947 (quinta-feira)	Sociedade Espanhola		Conferência	CP01.01.1947p16	Conferencista: Maurício Gabrois.
03/01/1947 (sexta-feira)	Sociedade Espanhola		Comemoração do aniversário de Prestes	CP01.01.1947p16	Falariam sobre a personalidade de Prestes.
03/01/1947 (sexta-feira)	Largo da Prefeitura		Comemoração do aniversário de Prestes	CP01.01.1947p16	Falariam os deputados federais Maurício Gabrois e Abílio Fernandes.
12/01/1947 (domingo)	Largo da Prefeitura		Comício com Prestes	CP04.01.1947p8	
12/01/1947 (domingo)	Capão Bonito – fim da linha do Menino Deus.	12h	Churrasco	CP04.01.1947p8	Ingresso custaria dez cruzeiros.
16/01/1947 (quinta-feira)	Largo da Prefeitura		Comício	CP16.01.1947p8	
17/01/1947 (sexta-feira)			Encerramento da Campanha Eleitoral	CP22.12.1946p24	
08/03/1947 (sábado)	Teatro São Pedro		Sessão de abertura do Pleno Ampliado do Comitê Estadual	TG11.03.1947p1	
09/03/1947 (domingo)			Pleno Ampliado do Comitê Estadual	TG11.03.1947p1	
10/03/1947	Largo da		Comício	TG11.03.1947p1	

(segunda-feira)	Prefeitura			Encerramento do Pleno Ampliado do Comitê Estadual		
13/03/1947 (quinta-feira)	Costa, (Sede da célula Passionaria)	129 da La	20:30h	Reunião para reestruturação do Comitê Distrital Menino Deus	TG12.03.1947p6	Participariam os membros das células: La Passionaria, Antonio João, Vanguarda do Trabalhador, Padre Cacique e Marcilio Dias.
14/03/1947 (sexta-feira)				Festa Comemorativa ao Centenário do Nascimento de Castro Alves	TG12.03.1947p1	
06/04/1947 (domingo)				Assembléia da célula “25 de Março”	Fundo DPS – Série Dossiês – Dossiê “Correspondências do Partido Comunista do Brasil” – f. 210	Correspondência enviada pelo Secretário Político da célula, Lauro Pedroso dos Santos, para o Comitê Nacional. Ele mandava cópia da Assembléia.
05/05/1947 (segunda-feira)	Teatro Pedro	São	20h	Instalação Conferência Estadual do PCB	CP04.05.1947p15	Participariam os delegados das cidades do RS. Duraria vários dias.
23/05/1947 (sexta-feira)				Fim da Conferência Estadual do PCB	CP04.05.1947p15	
05/06/1947 (quinta-feira)	Associação Riograndense de Imprensa		20:30h	Conferência	CP05.06.1947p12	Júlio Teixeira falaria sobre “Cancelamento de Registros de Partidos Políticos”.
11/07/1947 (sexta-feira)	Auditorium Tasso Correa (Instituto de Belas Artes) – Rua Senhor dos Passos		20:30h	Palestra	CP10.07.1947p3 CP11.07.1947p3	Manoelito de Ornellas falaria sobre “Uma Viagem pela Literatura Riograndense do Sul”. Promovido pelo Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha.
11/07/1947 (sexta-feira)	Auditorium Tasso Correa (Instituto de Belas Artes) – Rua Senhor dos Passos			Concerto	CP10.07.1947p3 CP11.07.1947p3	Com a pianista Zaira Meneghelio. Promovido pelo Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha.
18/09/1947 (quinta-feira)				Comemorações do Primeiro Aniversário da Promulgação da Constituição Federal	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00574-00578	Presença de Júlio Teixeira, Jover Teles e Antônio Pinheiro Machado
28/09/1947 (domingo)	Sociedade Espanhola		15h	Conferência Concerto de Piano	CP25.09.1947p3 CP27.09.1947p3	César Ávila falaria sobre os “Problemas Sociais da Medicina”.
11/10/1947 (sábado)	Largo da Prefeitura			Comício	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00502	
12/10/1947 (domingo)	Largo da Prefeitura			Comício	Fundo Polícia Política – Estados – 19b – f. 00502	
07/11/1947 (sexta-feira)	Praça Parobé			Comício	CP08.11.1947p12	Comício dissolvido pela polícia.

23/12/1947	Praça do Alto	20h	Festa Popular de Natal	TG23.12.1947p4	
(terça-feira)	da Bronze		da Criança Pobre		
Diariamente	Rádio	22:03h	Hora do Partido	LIB27.10.1945contra	Duração: 10 minutos.
	Difusora		Comunista do Brasil	LIB27.10.1945p3	
Diariamente	Cruzeiro	20h	Programa político do	LIB27.10.1945p3	
			Comitê Municipal		
Atividades	Sociedade		Sabatinas	CP02.11.1945p5	
ordinárias	Espanhola		Semana em Revista		
			Hora de Arte		

* Também houve comícios em Novo Hamburgo e Pelotas (CP25.11.1945p4).

** Quando cancelaram o registro do Partido, em maio de 1947, mais de 123 células foram fechadas na Capital (CP11.10.05.1947p10).

*** No mês de fevereiro de 1946, os comunistas tiveram vários de suas manifestações, sobretudo os comícios, proibidas e reprimidas pela polícia.

ANEXOS

Figura 1



Fonte: “A pedido. O Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil, no R. G. do Sul”, *Correio do Povo*, 01.08.1945, p. 6.

Figura 2



Fonte: "A pedido. O Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil, no R. G. do Sul", *Correio do Povo*, 01.08.1945, p. 6.

Figura 3



Fonte: “A pedido. O Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil, no R. G. do Sul”, *Correio do Povo*, 01.08.1945, p. 6.